

Universidade do Vale do Rio dos Sinos
Programa de Pós-Graduação em História
Curso de Doutorado

Gerson Egas Severo

CLIO CONVOCADA

História, Memória e Interpretação do Brasil no discurso presidencial
brasileiro do século XX: os casos de Getúlio Vargas e Fernando

Henrique Cardoso

São Leopoldo

2006

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

Gerson Egas Severo

CLIO CONVOCADA

História, Memória e Interpretação do Brasil no discurso presidencial
brasileiro do século XX: os casos de Getúlio Vargas e Fernando
Henrique Cardoso

Tese apresentada como requisito parcial para a obtenção do
título de Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em História
(Área de Concentração em Estudos Históricos Latino-
Americanos) da Universidade do Vale do Rio dos Sinos.

Orientador: Prof. Dr. Werner Altmann

São Leopoldo

2006

Dedicado a Werner Altmann

“O desconhecido não é aquilo a respeito do qual não sabemos absolutamente nada, mas é aquilo que, no que conhecemos, se impõe a nós como elemento de inquietação.”

Martin Heidegger

Resumo

O presente trabalho é o resultado de uma investigação historiográfica que envolve o exame da produção discursiva completa dos presidentes Getúlio Vargas e Fernando Henrique Cardoso, buscando compreender as semelhanças e as diferenças de fundo que compõem a cosmovisão de cada um, flagrando no *locus* privilegiado do discurso político o alcance da oposição existente entre as épocas históricas em questão – o pós-1929 e o pós-1989 – e suas conseqüências para a experiência republicana brasileira, e procurando estabelecer a medida dessa oposição ao contrastar as idéias-força estruturantes de cada respectivo discurso.

Para a consecução de tais objetivos, desenvolveu-se a hipótese de que é possível, mediante trabalho de análise e interpretação, abstrair das extensas obras discursivas em exame respostas para as perguntas: (1) Que *idéia de História* subjaz ao discurso político de Getúlio Vargas/ de Fernando Henrique Cardoso? (2) Como a memória histórica é mobilizada para compor os termos do discurso, em cada caso? (3) Que *interpretação do Brasil* pode ser extraída de cada respectivo *corpus* narrativo?

Assim, a Getúlio Vargas e a Fernando Henrique Cardoso indagamos (fazendo-os dialogar): O que é História?

Palavras-chave: Discurso presidencial; Getúlio Vargas; Fernando Henrique Cardoso; Análise de textos; Visões de história; Memória; Interpretação do Brasil; História das idéias econômicas.

Abstract

The present work is the result of a historiographical inquiry that involves the examination of the complete discursive production of presidents Getúlio Vargas and Fernando Henrique Cardoso, searching to understand the similarities and the differences of deep that compose the cosmovision of each one, photographing in *locus* privileged of the political speech the reach of the existing opposition enters the historical times in question - after-1929 and after-1989 - and its consequences for the Brazilian republican experience, and looking for to establish the measure of this opposition by contrasting the estructural ideas-force of each respective speech.

For the achievement of such objectives it was developed hypothesis of that it is possible, by means of work of analysis and interpretation, to abstract from the extensive discursive workmanships in examination answers for the questions: (1) What *idea of History* can be inferred of the political speech of Getúlio Vargas/ of Fernando Henrique Cardoso? (2) How the historical memory is mobilized to compose the terms of the speech, in each case? (3) What *interpretation of Brazil* can be extracted of each respective narrative *corpus*?

Thus, to Getúlio Vargas and Fernando Henrique Cardoso we ask (making them to dialogue): What is History?

Key-words: Presential speech; Analysis of texts; Getúlio Vargas; Fernando Henrique Cardoso; Visios of history; Memory; Interpretation of Brazil; History of the economic ideas.

SUMÁRIO

Primeira parte: Preparando a análise

1. Questões introdutórias	11
1.1. À maneira de apresentação	11
1.2. O assunto, as hipóteses e uma primeira possibilidade de enquadramento contextual	13
1.3. As hipóteses e as estratégias de investigação	31
2. Posições teórico-metodológicas	39
2.1. A <i>comparação</i> como método	40
2.2. Análise de Textos	46
2.2.1. As chaves de leitura	52
2.3. História do Tempo Presente	52

Segunda parte: História, Memória e Interpretação do Brasil no discurso presidencial de Getúlio Vargas

1. Quatro teórico geral de referência	69
---------------------------------------	----

2. O Brasil diante da inflexão de 1929 – o contexto e o texto	75
3. A produção discursiva global de Getúlio Vargas diante de sua circunstância histórica – o texto e o contexto	103
3.1. Aproximação	103
3.2. Getúlio Vargas	115

Terceira parte: História, Memória e Interpretação do Brasil no discurso presidencial de Fernando Henrique Cardoso

1. Quadro teórico geral de referência	205
2. O Brasil diante da inflexão de 1989 – o contexto e o texto	211
3. A produção discursiva global de Fernando Henrique Cardoso diante de sua circunstância histórica – o texto e o contexto	231
3.1. Uma pré-análise necessária para a compreensão da experiência brasileira do pós-1989: o caso de Fernando Collor de Mello	231
3.2. Fernando Henrique Cardoso	238

Quarta parte (conclusiva): Clio convocada - o paralelo

1. Considerações finais	328
-------------------------	-----

Referências bibliográficas documentais	337
Bibliografia e leitura adicional	341

Primeira parte

Preparando a análise

1. Questões introdutórias

*“Que século, meu Deus! – disseram os ratos
E começaram a roer o edifício...”*

Carlos Drummond de Andrade

1.1. À maneira de apresentação

À frente de toda geração de estudiosos ergue-se – pedra no caminho – uma esfinge a ser decifrada. Diferentemente, no entanto, daquela posta pela imaginação de Sófocles às portas da cidade de Tebas, esta apresenta-se, em geral, emudecida: de si mesma e das coisas, nada enuncia. Assim, são eles próprios, os estudiosos – Édipos por necessidade e por deliberação -, quem ao deparar-se com a esfinge formulam a indagação à qual em diálogo com livros, autores e idéias, deverão oferecer resposta. São eles que devem apresentar-lhe, na expressão de José Martí, as *armas do discernimento*.

Existe aí, já se vê, um risco: perguntas inexatas – mesmo que elaboradas desde a perspectiva privilegiada de “ombros de gigantes” – levarão

inelutavelmente a possibilidades equivocadas de resolução. Trata-se, todavia, de um risco calculado, posto que intrínseco à investigação humana de cunho científico. Afinal, seres mitológicos como a esfinge de Sófocles não estão – a não ser no enquadramento literário da metáfora clássica – a lançar-nos ao rosto enigmas de cuja decifração dependerá a existência da *cidade*. A História, ao contrário, sim, está: da maior ou menor pertinência das indagações que soubermos construir, e da menor ou maior capacidade de compreensão e respostas que pudermos alcançar – mesmo que respostas provisórias, *in progress* -, dependerá a nossa compreensão do mundo; e, em uma angulação de corte filosófico, o próprio mundo.

A esfinge (ou uma delas) de minha geração é o significado profundo da experiência brasileira na última década do intenso, conturbado, rico e denso século XX, *em sua relação de antagonismo aberto com o que historicamente se apresentou no pós-1929*. Esfinge que exhibe sua imponência não mais à entrada da Tebas ancestral, mas à frente de um país e de um povo cujo destino parece ser a busca incessante e sempre renovada da resposta possível para uma pergunta ecoante, reverberativa, e, também ela, de corte absolutamente clássico: quem és?

1.2. O assunto, as hipóteses e uma primeira possibilidade de enquadramento contextual¹

“Em nenhum momento de nossa história foi tão grande a distância entre o que somos e o que esperávamos ser.”

Celso Furtado

O presente trabalho expressa o resultado de um estudo historiográfico que envolve a experiência brasileira em seu período republicano apanhando, para consideração privilegiada, dois momentos históricos de notável densidade econômica, social e política – o pós-1929 e o pós-1989 -, postos em relação desde a análise e interpretação da produção discursiva completa, bem como de outras manifestações em momentos especialmente relevantes, dos presidentes brasileiros Getúlio Vargas e Fernando Henrique Cardoso, respectivamente.

Quer-se, com isso, desenvolver a hipótese de que à enunciação dos discursos em questão subjaz – acomodada quase sempre em uma rede de fios

¹ Virtualmente todos os assuntos vistos aqui em termos de *uma primeira possibilidade de enquadramento contextual* serão novamente abordados. Entenda-se, assim, que para evitar redundâncias os necessários desenvolvimentos e desdobramentos textuais mais extensivos, bem como as notas de rodapé correspondentes e remissões à bibliografia, ocorrerão preferencialmente nas partes 2, 3 e 4.

invisíveis distribuída em desenho de grande complexidade -, (1) uma *idéia de História* e uma *idéia de História do Brasil* para cuja formulação concorre uma determinada e necessariamente seletiva (2) *ativação da Memória* – recente ou apenas relativamente recente, distante ou largamente remota, aprendida ou francamente inventada – e uma *convocação* dessa Memória para que componha, auxilie a compor ou convenientemente emoldure os termos do discurso, o qual passará, então, a estar dotado de um *coração*, de um *espírito histórico*, de uma *vitalidade memorialística*, que terão o condão de o alçar acima e para além de sua motivação específica, muitas vezes prosaica e cotidiana, e de sua circunstância irremediavelmente datada e, em princípio, tendencialmente condenada ao esquecimento; e que (3) apresenta-se muitas vezes acompanhada de uma certa *Interpretação do Brasil* (ou a tem como contrapartida e consequência) que dialoga direta ou indiretamente com todo um universo de obras, autores e idéias, guardando, no entanto, sólida autonomia em relação aos mesmos.

Em uma palavra: quer-se apresentar a tese de que é possível deduzir da produção discursiva de Getúlio Vargas, bem como da de Fernando Henrique Cardoso, *um conceito de História e de História do Brasil* coerente em si mesmo, ainda que nem sempre, ou quase nunca, explicitamente declarado, obviamente discernível ou claramente visível em meio à nebulosa criada pela miríade de assuntos tratados – e mesmo que nem sempre, ainda, consistente com todos os demais elementos desta mesma produção discursiva ou com o restante de cada respectiva obra. Tal conceito (ou complexo de conceitos) será passível de abstração

segura desde que (1) afastemos o olhar da dimensão próxima, imediata – a dimensão “colada na circunstância” da intenção do discurso; uma vez que possamos, portanto, criar condições de contemplação da *big picture* que constituem os discursos tomados em sua globalidade; e (2) uma vez que possamos alcançar as condições metodológicas e teóricas ideais para o procedimento de uma leitura que tenha em seu cerne a preocupação *comparativa* – fazendo “saltar” do texto, pela luz do jogo de espelhos montado, as idéias ali guardadas. No limite, e em uma camada de enunciação localizada em um *sítio* um pouco mais profundo, espera-se poder apontar mesmo elementos do que seria, ainda que aproximadamente, uma *Filosofia da História* subjacente à produção discursiva colhida².

No que diz respeito a seu horizonte mais amplo, e no que concerne àquilo que constituiria o *ambiente de entorno* das hipóteses encaminhadas e da tese em si mesma, o trabalho visa a contribuir para uma compreensão global acerca do comportamento da realidade brasileira republicana quando sob o influxo das poderosas conjunturas internacionais que a condicionaram sobremaneira: aquela que se seguiu à crise de 1929, e aquela – a do pós-1989 – em que mais claramente se estabeleceram e se configuraram a assim (e então) denominada *nova ordem mundial* e o fenômeno da *globalização*. O condicionamento posto pelos momentos

² As expressões “idéia de História”, “conceito de História”, “concepção de História”, “visão de História”, e outras semelhantes, estarão nesta tese em consonância com a diferenciação conceitual que Josep Fontana faz entre “Filosofia da História” e “Teoria(s) da História”. “Filosofia da História” seriam idéias construídas acerca da História construídas desde fora do campo de investigação histórica (ao contrário de “Teoria(s)”, construções feitas por historiadores desde dentro daquele campo) por filósofos – e, estendemos o conceito – livres-pensadores, homens políticos, etc. Ver “História: Análise do Passado e Projeto Social”. São Paulo: Universidade Sagrado Coração, 1998.

em questão será compreendido, está claro, como o resultado tensionado de uma equação histórica que envolve necessariamente a conjuntura interna do Brasil, o que implica um entrecruzamento de exames complexos, cujos dados principais ora apontarão para um paralelo dotado de convergências, ora para um traçado composto de divergências profundas.

Deve-se considerar, além disso, que 1929, ou 1930, e 1989, ou 1995 – respectivamente *quebra da bolsa de valores de Nova York, chegada de Getúlio Vargas ao poder, queda do Muro de Berlim e formulação do Consenso de Washington, e início do primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso* – não devem, evidentemente, ser apanhados ou vistos como termos coordenados de modo necessário entre si e entrelaçados em uma linha de causalidade automática, e tampouco como marcos absolutos, como *valas* no fluxo essencialmente desuniforme dos tempos históricos, mas, ao contrário, entendidos precisamente como *pontos de inflexão*, algo que por definição compreende a existência de um *dever* histórico eminentemente processual, mas que condensam em si (como o *aleph* de que nos fala Jorge Luis Borges) marcas características e traços simbólicos que, *vistos em retrospectiva*, desenvolvem-se em uma dada direção – não necessária *à época*, como lembra Walter Benjamin³, e passível de virtualmente infinitas leituras, mas, de qualquer modo, *uma* direção.

³ Benjamin, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. In: Obras escolhidas, vol. I. 7ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1996.

Por que *Getúlio Vargas* e *Fernando Henrique Cardoso*? Quais as razões para uma tal comparação, que desde já – aproximemo-nos do assunto - se afigura como uma *comparação opositiva* em toda linha, tanto na superfície como no fundo? Observe-se inicialmente que ela encontra paralelo na oposição *essencial* observada nas épocas mesmas em que viveram Vargas e Cardoso. Os dois instantes históricos que dão cercamento a este trabalho apresentam-se, em muitos, amplos e não triviais sentidos – e não apenas no que se refere ao Brasil – em uma relação claramente antitética, a qual pode ser definida, em seu arco mais geral, desta forma: retraimento do liberalismo oportunizando políticas econômicas de inspiração keynesiana (mesmo intuitivamente e *antes de Keynes*, como se verá) *versus* reerguimento do liberalismo e afastamento sistemático, no que diz respeito à história viva do pensamento econômico e político-econômico, de qualquer outra orientação ou doutrina possível. A antítese, todavia, não é perfeitamente simétrica, e talvez nem o pudesse ser, em se tratando de realidades históricas. Não obstante, o que se observa em um dos pólos é a construção de algo – as bases de um capitalismo *nacional* propriamente dito, dialeticamente enovelado com a ordem discursiva correspondente, objeto desta tese – que, no outro, será praticamente, e para todos os efeitos, desconstruído *ponto por ponto*. São dois momentos em que idéias-força específicas e ideologicamente homogêneas orientam transformações de largo alcance e que (no que concerne, está claro, ao nexo presente-passado), compõem um painel de referências explícitas que justificam, ou que pretendem justificar, a mencionada desconstrução, e, em contrapartida, a construção de uma nova e outra

realidade, assentada em pressupostos inteiramente novos ou mal-disfarçadamente redivivos.

As relações, possibilidades de espelhamento e paralelos possíveis entre os ambientes temporais em questão são muitos e se fazem verificar em diversos níveis. Não poucas vezes, e em não triviais oportunidades, Fernando Henrique Cardoso referiu-se a seu próprio governo como possuindo um *espírito de fundo* em oposição à “Era Vargas”, avaliando-a (e ao que em torno dela se gravita) como estando histórica e irretorquivelmente esgotada. Na trilha da contestação generalizada, verdadeiramente mundial, ao Estado do Bem-Estar Social, viu-se uma negação, explicitada todos os dias, das políticas econômicas de tipo keynesiano que historicamente o balisaram, bem como uma tentativa de superação (conforme a visão de mundo sustentada) da social-democracia de corte roosevelteano – espectro político que informou o surgimento do Welfare State e tornou Keynes possível; uma tentativa de superação que, *dotada de especificidades e contornos outros*, alcançou também o cenário histórico brasileiro.

Percebe-se, assim, uma certa lógica governamental em operação, possibilitada, de um lado, pela conjuntura internacional que se seguiu à queda do Muro de Berlim e pela subsequente recomposição da hegemonia do capitalismo no planeta (a *direitização do mundo*, nas palavras de Agustín Cueva⁴), e, de outro, pela

⁴ Cueva, Agustín (org.). Tempos conservadores – A direita no Ocidente e na América Latina. São Paulo: Hucitec, 1989.

abertura econômica promovida no Brasil, bem como na América Latina de um modo geral, principalmente – mas não só - na virada da década de 1980 para a de 1990, fenômenos que devem ser entendidos como estando em relação. O conjunto de tais injunções levou mesmo a que eventualmente se considerassem abaladas as próprias premissas fundamentais necessárias para a existência mesma do Estado nacional moderno como o conhecemos⁵.

Quando despertou da prolongada hibernação em que o havia prostrado o desastre de 1929 – hibernação que muitos tomaram por morte -, o liberalismo pôde argumentar, a justo título, que a economia de mercado é mais eficiente do que a economia estatizada, dirigida ou planejada. Supôs-se que o mercado, na sua versão globalizada, podia resolver todos os problemas, mesmo os sociais ou culturais, permitindo não apenas reformar, mas também arquivar o Estado Nacional, despojando-o de todos os controles e regulamentos. (Freitas, 1994, p. 111-113).

Ainda que a universalização de modelos de bloco econômico como o da União Européia – que transcendem elaborações mais restritas, como a Zona de Livre Comércio ou a União Aduaneira, por exemplo – pareçam anunciar em um painel futuro um tal “despojamento” em termos nacionais, *modernos*, o que é uma discussão em aberto, o certo é que mudanças profundas, *realmente estruturais e estruturantes*, marcaram os anos 1990, assim como ocorreu na conjuntura que se seguiu à crise de 1929 – à maneira do espírito da época, evidentemente. Se o Brasil pode ser apresentado como um exemplo paradigmático na década de 1990, ao

⁵ A bibliografia sobre a relação específica entre Globalização e crise do Estado-Nação é abundante: ver, por exemplo, os trabalhos de Ianni: “A sociedade global” (1993), “Teorias da Globalização” (1995), “A era do globalismo” (1997) e “Desafios da globalização” (1998). Especialmente para o caso de países não desenvolvidos e em desenvolvimento, ver Pacheco, Cristina Carvalho. Estado-Nação, internacionalização e democracia: um ensaio acerca do impacto da internacionalização nas democracias periféricas, sob a perspectiva de uma economia-mundo capitalista. *Temáticas*, Campinas, 7 (13/14): 7:34, jan/dez/ 1999.

menos no que diz respeito ao quadro latino-americano, é porque, em boa medida, o foi também naquele momento. Sabe-se que, então, o país via esgotado o modelo econômico agrário-exportador que havia condicionado os seus modos de inserção na divisão internacional do trabalho desde o século XVI. A cena mundial, abalada profundamente pela crise, estimulou reflexamente o desenvolvimento brasileiro, fazendo com que aos poucos o que viria a ser conhecido como *modelo getulista*, ou *varguista*⁶, se impusesse: ênfase na industrialização, através da substituição das importações de bens de consumo e posterior implantação da indústria pesada (siderurgia, petróleo, energia elétrica, etc.); forte papel estruturante do Estado, como formulador de políticas e como *agente direto* nos setores que exigiam grande investimento de capitais e longo prazo de retorno em termos de lucros. O crescimento econômico fez-se acompanhar do surgimento progressivo de medidas que tinham o objetivo de regular a relação econômico-social mais básica do capitalismo, aquela que se dá entre empresários e trabalhadores: o salário mínimo e a carteira de trabalho, a legislação que envolve esse universo e a respectiva instância jurídica que o compõe⁷.

⁶ Expressão preferencialmente utilizada em círculos acadêmicos estrangeiros. O mesmo critério será seguido com *Vargas*, para Getúlio Vargas, e *Cardoso*, para Fernando Henrique Cardoso.

⁷ A comparação histórica com os casos de Argentina e México, clássica na historiografia brasileira e latino-americana, pode ser esclarecedora do que se quer demonstrar: a Argentina – que, de início, ao contrário do Brasil, sofreu em menor proporção com a crise mundial, uma vez que seus principais produtos primários de exportação (trigo e carne) não eram tão facilmente descartáveis pelo mercado internacional, como o café – conheceria um processo histórico semelhante com Juan Domingo Perón na década de 1940: da taxa sobre as importações (quer dizer, de uma intervenção estatal) vieram grande parte dos recursos que possibilitaram as inversões infra-estruturais necessárias ao progresso industrial argentino. Em seguida, o Estado argentino promoveu o desenvolvimento da siderurgia, a construção de represas e gasodutos, a desapropriação de empresas estrangeiras, a estatização do comércio exterior e a nacionalização de inúmeros setores da economia. Além disso, reimplantou – posto que a “década infame”, a dos anos 1930, o havia abortado – e ampliou o universo de leis trabalhistas, alcançando um tipo de relação e aproximação para com a classe trabalhadora também semelhante ao que ocorreu com Vargas (sobretudo com o “segundo” Vargas, no período 1951-1954)

Iniciou-se assim, portanto, no Brasil, a articulação progressiva de um projeto nacional construído autonomamente e baseado no intervencionismo estatal, em políticas econômicas que implicaram em um maior controle ao atendimento *em toda a linha* a interesses estrangeiros, e ainda em políticas sociais que objetivavam a integração dos trabalhadores ao universo da cidadania (ou ao que constituía o horizonte histórico possível desse universo à época). Quer dizer: aquilo que desde um espectro ideológico adversário – e vários -, e em larga medida desenvolvido *a posteriori*, veio a denominar-se *populismo*. Advertimos aqui, com Ernesto Laclau⁸, e mesmo que em um corte ainda bastante preliminar, que o conceito de populismo apresentou-se e apresenta-se historicamente entretanto como demasiadamente evasivo (portanto praticamente um “não-conceito”...), inobstante sua reconhecida recorrência. No mesmo diapasão, Ângela de Castro Gomes⁹ salienta que “(...) o exame da categoria exige o reconhecimento da ocorrência de seu deslizamento de uma retórica sociológica erudita para uma retórica popular, presente nos meios de comunicação de massa e no senso comum da população” – característica que, sem dúvida, irá acentuar-se durante a década de 1990, no contexto da tentativa de

e com Lázaro Cárdenas, no México – o *populismo* (voltar-se-á ao assunto). O caso do México – em que pese a importante peculiaridade que representa a sua revolução de 1910/11 -, não é diferente, no período. O país havia retirado da nova situação o impulso necessário para dar *vigor juvenil* (expressão de Túlio Halperín Donghi, 1976) à sua revolução. Lázaro Cárdenas, que presidiu o país de 1934 a 1940, frente às tensões sociais decorrentes dos efeitos da crise de 1929, pôde retomar o processo de reforma agrária que havia sido sustado na década anterior, reativar os *ejidos* – as terras comunais indígenas e camponesas -, estimular desde o Estado o progresso capitalista promovendo obras públicas e a implantação de instituições financeiras, garantir a monopolização pelo Estado da exploração do petróleo em todos os seus níveis, e ampliar as leis de proteção ao trabalhador urbano e rural.

⁸ Laclau, Ernesto. *Política e ideologia na teoria marxista – Capitalismo, Fascismo e Populismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

desqualificação da Era Vargas. Voltar-se-á ao assunto; interessa-nos especialmente essa *evasividade*, essa *recorrência*, esse *deslizamento* para uma retórica popular e de senso comum.

O advento da crise de 1929, incontestavelmente a mais séria crise da história do capitalismo, representou para o Brasil – bem como para a América Latina, como vimos com os casos paradigmáticos de Argentina e México – a oportunidade de erguer, quantitativa mas sobretudo qualitativamente, a realidade de sua economia para além dos limites que lhe foram historicamente característicos: os de uma economia primário-exportadora e dependente em relação ao centro desenvolvido do capitalismo mundial. Mesmo que o complexo fenômeno da industrialização brasileira não encontre ali um “marco zero” - sendo-lhe mesmo bastante anterior, como se verá -, foi com os desenvolvimentos, desdobramentos e derivações daquela conjuntura que se logrou desencadear, como parte de um projeto nacional ainda em esboço, um processo de industrialização que, se não promoveu a superação da situação de dependência e de não desenvolvimento – hoje o sabemos -, conduziu o Brasil a uma condição econômica e social sem dúvida positivamente diferenciada, seja no que se refere a sua própria história, seja no que diz respeito à realidade latino-americana comparativamente apanhada.

⁹ Gomes, Ângela de Castro. O populismo e as Ciências Sociais no Brasil – notas sobre a trajetória de um conceito. *Tempo*. Rio de Janeiro, vol. 1, nº 2, 1966, p. 31-59.

O liberalismo de corte clássico e neoclássico¹⁰, doutrina econômica de hegemonia mundial inquestionável até o momento da crise – constituindo a União Soviética um caso exemplar de exceção -, sofreu então um refluxo grave, que quase o levou à falência histórica, juntamente com a confiança inabalável na economia de mercado capitalista e em seus princípios de equilíbrio automático, erguida sobre os pilares das teorias econômicas clássica e neoclássica. O vácuo criado por esse retraimento foi rapidamente ocupado por formações sócio-políticas e econômicas

¹⁰ Por **liberalismo “clássico”** entende-se o pensamento econômico liberal que se constituiu a partir do século XVIII, com autores como o fisiocrata François Quesnay, e que se estruturou como doutrina definitiva com os trabalhos de John Stuart Mill, Adam Smith, David Ricardo, Thomas Malthus, Jean-Baptiste Say e F. Bastiat. Sandroni (1994) sublinha que o *corpus* doutrinário do liberalismo clássico, formulando a *teoria do valor-trabalho* (o trabalho humano é o que determina a prosperidade de uma nação), a qual enfatiza a produção e relega a segundo plano o consumo e a procura; desenvolve-se tendo como pilares fundamentais o uso do método dedutivo, o materialismo, a preocupação em simplificar e generalizar as proposições econômicas, e em uma visão de conjunto da evolução econômica. Apoia-se, abstraídos os diferentes matizes autorais e temporais, em quatro pontos basilares: 1. A mais ampla liberdade individual; 2. A democracia representativa com separação e independência entre três poderes (executivo, legislativo e judiciário); 3. O direito inalienável à propriedade; 4. A livre iniciativa e a concorrência como princípios básicos capazes de harmonizar os interesses individuais e coletivos e gerar o progresso social. Segundo o princípio do *laissez-faire*, não há lugar para a ação econômica do Estado, que deve apenas garantir a livre-concorrência entre as empresas e o direito à propriedade privada, quando esta for ameaçada por convulsões sociais; assim, propõe-se um sistema de liberdade econômica, uma vez que seria através do mecanismo impessoal do mercado que se conseguiria harmonizar os interesses individuais. Aplicado ao comércio internacional, o *laissez-faire* levou à política do livre-cambismo, que condenava as práticas mercantilistas, as barreiras alfandegárias e protecionistas. **“Liberalismo neoclássico”** é a escola de pensamento econômico predominante entre 1870, pouco mais ou menos, e a Primeira Guerra Mundial, estendendo-se em seus aspectos essenciais até a crise de 1929. Economistas como Carl Menger, William Jevons, Léon Walras, Alfred Marshall, Eugen von Böhm-Bawerk, Vilfredo Pareto, John Bates Clark e Irving Fisher – sublinha Sandroni - reelaboram a teoria econômica do liberalismo clássico (mantendo entretanto seus requisitos filosóficos gerais) ao negarem a *teoria do valor-trabalho*, substituindo-a por um fator subjetivo – a utilidade de cada bem e sua capacidade de satisfazer as necessidades humanas, acreditando que a concorrência (ou a interação da oferta e da demanda) é a a força reguladora da atividade econômica, capaz de estabelecer o equilíbrio entre a produção e o consumo; é a *teoria do valor-utilidade*, ou *teoria marginalista*. Em larga medida, é este liberalismo reelaborado que colapsa diante do evento da crise de 1929, e que é alvo da análise crítica de John Maynard Keynes. É relevante observar que autores como Martin Shaw (1986), entre outros, sugerem que a negação fundamental da *teoria do valor-trabalho* pela escola neoclássica poderia ser entendida menos como uma necessidade intrínseca aos desdobramentos históricos do pensamento liberal, e mais como uma reação ao marxismo: Karl Marx, com sua *teoria da mais-valia*, teria levado a *teoria do valor-trabalho* a suas últimas e incontornáveis consequências, a sua evolução lógica. Para livrar-se do incômodo, os teóricos do capitalismo tiveram de abandonar a própria *teoria do valor-trabalho* (a qual, lembremos, Marx assume como verdadeira em *O Capital*).

precursoras do que mais tarde viria a ser conhecido como social-democracia (de cujo seio nasce a própria idéia de Estado do Bem-Estar Social); pelo nazi-fascismo e pelos desenvolvimentos do comunismo – o qual compõe realidade anterior à crise, mas que conhece então um substancial crescimento relativo enquanto proposição alternativa¹¹.

O caminho econômico do que se convencionou chamar – em um espectro conceitual talvez demasiadamente amplo, mas que nos servirá por hora – *social-democracia*, e que propõe um papel substancial e *ativo* para o Estado na economia, é pavimentado, em grande medida, desde uma apropriação das idéias de John Maynard Keynes, que em 1936¹² publica “A teoria geral do emprego, do juro e da moeda”, apresentando não apenas um diagnóstico para a crise, amplamente aceito não obstante as críticas de fundo que trazia aos teóricos neoclássicos – até então intocáveis, no *mainstream* do pensamento econômico no mundo ocidental (e que reagem rapidamente¹³) -, como uma série de sugestões em termos de política

¹¹ A esse respeito, veja-se o capítulo de número 3 – “Rumo ao abismo econômico” – Hobsbawm, Eric J. *Era dos extremos – O breve século XX (1914-1991)*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1994.

¹² Observe-se que o essencial das idéias de Keynes vinha sendo desenvolvido desde o início da década de 1920. O itinerário da elaboração de sua obra, que persegue as razões pelas quais as teses neoclássicas levavam a políticas econômicas inconsistentes, tendentes a crises sistêmicas, conhece um instante fundamental com a publicação de *The end of laissez-faire* (“O fim do laissez-faire”), em 1926, e também com a de *Treatise on money* (“Tratado sobre a moeda”), em 1930. A exposição das idéias de Keynes, nesta parte do trabalho, serve a três razões fundamentais: (1) compor os termos da exposição contextual que se está apresentando, da qual é parte absolutamente essencial; (2) estabelecer bases conceituais a partir das quais pode ser compreendida e ponderada a idéia cepalina de que o Governo Provisório de 30, no Brasil, agiu “keynesianamente”, em termos de política econômica, para enfrentar os efeitos da crise de 1929; e (3) apresentar a idéia de que o anti-liberalismo de Getúlio Vargas pode, ao menos em parte, dever-se à atmosfera política “intervencionista” criada pelo pensamento keynesiano, e não a uma aproximação aos ideais do nazi-fascismo, que inclusive lhe são posteriores.

¹³ A respeito da reação à teoria de Keynes, ver “Mr. Keynes e os clássicos”, famoso artigo do economista inglês John Hicks, publicado em 1931 (ver “A crise na economia keynesiana”. São Paulo: Vértice, 1987, e “OS CLÁSSICOS da economia. São Paulo: Ática, 1997, 2 vol. Hicks enxerga

econômica, expressas sobretudo no *New Deal* norte-americano, que viriam a auxiliar a superação da crise do capitalismo mundial.

As placas tectônicas da história movem-se estruturalmente, portanto, e tais injunções somar-se-ão, no Brasil, a peculiares processos histórico-econômico-políticos que estarão no cerne da *Era Vargas*.

A conjuntura internacional da virada da década de 1980 para a de 1990, por sua vez, informada pelas forças que compõem a realidade da *globalização* e pela reemergência do liberalismo¹⁴, apanha o Brasil e a América Latina (marcadamente Argentina e México, o que evidencia uma simetria com o pós-1929 não menos que impressionante para a sensibilidade do historiador) em um duplo movimento: ascendem governos identificados programaticamente com as idéias de abertura econômica e de reforma estrutural do Estado¹⁵ – levando-as rapidamente, em boa medida, a efeito -, e ganham vigor explicações acerca do não desenvolvimento do continente contrárias às teses cepalinas e àquelas relacionadas

“inconsistências teóricas” no trabalho de Keynes que mais tarde serão exploradas pelos novos teóricos do liberalismo – agora, portanto, “neoliberalismo”, quer dizer: o velho liberalismo das escolas clássicas e neoclássicas, mais as críticas ao keynesianismo. Neste quadrante do pensamento econômico, as idéias de Keynes serão vistas como compondo uma teoria *particular* para explicar momentos de crise do sistema, e não uma teoria *geral* (como propunha o autor até mesmo no título de sua obra principal). Assim, aquelas idéias, na melhor das hipóteses, teriam de ser assimiladas a um *corpus* doutrinário maior... a própria teoria neoclássica, ou marginalista.

¹⁴ A *reemergência do liberalismo* tem sua própria história, inclusive na América Latina; voltar-se-á ao assunto.

¹⁵ A esse respeito, abrangente e excelente painel é construído por Wilson Cano em seu *Soberania e Política Econômica na América Latina*. São Paulo: Unesp, 1999.

à chamada “Teoria da Dependência”¹⁶, até então, se não consensuais, amplamente difundidas – explicações afinadas, portanto, com o novo ideário, como se verá.

As próprias expressões e palavras-chaves que caracterizam a realidade brasileira no pós-1929¹⁷ e no pós-1989, mostram à perfeição o antagonismo *de fundo* que separa os dois momentos: criação, nacionalização, estatização de empresas *versus* privatizações (muitas vezes significando, a um só tempo, *desnacionalização*); regulamentação das relações entre capital e trabalho *versus* desregulamentação dessas mesmas relações; nacionalismo *versus* globalização; políticas econômicas de inspiração keynesiana *versus* liberalismo; protecionismo econômico *versus* abertura econômica, e assim por diante, com quantos desdobramentos se queira desenvolver, horizontal e verticalmente, em uma relação de oposições conceituais não menos que notável.

A partir do final da década de 1980, portanto, e pela primeira vez desde a década de 1930, os governos federais - inicialmente na Inglaterra e Margaret Thatcher e nos Estados Unidos de Ronald Reagan - modificaram radicalmente sua forma de atuação na economia¹⁸: a intervenção do Estado passou a ser encarada como um franco entrave ao livre desenvolvimento do mercado e das relações

¹⁶ Que constitui, na verdade, um *corpus* teórico plural; voltar-se-á ao assunto.

¹⁷ Lembremos que o modelo de Vargas – como o de Perón e o de Cárdenas, em conjunturas políticas diversas, para permanecer no paralelismo – não se esgota com o fim abreviado de seu governo em 1954, mas o ultrapassa e transcende. Há um “varguismo sem Vargas” (como há um “peronismo sem Perón”, um “cardenismo sem Cárdenas”: trata-se da permanência no tempo de uma *lógica de governo*, apoiada na persistência no tempo do sentido de tal lógica tanto internamente como em termos da conjuntura internacional que lhes correspondia.

¹⁸ Afirmação que será devidamente ponderada e relativizada mais adiante, no momento oportuno.

econômicas entre os agentes privados. Uma vez que detinha o controle de setores sobre os quais o capital privado poderia avançar, o Estado tornou-se uma amarra ao desenvolvimento econômico, além de que a crescente elevação do déficit público impedia a continuidade do investimento do Estado em tais setores.

A mencionada *elevação do déficit público* – observe-se, a título de ilustração do esforço comparativo que compõe este trabalho – parecia confirmar um aspecto importante da crítica liberal ao keynesianismo; este, ao recomendar o aumento do gasto público com o objetivo de suprir a deficiência de demanda do setor privado, implicaria em um modelo necessariamente inflacionário se se observasse o longo prazo. É de importância fundamental perceber que esta crítica será assimilada integralmente – ainda que sem originalidade – pelo discurso neoliberal, com novas modulações econômicas (a alegada falência do padrão de financiamento dos modelos de desenvolvimento do período 1929-1989) e com desdobramentos políticos circunstanciais os quais a associam ao que seria ou ao que constituiria, genericamente, um governo “populista”. A crítica de cunho político, como se vê, parece apresentar uma razão econômica em sua origem. Voltar-se-á ao assunto.

Com efeito, a chegada ao poder de defensores radicais do livre mercado – são os casos da Argentina e do México, na América Latina (e também do Uruguai e do Chile, este um caso exemplar) – ou de reformadores um tanto ou quanto mais gradualistas¹⁹ – é o caso do Brasil -, todos imbuídos da intenção de

¹⁹ Passem as expressões, em termos ainda introdutórios.

enxugar o “Estado todo-poderoso” herdado de um passado que envolve, pouco mais ou menos, os últimos sessenta anos, marcou a ascensão de um modelo baseado na tríade *liberalização, abertura comercial e câmbio sobrevalorizado*. A idéia central²⁰ é a de que a livre movimentação de capitais é capaz de trazer recursos em moeda forte, a qual constituiria um lastro gerador de confiança na moeda local; havendo confiança, os preços de bens e serviços, os juros e o câmbio teriam um comportamento anti-inflacionário; a abertura financeira traria dólares para financiamentos e investimentos; a abertura comercial, via competição, alteraria positivamente o comportamento empresarial na formação de preços; o câmbio fixo reforçaria a confiança na moeda local; no caso da adoção de um câmbio flutuante, o monitoramento das taxas de câmbio e de juros, pelos bancos centrais, asseguraria o estoque de reservas suficiente para enfrentar eventuais ataques especulativos à moeda. Estabelecido um tal quadro, as forças do mercado, deixadas livres de qualquer intervenção externa – tal como no pré-1929 -, coordenariam por si mesmas o desenvolvimento das nações.

As novas práticas, inspiradas nas tendências da economia internacional e pioneiramente, na América Latina, aplicadas pelo presidente mexicano Carlos Salinas de Gortari²¹, parecem, portanto, claramente resultar em um processo de encaminhamento do fim da aplicação dos princípios que conduziram o

²⁰ Braga, 2001.

²¹ Anderson, Perry. Balanço do Neoliberalismo. In: Sader, Emir, e Gentili, Pablo. Pós-neoliberalismo – As políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996 – 3ª edição, p. 20. Observe-se que as experiências das ditaduras militares do Chile e da Argentina, cronologicamente anteriores, inscrevem-se em contexto histórico diferenciado.

estabelecimento, ou a *tentativa* de estabelecimento, de uma experiência semelhante (em seus termos essenciais) ao Estado do Bem-Estar Social levado a efeito no centro do sistema capitalista. Segundo a nova concepção, a função do Estado seria sobretudo a de regular à distância o mercado, e, com relação às áreas estratégicas – conceito tão central no pós-1929 – tornou-se comum a diferenciação entre a *provisão* e a *produção* de serviços públicos. Ao Estado caberia, então, *prover* os serviços, implementando e controlando políticas de desenvolvimento nas diferentes áreas. A produção desses serviços é transferida para a iniciativa privada, que não se limita mais a executar obras a mando do Estado, mas a administrar os empreendimentos públicos e estimar a própria viabilidade dos investimentos. Quanto à relações entre capital e trabalho, devem ser assunto privado e exclusivo a ser tratado entre capitalistas e trabalhadores.

Assim, o elemento que o estruturalismo da Cepal e as teorias da dependência desejavam afastar como impraticável para o encaminhamento de uma situação de desenvolvimento – a saber, a mera tentativa de repetição, na América Latina, da experiência histórica dos países desenvolvidos²² – é recuperado, e sobre ele recai um estatuto de dogma por razões que obviamente não constituem *uma evolução interna natural* da discussão, mas que, ao contrário, dizem respeito a uma retirada de cena daquelas teorias e das leituras à sua esquerda, como as dos partidos comunistas. E isso precisamente em um momento – o da virada do século

²² Como se fosse possível mimetizar em cada circunstância histórica específica,, desde uma simples manifestação de desejo político, as Revoluções Industriais dos séculos XVIII e XIX.

XX para o século XXI – em que o problema da opressão e da exclusão social no Brasil e na América Latina chegou a um ponto demasiadamente crítico²³, estando o continente mais que nunca, como se vê, “submetido às idas e vindas das marés hegemônicas”²⁴, e restando cada Estado-Nação em específico enfraquecido em sua capacidade de formular políticas genuinamente nacionais²⁵. No Brasil, usou-se dar a tal conjunto de transformações a denominação genérica de *ajuste estrutural do Estado* – conceito adiante examinado.

Este, descrito em termos introdutórios e fundamentalmente preliminares, é o enquadramento de fundo sobre o qual incidirá a análise e a interpretação – e sobretudo a análise comparativa - dos discursos que neste trabalho se realiza.

²³ Ver Armani, 2000.

²⁴ Ver Arantes, 2000.

²⁵ Ver Tavares, 1997.

1.3. As hipóteses e as estratégias de investigação

*“O tempo gasta as pedras
muito mais rapidamente
do que gasta as palavras.”*

Maurice Druon

Não é o caso, entretanto, de buscar rever aqui – refiro-me especialmente ao caso de Getúlio Vargas – as peças de um processo cuja instrução já foi inúmeras vezes realizada²⁶. O que se quer prioritariamente desenvolver, a partir do exame da *obra completa* dos discursos de Getúlio Vargas e Fernando Henrique Cardoso, é precisamente o que poderíamos denominar *acareação histórica*, ou seja, um confronto histórico-discursivo de falas de homens que enunciam idéias, noções e conceitos desde um lugar investido de poder político *par excellence* – o lugar da presidência – em momentos – os de enunciação de discursos – carregados de imensa e reconhecida importância simbólica na vida republicana.

Importa principalmente, por isso mesmo, a *relação* entre estes dois

²⁶ Figura de linguagem utilizada por Jacques Julliard em outro contexto. *A política*. In: Le Goff, Jacques, e Nora, Pierre. *História: Novas abordagens*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988, 3ª edição, p. 180.

ambientes discursivos, e não cada um deles tomado de forma isolada. Uma hipótese de fundo como a de que o antagonismo entre as duas épocas, as duas enunciações discursivas, as duas *personae* políticas, ultrapassa o universo conceitual ligado a sua circunstância histórica imediata, chegando mesmo a suas idéias de História, só pode vir a ser investigada ao criar-se um espaço privilegiado de comparação – o jogo de espelhos que *evidencia idéias pela fricção produzida pelo contraste* a que nos referimos acima, o qual, inobstante, não anula as imagens individuais e tampouco as conclusões particulares, feitas *para cada lado*.

Trata-se, portanto, do estabelecimento de um diálogo desde um duplo ordenamento: *texto-texto*, no âmbito dos paralelos possíveis *entre* os discursos; e *texto-contexto*, quando do imprescindível estabelecimento dos laços existentes entre o momento da enunciação dos discursos e as realidades históricas – também elas um texto, em certo sentido – que os precederam, condicionaram e sucederam. O estudo envolve, portanto, uma relação construída em dois níveis, e as contextualizações históricas necessárias estarão sempre – eis o seu limite – *em função* dessa orientação, a qual está no cerne da composição, sobretudo, das segunda e terceira partes do trabalho, dedicadas às duas épocas em questão e a ambos os casos – Getúlio Vargas e Fernando Henrique Cardoso – *em separado*.

Assim, no que diz respeito a hipóteses e estratégias de investigação, temos que um tal diálogo, uma tal relação, tornam-se possíveis e plausíveis uma vez que se perceba que *de modo análogo ao antagonismo existente entre as duas*

*épocas em exame, antagoniza-se a própria cosmovisão que orienta a enunciação dos discursos presidenciais – a própria idéia de História e de História do Brasil. As chaves de leitura específicas – explicitadas em momento oportuno – a que foram submetidos os documentos escolhidos possibilitam não apenas a exeqüibilidade efetiva do esforço comparativo a que o estudo se propõe, como mostram-se adequadas, inclusive instrumentalmente, para abstrair dos discursos, transformando-a em elemento de comparação, a percepção (**recepção** ou **resistência**) dos presidentes acerca do *espírito* mesmo da época que lhes coube viver – e que comporta injunções econômicas e políticas virtualmente impositivas, ou que no mínimo não podem ser facilmente negadas -, em articulação orgânica com o passado nacional vivido (**experiência**) e com o futuro nacional projetado (**expectativa**).*

Nesta articulação em particular – esta que desde a necessidade específica de um momento peculiaríssimo *pensa* uma experiência e *projeta* uma expectativa, já uma tradição republicana -, reside, aliás, a característica que distingue fundamentalmente o discurso de posse de mandato (analisados e interpretados como introdução às primeira e segunda partes do trabalho) de outros discursos, proferidos nos mais diferentes instantes da consecução do governo, e trazendo em si – posto que elaborados em função de oportunidades também elas diferenciadas – *densidade histórica* desigual, como também desigual estatuto epistemológico enquanto fonte primária – problema com o qual teremos de lidar.

Deste modo, os dois binômios em questão – recepção e resistência, experiência e expectativa – constituem genuína *tesoura metodológica* a cortar e recortar o texto, os discursos; tesoura metodológica sem a qual corre-se o risco de, diante de um documento, nada ler a pretexto de tudo ler.

Buscou-se, portanto, flagrar a dinamicidade e o alcance das grandes inflexões históricas ocorridas no pós-1929 e no pós-1989 em um ambiente ele mesmo dinâmico, revelador do rosto político hegemônico, ou relativamente hegemônico, em cada situação: o de discursos pronunciados não no remanso reflexivo e relativamente pacificado do *a posteriori* – mas no calor da hora. Assim, em termos de exame específico, pretendeu-se investigar o modo pelo qual as idéias-força de cada época são assimiladas à cosmovisão presidencial, chegando mesmo a revelar as respectivas concepções de História: “o que é História” e “o que é História do Brasil” para Getúlio Vargas; “o que é História” e “o que é História do Brasil” para Fernando Henrique Cardoso.

Considera-se que, a partir da leitura, do reconhecimento e da análise e interpretação dessas idéias-força, pôde-se formular a hipótese de que o que há de essencial na visão presidencial acerca da natureza do momento presente (*recepção e resistência*); da significação do passado (*experiência*); e de o que devia/deva ser o futuro do país, bem como do próprio mundo (*expectativa*); *pode ser consistente e privilegiadamente entrevisto desde o acentuado grau revelador das forças históricas em movimento que possuem os discursos presidenciais, ainda mais, e sobretudo,*

quando postos em situação relacional. E mais: a percepção, por parte dos presidentes, acerca da conjuntura internacional e de sua influência sobre as realidades nacionais – percepção ela mesma informada por essa conjuntura -, informa por sua vez o encaminhamento e as linhas gerais de ação de cada governo; o destino mesmo de cada Estado-nação; assim, temos contexto-texto-contexto-texto-contexto... em uma relação dialetizada e dinâmica. Deste modo, o discurso presidencial apresenta-se como um documento privilegiado, cujo exame permite flagrar, em um paralelo cruzado (horizontal e verticalmente), o jogo delicado do momento internacional, das conjunturas continental e nacional, e da percepção governamental disso, bem como do passado e do futuro nacionais – sempre, aqui, em termos comparativos.

Mostrou-se bastante conveniente, para capturar tal percepção em sua dinamicidade relacional, aplicar metodologicamente aos discursos as chaves de leitura já referidas: o binômio *experiência/expectativa*, compreendendo a realidade interna nacional, bem como a realidade mundial, *passada* e *projetada*; e o binômio *recepção/resistência*, abarcando os modos segundo os quais a experiência internacional, *passada* e *projetada*, é por sua vez assimilada – positiva ou negativamente. Afirmar que a relação entre esses binômios/chaves de leitura é profundamente dialética não significa apenas elaborar uma frase. A *experiência* nacional pode ser lida de maneiras diferentes, segundo haja maior recepção ou mais resistência às injunções internacionais, o mesmo ocorrendo no que diz respeito à *expectativa* projetada. De outro lado, e por sua vez, uma maior ou menor recepção,

bem como uma menor ou maior resistência a imposições dirigidas desde fora, serão construídas de acordo com a leitura que se faça da *experiência* histórica brasileira e do mundo, ou segundo o tipo de *expectativa* que se lance para o futuro.

Dado, assim, o objeto de estudo em questão – trazer à luz as concepções de História e de História do Brasil implicadas nos discursos presidenciais de Getúlio Vargas e de Fernando Henrique Cardoso, considerados em sua integralidade -, e estabelecido o enquadramento de *oposição comparativa* dentro do qual pretendemos atuar, resta, nestas questões introdutórias, esclarecer que as idéias perseguidas na leitura dos discursos serão, principalmente, aquelas relacionadas à História ou ao que a Filosofia denomina *o trabalho da memória*; aquelas, portanto, que dizem respeito às esferas econômica e política do Brasil e do mundo – o veio predominante das minas discursivas em questão; e aquelas que se referem aos conceitos de *nação*, *nacionalismo* e *identidade nacional*, uma vez que desde o início da pesquisa entendeu-se que, afinal, é disto que se trata e é isto o que sempre esteve, no fundo ou na superfície, em jogo: o desafio de saber quem somos, nós brasileiros, e de saber o que é que um dia havíamos esperado ser. Sempre se tratou, afinal e ainda, de uma questão de *construção identitária*, em boa medida refletida em uma certa *interpretação do Brasil* a ser abstraída dos discursos presidenciais.

Os conceitos de *Nação*, *Nacionalismo* e *Identidade Nacional* serão, quando ocorrerem, postos em relação com a história e particularmente com a história

econômica da nação, uma vez que, além de ser necessário delimitar a condução da leitura dos documentos escolhidos em parâmetros o mais precisos possível, considera-se que, de fato, “a industrialização aparece como o momento crucial de constituição da Nação, como modo de a Nação se tornar realidade, deixando de ser o que era, uma quase-ficção.”²⁷ A construção de uma estrutura econômica *nacional*, acompanhada de um respectivo e necessário aparato administrativo-jurídico-institucional, esteve na base mesma da invenção desta nação – deste *modelo* de nação – que teve lugar no século XX e que encontrou sua crise na última década do século. Pareceu-nos assim apropriado ler desde uma perspectiva econômica – além de política, sempre presente e ali imbricada – as menções à idéia de nação que são explicitadas nos discursos presidenciais, ou que subjazem ao conteúdo dos mesmos.

Deste modo, e reunindo os termos desta pesquisa, temos que:

- (1) Há dois momentos históricos acentuadamente antagônicos e antagonizados: o pós-1929 e o pós-1989; são o *contexto*, em sua configuração mais geral, como desenhado acima.
- (2) Há uma dada assimilação, pela realidade brasileira, acerca do significado profundo desses dois momentos; é o *contexto mais imediato*;
- (3) Há, nesses dois momentos, a presença política decisiva de presidentes que de maneira indiscutível marcam exemplar e modelarmente o *espírito da época*; seus governos – o exame histórico dos mesmos – são o *contexto mais próximo*.

²⁷ Mello, João Manuel Cardoso de. O capitalismo tardio. São Paulo: Brasiliense, 1982, p. 21.

- (4) Há discursos enunciados tanto em momentos dotados de alguma (relativa) *leveza histórica*, eivados de cotidianidade e repetição, como os há em momentos cuja gravidade e particularidade exige a máxima elaboração intelectual, e que constituem documentos investidos de uma mesma estatura epistemológica – o que permite comparação segura; e há, por fim, outras manifestações em instantes de especial relevância. O tratamento analítico e interpretativo dado a todos é o mesmo. São o *texto*.
- (5) Há chaves de leitura específicas – os binômios *experiência/expectativa* e *recepção/resistência* – que possibilitam, de forma privilegiada, operar *texto* e *contexto* em uma dinâmica que relaciona a percepção do momento internacional com a história, o momento, e o futuro projetado nacional. São o *procedimento metodológico principal*, a fazer com que os elementos envolvidos na hipótese apresentem a sua verdade.

2. Posições teórico-metodológicas

Estabelecidas as chaves de leitura acima mencionadas, as quais, compreendendo os binômios *experiência/expectativa* e *recepção/resistência*, orientarão metodologicamente a leitura dos discursos, avança-se para a inclusão de uma tríade teórico-metodológica que tem parte de seu aparato conceitual mobilizado para a consecução desta tese: a *História Comparada*, a *Análise de Textos* e a *História do Tempo Presente*.

Uma vez que, dadas as modernas e mais aceitas formas de organização de dissertações e teses, não consideramos necessário esgotar cada ponto teórico em uma introdução ou capítulo inicial, as posições teórico-metodológicas que se seguem possuem um caráter precisamente de *posição*, quer dizer: da bibliografia pertinente, tomou-se o que realmente interessou à realização do trabalho. Na segunda, terceira e quarta partes – sempre que o desenvolvimento da exposição do texto exigir –, aspectos e pontos de ordem teórico-metodológica, sejam os abaixo trabalhados, sejam outros, serão recuperados e devidamente acionados.

2.1. A comparação como método

O esforço de investigação comparativa entre o que se seguiu à crise de 1929 e o que o pós-1989 fez advir – tendo como *conteúdo* a sua percepção pelos comandantes políticos da nação – envolve necessária e prioritariamente idéias, noções e conceitos de ordem *econômica*, uma vez que econômico foi o móvel fundamental a desencadear as inflexões históricas em pauta²⁸

A questão econômica, portanto – consideradas as necessárias imbricações políticas e sócio-políticas – é incontornável, sendo ainda largamente hegemônica nas construções discursivas em questão; com efeito, a maior atenção à história econômica, ou mais precisamente à *história das idéias econômicas*, é ditada pelas fonte, não constituindo escolha apriorística. As próprias idéias-força presentes na cosmovisão que orienta a enunciação discursiva presidencial, e cujo reconhecimento, análise e interpretação para identificar concepções de História é o objetivo central deste trabalho, encontram alicerce em dada e determinada visão

²⁸ “Confesso que desde 1989 lamento como nunca não ser economista, para entender o que está ocorrendo”, declarou o filósofo alemão Jürgen Habermas em entrevista a Sérgio Paulo Rouanet e a Bárbara Freitag, revelando muito da atmosfera intelectual da época. Folha de São Paulo, São Paulo, 30 de abril de 1995. Caderno Mais!, p. 6.

acerca da natureza das questões econômicas mais presentes em cada um dos momentos – sendo tais questões ou direta ou marcadamente econômicas (como as da crise de 29 e da Globalização, por exemplo), ou lateral e indiretamente investidas de forte componente econômico (como a da soberania nacional, sempre uma problemática atual no Brasil e na América Latina em geral). Os recortes narrativos que compõem as contextualizações históricas necessárias são, assim, eles mesmos, e com mais razão, realizados desde a perspectiva da histórica econômica – mais precisamente, *macroeconômica* – e da história do pensamento econômico.

Incontornável e hegemônica, é verdade, mas não exclusiva: a ênfase dada à histórica econômica do Brasil apresenta-se muito mais como um eixo, uma espinha dorsal não excludente de outras abordagens. Um tal aporte teórico-metodológico, que é mais propriamente o de uma histórica comparada das idéias econômicas – *tal como assimiladas nos discursos presidenciais* -, vem a delimitar plenamente, uma vez que o completa e na medida em que orienta a constituição de sua moldura, o objeto do presente estudo. Entretanto, deve-se registrar que o enfoque escolhido implica que seja considerada uma história econômica em moldura ampla, e não uma história econômica *strictu senso*. A proposta do presente estudo não envolve, a não ser em termos de apoio eventual, quaisquer aspectos qualitativos ou fontes de natureza maciça e cuja estrutura seja temporalmente recorrente²⁹ - sempre tão presentes e essenciais em trabalhos de história econômica.

²⁹ Fragoso, João, e Florentino, Manolo. História Econômica. In: Cardoso, Ciro Flamarion (org.). Domínios da História – Ensaio de Teoria e Metodologia. São Paulo: Editora Campus, 1997, p. 33.

História econômica, portanto, sim, mas em um sentido amplo; em um sentido que diz respeito ao fato de que os próprios marcos temporais desta dissertação impõem uma atenção prioritária a noções e conceitos econômicos, pois que se apresentam como estruturantes das realidades históricas em questão, para além das nunca esgotadas discussões sobre a influência da crise do liberalismo e da correspondente adoção de políticas econômicas de tipo keynesiano no Brasil após 1930; e em um sentido, no limite, dado pela própria proposta de trabalho – a qual, neste aspecto, e sobretudo no que diz respeito ao emolduramento amplo a ser dado à *tela* que representam os discursos presidenciais, apresenta uma preocupação com a longa duração e enfatiza as estruturas econômicas par a compreensão das realidades históricas³⁰, sem contudo envolver os métodos e procedimentos de investigação que derivam da história econômica. E em um sentido, por fim, que implica em uma *História econômica comparada*, ou em uma *História Comparada das Idéias Econômicas*.

Entende-se que cabe à História Econômica, sem negligenciar qualquer instrumental, investigar também questões não de imediato quantificáveis, mas nem por isso menos relevantes para a compreensão da economia de um país em sua complexidade, como as várias instâncias do poder, a constituição das classes sociais, as justificativas dadas às políticas econômicas implementadas, o papel do Estado, etc. (...) Mas ampliar o campo adstrito à História Econômica é apenas um ponto, na verdade um pré-requisito, para se destacar a validade do discurso como objeto de investigação. (Fonseca, 1987, p. 16).

³⁰ Característica principal da História Econômica, conforme Fragoso e Florentino (idem, p. 29).

O trabalho comparativo – com viés econômico, ou voltado às idéias econômicas sem excluir outros enfoques – está, de fato, na raiz de cada ponto que configura a estruturação última desta dissertação. De que modo? Cardoso e Brignoli citam Marc Bloch (e lembremos que os *Annales* foram uma das primeiras escolas historiográficas a teorizar o procedimento comparativo – para assinalar que

Aplicar o método comparativo no quadro das ciências humanas consiste (...) em buscar, para explicá-las, as semelhanças e as diferenças que apresentem duas séries de natureza análoga, tomadas de meios sociais distintos. (Cardoso e Brignoli, 1983, p. 409).

Apanhar em sua dinamicidade histórica o traçado de semelhanças e diferenças entre as épocas e os países em questão é, contudo, apenas parte do que buscamos, uma vez que o que se quer é fazer emergir, por atrito, as concepções de História de Getúlio Vargas e Fernando Henrique Cardoso – e é precisamente o quanto necessitamos da História Comparada: sua conceituação mínima, para além de outras injunções teóricas. Assim, e a um só tempo, deve-se lograr compreender as diferenças – estabelecendo aquilo que as condiciona – e estabelecer as regularidades manifestadas entre os dois processos examinados³¹, bem como sus correspondentes produções discursivas.

Para os autores mencionados o que de melhor a História Comparada tem a oferecer é a possibilidade de um controle metodológico efetivo sobre

³¹ Cardoso, Ciro Flamarion, e Brignoli, Héctor Pérez. Os métodos da História. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983 – 3ª edição, p. 409.

generalizações explicativas e sobre hipóteses formuladas, uma vez que a verificação da pertinência ou não destas pode ser realizada frente à recorrência ou não de certos fenômenos – com elementos causais e de consequência – observados em duas ou mais séries. Havendo a presença de determinados elementos em duas ou mais “séries”, abre-se a possibilidade de relacioná-los e de descrevê-los com maior segurança, uma vez que fica diminuído o seu caráter de *exceção*, de *incidente*. Do contrário, não podendo ser observada qualquer recorrência, marca-se o mesmo caráter de exceção e tem-se então o quadro de uma diferença, a qual, entre outras interpretações em tese possíveis, resguarda a singularidade irreduzível de cada série, de cada realidade.

Em ambos os casos, restam enriquecidas e matizadas as generalizações explicativas e as hipóteses envolvidas no trabalho³². A comparação confere maior segurança à afirmação das mesmas, à formulação de novas idéias em um primeiro momento não percebidas, e mesmo, no limite, ao abandono da totalidade ou de parte do pensamento original.

Além disso, e particularmente importante para o presente estudo – bem como para qualquer estudo desta natureza -,

(...) a atitude comparativa pode aplicar-se com muito proveito, também, a pesquisas de tipo monográfico. Um estudo de caso adquire densidade quando situado em uma tipologia, tratando-se de demonstrar, ao mesmo

³² Idem, p. 412.

tempo, quais são suas singularidades irreduzíveis. (Cardoso e Brignoli, 1983, p. 413).

É necessário, no entanto, que estejamos atentos para os dois principais riscos envolvidos na aplicação do método comparativo, quais sejam, o de incorrer em anacronismos, e o de confundir *comparação* com *justaposição*. Quanto ao primeiro, Cardoso e Brignoli salientam que deve haver um especial cuidado para que analogias superficiais não sejam tomadas por semelhanças profundas. Como o presente trabalho não envolve “sociedades estruturalmente bem diversas, ou muito afastadas no tempo”³³, mas o inverso exato disto, pôde-se disponibilizar para a análise o que há de mais profícuo no método. Com relação ao segundo perigo, o cuidado necessário diz respeito a que não haja a mera justaposição da descrição de casos - a pretexto de possuírem valor comparativo intrínseco -, mas reais comparações, as quais não devem restar apenas implícitas no texto, como se se esperasse que o leitor as explicitasse por si, no instante de proceder à leitura. Ora, a própria boa consecução do trabalho deve ser suficiente para afastar esse problema.

Bem definidos os termos que compõem a pesquisa, trata-se então de

[Colocar] em profundidade – em termos de comparação – um certo número de questões precisas, bem delimitadas. [George Barraclough] não parece exagerar quando afirma que a história comparada (...) atenta para as peculiaridades estruturais, representa o mais elevado nível, quiçá, a que é possível presentemente fazer a *síntese histórica* sem sacrificar as exigências acadêmicas sobre o processo de pesquisa e sem cair na superficialidade ou na sistematização abstrata. (Cardoso e Brignoli, 1983, p. 418).

³³ Os dois casos específicos sublinhados pelos autores.

2.2. Análise de textos

Preliminar e pragmaticamente, deve-se fazer uma distinção não menos que fundamental: *Análise de textos* – um procedimento metodológico, sobretudo – não é *Análise de discursos* – uma área autônoma do conhecimento, ligada à Lingüística e à Semiótica e que abarca todo um universo conceitual que lhe é próprio.

Considerando a interface histórica já longa e certamente não pouco conflituosa entre as ciências sociais e a lingüística, ou entre a história e a análise semântica – que vai da lexicografia ou lexicologia de Z. Harris no início dos anos 1950, com sua preocupação estatística quanto ao número de ocorrência de palavras, até a radicalização extrema, inspirada em Saussure, Foucault e Hayden White, da importância da linguagem³⁴ – faz-se aqui, com Cardoso e Vainfas, uma dupla “profissão de fé, a qual a um só tempo posiciona esta tese frente ao debate geral sobre o assunto e aponta o *quanto* do mesmo será aqui acolhido e empregado: de

³⁴ Cardoso, Ciro Flamarion, e Vainfas, Ronaldo. História e Análise de Textos. In: Cardoso, Ciro Flamarion (org.). Domínios da História – Ensaio de Teoria e Metodologia. São Paulo: Editora Campus, 1997, p. 376-378.

um lado, temos que a história não pode e não deve ser reduzida a um gênero narrativo entre outros, e nem deve ser prisioneira de estruturas discursivas³⁵; pelo contrário, e de outro lado, trata-se de buscar, relacionando texto e contexto,

(...) os nexos entre as idéias contidas nos discursos, as formas pelas quais elas se exprimem e o conjunto de determinações extratextuais que presidem a produção, a circulação e o consumo dos discursos. Em uma palavra, o historiador deve sempre, sem negligenciar a forma do discurso, relacioná-lo ao social. (Cardoso e Vainfas, 1997, p. 378).

Isto posto, e assim assentados os elementos essenciais desta discussão no que concerne ao presente trabalho, afirme-se também que, para os objetivos centrais do mesmo, irão bastar os cuidados que, segundo Cardoso e Vainfas, devem ser observados pelos pesquisadores que se aventuram nesse domínio:

Estar ciente de que valorizar a interpretação semântica do texto não é simplesmente recorrer às citações ilustrativas, realçando, aqui ou ali, as idéias e significados que pretende explorar. Tal intuícionismo, por mais perspicaz que seja, (...) expõe o pesquisador a tentações “positivistas” do tipo “deixar que o documento fale por si mesmo”, etc.

³⁵ Como querem os “tarados textuais”, na expressão não destituída de graça de Joel Rufino dos Santos (*apud* Vasconcellos, Gilberto. *Bricolagem esotérica*. Folha de São Paulo, 23.09.2001, Caderno Mais!, p. 20). Em manifestação cheia de ironia sobre o mesmo assunto, Marilena Chauí observa que as ciências sociais e a história viram-se às voltas com a disposição pós-moderna de tudo transformar em “narrativas”: “Então tudo são narrativas, são textos com intertextos, sobretextos e contextos dos textos textualizados na contextualização textualizante do textuado, e por aí vai. Aquilo que a razão sempre considerou como as esferas ou ordens de realidade e as relações entre essas esferas e ordens de realidade agora não passariam de “narrativas”. Então você tem a “narrativa” histórica, a “narrativa” social, a “narrativa” política”, a “narrativa” antropológica, a “narrativa” pictórica, a “narrativa” cinematográfica – tudo são narrações. E nós sabemos o que nossa palavra “narração” quer dizer: na origem, ela era “mito”. Mito é narração. Então [de acordo com tal disposição] as diferentes esferas da realidade são mitos, que a gente não sabe de onde vêm nem para onde vão, tornando a superfície social lisa e indiferenciada e a história um escoamento desprovido de qualquer finalidade.” *Marilena Chauí: Dossiê*. Cult – Revista Brasileira de Literatura. Ano III, nº 35, abril de 2000, p. 45-46.

Escolher cuidadosamente um método para levar a cabo a sua opção de trabalho, cuidando para que o mesmo seja compatível com a sua formação de historiador. Aventurar-se em métodos que exijam sólida formação lingüística é risco que pode comprometer a pesquisa duplamente, a ponto de fazê-la não atender às exigências quer da lingüística, quer da história; Adotar (...) certa flexibilidade no uso do método escolhido, de modo a não cair prisioneiro de procedimentos que prejudiquem as interpretações históricas de fundo e a verificação das hipóteses de trabalho (...). (Cardoso e Vainfas, 1997, p. 379 – *grifo nosso*).

Claudia Wasserman³⁶, ao apanhar o discurso político enunciado por Getúlio Vargas, Hipólito Yrigoyen e Francisco Madero sobretudo quando de suas campanhas políticas – o “discurso político antioligárquico” no Brasil, a Argentina e no México, respectivamente -, apresenta em ilustrativa passagem a necessária e fundamental ligação entre a enunciação do discurso e o instante histórico que o envolve:

A partir da implantação e consolidação do modo de produção capitalista, a necessidade de universalização das idéias de representação coletiva, identificadas com o *ethos* burguês e a destruição das seqüelas do modo de vida aristocrático conformam um espaço no qual o discurso político atua como instrumento de interpelação social. O mecanismo de interpelação não é um método eficiente de manipulação das massas, mas um momento da luta política no qual o indivíduo sente-se transformado em sujeito histórico, através da linguagem do emissor do discurso. **A utilização da linguagem interpelativa depende das condições sociais nas quais o discurso foi produzido, e, portanto, é impossível de ser reproduzida em qualquer circunstância** ou produzida propositadamente, com finalidades programáticas exclusivamente. As referências de compreensão do mundo de uma determinada sociedade, ou o imaginário social, modelam-se ao longo de muitos anos, o que impossibilita a manipulação pura e simples desse esquema conceitual. (Wasserman, 2002, p. 8 – *grifo nosso*)

³⁶ Wasserman, Claudia. Palavra de Presidente. Porto Alegre: Editora da Universidade, 2002.

O sentido do texto, portanto, deve ser extraído/atribuído desde um diálogo com o contexto em que foi produzido/enunciado – contexto que inclui o receptor do discurso. Em outras palavras, desde um procedimento a que Régine Robin³⁷ denomina “Relações de Associação”, as quais são *sempre* contextuais. Assim – e dadas as chaves de leitura escolhidas para o presente trabalho (os binômios *experiência/expectativa* e *recepção/resistência*) -, adotou-se como inspiração metodológica o modelo de Laurence Bardin, tido como interessante e perfeitamente factível para o historiador por Cardoso e Vainfas³⁸, e que, considerando a necessidade de relação texto-e-contexto no trabalho de interpretação e análise, salienta a existência de duas grandes *unidades* a serem consideradas: a de *registro* e a de *contexto*.

A unidade de registro envolve:

- A *palavra*, caso em que aparecerão como objeto de estudo palavras-chaves como, por exemplo, *história*, *memória*, ou *passado*. Este é o ambiente privilegiado na presente tese;
- O *tema*, situação em que serão destacados um assunto, uma idéia ou ainda uma formulação específica de ordem histórica. “Fazer uma análise temática consiste em descobrir os ‘núcleos de sentido’ que compõem a comunicação e cuja

³⁷ Robin, Régine. *Linguística e história*. São Paulo: Cultrix, 1977.

³⁸ Cardoso e Vainfas, obra citada, p. 381-383.

presença, ou freqüência ou aparição podem significar alguma coisa para o objetivo analítico escolhido³⁹.” Exemplo: *crise*, ou *industrialização*, ou ainda *modernização*;

- O *objeto* ou *referente*, instância que se constitui de temas-eixo que orientam a organização geral do discurso;
- O *acontecimento*, ou seja, um fato singular, um episódio irrepetível em torno do qual se produz um discurso – que pode funcionar “como um micro-recorte do objeto ou referente”⁴⁰. É precisamente o caso de discursos como o relacionado à instauração do Estado Novo no Brasil, por Getúlio Vargas (*não exatamente uma posse de mandato*), ou à crise do Plano Real em janeiro de 1999, por Fernando Henrique Cardoso.

Observando-se a ressalva de que *palavra*, *tema* ou *objeto* podem, no fundo, ser a mesma coisa, já que o critério na análise de textos “é sempre de ordem semântica”⁴¹, mesmo que *palavras* estejam em níveis diferentes de *tema* ou de *objeto* (aquelas inscrevendo-se em um nível lingüístico, enquanto estes possuem níveis extralingüísticos), tenha-se que neste trabalho será encaminhada uma linha eminentemente *qualitativa* de análise - em prejuízo de uma possibilidade outra, *quantitativa* -, a qual terá como horizonte, sempre, a relação texto-e-contexto, ou contexto-e-texto. Daí a necessidade de, nos mesmos termos da caracterização realizada acima, relativas às *unidades de registro*, esclarecer em que consiste a

³⁹ Bardin *apud* Cardoso e Vainfas. Obra citada, p. 382.

⁴⁰ Cardoso e Vainfas, obra citada, p. 383.

⁴¹ Idem, *ibidem*.

unidade de contexto:

Traduzida historicamente, a unidade de contexto diz respeito à totalidade, ao 'contexto histórico', às estruturas sociais e/ou ao universo simbólico no qual se insere(m) o(s) discurso(s) analisado(s). Trata-se de uma unidade 'arbitrária', posto que extratextual, que somente o historiador pode determinar, conforme suas opções teóricas, suas escolhas temáticas e suas hipóteses de investigação. (Cardoso e Vainfas, 1997, p. 383).

Desta forma, temos a distinção entre *Análise de Textos* e *Análise de discursos*⁴², e temos também os pontos específicos de um certo modelo de Análise de textos (o de Laurence Bardin), que apresenta, *auxiliando a conceituar texto e contexto*, elementos que se mostraram muito adequados à consecução deste trabalho. Com isso, surge melhor configurado o ambiente de análise e interpretação no qual serão acolhidas as chaves de leitura eleitas.

⁴² Com efeito, em se tratando de *Análise de discursos*, teria de ser considerado o fato de que “os objetos que interessam à Análise de discursos (...) correspondem (...) ao que se chama, com frequência, de *formações discursivas*, referindo de modo mais ou menos direto Michel Foucault, que, através deste conceito, entende ‘um conjunto de regras anônimas históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço que definiram em uma época dada, e para uma área social, econômica, geográfica ou lingüística dada, as condições de exercício da função enunciativa.’ Nesta perspectiva, não se trata de examinar um corpus como se tivesse sido produzido por um determinado sujeito, mas de considerar sua enunciação como o correlato de uma certa posição sócio-histórica na qual os enunciadores se revelam substituíveis.” Maingueneau, Dominique. *Novas tendências em Análise do discurso*. São Paulo: Editora da Unicamp, 1997, p. 14 (grifo nosso.) Claramente não é o caso, aqui. Não se trata, também – o que seria fundamental para a *Análise de discursos* – de “tener en cuenta las condiciones de emisión y los efectos de lectura de los textos, situar la producción y la circulación de los enunciados dentro de determinados espacios histórico-discursivos (...). Goldman, Noemi. *El discurso como objeto de la historia*. Buenos Aires: Hachette, s/d (grifo nosso). Sem dúvida interessante, uma tal perspectiva viria a constituir, entretanto, um outro esforço, com outro propósito e com outras hipóteses. Um outro trabalho.

2.2.1. As chaves de leitura

Experiência e Expectativa

Chaves de leitura específicas orientam e instrumentalizam – estando-lhes implícitas – a interpretação e a análise dos discursos em questão. A elaboração e a escolha de chaves de leitura é de todo fundamental para viabilizar a análise de textos, sobretudo em se tratando das milhares de páginas que, no caso particular desta tese, somam os discursos de Getúlio Vargas e Fernando Henrique Cardoso – cerca de vinte mil, no total. Sem chaves de leitura, o resultado é que nada ou quase nada se lê, a pretexto de tudo ler-se, e o esforço de análise tende a exaurir-se demasiado rapidamente, ou, na melhor das hipóteses, a não lograr abarcar o universo imenso de detalhes que só a leitura centrada e de determinada maneira *orientada* faz entrever, restando somente o que poderíamos denominar “espírito geral” do *corpus* discursivo – o que seria insuficiente. O estudioso, seu assuntos, suas hipóteses, correm o risco de a todo momento perder-se nas águas turvas que representam os inúmeros tópicos, situações e modos de abordagem que configuram os textos. Com tais perigos metodológicos em mente, optou-se, de um lado, pelo

binômio *experiência/expectativa*, inspirado em grande medida nas reflexões de Reinhardt Koselleck⁴³.

(...) **la experiencia** y la expectativa son dos categorías adecuadas para tematizar el tiempo histórico por entrecruzar el pasado y el futuro. Las categorías son adecuadas para intentar descubrir el tiempo histórico también en el caso de la investigación empírica, pues enriquecidas en su contenido, dirigen las unidades concretas de acción en la ejecución del movimiento social o político. (...) En la experiencia se fusionan tanto la elaboración racional como los modos inconscientes del comportamiento que no deben, o no debieran ya, estar presentes en el saber. Además, en la propia experiencia de cada uno, transmitida por generaciones o instituciones, siempre está contenida y conservada una experiencia ajena. (...) Algo similar se puede decir de **la expectativa**: está ligada a personas, siendo a la vez impersonal, también la expectativa se efectúa en el hoy, es futuro hecho presente, apunta al todavía-no, a lo no experimentado, a lo que sólo se puede descubrir. Esperanza y temor, deseo y voluntad, la inquietud pero también el análisis racional, la visión receptiva o la curiosidad forman parte de la expectativa y la constituyen. (Koselleck, 1993, p. 337-338; grifo nosso).

Assim, o entrelaçamento do passado e do futuro permite capturar o pensamento presidencial acerca do passado, quer dizer, da experiência histórica do país (e, eventualmente, da própria história universal); tal experiência é assimilada de uma maneira muito particular, informando, de um lado, acerca do contexto em que o discurso é enunciado, e encaminhando, de outro, em um movimento dialetizado, uma certa expectativa de futuro – é o *horizonte de expectativa*. Pôde-se desse modo lançar aos documentos as indagações: que idéia, que noção sobre o passado brasileiro – em uma palavra, que *idéia de História* – está assimilada ou veiculada, diretamente ou não, nesse *corpus* discursivo? E que horizonte se descortina à frente,

⁴³ Koselleck, Reinhardt. Futuro pasado: para una semántica de los tiempos históricos. Buenos Aires: Paidós, 1993.

dada essa leitura, em termos de expectativa? *O quanto essa dupla leitura informa sobre as idéias de História e de História do Brasil, de Memória e de elementos de Interpretação do Brasil?* Eis o primeiro modo de esquadramento dos discursos.

Recepção e resistência

O segundo modo de esquadramento dos discursos, de corte horizontal, completa o primeiro, na medida em que possibilita perceber a forma pela qual são aceitos ou rejeitados (inteiramente ou em parte) os elementos que compõem a experiência internacional – a história mundial – em cada uma das épocas: a do pós-1929 e a do pós-1989. Trata-se do binômio *recepção/resistência*, cujo caráter de complementaridade em relação ao primeiro fica esclarecido ao notarmos que a realidade nacional está, especialmente nos momentos em pauta, influenciada pelo que ocorre no mundo.

Ora, sendo positiva ou negativamente recebida, a realidade internacional – sua leitura específica – estará presente na disposição com que se olha para o passado, e, talvez com muito mais razão, na avaliação que se faça do presente e do futuro. As indagações, aqui, são da seguinte ordem: como as novas ordens mundiais informadas pela crise de 1929 / pela Globalização são recebidas no Brasil (especialmente pelos homens à frente do Estado), nos momentos em questão? Positiva ou negativamente? E, em cada uma das possibilidades, o quão

positiva, o quão negativamente? Como ecoam ou informam visões de História, integrando-se às percepções relacionadas à História do Brasil? Que semelhanças e diferenças cada época apresenta no que se refere à absorção do conjunto de idéias e valores que compõem as novas realidades? Houve maior recepção (aqui entendida como possuindo “sinal positivo”), menor resistência (aqui contemplada com “sinal negativo”): Maior resistência, menor recepção? Em que se assemelharam recepção e resistência; e em que se mostraram diferentes?

Inspiramo-nos, aqui, no procedimento metodológico utilizado por Peter Burke em seus estudos sobre a Renascença europeia fora da Itália⁴⁴:

“Recepção” e “resistência” são conceitos complementares. Se quisermos entender por que (...) numa certa região [considera-se] bem-vindos certos elementos culturais que são novos para elas, nós devemos estar conscientes de que devemos compará-los e contrastá-los com (...) outra região que por sua vez rejeite os mesmos itens. (Burke, 1999, p. 20).

⁴⁴ Ver “O Renascimento multicultural”. Folha de São Palo. Caderno Mais!, 19 de dezembro de 1999, p. 20.

2.4. História do Tempo Presente

*“Está fora de meu alcance o meu fim.
Sei só até onde sou contemporâneo de mim.”*

Ferreira Gullar

O fim do século XX – bem como a passagem para o século XXI – apresentou como uma de suas características definidoras mis essenciais o fato de que, como consequência das inovações científicas e tecnológicas em termos de telecomunicações e informática⁴⁵ havidas nas últimas décadas, trata-se de um tempo de intensa aceleração histórica⁴⁶; um tempo em que a informação circula com uma velocidade tão grande, e em tão grande quantidade, que acaba por se impor com força aparentemente irresistível um padrão de consumo da informação igualmente rápido e tendente à não assimilação – um padrão, portanto, pulverizado como pulverizada é a própria natureza da informação *neste contexto*.

⁴⁵ Fonseca, 1997.

⁴⁶ Sobre a aceleração histórica e suas consequências sócio-culturais e em termos de percepção do tempo, e ainda sobre a própria palavra *velocidade* erigida como conceito filosófico, ver Virilio, Paul. *Velocidade e política*. São Paulo: Estação Liberdade, 1996.

Ora, uma tal característica faz com que a sociedade contemporânea se mostre como estando necessitada de *inteligibilidade histórica próxima*⁴⁷, o que exigiria (hoje mais do que nunca), a transformação da massa de informações produzida pelos meios de comunicação em uma unidade – um texto, por exemplo – dotada de sentido e inclusive de sentido histórico-específico. Para Pierre Nora⁴⁸, seria em parte trabalho do historiador o de produzir esclarecimento, fornecer explicações *próximas* que serão necessariamente provisórias – mas plausíveis –, uma vez que estas explicações encontrariam raízes no passado.

A percepção da dramaticidade deste aspecto da “condição pós-moderna”⁴⁹ está muito presente na elaboração desta tese, uma vez que o assunto tematizado, tendo um de seus pólos na década de 1990 e na virada do século até o ano de 2002, não poderia escapar aos problemas teóricos e metodológicos da chamada *História do Tempo Presente*. Afinal, como colocar em relação momentos históricos em que, de um lado – o pós-1929 –, há toda uma bibliografia constituída e mesmo interpretações consagradas, e, de outro – o pós-1989 –, em que tanto a bibliografia como as interpretações estão em plena construção, sendo muito mais rarefeitas? E em que a bibliografia que há encontra-se, o mais das vezes, dispersa nos meios de comunicação impressos? Não se trata, naturalmente, de afirmar que aquilo que diz respeito ao pós-1929 também não esteja *em construção*. Quer-se

⁴⁷ Lacouture, Jean. *A História Imediata*. In: Le Goff, Jacques. *A História Nova*. São Paulo: Martins Fontes, 1990, p. 215-240.

⁴⁸ *Apud* Lacouture. Obra citada, p. 218.

⁴⁹ Ver Lyotard, Jean-François. *O pós-moderno*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1988 – 3ª edição.

apenas sublinhar que, para *esse pólo* do trabalho, já existe uma massa de saber acumulado que, se de certa forma angustia o pesquisador em vista da *quantidade*, em um outro sentido o tranqüiliza, dado que resta assegurada a *qualidade*. Se é um mar vasto, é um mar de águas relativamente tranqüilas.

Quanto ao período do pós-1989, o que há, em grande parte, é um número imenso de jornais e revistas que ainda nem bem amareleceram – ainda que uma bibliografia relativamente consistente já esteja sendo erigida, não necessariamente no campo da História. São, portanto, dois universos bibliográficos com *estatuto epistemológico* marcadamente diferenciado. De um lado, livros – que em princípio têm em sua confecção a ambição da permanência; de outro, matérias (artigos, ensaios, reportagens) cuja própria natureza pode ser tão efêmera quanto o é a do jornal do dia de ontem.

O autor-chave para a problemática da *História do Tempo Presente* é Jean Lacouture, e o texto a que reiteradamente têm se referido os que desejam tratar do tema é o seu “*História imediata*”, publicado originalmente em 1978 na obra “*A História nova*”, organizada por Jacques Le Goff⁵⁰. Entretanto, ainda em 1963 Lacouture publicou na França uma coleção com o mesmo título do texto em questão, e estabeleceu-se, juntamente com o historiador Pierre Nora e o sociólogo Edgar Morin, como a referência primeira e obrigatória para o assunto⁵¹.

⁵⁰ Ver nota-de-rodapé de número 46.

⁵¹ Paillard, B. *Imediata (História)*. In: Burguière, André (org.). *Dicionário das Ciências Históricas*. Rio de Janeiro: Imago Editora, s/d, p. 408-411.

Lacouture, em princípio, não faz qualquer distinção⁵² entre os termos *História Imediata*, ou *História do Tempo Presente*, ou somente *História do Presente*, ou ainda *História Próxima* – como aqui não fazemos, apesar de termos escolhido *História do Tempo Presente* –, e salienta que, apesar de ter o contexto que alimenta a sua emergência no campo da investigação histórica ser basicamente o do pós-2ª Guerra Mundial, esse tipo de fazer histórico não é propriamente uma novidade:

É um dogma de fresca data o de que a história seja a ciência do passado, que só encontre sua razão de ser, sua nobreza, sua justificação na laboriosa extração de seus recursos da montanha dos arquivos. É só no alvorecer do reinado positivista (...) que a Universidade (...) formula o princípio de tal dogma; a história só poderia tratar do abolido, do que passou. (...) Será que era preciso reagir dogmaticamente contra o exemplo de uma pesquisa centrada no vivo? (...) Em sua distância do passado e em sua relação com os materiais que seleciona, a operação histórica parece ter passado por vários contraditórios. César e Commines se consideravam historiadores? Em todo caso, as obras que deixaram estavam abertamente ancoradas no presente, um presente que eles viveram não apenas como testemunhas, mas também como atores, por vezes como protagonistas. (Lacouture, 1990, p. 219).

Além disso, em um raciocínio de cunho mais propriamente filosófico, o autor relativiza a própria noção de imediação, argumentando que toda e qualquer operação histórica pressupõe procedimentos de verificação, de delimitação, de exclusão, de coleção, e assim por diante. De todo modo, havendo feito tais ressalvas. Lacouture conceitua a História do Tempo Presente a partir do que seriam os seus componentes mais essenciais. Assim – trazendo desde já matizada,

⁵² Como o fazem Chauveau e Tétart (1999), por exemplo.

portanto, a noção de História como “ciência do passado” – esta se caracterizaria, “a um só tempo, pela proximidade temporal da pesquisa e redação da obra em relação ao tema trabalho, e pela proximidade material do autor em relação à crise estudada.”⁵³

Em uma situação dessa natureza, fundamentalmente diferente daquela em que o historiador conta com um razoável distanciamento temporal entre si mesmo, sua circunstância, e o seu objeto de estudo, este se oferece praticamente sem elaboração (uma vez que *sem o trabalho do tempo*). Assim, “imediato”, aqui, significa justamente *ausência de mediação*, no sentido de não haver um *corpus* de saber constituído sobre os temas, sobre o objeto em questão; de não haver, em uma palavra, uma bibliografia que tenha sido submetida ao crivo crítico de uma geração ou mais⁵⁴.

Ocorre, entretanto, que em tempos de pronunciada aceleração histórica, em uma sociedade “alucinada por informação”⁵⁵ e portanto – como vimos – necessitada de *inteligibilidade histórica próxima*, teríamos hoje como um imperativo a necessidade do desenvolvimento de uma história imediata que traga a contribuição específica para transformar a massa de informações posta em circulação pelos meios de comunicação em uma unidade com *sentido*; portanto, no que se refere à

⁵³ Lacouture, obra citada, p. 216.

⁵⁴ É interessante notar que para Italo Calvino (1994), a passagem positiva de uma obra pelo crítico de mais de uma geração apresenta-se como um dos elementos que lhe darão o próprio estatuto de clássico – ou seja, um atestado de permanência, um indicativo de que as questões postas em pauta por aquela obra continuam *fazendo sentido*.

⁵⁵ Dias, 1995.

História, em uma unidade em que estejam identificadas as raízes processuais do objeto, seu emolduramento no presente – com toda a riqueza e complexidade das relações possíveis –, e ainda em que esteja dada uma inteligibilidade suficiente para o seu exame no futuro⁵⁶.

Essa necessidade de *produção de sentido próximo* não está livre, evidentemente, de inúmeras questões de corte teórico e metodológico que são imediatamente suscitadas. Uma das mais centrais é a da *reemergência do acontecimento* – posto de lado como objeto de investigação histórica quando da estruturação teórica da Escola dos Annales, momento em que, em nome de uma história total, toda uma geração de historiadores passou a defender e praticar uma concepção de história em que o *econômico* e o *social* viriam a ocupar uma posição de centralidade, em detrimento do político.

Uma premissa fundamental dessa mudança seria a de que “os fenômenos inscritos em uma longa duração são mais significativos do que os movimentos de fraca amplitude, e que os comportamentos coletivos têm mais importância sobre o curso da história do que as iniciativas individuais.”⁵⁷

No entanto,

⁵⁶ Isto diferenciaria os procedimentos dos historiadores frente ao *tempo presente* da análise de conjuntura feita por economistas, cientistas políticos e por certa extração de jornalistas, por exemplo.

⁵⁷ Ferreira, 1992, p. 265.

[A história política] atribui, talvez, mais importância ao evento do que outras. (...) Se trabalhamos sobre um período curto ou próximo, somos levados a atribuir [ao acontecimento] uma parte mais importante do que sobre períodos afastados em que, pela força das coisas, os relevos se esfumam, e em que o olhar percebe conjuntos mais maciços e monumentais. Compreender bem o fato não é reduzi-lo a anedota. É necessariamente distinguir as duas noções: o fato não é o acidente e não se limita à superfície das coisas; ele introduz na nossa visão a contingência e isto é de grande importância. Rémond, 1999, p. 55).

Esta noção recuperada do *acontecimento* – além de não implicar em que tomemos o acontecimento como objeto principal, e nele permaneçamos em registros estéreis – ainda consideraria, para René Rémond, a idéia de que o historiador do presente teria de dar uma atenção necessariamente especial para o fato, e essa experiência pode ser útil a todos os historiadores, na medida em que não lhes deixa esquecer o *peso da contingência* na história.

Costuma-se distinguir o historiador do jornalista pela diferença dos níveis de escuta. O primeiro, como o índio bateador, preocupa-se menos com o rodeio na superfície do que com os ecos vindos do solo, em que encosta o ouvido. (...) Mas [ainda assim] o acontecimento conserva seu valor específico, seu dinamismo próprio. [Lacouture, obra citada, p. 232).

Críticas como as realizadas por Kokca⁵⁸ ao que denomina “história das experiências”, opondo-lhe uma “história estrutural” caracterizada por uma argumentação que trabalha fundamentalmente com perguntas e respostas, teses, dúvidas, tentativas de verificação, uso dos instrumentos do contraste e da analogia, etc., salientam que esta – a “estrutural” – não perde de vista ações, experiências,

⁵⁸ KOCKA, Jürgen. *Um retorno à narração? Em defesa de uma argumentação histórica*. Revista História: Questões e Debates. Curitiba, v. 13, nº 24, p. 56-77, jul/dez, 1996.

acontecimentos, indivíduos; ao contrário, os considera relevantes, ainda que para serem inscritos em categorias de antes e depois.

Emaranhado no retorno do *político*, então, reemergiu também o *acontecimento*, mas entendido como *estando em relação*, necessariamente, com camadas de significação mais “estruturais”⁵⁹ – camadas de profundidade em cujo espaço são originados os ecos cuja escuta darão os subsídios para o bom trabalho, para o trabalho *com sensibilidade* em História do Presente. Rémond considera que o fato modifica também em profundidade – e não somente na superfície – o destino dos povos e destinos individuais.

(...) O que perturbou mais a vida de milhares de franceses do que as duas guerras? Estamos aqui mais próximos do político do que de outra coisa. O acontecimento pode perturbar e mudar o curso das coisas. O retorno do político não é, pois, o retorno à narração no sentido tradicional do termo, nem superestimação do acontecimento. (Rémond, 1999, p. 56)

É preciso considerar que um dos pontos frágeis desse tipo de investigação histórica – esse que acolhe o *tempo presente* e aceita suas conseqüências –, em termos metodológicos, seria o fato de o pesquisador, por falta de distanciamento temporal, não poder delimitar, senão de maneira bastante precária –, um “teto” para seu trabalho: um historiador que escrevesse sobre a Guerra do

⁵⁹ A idéia de acontecimentos (existentes em profusão nos discursos presidenciais estudados) vinculados a “camadas de significação mais estruturais” é fundamental para a consecução metodológica desta tese; com efeito, e em grande medida, as chaves de leitura escolhidas buscam precisamente reconhecer a significação profunda de elementos discursos pontuais e aparentemente datados.

Vietnã em 1974, por exemplo, não conheceria o fim da guerra (do mesmo modo, ao tempo em que iniciávamos o trabalho de pesquisa que resultou na presente tese, não éramos conhecedores do fim do governo de Fernando Henrique Cardoso ou de seus efeitos de curto e de médio prazo). Lacouture reconhece que esta limitação – ignorar parte da seqüência e o epílogo dos processos estudados – constitui uma fraqueza da História Imediata, mas relativiza sua importância:

O ‘imediatista’ não é tão solitário, tão desarmado em sua ignorância do ‘desenlace’, já porque seu próprio trabalho é um dos atos do drama, considerando-se resolutamente isso e assumindo sua função de acompanhamento cego (...), já porque a matéria que ele escruta forma um bloco bastante delimitado para que as evoluções posteriores transformem radicalmente seja a sua natureza, seja o seu sentido. (1990, p. 223).

Além disso, René Rémond lembra que tal limitação não é exclusiva do historiador do presente, dado que os trabalhadores que trabalham períodos sobre os quais se pode licitamente pensar que o ciclo está quase fechado, arriscariam adotar uma atitude abusada (sic) da vantagem que lhes confere o fato de conhecer a seqüência do objeto que estudam. Para esse autor, poderia haver uma tendência à simplificação que os faria acreditar que as coisas deveriam necessariamente se passar como se passaram, e não de outra forma⁶⁰; uma atenção sensível ao fato manteria um olhar específico para a realidade de que há sempre bifurcações e múltiplas possibilidades e relações.

⁶⁰ Como vimos (nota de rodapé nº 2), Walter Benjamin já alertava para a necessidade de nuançar a idéia de que as coisas que se passaram de uma certa forma não poderiam ter se passado de outra. Recomendava que os estudiosos “passassem a história a contra-pêlo”, de modo a enxergar as alternativas que não se realizaram mas que podem permanecer vivas em potência (Gagnebin, 1993).

Assim, aquele que poderia, com efeito, ser apontado como um defeito estrutural da *História do Tempo Presente*, pode mesmo ser entendido, ao contrário, como a sua melhor potencialidade, já que, além das injunções acima mencionadas, o historiador, não podendo esconder-se atrás de uma pretensa e muito discutível objetividade, seria convocado a esclarecer com a máxima precisão suas orientações e posição frente à história, o que, isto sim, constituiria verdadeira condição para o desenvolvimento de uma obra qualificada. Em uma outra linha de raciocínio, pode-se verificar que apanhar a mudança, a história viva, em movimento, seria em grande parte a tarefa por excelência do historiador – de *qualquer* historiador -, o que pode perfeitamente ser alcançado independente do desenlace do evento⁶¹.

Um outro ganho, este a meu ver, seria o da recuperação, agora em um novo patamar, de um engajamento por parte do historiador que parece ter sido perdido nas barricadas de 1968. Lembremos que para Jean-Paul Sartre⁶² o intelectual deve estar *em relação* para com o seu tempo – ou terá falhado como intelectual (havendo aqui um traço de identificação possível com a idéia de Nora acerca da necessidade de produção de esclarecimento *próximo*, de um jorrar luz sobre o tempo presente).

Ainda em termos de ordem metodológica, Eric Hobsbawm nota que no

⁶¹ Lacouture, obra citada, p. 225.

⁶² Solal, 1985.

que diz respeito à acessibilidade das fontes, o historiador do contemporâneo está, em geral, em melhores condições que o historiador que estuda, por exemplo, o século XVI:

Pelo menos sabemos o que poderia ser, e em muitos casos mais cedo ou mais tarde será, disponível, ao passo que as lacunas no registro do passado são, quase com certeza, permanentes. Em todo caso, o problema fundamental para o historiador do contemporâneo em nosso tempo infinitamente burocratizado, documentado e inquiridor é mais um excesso incontrolável de fontes primárias que uma escassez das mesmas. (Hobsbawm, 1998, p. 254).

Assim, pudemos encontrar em Hobsbawm eco – não solução ou mesmo encaminhamento de solução – para o problema da incontrolabilidade das fontes para a história do presente. De resto, controlar e utilizar todas as fontes é algo que dificilmente ocorre em qualquer tipo de investigação histórica. Lacouture⁶³, trazendo à discussão um elemento que a *História do Presente* partilha com a *História Oral* – considera que para o historiador do presente se opera uma arbitragem misteriosa entre o conhecido e o “a conhecer”: o uso de certas fontes poderá comprometer indivíduos ou instituições, e isso poderá fechar, ao pesquisador, portas que o levem a outras e/ou novas fontes.

Vemos, portanto, que nesta problemática está presente uma necessidade – produzir inteligibilidade histórica próxima, dando conta da complexidade do mundo em que vivemos -, muitas especificidades e algumas

⁶³ Obra citada, p. 227.

limitações. Obviamente, a existência destas não deverá implicar em um abandono do desafio que representa realizar uma história que seja (também) uma história do *tempo presente*, que dialogue com as disciplinas afins mas que saiba manter intactos a sua identidade e o seu *dizer* únicos⁶⁴.

⁶⁴ Os profissionais em história mais ciosos das fronteiras de sua disciplina costumam desqualificar os historiadores do presente denominando-os “historiadores-jornalistas”, ou insistindo em não perceber em que a História do Tempo Presente difere do ensaísmo, da Economia, da Sociologia ou da Ciência Política. É interessante notar que, hoje como nunca – e principalmente na Europa – os historiadores, e entre eles os “historiadores tradicionais”, ocupam amplamente largos espaços nos meios de comunicação, enunciando opiniões sobre virtualmente tudo – inclusive sobre o tempo presente, os homens do presente, a sociedade presente. Ora, não vemos, em princípio, razão para que um intelectual seja especialmente mais rigoroso ao escrever um livro do que ao falar para milhões de espectadores em tempo real – em rádio ou em televisão. De resto, à complexidade extrema do mundo nesta passagem de século deve corresponder igual complexidade em termos do instrumental analítico de que o historiador dispõe, de modo que a resistência à História do Tempo Presente, ao tempo em que induz a perder a oportunidade de sofisticação daquele material, parece trazer ainda um certo ranço pré-Escola dos Annales, um ranço contra a interdisciplinaridade. Afinal, A História do Tempo Presente pode e deve enriquecer a história tradicional na medida em que fornece elementos de *horizontalidade* – que, em princípio, seriam próximos da Geografia e da Sociologia – a serem compostos com o traço de *verticalidade*, de profundidade, de compreensão diacrônica e processual que é uma das características da história desde sua constituição como saber específico. A considerar que as razões que levaram o mundo a ser tal como é hoje devam se afirmar com muito mais força no futuro próximo – desenvolvimento das telecomunicações, da informática, etc. -, aumentando em muito a necessidade de intelegibilidade histórica do nosso tempo, mais razões terá a História do Tempo Presente para encontrar sua afirmação.

Segunda Parte

História, Memória e Interpretação do Brasil no discurso presidencial de Getúlio Vargas

1. Quadro teórico geral de referência

Na rede de simetrias e assimetrias existentes entre os dois universos apanhados nesta tese, há uma simetria, em especial, que fornece ao trabalho de análise e interpretação um *ambiente de mesma linguagem*, um quando teórico geral de referência compartilhado. Trata-se da literatura ligada à Cepal, a qual desempenhará não o papel de um “metro” absoluto a partir de cujo uso, ou de cuja “verdade”, seriam avaliadas bibliografia e historiografia, mas o de um ponto de vista entendido essencialmente como relativo em relação a outros – constituindo, não obstante, um patamar mínimo, um ponto de partida útil não apenas em face da maior ênfase dada à história das idéias econômicas, em termos contextuais, mas também no que diz respeito a sua pertinência e possibilidades de aplicação e diálogo tanto para o período do pós-1929 quanto para o do pós-1989.

Desenvolveremos, aqui, para que se as tenha em mente quando da composição do trabalho contextual que se segue, as idéias fundamentais compreendidas na literatura da Cepal em sua globalidade, acompanhadas das principais objeções feitas a elas em literaturas de outras origens teóricas. No “Quadro teórico geral de referência” que abrirá a terceira parte desta tese, dedicada

ao pós-1989 e ao discurso presidencial de Fernando Henrique Cardoso, elaboraremos, complementarmente, uma periodização das teorias da dependência.

Os autores ligados à Cepal dirigem uma crítica essencial à idéia ricardiana⁶⁵, marco da teoria clássica do comércio internacional, de que a especialização de cada país naquilo que lhe trouxesse vantagens comparativas em relação a outros, na divisão internacional do trabalho, traria benefícios para cada um e para todos. Dialogar com a tese ricardiana, criticando-a, representou uma das intenções centrais do influente texto de Raúl Prebisch, “O desenvolvimento econômico da América Latina e seus principais problemas”, de 1949:

A realidade está destruindo na América Latina aquele velho esquema da divisão internacional do trabalho que, após haver adquirido grande vigor no século XIX, seguiu prevalecendo, doutrinariamente, até bem pouco tempo. Nesse esquema correspondia à América Latina, como parte da periferia da economia mundial, o papel específico de produzir alimentos e matérias-primas para os grandes centros industriais. Não cabia, ali, a industrialização dos países novos. Não obstante, os fatos a estão impondo. Duas guerras no curso de uma geração, e uma profunda crise econômica entre elas, demonstraram aos países da América Latina suas possibilidades, ensinando-lhes, positivamente, o caminho da atividade industrial. (...) As grandes vantagens do desenvolvimento na produtividade não chegaram à periferia em medida comparável ao que lograram desfrutar as populações dos grandes países. Daí as diferenças tão acentuadas entre os níveis de vida das massas nestes e naquele, e as notórias discrepâncias entre suas respectivas forças de capitalização, uma vez que a margem de poupança depende, primordialmente, do aumento da produtividade (...). Existe (...) manifesto desequilíbrio, e qualquer que seja sua explicação ou a maneira de justificá-lo, trata-se

⁶⁵ Essencialmente, a Lei das Vantagens Comparativas de David Ricardo pretende demonstrar a vantagem de um país importar determinados produtos mesmo que possa produzi-los por preço inferior – desde que sua vantagem, em comparação com outros produtos, seja ainda maior. Conforme Sandroni, “essa lei constitui, ainda hoje, uma parte importante da teoria do comércio internacional” (1994, obra citada). No contexto da economia brasileira e do pensamento econômico brasileiro, a Lei das Vantagens Comparativas é, em geral, associada à idéia da *agrarismo* (por sua vez ligada à defesa da economia primário-exportadora), em oposição à de industrialismo.

de um fato certo, que destrói a premissa básica do esquema da divisão internacional do trabalho. Daí o significado fundamental da industrialização para os países novos. Ela não é um fim em si mesma, mas o único meio de que se dispõe para captar uma parte do fruto do progresso técnico e elevar progressivamente o nível de vida das massas. (Prébisch, 1949, p. 47-48)

Versiani e Barros⁶⁶ derivam do texto de Prébisch, em operação manifestamente didática, três proposições fundamentais, as quais serão desenvolvidas posteriormente por muitos autores.

- Poderiam ser reconhecidas duas fases diferentes na evolução histórica das economias latino-americanas: uma em que haveria a especialização em produtos primários, predominando a atividade exportadora na geração da renda interna – o que veio a ser denominado “modelo primário-exportador” -, e outra em que sobreviria a industrialização, com progressivo crescimento do papel desempenhado pelo mercado interno;
- A passagem para a fase da industrialização – nos países que chegaram a conhecê-la, evidentemente – foi propiciada fundamentalmente por circunstâncias históricas desfavoráveis ao funcionamento do modelo exportador; é o embrião da idéia de “choque adverso”;
- A industrialização é um fenômeno que em grande medida depende de políticas econômicas governamentais que o favoreçam, tais como medidas de tipo protecionista e de estímulo à formação e acumulação de capital.

⁶⁶ Versiani, Flavio Rabelo, e Barros, José Roberto Mendonça. “Formação Econômica do Brasil – A experiência da industrialização”. São Paulo: Saraiva, 1977, p. XII-XIII.

Nos trabalhos iniciais realizados pela Cepal, ou em torno de sua filosofia, e pressupostos, a industrialização passou a ser compreendida como algo que não apenas modificaria a realidade econômica dos países latino-americanos, como alteraria, em consequência, os padrões de desenvolvimento social do continente – idéia que ganhou grande fôlego na década de 1950, quando o Brasil, por exemplo, já passava a apresentar um nítido e *continuado* crescimento industrial.⁶⁷ Para Versiani e Barros, “é fora de dúvida que o esquema interpretativo cepalino trouxe elementos relevantes para o entendimento da formação das economias latino-americanas, e principalmente um marco analítico sobre o qual se assentaram numerosos estudos sobre aspectos específicos desse processo”⁶⁸; todavia, a partir de meados da década de 1960, sobretudo, começam a ser publicadas obras que dirigem críticas diretas às proposições cepalinas, separadas pelos autores em três modos diferentes de argumentação:

⁶⁷ Em contrapartida, visões menos otimistas, surgidas desde dentro do ambiente teórico da Cepal, mas que apontavam para o que seriam os limites do modelo de substituição de importações, começavam a aparecer: “No conhecido trabalho de Maria da Conceição Tavares sobre o processo brasileiro de industrialização são postos em evidência a baixa absorção de mão-de-obra e os altos custos de produção nos novos setores industriais, argumentando-se que até certo ponto essas eram as características ‘inevitáveis’ do ‘modelo’ de industrialização seguido. Esse pessimismo culminou com os argumentos estagnacionistas que circularam em meados da década de sessenta, segundo os quais a industrialização baseada na substituição de importações estaria então atingindo seu limite de potencialidade.” Versiani e Barros, obra citada, p. XIX. O texto de Tavares ao qual os autores se referem é *Auge e declínio do processo de substituição de importações no Brasil*, capítulo de “Da substituição de importações ao capitalismo financeiro”, obra citada. Exemplos de “argumentos estagnacionistas que circularam na década de sessenta” seriam os expostos pelo próprio Celso Furtado em obra de 1968, “Subdesenvolvimento e Estagnação na América Latina” (Rio: Civilização Brasileira, 1968), e por Francisco L. de Pádua Lopes, “Subsídios à formulação de um modelo de desenvolvimento e estagnação no Brasil”, em *Revista Brasileira de Economia*, 23 (2): 59-76, 1969.

⁶⁸ Obra citada, p. XIV.

- Contra a teoria dos “choques adversos” (associada à segunda proposição derivada de Prébisch, acima exposta), argüiu-se de mais de uma forma: sob o ângulo factual, ponderou-se que a ênfase excessiva dada à idéia de que industrialização teria sido induzida pela realidade criada pelas Grandes Guerras e pela crise de 1929 e a Depressão, não encontrava bases históricas, uma vez que a industrialização brasileira não iniciou-se em 1914. Pôs-se em dúvida inclusive o próprio argumento de que a Primeira Guerra Mundial tivesse efetivamente favorecido a industrialização; chegou-se a sugerir precisamente o oposto.⁶⁹
- As idéias cepalinas sofreriam de um determinismo econômico que lhes seria subjacente, fazendo não apenas com que variáveis políticas e sociais restassem subestimadas, como revelando bom grau de simplismo em seu esquema

⁶⁹ Quanto ao primeiro argumento, é preciso observar que se desconhecem obras ligadas à Cepal que tenham afirmado que a industrialização brasileira, por exemplo, inicia-se com a Primeira Guerra Mundial – o que seria não apenas ingenuidade como franco desconhecimento da histórica econômica do Brasil. A idéia, também contemplada na presente tese, é a de que os “choques adversos”, e muito especialmente aquele associado à crise de 1929, teriam, favorecendo a industrialização pela substituição de importações, colaborado para que se alterasse o *eixo fundamental* da economia brasileira, que passou a ser, progressivamente, a indústria. Vê-se, assim, que o contra-argumento, pretextando ingenuidade por parte dos autores cepalinos, é ele mesmo essencialmente ingênuo. De qualquer modo, considerou-se que o nó da questão da industrialização brasileira esteve sempre nas políticas econômicas governamentais, insuficientes no último quartel do século XIX, quando já havia condições para o florescimento da indústria – políticas que, de resto, só teriam passado a ser adotadas com maior freqüência durante a República Velha (*daí* a industrialização), ainda que de “maneira coordenada” só após 1930. Uma variante desse argumento, de caráter semelhante mas teoricamente distinta, considera que o atraso na industrialização brasileira teria de ser atribuído não à ausência de políticas econômicas governamentais, mas exatamente a um seu excesso; o processo, deste modo, não exigia intervenção de tipo protecionista, mas *laissez-faire*... Quanto à idéia, também de corte liberal, de que a Primeira Guerra Mundial não só não teria representado um “choque adverso”, como o contrário disto, ver principalmente Dean, Warren, “A industrialização de São Paulo”, Difusão Européia do Livro, 1971; Villela, Aníbal Villanova e Suzigan, Wilson, “Política do Governo e Crescimento da Economia Brasileira, 1889-1945”, Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1973. Trabalhos desse jaez investigam variáveis macroeconômicas como as políticas monetária e de crédito influido, a cada momento, sobre a questão da industrialização. Para uma histórica econômica do Brasil composta desde o viés crítico apresentado nesta nota, Versiani e Barros sugerem Baer, Werner, e Villela, Aníbal V., “Crescimento industrial e industrialização: Revisões nos estágios do desenvolvimento econômico do Brasil”, *Dados*, 9:114-134, 1972.

interpretativo da industrialização. Assim, na raiz de todos os males latino-americanos estavam as limitações de um desenvolvimento historicamente voltado “para fora”; a contrapartida disto seria a crença superestimada na industrialização, elevada à categoria de panacéia. Segundo este corte crítico, as teorias da Cepal tenderiam a ignorar, ou a negligenciar, tanto o papel das relações mundiais de poder político, como a própria estrutura sócio-política interna. O conjunto de idéias conhecido como Teoria da Dependência, em suas várias expressões, teve origem, conforme Versiani e Barros, como reação a esta crítica específica;

- A pouca operacionalidade conceitual do “esquema cepalino clássico” no sentido de dar conta dos desenvolvimentos e desdobramentos mais recentes do processo de industrialização latino-americano e brasileiro – crítica que também é “interna” ao pensamento da Cepal, e que aponta para o que seria uma sua baixa capacidade de renovação.⁷⁰

Este quadro teórico geral de referência emoldura o trabalho de contextualização feito a seguir, estendendo-se, também, para o que envolve o ambiente do pós-1989.

⁷⁰ A exceção seriam os trabalhos de Maria da Conceição Tavares desenvolvidas a partir da década de 1970, e o de João Manuel Cardoso de Mello; obras citadas.

2. O Brasil diante da inflexão de 1929 – o contexto e o texto

Havendo causado o colapso do liberalismo econômico e das instituições políticas de cunho liberal – marcos sobre os quais as nações industrializadas do mundo vinham se erguendo desde a segunda metade dos anos 1700, em um padrão de evolução mais ou menos seguro -, a crise de 1929 transformou profundamente o curso do século XX. Com efeito, poucos países atravessarem o período que se seguiu à crise – a *Grande Depressão* – sem sofrer e promover mudanças de grande envergadura, tanto internas como em seu modo de inserção na economia global. Enquanto as nações desenvolvidas dividiam-se essencialmente em dois caminhos⁷¹ - de um lado, a social-democracia, de que são exemplo o *New Deal* de Frank. D. Roosevelt, nos Estados Unidos, e o governo da Frente Popular, na França; de outro, regimes de caráter autoritário e fascista, como a Alemanha de Hitler, ou de cunho francamente direitista, como a Áustria de Dollfuss (que

⁷¹ A União Soviética, praticamente não afetada pela crise, constitui um caso de extrema exceção.

perduraram até a Segunda Grande Guerra)⁷² -, os países do hemisfério não desenvolvido do planeta, compreendendo a América Latina, a África e a Ásia, conheciam movimentos nacionalistas e revolucionários que responderam à crise a sua maneira: menos conscientemente, no início do processo, no que se refere à economia e à política econômica; e mais deliberada e ativamente no que diz respeito às esferas social e política. De todo modo, as relações entre o Estado e a economia, entre o Estado e a sociedade, estariam para sempre transformadas; ou, no mínimo, configuradas *de um certo modo*, até a ocorrência das transformações da década de 1990.

Se considerados desde um ponto de vista histórico-cronológico e de seus efeitos a gestação e desdobramentos da crise são bem conhecidos, o mesmo não se dá quanto ao reconhecimento e análise de suas causas. A ortodoxia liberal largamente hegemônica até então – neoclássica ou marginalista, em uma referência dupla aos clássicos do liberalismo, como Adam Smith, e à *teoria do valor* específica, não smitheana, não-clássica, que postulavam⁷³ – considerava que a depressão e o desemprego que atingiram as economias capitalistas a partir de 1929...

⁷² A maioria dos países da Europa Oriental logo seguiu o exemplo. Mesmo na França, Inglaterra e Estados Unidos, para não mencionar África, Ásia e América Latina, surgiram movimentos fascistas, pressionando governos para a direita e perturbando movimentos de reforma. Cabe entretanto observar, em um registro da repercussão da crise nas mais diversas linhas de reflexão, que o pensamento de tradição marxista considera esses dois caminhos como a expressão de uma só e mesma realidade: a de burguesias defendendo desesperadamente os seus interesses de valorização do capital em uma conjuntura extremamente adversa, em contextos econômico-culturais diferentes, os quais requeriam medidas também diferentes. A esse respeito, ver Ohlweiler, Otto Alcides. *Humanidade e Lutas Sociais – Era do Imperialismo*. Porto Alegre: Editora Tchê!, 1987, p. 84.

⁷³ A esse respeito, ver o capítulo 11, “O triunfo do Utilitarismo: a economia de Jevons, Menger e Walras”, de Hunt, E. K. *História do Pensamento Econômico*. Rio de Janeiro: Campus, 2000, intitulado: “O triunfo do utilitarismo: a economia de Jevons, Menger e Walras”.

simplesmente não existiram⁷⁴, ou, se existiram, não passaram de um desajuste meramente temporário, a ser autocorrigido segundo o que preconizava a Lei de Say.

Coração e mente do liberalismo em sua leitura marginalista, pedra fundamental da teoria econômica neoclássica, a Lei de Say (referência ao industrial e economista clássico francês Jean-Baptiste Say, 1767-1832) estabelece que sempre e em todos os casos, em uma economia capitalista, a oferta cria a sua própria demanda, *não havendo portanto qualquer possibilidade de crise geral no sistema*. Como a soma de todas as mercadorias produzidas tem de necessariamente equivaler à soma de todas as mercadorias compradas, o sistema capitalista seria um sistema que se auto-regula constante e recorrentemente, dispensando por isso a interferência do Estado na economia.

Enquanto a crise seguia “não existindo”, a desconfiança geral quanto aos rumos da economia, que havia sido desencadeada pela quebra da Bolsa de Nova York em 24 de outubro de 1929 (a “quinta-feira negra”) levava os empresários – nos Estados Unidos primeiramente, e em seguida em todo o mundo capitalista – a reduzirem drasticamente a produção e os investimentos, o que teve efeito imediato, *universal e profundo*⁷⁵, sobre o nível das rendas nacionais e sobre o emprego: entre 1929 e 1932, o comércio mundial caiu 60%⁷⁶, e em muitos países industrializados o desemprego chegou a atingir nada menos que um quarto da mão-de-obra. Em um

⁷⁴ Sandroni, Paulo. Novo Dicionário de Economia. Círculo do Livro, 1994, p. 184.

⁷⁵ Hobsbawm, Eric. J. Era dos extremos, p. 96.

⁷⁶ Idem ibidem.

primeiro momento, governos marcadamente liberais, como o do republicano Herbert Hoover⁷⁷, reagiram à crise dentro dos parâmetros da ortodoxia vigente, reduzindo despesas para preservar o valor-ouro de suas moedas e alcançar o equilíbrio dos orçamentos. Para absoluta perplexidade dos liberais (empresários, governantes e teóricos), todavia, a conjuntura prosseguia em um padrão de agravamento crescente. O corpo de sua doutrina, não prevendo a possibilidade da ocorrência de doenças sérias, não havia desenvolvido qualquer remédio.

Para além das muitas tentativas de explicação⁷⁸ daquelas graves circunstâncias, e de seus eventuais méritos, a presença de John Maynard Keynes – tanto efetiva, propositiva e mesmo pragmática em termos políticos-econômicos (suas idéias estiveram na base do New Deal norte-americano), quanto teórica em termos mais propriamente econômicos (seus estudos foram pioneiros para o que hoje se conhece por Macroeconomia) – viria a ser decisiva, seja para a superação da situação de crise em si mesma, seja para criar os fundamentos que orientaram a constituição do sistema capitalista nas seis décadas seguintes. Se no vácuo criado

⁷⁷ Presidente norte-americano que em seu discurso de posse, em janeiro de 1929, havia declarado: “Nós na América estamos mais próximos do triunfo final sobre a pobreza do que ninguém antes na história de qualquer país. (...) Não alcançamos a meta, mas, tendo oportunidade de prosseguir na política dos últimos oito anos, breve, com a ajuda de Deus, veremos o dia em que a pobreza será banida desta nação.” Campos, Raymundo. *História da América*, São Paulo: Atual Editora, 1992.

⁷⁸ Em uma linha de explicação exemplar do pensamento liberal sobre a crise, pode-se apanhar a tese esposada por Milton Friedman, segunda a qual a crise de 1929 deveu-se fundamentalmente a um desequilíbrio *pontual* entre oferta e demanda; esse desequilíbrio pontual, no entanto, teria sido agravado durante a década de 1930 pelo Banco Central norte-americano, “que teria estrangulado a oferta de quantidade de dinheiro, quando propriamente teria sido anunciada uma expansão da oferta de dinheiro.” Quer dizer: um instrumento de política econômica, ou seja, uma intervenção estatal, não só não teria permitido que as leis do mercado atuassem no sentido de reequilibrar a economia, como teria provocado a recessão. Enderle, George et al. *Dicionário de Ética Econômica*. São Leopoldo: Editora da Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 1997, p. 125.

pelo retraimento do liberalismo três opções se apresentaram, passando a competir pela hegemonia intelectual-política mundial⁷⁹ - o comunismo marxista, a social-democracia e o nazi-fascismo -, seria a social-democracia a alternativa que no ambiente das economias de mercado capitalistas alcançaria vigência segura, com maior ou menor abrangência conforme as muitas e diversas realidades nacionais existentes.

Perceba-se que uma atenção mais detida aos postulados keynesianos tem sua razão de ser não apenas porque tenham modificado o capitalismo após a crise de 1929 – inclusive no que diz respeito à posição relativa do Brasil no concerto das nações, sobretudo em suas relações econômicas -, mas também porque são idéias diretamente atacadas pelo liberalismo, principalmente, mas não apenas, em seu ressurgimento hegemônico após o Consenso de Washington. Preserva-se assim não apenas o aspecto mais descritivo e relacionado ao Brasil, mas também o esforço comparativo – cerne deste trabalho.

Observe-se, ainda, que a expressão *social-democracia*, está sendo aqui entendida em um sentido amplo, de modo a abarcar o aporte keynesiano – do qual são derivadas políticas econômicas que praticamente nenhuma nação no mundo capitalista, naquele quadrante da história, absteve-se de adotar, em maior ou menor grau, e consideradas verdadeiramente heréticas em termos da ortodoxia liberal (assim como “heréticas” o são consideradas hoje). De fato, este sentido, que

⁷⁹ Hobsbawm, Eric J. Obra citada, p. 111 e capítulo seguinte.

envolve o keynesianismo como “modalidade de intervenção do Estado na vida econômica, com a qual não se atinge totalmente a autonomia da empresa privada, (...) [convertida em] ortodoxia a partir de 1945”⁸⁰, e como norte político e econômico fundamental, após 1929, do que mais tarde veio a ser conhecido como “Estado do Bem-Estar Social”, ou ainda “Estado keynesiano”, não pode ser confundido com *social-democracia* em sentido historicamente estrito, quer dizer, como a corrente política surgida em 1875 com a criação do Partido Social Democrata Alemão, e que fundamentalmente propõe a mudança da sociedade capitalista por meio de reformas graduais, obtidas dentro das normas constitucionais da democracia representativa. Observe-se que Keynes jamais considerou um modo de organização econômico-social que não o capitalista. Utilizamos o termo *social-democracia*, então, para referir-nos de um modo geral ao estado capitalista do pós-1929, keynesiano e tendendo à idéia de “Bem-Estar Social”.

Criticando – não de todo, mas em uma parte extremamente significativa – os princípios neoclássicos⁸¹, Keynes percebeu que o nível de emprego em uma economia capitalista depende do que denominou *demande efetiva*, ou seja, da proporção da renda que é efetivamente gasta em consumo e em investimento, e que, ao contrário do que postulava a Lei de Say, em uma economia monetária é possível,

⁸⁰ Sandroni, obra citada.

⁸¹ Ver muito especialmente o capítulo 2 – “Os postulados da economia clássica” – de “A teoria geral do emprego, do juro e da moeda”. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1996.

em tese e em dadas circunstâncias, receber se imediatamente gastar o dinheiro – quer dizer, é possível vender sem comprar⁸².

Na análise keynesiana, as crises econômicas foram atribuídas a variações nas propensões a investir e consumir e ao aumento da preferência pela liquidez (o entesouramento). A economia pode encontrar seu nível de equilíbrio com uma alta taxa de desemprego, e assim permanecer, a menos que o governo intervenha com uma política adequada de investimentos e incentivos que sustentem a demanda efetiva, mantendo altos níveis de renda e emprego, de modo que, a cada elevação da renda, o consumo e o investimento também cresçam. Para isso, é preciso dotar o Estado de instrumentos de política econômica que permitam: regular a taxa de juros, mantendo-a abaixo da “eficiência marginal do capital” (a expectativa de lucros); incrementar o consumo por meio da expansão dos gastos públicos; expandir os investimentos por meio de empréstimos públicos capazes de absorver os recursos ociosos. (Sandroni, 1994, p. 184).

Estavam, assim, lançados, com base nas diretrizes keynesianas, os fundamentos para a recuperação do capitalismo no mundo desenvolvido: a Grande Depressão havia destruído o liberalismo econômico por meio século, e elas viriam agora a constituir o elemento de sustentação fundamental – dando-lhe novo caráter – do sistema capitalista, que entregava alguns anéis para não perder os dedos. Tanto esses fundamentos – sua proposição e adaptação aos casos nacionais particulares – quanto a própria situação da crise, em si mesma, terão efeitos transformadores e duradouros sobre a realidade mundial. Inaugurava-se a era do capitalismo dirigido desde o Estado.

⁸² A esse respeito, ver especialmente o capítulo 3 de Dudley, Dillard. A teoria econômica de John Maynard Keynes. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1976.

A crise de 1929, portanto, ao redesenhar estruturalmente o capitalismo; ao provocar, no Brasil, a falência da cafeicultura como pilar fundamental do padrão nacional de acumulação de capital; e ao enovelar-se com a *Revolução de 30*, em uma relação conjuntural de causa e efeito de alta complexidade e de grande controvérsia historiográfica (assim como, de resto, a própria Revolução de 30 e seu caráter de ruptura ou de continuidade na história do Brasil), compõe um quadro econômico, social e político de considerável densidade histórica, só comparável, talvez, ao do momento da independência e da constituição do estado nacional. A dimensão essencialmente dependente da economia brasileira ficou como nunca evidenciada, ao entrar em colapso o secular, e eficaz, esquema de exportações de produtos primários (muitas vezes em termos de monocultura) e de importações de produtos industrializados. Afinal, sempre esteve garantido, de uma forma ou de outra – a não ser em casos excepcionais, como o da grande crise internacional de 1873 e o da Primeira Guerra Mundial – o elemento de vitalidade do esquema: a existência de um comprador externo, que a um só tempo demandasse as *comodities*⁸³ brasileiras e latino-americanas e produzisse excedentes industriais (de bens de consumo, intermediários e de capital) para atender às necessidades nacionais⁸⁴. Agora, aquele elementos de vitalidade, o comprador externo de presença confiável, havia desaparecido.

⁸³ O uso do estrangeirismo se justifica. Trata-se de um desses termos bastante sintéticos que a língua inglesa por vezes apresenta: evita que tenhamos de dizer “um tipo particular de mercadoria em estado bruto ou produto primário de importância comercial, como é o caso do café, do chá, da lã, do algodão, da juta, do estanho, do cobre, etc.” (Sandroni, Paulo. Obra citada, p. 62).

⁸⁴ No que se refere especialmente às importações, observa-se uma dupla causa: não apenas as economias centrais não produziam excedentes exportáveis, como o Brasil, sem as divisas provenientes das exportações, necessárias para importar, não podia apresentar-se como comprador... de qualquer forma.

A economia mundial reagiu defensivamente à crise, em um quadro que apresentou forte retração dos mercados nacionais: os Estados Unidos, principais compradores do café brasileiro e dos produtos primários latino-americanos de um modo geral, suspenderam suas importações, só retomando-as, gradualmente, à medida em que venciam a fase mais aguda da crise no decorrer da década de 1930, o mesmo ocorrendo com a Europa. Observe-se que mesmo em um caso de recuperação gradativa das compras por parte de Estados Unidos e Europa, os preços dos artigos primários conheceram queda significativa – o que fez com que o problema adquirisse caráter permanente. De um modo geral, somente após terminada a Segunda Guerra Mundial o Brasil e a América Latina tiveram a oportunidade de recuperar os índices de exportação de suas matérias-primas.

Vendo-se, portanto, em uma encruzilhada histórica, o Brasil obrigou-se a repensar a orientação econômica que lhe foi característica durante não menos que quatrocentos anos, e o fez em tal profundidade que o reordenamento subsequente – de modo nenhum tranquilo – apresentou conseqüências importantes na própria maneira como o país encarava a si mesmo enquanto nação.

Não obstante ser um consenso (raro) em termos bibliográficos⁸⁵ a idéia

⁸⁵ Bulmer-Thomas, Víctor. Las economías latinoamericanas, 1929, 1939. In: Bethel, Leslie (org.). História da América Latina – Vol. 11, Economía y sociedad desde 1930. Barcelona. Crítica, 1997, p. 3-46.

de que a partir de 1929⁸⁶ a América Latina – sobretudo Brasil, Argentina, Chile e México – passou a apresentar um desenvolvimento “desde dentro”, sustentado pelo modelo de industrialização por substituição de importações – em lugar de um desenvolvimento “desde fora”, baseado nas exportações, como até então –, faz-se necessária a ressalva: sendo incontestável o fato de que a década de 1930 desenvolveu, reforçou ou mesmo fez surgir em muitos países latino-americanos forças econômicas, sociais e políticas que viriam a dar uma nova face ao modelo de desenvolvimento do continente, é verdade também que, apesar das dificuldades trazidas pela crise, teve permanência, em geral, um compromisso⁸⁷ com a produção de produtos primários e com um padrão de desenvolvimento “desde fora”, desempenhando as exportações, mesmo em um nível mais reduzido, papel importante em toda a região *durante* a crise e após –, no limite, até os dias de hoje.

É preciso observar que mesmo naqueles países que como o Brasil – mais pronunciadamente Argentina e México – que já haviam conhecido surtos de

⁸⁶ Em um processo que encontra raízes anteriormente, é claro, principalmente como consequência da Primeira Guerra Mundial (1914-1918) – o “choque adverso” anterior, na linguagem dos teóricos da Cepal. Fishlow, entretanto, observa que “a substituição de importações que ocorreu durante a Grande Depressão, ao contrário da que ocorrera durante a I Guerra ou no período anterior a esta, deu um impulso a uma mais sofisticada estrutura produtiva. Corresponente a esta alteração, houve uma mudança na distribuição das importações, em favor de produtos mais especializados, incapazes de uma pronta substituição. Parcialmente guiadas pela política, mas também pelo próprio mecanismo de preços, puderam ser obtidas importações essenciais e complementares para reforçar o processo de crescimento.” (Origens e consequências da substituição de importações no Brasil, in Versiani e Barros. *Formação Econômica do Brasil – A experiência da industrialização*. São Paulo: Saraiva, 1977, p. 7-40; citação à página 34).

⁸⁷ Bulmer-Thomas, Víctor. Obra citada, p. 3.

industrialização desde a segunda metade do século XIX⁸⁸, e em que o novo esforço de industrialização obteve melhores condições de sucesso, destacando-os do conjunto das demais nações, o processo de substituição de importações *não se completou*: a dependência no que diz respeito à indústria de bens de capital, por exemplo, sempre permaneceu, não obstante os investimentos específicos havidos nessa área⁸⁹.

De todo modo, o novo horizonte de desenvolvimento proporcionado pela crise de 1929 teve o condão de elevar as perspectivas do continente como um todo, e sobretudo no Brasil, caso que interessa mais diretamente a esta tese, as transformações a que se deu início foram de uma grandeza ímpar, alcançando muitos aspectos da vida nacional. Ainda que a década de 1930 *em si mesma* não deixe entrever a totalidade das dimensões históricas de tais mudanças – “los historiadores económicos, que tratan de detectar el período del siglo XX em que la política y el comportamiento económicos de América Latina se descarriaron seriamente, debe mirar más allá de los años treinta”⁹⁰ –, uma vez que em grande medida a própria reconstrução do setor externo (e portanto da saúde financeira das nações, cujos governos passariam a “keynesianamente” promover gastos para

⁸⁸ Enquadrando-se portanto naquilo que Celso Furtado denomina “primeira fase do processo de industrialização”, quer dizer, a industrialização induzida pela expansão das importações, cuja característica principal é o fenômeno do estímulo dado pelos rendimentos advindos das exportações aos setores não exportadores – manufatureiros, por exemplo. Ver, a esse respeito, a primeira parte do capítulo X de “A economia latino-americana – Formação histórica e problemas contemporâneos”. São Paulo: Editora Nacional, 1986 – 3ª edição.

⁸⁹ Esta é considerada a principal contradição do modelo, havendo sido pontada por Maria da Conceição Tavares em um trabalho já clássico: “Da substituição de importações ao capitalismo financeiro”. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

⁹⁰ Bulmer-Thomas, Víctor. Obra citada, p. 46.

estimular o investimento) tornou exeqüível a implementação do modelo de industrialização por substituição de importações, o estudioso, mesmo sem perder de vista a natureza processual da história, não deve subestimar a importância *simbólica* de marcos como esse. Se imaginarmos um historiador cujo objeto de estudo seja o Brasil ou a América Latina no século XX, e que estivesse imbuído do mesmo espírito de Eric Hobsbawm em seu *Era dos extremos* ao buscar o “início” e o “fim” do século, as chances de encontrar o início em 1929 seriam seguramente muito grandes.

No Brasil, o momento histórico da crise de 1929 coincide com o ambiente eleitoral preparatório para uma sucessão presidencial que se dará de modo não institucional e revolucionário, em um processo em que não apenas um presidente da República deixará o poder, mas toda uma geração ligada à própria constituição do que veio a se chamar *República Velha* e às oligarquias do café – representantes, estas, da atividade monocultora e exportadora do país. Com efeito, mais que um presidente – Washington Luís -, e mais até que toda uma geração de políticos identificados com o liberalismo econômico e com os interesses do setor cafeeiro, uma *idéia* deixava o governo. Tenha-se em mente, a esse respeito, que dirigismos econômicos como o existente a partir do *Convênio de Taubaté*, em 1906, visando a preservar artificialmente os preços do café, apesar de constituírem

teoricamente desvios essenciais em relação à idéia de laissez-faire, não são estranhos às economias capitalistas liberais em sua evolução. Pontuais e não excludentes de um arcabouço liberal de base, são entretanto fundamentalmente diferentes do tipo de dirigismo *específico*, keynesiano, do pós-1929.

Tentativas de organização de uma indústria capitalista, desde meados do século XIX, sempre ocorreram à revelia da esfera política, e à margem absoluta das preocupações que envolveram a principal direção econômica brasileira: a da monocultura para exportação. Surtos industriais houve – quase sempre, entretanto, como efeito secundário, e muitas vezes nem mesmo previsto, de medidas governamentais outras. Exemplo disso é a tarifa Alves Branco, que em 1844 – oportunidade em que expirou o tratado desigual firmado com a Inglaterra em 1810 –, estabeleceu tarifas alfandegárias em valores até então nunca praticados no Brasil *para alcançar certos objetivos de ordem fiscal*, favorecendo uma indústria incipiente⁹¹ ao gerar um efeito lateral protecionista.

Afora eventos mais ou menos isolados e um tanto ou quanto assistemáticos, ainda que representativos de uma certa diferenciação no seio da elite brasileira – como a campanha em favor de uma sistematização de políticas protecionistas que se expressou na criação, em 1880, de uma Associação Industrial

⁹¹ “Eram fábricas pequenas, usando poucas máquinas, que ainda eram muito caras, mas que apresentavam produtos de notável acabamento, embora fossem de âmbito apenas local, não se realizando quase intercâmbio de manufaturas entre as províncias.” Morse, Richard. Formação histórica de São Paulo: de comunidade a metrópole. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1970, p. 165.

que publicou manifesto contra os partidários de uma orientação exclusivamente agrária para o Brasil⁹², e a ocasionalidade de ministros como Rui Barbosa, declaradamente industrialista e havendo promovido o primeiro verdadeiro surto industrial no país⁹³, que sintomaticamente perduraria até o governo Prudente de Moraes, o primeiro a articular a política nacional em torno do café -, a “primeira fase” da industrialização brasileira (conforme a classificação de Furtado, já mencionada) esteve adstrita a conjunturas perfeitamente imponderáveis e absolutamente esporádicas, tais como a crise de superprodução do café em 1880-1886 e à Primeira Guerra Mundial. Os dois exemplos desse parágrafo são ilustrativos do espectro do pensamento industrialista no Brasil de fins do Império e da República Velha: a Associação Industrial limitava suas reivindicações a políticas de cunho protecionista, ao passo que Rui Barbosa insistia que se escapasse a esses limites, os quais julgava estreitos e, no fundo, prejudiciais à economia como um todo, na medida em que trazia perturbações às relações comerciais com outros países. Heitor Ferreira Lima (1976), por exemplo, vê, nisto, a emergência de uma ideologia industrialista propriamente dita.⁹⁴

É importante destacar aqui, entretanto – em direção a 1930 -, um outro elemento que, mesmo possuindo um *status* de efeito lateral, surgia em razão das políticas mesmas de apoio à economia cafeeira, apresentando por isso uma

⁹² Lacerda, Antonio Correa de. Economia brasileira. Editora Saraiva, 2000, p. 48.

⁹³ Lima, Heitor Ferreira. História político-econômica e industrial do Brasil. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976, p. 308.

⁹⁴ Ver o capítulo “Protecionismo e industrialização”, em *História político-econômica e industrial do Brasil*. Obra citada.

recorrência mais segura, como uma sua contradição fundamental: as medidas de desvalorização da moeda nacional, tomadas freqüentemente durante a República Velha com a intenção de assegurar o padrão de renda dos cafeicultores – renda esta constantemente ameaçada pela tendência estrutural do produto à superprodução (desequilibrando os termos *oferta* e *demanda*, em favor da primeira) e à queda dos preços – tornava mais caras as importações em geral, o que fazia com que, de um lado, aumentasse a procura por artigos nacionais, e, de outro, com que ficassem mais atrativas as atividades de tipo industrial – com mais e mais empresários para elas se movimentando.

Assim, temos que o processo brasileiro de industrialização anterior a 1930 – anterior portanto ao modelo de industrialização por substituição de importações propriamente dito e *deliberadamente adotado* – deu-se, em grande medida, nos espaços intersticiais proporcionados pela própria política de apoio à economia do café, seja da forma acima descrita, seja em face de que são os próprios excedentes dessa economia, indireta ou diretamente, que formarão a base da indústria nacional – uma base restrita à criação de empresas de transformação primária de matérias-primas elas mesmas destinadas à exportação (refinarias de açúcar, empresas de beneficiamento de algodão, etc.), ou de empresas que produziam mercadorias para a população com baixo nível de rendimentos (empresas

têxteis, de calçados, fábricas de cerveja, etc.)⁹⁵.

Ocorre, todavia, que as medidas de proteção à economia cafeeira – a aquisição de estoques por parte do governo, mediante a obtenção de empréstimos internacionais, e o já mencionado mecanismo cambial da desvalorização monetária –, por outro lado, estimulavam ainda mais o plantio do café, o que agravava ainda mais o problema da preeminência da oferta (mais e mais elástica) sobre a demanda (estável ou tendente à estabilidade). Quando a crise de 1929 sobrevem, coincide notavelmente com o maior desequilíbrio observado na história das exportações brasileiras: a produção de café atingiu mais que o dobro (28.941.000 sacas) da exportação (14.281.000 sacas)⁹⁶. Dependente em toda linha da exportação do café, a economia brasileira passa a conhecer, em paralelo com o resto do mundo, o seu colapso muito particular: não havendo exportação, não há divisas par atender às importações; não havendo importações, o país se vê necessariamente voltado ao desenvolvimento de suas próprias capacidades realizadoras internas. Criado um ambiente econômico, social e político profundamente adverso ao *status quo* político, o último governo da República Velha – ortodoxamente liberal – nem mesmo esboçará medidas contra a situação de crise. Cairá antes de qualquer reação.

⁹⁵ Lacerda, obra citada, p. 57. Furtado salienta ainda que “o processo de urbanização, que ocorria paralelamente, criava novas exigências no setor da construção, abrindo o caminho a uma indústria de materiais de construção, os quais se substituíam em boa parte a produtos tradicionais de origem artesanal.” Obra citada, p. 125.

⁹⁶ Furtado, Celso. Formação Econômica do Brasil, obra citada, p. 212.

A partir de 1929/1930⁹⁷, a indústria passará a ser, progressivamente, o principal fator de crescimento do país. A espinha dorsal, o eixo da economia

⁹⁷ Há uma importante controvérsia historiográfica acerca do significado da Revolução de 30 e suas consequências: houve *continuidade* em relação ao passado, ou houve uma efetiva ruptura? Tal controvérsia se expressa tanto na historiografia mais voltada à história política como naquela de caráter mais econômico. Diniz, ao realizar balanço dos estudos clássicos a esse respeito, salienta que “a ênfase na questão da ausência de ruptura com o passado como consequência da Revolução de 30 pode ser encontrada, entre outros estudos, em José Honório Rodrigues, *Conciliação e reforma no Brasil* (Civilização Brasileira, 1965, especialmente p. 91 e 105); Hélio Jaguaribe, *Desenvolvimento econômico e desenvolvimento político*, Rio de Janeiro, Editora Fundo de Cultura, 1962, ou ainda em Leôncio Basbaum, *História sincera da República de 1889 a 1930*, 3ª edição, São Paulo, Editora Alfa Omega, 1968, v. 2, especialmente p. 293-4. Numa outra linha de análise, outros autores ressaltam o aspecto da conservação e da preservação de elementos estruturais básicos, subjacente ao gradual processo de alargamento do campo das elites. Otávio Guilherme Velho, *Capitalismo autoritário e campesinato (um estudo comparativo a partir da fronteira em movimento)*, São Paulo, DIFEL, 1976, e Luciano Martins, *Politique et développement économique: Structure de Pouvoir et Système de Décisions au Brésil*. Thèse de Doctorat d'Etat, Paris, Université René Descartes, 1973. Entre os autores que enfatizam a mudança em direção à preponderância dos interesses ligados à industrialização do país, podemos citar: Octávio Ianni, *Estado e Capitalismo*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1965; Gláucio Ary Dillon Soares, *Sociedade e política no Brasil*. São Paulo, DIFEL, 1973; Francisco de Oliveira, *A economia brasileira: crítica à razão dualista*, São Paulo: Estudos Cebrap, nº 2, outubro de 1972, ou ainda Eli Diniz, *Empresário, estado e capitalismo no Brasil, 1930/1945*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.” Diniz, Ely Roque. *Empresários e Estado na década de trinta*. In: Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Simpósio sobre a Revolução de 30, out. 1980. Porto Alegre: Erus, 1983, p. 303-304. Quanto à bibliografia em história econômica, a mesma controvérsia (*continuidade* ou *ruptura*) encontra um balanço em Versiani e Versiani, que arrolam, como autores fundamentais da primeira tendência Stanley F. Stein, *The Brazilian Cotton Manufacture*, Cambridge, Massachussetts, Harvard University Press, 1957; Warren Dean, *The Industrialization of São Paulo, 1880-1945*, Austin & London, The University of Texas Press, 1969; Anibal Villanova Vilela e Wilson Suzigan, *Política do Governo e Crescimento da Economia Brasileira, 1889-1945*, Instituto de Planejamento Econômico e Social, Instituto de Pesquisas, Monografia nº 10, Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 1973. Crítica à ênfase predominante no período pós-1930 aparece também em: Antônio Barros de Castro, “A industrialização Descentralizada no Brasil”, in *7 Ensaios sobre a Economia Brasileira*, vol. II, Rio de Janeiro & São Paulo, Editora Forense, 1971, p. 112. Defendendo a idéia da ruptura, por sua vez, encontram-se Celso Furtado, *Formação Econômica do Brasil* (obra citada), Werner Baer, *A Industrialização e o Desenvolvimento Econômico do Brasil*, Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1966; Maria da Conceição Tavares, *Da Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro*, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1972. Outros autores – em uma espécie de meio termo, mas com inclinação à tendência da ruptura – ressaltam a Primeira Guerra Mundial como fator primordial de estímulo às primeiras tentativas de industrialização: Werner Baer, já mencionado; Roberto Simonsen, “Evolução Industrial do Brasil, in *Evolução Industrial do Brasil e Outros Estudos*, ed. Edgard Carone, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1973, p. 17 e 25; Nícia Vilela Luz, *A Luta pela Industrialização do Brasil, 1808 a 1930*, São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1961, p. 145; e Caio Prado Júnior, *História Econômica do Brasil*, 5ª edição, São Paulo, Editora Brasiliense, 1959, p. 267. Para uma ampla sistematização do debate “continuidade ou ruptura”, ver Camargo, Aspásia. *A Revolução das elites: clivagens regionais e centralização política*. In: Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Simpósio sobre a Revolução de 30, out. 1980. Porto Alegre: Erus, 1983, p. 383-418. Ressalte-se que o próprio conceito de *revolução*, para 1930, não se aplica de forma tranqüila: o contencioso historiográfico acima mencionado reverbera sobre ele, apresentando-se, em geral, o seguinte esquema: revolução ou golpe de Estado? Décio Freitas (obra citada, p. 28-30) salienta que o golpe de Estado constitui um tipo de movimento levado a efeito por homens que já integram ou

brasileira sofre um deslocamento histórico, e sua dinâmica passa a ser determinada internamente. Iniciou-se o que a literatura de tradição estruturalista e cepalina viria a denominar “processo de industrialização por substituição de importações”, envolvendo em um primeiro momento uma indústria de bens de consumo não duráveis, como alimentos e tecidos, sobretudo, e evoluindo para a constituição de uma indústria de bens de consumo duráveis e de capital. Esgotado o desenvolvimento reflexo da atividade industrial – *reflexo* no sentido de vinculado à expansão das exportações -, o fenômeno da industrialização seria provocado exatamente pelo declínio, ou crescimento posterior insuficiente⁹⁸, das exportações.

A idéia de substituição de importações compreende não apenas o início da produção interna de um bem que anteriormente tinha de ser importado, como

integraram a estrutura do poder; a participação popular seria escassa ou mesmo inexistente; a luta entre facções se caracterizaria pela brevidade (não haveria guerra civil); e tudo se decidiria sem luta, rapidamente. Por outro lado, seria inegável que 30 operou profundas mudanças nas estruturas, desencadeando o processo de modernização do Brasil. Esta ponderação parece ser a mesma que se encontra na raiz do conceito de *modernização conservadora*, mais adiante mencionado. Autores como Pedro Cezar Dutra Fonseca (obra citada, p. 26), em formulação a que nos associamos nesta tese, trabalham com o conceito de Revolução Burguesa tal como construído por Florestan Fernandes: “Isto significa que o período compreendido da República Velha ao final do segundo governo Vargas (1954), sem qualquer tentativa rígida de periodização, será visto como um momento de introdução, expansão e consolidação do capitalismo, ou seja, de efetivação do poder burguês. A Revolução Burguesa, que segundo Florestan Fernandes ‘denota um conjunto de transformações econômicas, tecnológicas, sociais, psicoculturais e políticas’, no caso brasileiro, ao contrário do ‘clássico’ (geralmente considerado o francês), não se deu “de um só golpe” ou num momento visível do tempo que sirva como marco de ruptura; é, entretanto, passível de percepção ao se observar a profundidade e a extensão das transformações. E, ainda mais, ao se constatar que ‘o que mudou’ e ‘o que permaneceu’ não foi nem um conjunto de fatos desconexos nem uma fatalidade do progresso – mas pode ser explicado cientificamente (ou seja, utilizando-se um método, que necessariamente deve supor um momento de abstração).” Robert Levine, por sua vez, entende que Vargas realizou uma “revolução incompleta”: “Vargas era, na frase de Gramsci, ‘um revolucionário passivo vindo de cima’. Sua revolução foi parcial, uma revolução em que novos eleitorados e novas regras foram enxertados nas práticas políticas tradicionais. Embora sua carreira abrangesse três constituições e enormes mudanças no clima político, seu pragmatismo prevaleceu o tempo todo.” Levine, Robert M. *Pai dos pobres? O Brasil e a Era Vargas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 161.

⁹⁸ Furtado, Celso. *A economia latino-americana*, p 123.

implica também uma mudança qualitativa na pauta de importações do país⁹⁹. À medida em que a produção interna de bens de consumo aumenta, eleva-se também a importação dos bens de capital e dos bens intermediários necessários par essa produção.

[O modelo de industrialização por substituição de importações tal como apanhado por Furtado e Tavares] já havia sido delineado pela Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), organismo da ONU criado em 1948. Segundo a CEPAL, o relacionamento comercial dos países exportadores de matérias-primas com os países desenvolvidos era caracterizado pela deterioração das relações de trocas, conforme constatação do economista argentino Raúl Prebisch, grande impulsionador da CEPAL que havia ganhado notoriedade como dirigente do Banco Central argentino na década de 1930. Em outras palavras, os preços dos produtos primários normalmente se depreciavam com relação aos dos produtos industrializados, obrigando os países latino-americanos a exportar um volume cada vez maior de bens para fazer frente às suas importações. Assim, quando fatores externos como as Guerras Mundiais e a Grande Depressão prejudicavam esse relacionamento comercial, ocorria o desenvolvimento 'voltado para dentro', com o avanço da industrialização. (Lacerda, obra citada, p. 74).

Em paralelo ao processo de industrialização por substituição de importações – e mesmo que de início não se apresente em moldes de um projeto nítido e premeditado -, começa a desenhar-se um modelo econômico de corte nacional-desenvolvimentista – o *getulismo*, ou *varguismo* -, apoiado em três elementos: a própria substituição de importações, a valorização do mercado interno e uma forte presença estatal. Um tal modelo, guardadas as peculiaridades brasileiras e latino-americanas, aproximará o Brasil das demais nações capitalistas do mundo no que se refere à relação entre o Estado e a economia.

⁹⁹ Lacerda, obra citada, p. 73.

Para Celso Furtado¹⁰⁰, o financiamento público da compra dos excedentes de café e sua destruição¹⁰¹, promovido por Getúlio Vargas entre suas primeiras medidas governamentais, compra esta financiada tanto por impostos sobre a exportação de café (que jamais foi completamente paralisada) como pela expansão do crédito, com o objetivo de manutenção do nível de emprego e da demanda agregada, constitui exemplo acabado de um “keynesianismo intuitivo”, ou de um “keynesianismo antes de Keynes” – sendo anterior mesmo ao New Deal de Roosevelt¹⁰² -, tendo apenas antecipado toda uma série de medidas adotadas desde

¹⁰⁰ Para um balanço propriamente histórico das posições de Celso Furtado, em contraste com as de seus principais interlocutores (Fishlow) e críticos (Peláez, Villela e Suzigan), ver Simão, Silber. Análise da política econômica e do comportamento da economia brasileira durante o período 1929/1939. In: Versiani e Barros. Formação Econômica do Brasil – A experiência da Industrialização. São Paulo: Saraiva, 173-207. Em paralelo a esta problemática, devemos estar advertidos para o fato de que autores ligados à CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe), como Celso Furtado, não são exatamente imparciais ao tratarem da Era Vargas. Para um exame da ligação existente entre ambos, ver Leopoldi, Maria Antonieta P. O difícil caminho do meio: Estado, burguesia industrial e industrialização no segundo governo Vargas (1951-1954). In: Szmrecsányi, Tamás, e Suzigan, Wilson. História Econômica do Brasil Contemporâneo. São Paulo: Editora Hucitec, 1997, p. 31-77 (especialmente o subcapítulo “A aliança desenvolvimentista: os industriais, a CEPAL e o governo Vargas”, p. 68-69). Uma derivação desta discussão – a relação de Vargas e o pensamento desenvolvimentista em geral – está em Abreu, Alzira Alves de. O nacionalismo de Vargas ontem e hoje. In: D’Araújo, Maria Celina (org). As instituições de Era Vargas. Rio de Janeiro: Editora da Uerj, 1999, p. 119-136.

¹⁰¹ A destruição do café (em geral, sua incineração), muitas vezes tida como uma excentricidade irracional brasileira, de fato não o era – ao menos de um ponto de vista estritamente econômico. Jorge Caldeira lembra que “na época, também o Canadá queimava montanhas de trigo, a Austrália destruiu estoques de lã, os Estados Unidos se desfaziam de vários produtos agrícolas. Embora houvesse muita gente morrendo de fome no mundo, ninguém dispunha dos recursos para transportar esses produtos até os potenciais consumidores.” História do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 269.

¹⁰² De fato, a renda nacional brasileira começou a crescer ainda em 1933, ao passo que a economia norte-americana (abalada muito mais profundamente, é verdade) só começaria a colher os efeitos do New Deal em 1934. Lacerda, obra citada, p. 70. Fishlow observa que principalmente após o primeiro período da crise, de 1929 a 1932, “o governo federal passou a se comportar cada vez mais segundo o estilo keynesiano. (...) Não apenas os déficits planejados tornaram-se uma política mais freqüente, como também os realizados originavam-se de despesas adicionais conscientes e não de receitas superestimadas. O grande déficit de 1933 foi desta natureza. Em 1935 e 1936, quando o déficit estimado não chegou a ser atingido, o aumento das receitas teria gerado superávit na ausência de despesas não-planejadas. A consequência de tal política foi uma emissão regularmente crescente de papel-moeda que serviu como base da expansão dos bancos comerciais. Mesmo em 1936, quando o

o Estado, em um padrão intervencionista de política econômica que seria seguido por Vargas até o fim, perpassando os diversos momentos históricos por que viriam a passar este presidente e a própria nação.

A idéia básica de Furtado, conforme Versiani e Barros¹⁰³, corresponderia a uma proposição derivada do texto de Raúl Prebisch já citado, a saber, a de que o fenômeno da industrialização dependeria em grande medida de políticas governamentais favoráveis, tais como medidas protecionistas e de estímulo à formação de capital. Assim, a análise realizada por Furtado em relação ao comportamento da economia brasileira no início da década de 1930 constituiria a análise clássica de um caso favorável à industrialização – ainda que não necessariamente *consciente*, em todas as suas linhas. A política adotada no período em relação à economia do café, havendo garantido a compra de excedentes não vendáveis externamente teria assegurado a manutenção do nível de renda interno, operando como uma medida tipicamente keynesiana de efeito econômico anti-depressivo; assim, a procura por bens importáveis, cuja queda após 1929 foi proporcionalmente menor que a da capacidade real de importação, teria criado as condições favoráveis à produção interna de tais bens – a *substituição* de suas

déficit atingiu seu nível mais baixo de toda a década, foi adotada uma política monetária positiva. (...) Além do estímulo da política de déficits e da expansão monetária de inspiração federal, estava a renda líquida do setor cafeeiro. As receitas das exportações, em mil-réis, recuperaram-se em cerca de 25%, do ponto mais baixo em 1932 até 1936. Ao mesmo tempo, as receitas do programa de Reajustamento Econômico – destinado a reduzir o débito agrícola junto aos bancos – devem ter aumentado a renda dos produtores de café em não menos de 20%. Como os impostos de exportação declinaram a partir de 1933, o efeito combinado deve ter sido um substancial aumento no poder de compra em termos reais. Embora irrelevante para a controvérsia sobre a origem da demanda interna na recuperação inicial após 1929, esta renda crescente é certamente importante para a questão central: o crescimento real, rápido e contínuo, durante os anos 30.” (Obra citada, p. 27-28).

¹⁰³ Obra citada, p. XIII.

importações.¹⁰⁴

É verdade que aquele padrão intervencionista pode ser lido como absolutamente desmedido, em relação ao grau relativamente limitado de planejamento macroeconômico observado no mundo desenvolvido. De qualquer maneira, o certo é que a partir da crise do liberalismo e do advento de uma proposta alternativa para a organização do capitalismo *dentro dos marcos de uma economia de mercado* – o keynesianismo –, a presença do Estado na economia já passava a encontrar justificativas sólidas inclusive em termos de teoria econômica, para além de algo muito mais próximo: a necessidade pragmática, imediata e urgente dessa presença. A maior presença do Estado no Brasil – Estado a quem caberia um papel econômico ativo, *estruturante e estruturador* – pode ser explicada em função de que, neste país, praticamente tudo estava por ser feito. Nos quadros da problemática de uma *industrialização retardatária*¹⁰⁵, ou o Estado moveria o processo, ou o mesmo não ocorreria. Os capitais privados nacionais simplesmente não tinham condições de arrostar tal empresa; e, caso tivesse, a natureza necessariamente de longo prazo do retorno para os investimentos dessa monta virtualmente inviabilizariam o

¹⁰⁴ Furtado, Celso. “Formação Econômica do Brasil”, Companhia Editora Nacional, 1995 - 25ª edição, especialmente os capítulos XXX e XXXII. Para uma discussão problematizadora do argumento de Furtado, ver Silber, S. D., “Análise da Política Econômica e do Comportamento da Economia Brasileira durante o Período 1929-1939”, em “Formação Econômica do Brasil – A experiência da industrialização”. Obra citada, p. 173-208.

¹⁰⁵ A respeito do conceito de *industrialização retardatária*, já consagrado na história econômica do Brasil, ver o capítulo 2 de Mello, João Manuel Cardoso de. O capitalismo tardio. São Paulo: Brasiliense, 1982.

empreendimento¹⁰⁶. A realidade das multinacionais, por sua vez – uma alternativa possível, em tese -, somente viria a se impor como fenômeno amplamente difundido após 1945.

Já durante o período do Estado Novo (1937-1945)¹⁰⁷, um novo “choque adverso” viria a dar novo impulso à industrialização brasileira: a Segunda Guerra Mundial. A situação de retraimento dos mercados físicos e financeiros do mundo reforçou a tendência à formação de uma indústria nacional de bens de consumo, não-duráveis e mesmo duráveis, e apresentou como novidade, ainda que de forma parcial (mas importante, em termos sobretudo qualitativos), a substituição de importações de bens intermediários (metalurgia, siderurgia, etc.). Expressão disso

¹⁰⁶ É de alta relevância notar, aqui, que mesmo em uma situação em que o Estado não queira, ou não precise, desempenhar o papel de *investidor*, não há qualquer garantia de que o investimento necessário ocorra – e, portanto, o desenvolvimento econômico. Com efeito, em uma situação de economia de mercado liberal ideal, “uma decisão como a de construir uma fábrica depende do que se espera que haja de suceder no futuro. De qualquer modo, o fato que se destaca acerca do futuro, pelo menos no que concerne à vida econômica é que sabemos muito pouco sobre ele. O inversor potencial tem de se guiar por suas previsões para chegar à sua decisão de construir ou não uma nova fábrica. O estado vago e incerto de nosso conhecimento exclui a possibilidade de que tais previsões possam reduzir-se a uma base racional e científica. Porém, como gente prática, vivendo numa sociedade cuja produtividade depende do investimento em grande escala em capitais duráveis, temos que tomar, e tomamos, decisões relativas ao futuro ao longo prazo, embora as mesmas se firmem numa base de areia movediça. Como os que tomam tais decisões com o alvo no lucro têm muito pouca confiança na exatidão do critério que leva a qualquer investimento em particular, as atitudes predominantes, que tão seriamente afetam o investimento e o emprego, são facilmente sujeitas a súbitas mudanças. Se a acumulação de riqueza fosse questão de importância secundária, a condição vaga e incerta de nosso conhecimento do futuro não nos afetaria tanto. Mas no moderno capitalismo industrial, a acumulação de riqueza (investimento) é a base do funcionamento próspero de todo o sistema econômico.” Dillard, Dudley. *A teoria econômica de John Maynard Keynes*. São Paulo: Pioneira, 1976.

¹⁰⁷ Para uma visão acerca da economia brasileira especialmente no momento da crise do Estado Novo e após, ver Bernardo, Antonio Carlos. *O Estado Novo e a reorientação econômica*. Anais de História. São Paulo, nº 9, 1977, p. 25-42; e Braga, Sérgio Soares. *Empresariado, sistema partidário e pensamento econômico na crise do Estado Novo e da redemocratização de 1945-46*. <http://www.race.nuca.ie.ufrj.br/nuca-wp/autor/braga1.exe>. Curitiba, 1999. Sobre o Estado Novo em análises de caráter mais propriamente histórico, ver Pandolfi, Dulce (org.). *Repensando o Estado Novo*. São Paulo: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1999.

são a criação da Companhia Vale do Rio Doce, a fundação da Usina de Volta Redonda, e o estabelecimento do Conselho Nacional do Petróleo.

Esses esforços históricos, no entanto, não foram suficientes para que o processo de industrialização por substituição de importações de completasse. O avanço da industrialização brasileira era obstaculizado por problemas crônicos de ordem cambial, que dificultavam ou mesmo impediam a importação dos bens de produção necessários ao desenvolvimento. Após o interregno liberal do governo Eurico Gaspar Dutra, o novo governo Vargas (1951-1954) representou uma tentativa consciente e deliberada de superação daquela limitação estrutural, com a implementação de um departamento de bens de capital¹⁰⁸.

Ao assumir um caráter eminentemente nacionalista ao restringir as possibilidades de financiamento externo ou de participação de capitais estrangeiros na forma de investimentos diretos – ao contrário, foi criado o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) e implementada a conhecida Instrução 70 da

¹⁰⁸ O chamado *departamento I*. “A análise departamental está presente nas mais interessantes tentativas de interpretação dos rumos da economia brasileira. Paul Singer, por exemplo, especialmente em *Desenvolvimento e crise no Brasil* e em *A crise do milagre*, procura articular essa análise departamental no entendimento do crescimento da economia brasileira (...). O desequilíbrio departamental, com um desenvolvimento insuficiente do departamento I, resultaria em pontos de estrangulamento que limitariam e diminuiriam o ritmo de crescimento e conduziriam a economia à crise. Analogamente, Francisco de Oliveira, em *Crítica à razão dualista*, também elabora a sua clássica análise sobre o desenvolvimento industrial brasileiro a partir dos esquemas departamentais. Já a rica análise desenvolvida pela chamada Escola da Unicamp, liderada por Maria da Conceição Tavares, João Manuel Cardoso de Mello e Luiz Gonzaga de Mello Belluzo, construiria sua interpretação da economia brasileira a partir da visão de Kalecki relativamente à articulação dinâmica entre os departamentos da economia produtores de bens de produção e consumo. Por articulação dinâmica, os autores entendem a forma de integração e interação recíproca entre os departamentos produtores de bens de capital e de bens de consumo.” Larcercia, obra citada, p. 81.

Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC), condicionando as importações aos interesses industriais nacionais -, Vargas passou a enfrentar inúmeras dificuldades políticas, dificuldades cuja agudização levariam à crise final de seu segundo mandato e a seu próprio suicídio¹⁰⁹.

A tentativa de Vargas de implantar o departamento I em nossa economia (...) enfrentou as dificuldades políticas típicas de um projeto nacionalista. Conforme transcorria o mandato presidencial, aumentavam as divergências políticas entre as classes que, em tese, sustentariam o governo, isto é, os trabalhadores industriais e a burguesia nacional. Os trabalhadores, sua mais firme base de sustentação, aumentaram suas reivindicações, buscando participar dos ganhos de produtividade decorrentes do avanço da industrialização. Os empresários, mesmo os beneficiados direta ou indiretamente por Vargas, mostrariam o seu descontentamento com a Instrução 70, em função do aumento dos custos das importações que a desvalorização cambial provocava. A nova crise que enfrentaria a agricultura cafeeira também seria creditada ao governo, e seria capitalizada politicamente pela oposição. (...) A falta de sustentação política da burguesia industrial a Vargas e as limitações da acumulação financeira nacional, em uma economia que dependia em muito de financiamentos e de aportes de tecnologia externos, resultaram em transformações limitadas na estrutura produtiva, impedindo a abertura de caminhos autônomos para o desenvolvimento nacional. (Lacerda, obra citada, p. 83).

Com efeito, um breve olhar para a história econômica do Brasil no século XX já seria o bastante para – como elaboraram os teóricos da dependência – perceber que o empresariado nacional, entre a estatização da economia e o vínculo em graus variados ao capital estrangeiro, muito provavelmente não escolheriam a primeira alternativa.

¹⁰⁹ Para uma visão ampla do processo, ver Gomes, Ângela de Castro (org.). Vargas e a crise dos anos 50. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

No Brasil, como nos casos de Argentina e México, para permanecer com a *visada* comparativa no contexto do continente latino-americano, o modelo de industrialização por substituição de importações apresentou-se como um fenômeno específico que teve início na década de 1930, estendendo-se até o momento da Segunda Guerra Mundial, pouco mais ou menos. Neste período, a contração da capacidade para importar permitiu que se utilizasse intensamente um núcleo industrial surgido na fase anterior. Celso Furtado argumenta¹¹⁰ que o fato de a industrialização ter-se intensificado durante a depressão do setor externo – em grande medida, portanto, como efeito colateral –, indica com segurança que políticas econômicas adequadas teriam obtido o mesmo efeito muito antes da crise, se assim se desejasse.

A superação da primeira fase da industrialização exigia medidas econômicas visando a modificar a estrutura do núcleo industrial; não tendo sido tomadas em tempo oportuno, os setores industriais foram levados a uma situação de relativa depressão. A crise, ao criar condições para uma utilização intensiva da capacidade produtiva já instalada e ao ampliar a demanda de produtos intermediários e de equipamentos, tornou evidente que o processo de industrialização para continuar a avançar necessitava ganhar profundidade. (Furtado, 1986, p. 134).

¹¹⁰ Obra citada, p. 134.

A ação econômica por parte do Estado, conduzindo à criação de indústrias de base, viria a desencadear uma terceira fase no processo de industrialização brasileiro e latino-americano. Essa terceira fase, entretanto, que envolve sobretudo a constituição de uma indústria de bens de capital, já não apresentará tanto em comum a unir Brasil, Argentina e México em um mesmo feixe histórico de evolução econômica cujas características permitem pô-los em relação. Em maior ou menor grau, problemas relacionados a inflação, a esquemas de financiamento interno e externo, e as políticas econômicas adotadas nas décadas que se seguiram aos governos de Vargas, Perón e Cárdenas – em um novo contexto econômico e político mundial (a “era de ouro” do capitalismo¹¹¹ e a Guerra Fria, respectivamente – irão impor sérios obstáculos à consecução desta “terceira fase” da industrialização latino-americana, perpetuando uma situação de dependência estrutural.

O Brasil, em especial, logrou alcançar a constituição de uma indústria importante de bens intermediários, principalmente, e mesmo de capital, ainda que em uma faixa limitada – o que não acontece com Argentina e México, cujo desenvolvimento industrial não conhecerá nenhum progresso qualitativo importante na segunda metade do século XX.

O Brasil ainda passará por dois grandes esforços industrializantes após

¹¹¹ Ver Beaud, Michel. História do Capitalismo: de 1500 até nossos dias. São Paulo: Brasiliense, 1991 – 3ª edição, e Hobsbawm, Eric J. Era dos extremos, obra citada.

a Era Vargas – ainda que com concessões ao capital estrangeiro impensadas anteriormente. São eles o Plano de Metas, do governo Juscelino Kubitschek, e II Plano Nacional de Desenvolvimento – fortemente estatizante -, do governo Ernesto Geisel, durante o regime militar ¹¹². Para efeito comparativo, observe-se que o regime militar na Argentina (1976-1983) caracterizou-se por implementar um verdadeiro choque de liberalismo na economia do país, liderado pelos teóricos e executivos da Escola de Chicago.

A década de 1980 - uma década de crise fiscal do Estado, de crise igualmente da dívida externa, e de agravamento da já histórica inflação em níveis até então desconhecidos - será de estagnação econômica. Tanto no caso do Brasil, como no da América Latina em geral, as questões econômicas todas estarão subordinadas às da dívida externa e dos planos anti-inflação. Havendo conhecido uma trajetória econômica plena de particularidades – mesmo que em um quadro geral de largas semelhança com as experiências de Argentina e México, como estamos vendo – desde o esgotamento do modelo de industrialização por substituição de importações o Brasil, diante da nova realidade, parecia buscar postar-se em um novo alinhamento histórico – um novo alinhamento histórico *possível*. Um novo paradigma mundial, hoje o sabemos, gestava-se.

¹¹². A esse respeito, ver Lacerda. Antônio Correa de. Obra citada.

3. A produção discursiva global de Getúlio Vargas diante de sua circunstância histórica – o texto e o contexto

“Gosto mais de ser interpretado do que de me explicar.”

Getúlio Vargas

“Encostar as palavras à idéia.”

Fernando Pessoa

3.1. Aproximação

De que Getúlio Vargas falamos quando falamos em Getúlio Vargas? A literatura apresenta muitos Vargas, tantos quantos sejam os diversos horizontes historiográficos descortinados, os variados universos conceituais mobilizados, os muitos recortes temático-temporais possíveis, as diferentes abordagens relativas consideradas – estas, virtualmente infinitas. Há no entanto, ao que parece, para ser afirmado ou negado, um Vargas *essencial*, a matriz imagética da qual os outros derivam: o Vargas da Revolução de 30, momento de alta densidade histórica,

acelerador e adensador da história do Brasil ele mesmo, em que a um só tempo reage-se à crise de 1929 e supera-se a cultura quase que exclusivamente agrário-exportadora que caracterizou a economia brasileira desde seus primórdios, encaminhando os primeiros passos da industrialização em termos de um novo paradigma. É o Vargas de Celso Furtado e da tradição cepalina, que - keynesiano *avant la lettre* - estimula desde o Estado o desenvolvimento econômico do Brasil, a partir de sua industrialização e modernização capitalista, e em paralelo formula a base fundamental da legislação trabalhista que (mal) equilibra, desde então e ainda hoje, as relações entre empresários e trabalhadores assalariados. Em uma palavra, é o Vargas do *capitalismo brasileiro em construção*, de Pedro Cezar Dutra Fonseca¹¹³, e o Vargas de Hélio Silva¹¹⁴, que, ainda em 1906, em discurso na Faculdade de Direito de Porto Alegre, já denunciava as mazelas do que viria a ser chamada República Velha - e que é, entretanto, o mesmo Vargas que aceita a posição de ministro da área econômica no governo de Washington Luís (de certo modo, a República Velha levada às últimas conseqüências), sendo ainda o mesmo que a partir de 1929 encaminhará, com a Aliança Liberal e em consonância com pares latino-americanos, um discurso aberta, franca e eminentemente anti-oligárquico: é o Vargas de Claudia Wasserman¹¹⁵.

Ao estudarmos a historiografia sobre a Revolução de 30, entretanto

¹¹³ Fonseca, Pedro Cezar Dutra. Vargas: O capitalismo em construção. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989.

¹¹⁴ Silva, Hélio. Vargas. Porto Alegre: L&PM Editores, 1980 (entre inúmeras outras obras, entre as quais destacam-se as do "Ciclo de Vargas").

¹¹⁵ Wasserman, Claudia. Obra citada.

(apanhemos, como caso exemplar, a já clássica obra *Simpósio sobre a Revolução de 30*, publicada em 1980 pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul¹¹⁶), o fazemos com a indagação seminal de Raymundo Faoro¹¹⁷ ecoando em nossas mentes: as imensas transformações verificadas no período histórico em questão teriam ocorrido *por causa da Revolução de 30*, ou teriam meramente *coincido com seu processo*? Mesmo que levemos em conta o fato de Faoro, no texto em questão, não ter considerado que uma resposta possível, talvez, esteja localizada no meio das duas possibilidades – e então existiriam transformações já em curso *aceleradas e configuradas de um modo determinado* pela Revolução de 30, e pela crise de 29 antes dela –, poderíamos indagar também: perguntas como essa são de fato passíveis de ser respondidas objetivamente, ou, por outro lado, estão a servir a um propósito tão somente retórico, uma vez que a Revolução de 30 inexoravelmente *ocorreu*, e não nos é dado recorrer a uma linha de tempo alternativa? É possível, ou mesmo desejável, sopesar a bibliografia constituída em torno das duas possibilidades de resposta, e então simplesmente decidir por uma delas? Ou, em uma outra ordem de elaboração, estaria a pergunta de Faoro sugerindo que uma certa historiografia, ao superestimar o significado da Revolução de 30, bem como o do papel nela desempenhado por Vargas, estaria conferindo àquele evento um crédito histórico imerecido – hipótese em que poderíamos falar em um *mito historiográfico* da Revolução de 30, o qual ainda teria influenciado grandemente o

¹¹⁶ Universidade Federal do Rio Grande do Sul. *Simpósio sobre a Revolução de 30*, out. 1980. Porto Alegre: Erus, 1983.

¹¹⁷ Faoro, Raymundo. *O processo de 30 e suas conseqüências*. In: Universidade Federal do Rio Grande do Sul. *Simpósio sobre a Revolução de 30*, out. 1980. Porto Alegre: Erus, 1983. Esta discussão é uma derivação daquela exposta na nota de rodapé de número 97.

imaginário social em seu juízo sobre Vargas?

No melhor dos cenários, seja como for, de maneira nenhuma constitui empresa simples limpar o terreno da historiografia e estabelecer quais vozes, muitas abertamente discordantes, quando não francamente conflitantes, merecem ser ouvidas, e quais não. O certo é que, em meio à profusão de vozes, a do próprio Getúlio Vargas é a menos ouvida. Em boa medida, com muito raras exceções, a historiografia não quis ouvir – em razão, provavelmente, de os ventos teórico-metodológicos não terem sido favoráveis a esse exercício –, ou esqueceu, distraída, o lugar privilegiado onde a voz de Vargas se faz ouvir: seus discursos. Obviamente, não se trata de ingenuamente conferir estatuto de verdade à palavra de Vargas (como, aliás, *aprioristicamente*, a nenhum posicionamento historiográfico relativo sobre a Era Vargas em seu conjunto), ou de posicioná-la *por sobre* as demais vozes. Cabe-nos, neste trabalho – em favor da tese que enunciamos, e ponderada a fortuna crítica erigida sobre o objeto –, responder: qual a visão de Vargas sobre a Revolução de 30? Como essa visão se articula com o momento histórico mundial vivido, e que nexos a ligam à visão de história e de história do Brasil que emerge de seus discursos? Há coerência nesses nexos? Os mesmos apresentam consistência interna, mesmo que consideremos as diferenças que devem haver entre 1930 e 1950? Se a resposta for positiva, em que consiste a *liga* discursiva que garante essa consistência interna? Se a resposta for negativa, o que é que explica a inexistência de consistência conceitual em um mesmo – ainda que alongado no tempo – *corpus* discursivo? Que idéia de História, que interpretação do Brasil os discursos de Vargas

implicitamente, reflexamente, oferecem? Que complexo de memória é ativado para compor o significado do discurso?

Há, também, o Vargas que persegue implacavelmente o então ilegal Partido Comunista Brasileiro, sobretudo após a Intentona de 1935, e cujos braços repressores alcançam ainda os membros da bem mais branda, embora igualmente incômoda, a um certo momento, Aliança Nacional Libertadora. É o Vargas do brasilianista Stanley Hilton¹¹⁸; é o Vargas de Nelson Werneck Sodré¹¹⁹ e é também aquele que emerge da historiografia de corte marxista; é, ainda, o Vargas de Fernando Morais¹²⁰ que solenemente ignora a mobilização mundial liderada pela mãe de Luis Carlos Prestes pela não extradição de Olga Benário e sua entrega à Alemanha hitlerista¹²¹. Mais tarde, haverá o Vargas do Plano Cohen, que, explorando o medo ao “fantasma do comunismo”, justificará e implantará a ditadura do Estado Novo. Estado Novo com o qual procurarão contar os integralistas de Plínio Salgado, a ultra-direita brasileira, para chegar a uma posição próxima ao poder – mas em relação aos quais Vargas manterá firme equidistância, até afastá-los completamente após a tentativa de golpe que sofrerá em 1938. É o Vargas de difícil apreensão, o

¹¹⁸ Hilton, Stanley. A rebelião vermelha. Rio de Janeiro: Record, 1986.

¹¹⁹ Sodré, Nelson Werneck. A Intentona Comunista de 1935. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1986.

¹²⁰ Morais, Fernando. Olga. São Paulo: Companhia das Letras, 17ª edição, 2004.

¹²¹ Não há nos discursos de Vargas nenhuma menção, nem mesmo vaga, ou indireta, ao fato.

Vargas dotado de grande ambigüidade pessoal e política de Thomas Skidmore¹²².

Ao debruçarmo-nos sobre a bibliografia construída sobre o Estado Novo, todavia, o que parecia impossível acontece: as divergências historiográficas acentuam-se ainda mais. Tomemos, novamente em caráter exemplar, o mais recente balanço realizado sobre o período, a obra “Repensando o Estado Novo”, organizada por Dulce Pandolfi¹²³. Já no artigo que abre a compilação, de autoria de Boris Fausto¹²⁴, somos postos diante de uma pergunta que prefigura, em sua coloquialidade deliberada, a impressão de leitura com que se fica ao concluir o livro: “Que diabo é esse regime que gera essencialmente uma série de males e, ao mesmo tempo, tem facetas de progresso?” Do texto de Eli Diniz¹²⁵, temos que há um avanço progressivo da cidadania brasileira: o regime posto em movimento a partir de 1930 teria produzido um forte impacto reformador na institucionalidade da Nação, criando espaços para que atores sociais como trabalhadores (incorporados politicamente através da criação de um código de direitos) e empresários estivessem

¹²² Skidmore, Thomas E. *Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco, 1930-1964*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 12ª edição, 2000. Sobre a célebre personalidade ambígua, dissimulada, de Getúlio Vargas, tão presente no imaginário social, ver Fontoura, João Neves da. *Memórias*. Porto Alegre, Ed. Globo, 1962, e também Camargo, Aspásia. *Oswaldo Aranha – A estrela da Revolução*. São Paulo: Mandarim, 1996. Ambos apresentam excelentes visões sobre o perfil psicológico de Vargas, em contraste com o de Oswaldo Aranha, tido como aberto, franco e voluntarioso – complementar ao de Vargas. Uma visão sofisticada, nesta mesma linha, é trabalhada também por Aspásia Camargo em *Carisma e personalidade política: Vargas, da conciliação ao maquiavelismo*. In: D'Araújo, Maria Celina (org.). *As instituições brasileiras da Era Vargas*. Rio de Janeiro: Editora da Uerj, 1999, p. 13-34.

¹²³ Pandolfi, Dulce (org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1999.

¹²⁴ Fausto, Boris. *O Estado Novo e o contexto internacional*. In: Pandolfi, Dulce (org.) *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1999, p. 17-20.

¹²⁵ Diniz, Eli. *Engenharia institucional e políticas públicas: dos conselhos técnicos às câmaras setoriais*. In: Pandolfi, Dulce (org.) *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1999, p. 21-38.

pela primeira vez representados – o que não ocorria no “antigo regime”. Deveríamos, assim, ter em mente um legado marcadamente progressista ao considerar a Era Vargas. Com o trabalho de Maria Luiza Tucci Carneiro¹²⁶, revela-se-nos, porém, uma visão diametralmente oposta: o período em questão deveria ser historicamente identificado com a perda ou a diminuição radical de qualquer possibilidade de construção dos direitos comumente relacionados à cidadania, e toda e qualquer visão positiva acerca da época ou da figura de Vargas, ontem e hoje, deve ser atribuída ao êxito da extensa máquina de propaganda política posta em funcionamento no sentido de doutrinar corações e mentes. O legado da Era Vargas seria, assim, o da constituição de “uma cultura amordaçada, lapidada e corroída pela erosão característica das ditaduras modernas”.¹²⁷ Este é também o Vargas de Maria

¹²⁶ Carneiro, Maria Luiza Tucci. *O Estado Novo, o Dops e a ideologia da segurança nacional*. In: Pandolfi, Dulce (org.) *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1999, p. 327-340.

¹²⁷ Obra citada, p. 334. Ilustrativa do vezo historiográfico em questão é a seguinte passagem: “(...) aquele Estado moderno estruturou-se da melhor forma possível a fim de garantir, segundo versão oficial, ‘a passagem de um país agrícola para um país industrializado e independente economicamente’. No entanto, por trás dessa concepção desenvolvimentista escondia-se um espírito maquiavélico: o do controle sistemático das massas, articulado através de um plano orgânico e racional, de cunho nacionalista. A meta final era homogeneizar o pensamento e a raça brasileira controlando a população idealizada segundo modelos propostos pela ciência eugênica, ou seja, ‘produzir’ um cidadão-símbolo da raça branca, limpo de impurezas (leia-se aqui da raça amarela e semita/judaica, tratadas como raças inferiores).” (Obra citada, p. 333). Com efeito, em outra passagem, Carneiro chega a aplicar à realidade brasileira sob o Estado Novo reflexão de Hannah Arendt acerca do fenômeno do totalitarismo: “(...) cabe ressaltar que em ambos os lados (Estado e povo) o medo emergia como *princípio de ação*, ou seja, como já assinalou Hannah Arendt (1978: 572-3) em seu clássico estudo sobre o regime totalitário: ‘o medo que o povo tem do governante e o medo que o governante tem do povo’”. (Obra citada, p. 328-329). Na mesma obra, uma visão mais cautelosa sobre o efeito da propaganda política no Estado Novo é apresentada por Maria Helena Capelato, que sublinha não ter tido a mesma “poderes onipotentes” sobre a sociedade como muitas vezes se quis e quer fazer pensar, e que o sucesso ou fracasso da propaganda depende, em parte, de tendências já existentes no imaginário social. Assim, nem mesmo regimes autoritários que levaram a extremos o controle da comunicação social, como os nazi-fascistas, lograram formar uma opinião única e coesa sobre a realidade política e social. Capelato, Maria Helena. *Propaganda política e controle dos meios de comunicação*. In: Pandolfi, Dulce (org.) *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1999, p. 167-178.

Helena Capelato¹²⁸ e, principalmente, o de Eliane Dutra¹²⁹; aquele Vargas que confere contornos nazi-fascistas ao Estado Novo, e que flerta com a Alemanha enquanto dialoga com os Estados Unidos durante a Segunda Guerra Mundial, obtendo, ao decidir-se por estes últimos, substanciais vantagens econômicas.

Mais uma vez – e agora como nunca - a voz do próprio Getúlio Vargas é a menos ouvida. Como 37 articula-se com 30? Os nexos discursivos permanecem os mesmos, ou alteram-se radicalmente? O tom dos discursos ganha em naturalidade, em fluidez, ao evocar a História, ou perde-se em artificialismos para explicar uma situação em princípio inexplicável – a do cancelamento de eleições, implementação do Estado Novo e outorga de uma nova constituição? Como o discurso estado-novista acomoda-se ao discurso anterior... e ao posterior? Ao de 30 e ao de 50, e ao de 54? Por que Vargas abandona rapidamente a expressão “Estado Novo” em favor de “Estado Nacional?” E novamente: como o discurso carregado da tensão de seu momento histórico assimila os acontecimentos da não menos tensa segunda metade da década de 1930? O *horizonte de expectativa* altera-se significativamente? As conexões estabelecidas com a história do Brasil mantêm-se em sua lógica interna? Dada a urgência do momento histórico, tais conexões ficam mais rarefeitas ou, ao contrário, lança-se mão do passado para escapar à complexidade do instante presente? Que *convocação* é feita à história, nesse

¹²⁸ Capelato, Maria Helena R. Multidões em cena: propaganda política no varguismo e no peronismo. São Paulo: Papirus/Fapesp, 1999.

¹²⁹ Dutra, Eliane. O ardil totalitário: o imaginário político no Brasil dos anos 30. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/UFGM, 1998.

momento, e que como se modifica, ou se recompõe, o conceito de história e a interpretação do Brasil abstraídos do pensamento político de Vargas?

Existe ainda, não esqueçamos, o Vargas “pai dos pobres”; o Vargas da legislação trabalhista que estende-se da Revolução de 30 ao do mandato presidencial para o qual foi eleito em 1950. O Vargas anti-liberal que estende um manto de proteção estatal ao mundo do trabalho – em um só movimento afastando a ideologia do *laissez-faire* e negando-se sistemática e obcecadamente a reconhecer qualquer valor histórico ao comunismo -, obstruindo a organização livre e potencialmente revolucionária dos trabalhadores assalariados (é o Vargas de Edgar de Decca¹³⁰), e que no entanto será, em parte, o mesmo Vargas, já *trabalhista* e aceitando moderadamente o termo *socialismo*, que cometerá suicídio em 24 de agosto de 1954, “deixando a vida para entrar na História”. Em um certo diapasão, é o Vargas herdeiro da tradição política fundada por Júlio de Castilhos e levada adiante por Borges de Medeiros, e que funda ele mesmo uma outra tradição, o já mencionado trabalhismo. Este é o Vargas de Alberto Pasqualini, o formulador teórico desta corrente política, de João Goulart e de Leonel Brizola. É o Vargas do “socialismo moreno” de Darcy Ribeiro. Este Vargas, bem o sabemos, convive com o Vargas “mãe dos ricos”, conforme a conhecida fórmula popular. Assim combinado, é o Vargas de Robert Levine¹³¹ e, com determinados matizamentos, o de Erico

¹³⁰ Decca, Edgar de. 1930 – O silêncio dos vencidos: Memória, história e revolução. São Paulo: Brasiliense, 5ª edição, 1992.

¹³¹ Levine, Robert M. Pai dos pobres? O Brasil e a Era Vargas. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

Verissimo: com efeito, o Rodrigo Terra Cambará de *O Tempo e o Vento* parece ser, em boa medida, a representação literária da elite que enriquece orbitando a esfera do poder após 1930 e sobretudo durante do Estado Novo, aproveitando-se dos interstícios das reformas institucionais. É o Vargas que evita qualquer transformação na estrutura fundiária brasileira, inspirando o tão utilizado conceito *modernização conservadora*¹³², ou que havia, desde 1930, conduzido o país a um *estado de compromisso*¹³³,

Cumpre-nos insistir: onde, neste concerto de vozes, a do próprio Getúlio Vargas? Como a visão arraigadamente anti-liberal, anti-laissez-faire, está articulada com todo o restante do *corpus* discursivo?. É um truísmo, mesmo entre historiadores, falar do anti-comunismo de Vargas. Muito bem: como esse anti-comunismo se manifesta de fato? Qual é a primeira vez em que aparece? A que propósito serve? Será um propósito meramente instrumental, com o objetivo de justificar uma permanência ilegítimamente alongada na presidência da República, ou possuirá uma lógica orgânica com outros pontos fundamentais do discurso – inclusive com a aceitação, não livre de ressalvas, do termo *socialismo* a partir de 1946? Estará esta passagem delicada para o termo *socialismo* a indicar uma

¹³² Fausto, Boris. *Revolução de 30 – Historiografia e História* (obra citada). Também: Weffort, Francisco. *O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978. O conceito diz respeito a que o processo de modernização coexistiria com a “conservação deliberada das heranças sociais. O Estado e seus agentes presidem as mudanças, criando setores estratégicos e incorporando, de forma parcial, os interesses emergentes que manipulam. Enquanto isso, garantem a permanência do antigo sistema, cujas bases econômico-sociais se mantêm intactas.” Camargo, Aspásia (Obra citada, p. 385).

¹³³ Estado de compromisso “no qual a diversidade e desarticulação dos setores inseridos no novo pacto [pós-1930] teriam gerado vazios de poder no sistema político, cabendo ao Estado preencher em uma ação circunstancialmente autônoma e personalista.” Camargo, Aspásia (obra citada, p. 385).

evolução (não necessariamente um *progresso*) no pensamento de Vargas a respeito das relações entre capital e trabalho, sempre tão presentes em seu discurso? Que recursos retóricos são utilizados, que modos de convocação à história são feitos para que a obra discursiva, quando apanhada em perspectiva, não apareça ao leitor como um *frankenstein literário* repleto de contradições e equilibrando-se com dificuldade e deselegantemente ante os ventos de cada circunstância datada específica? Como o Vargas de 1946, ou o de 1950, lida com às críticas feitas ao de 1937? Alteram-se significativamente sua leitura da história, da história do Brasil?

Os presidentes brasileiros da década de 1990 entenderão a herança da chamada Era Vargas como algo essencialmente negativo, e aqui passará a haver um novo, um redivivo Vargas, para o bem e para o mal. Ainda em 1994, como veremos, Fernando Henrique Cardoso declarou entender que “a Era Vargas acabou”; que “a Revolução de 30 está esgotada”¹³⁴, anunciando ali mesmo, reflexamente, o próprio espírito de seus dois mandatos: o desmonte, ponto a ponto, do legado de Vargas e o encaminhamento de um Brasil integrado à ordem mundial liberal, hegemônica no pós-1989. Em reação, grande parte das esquerdas brasileiras – inclusive aquelas mais vinculadas ao socialismo, sempre fundamentalmente internacionalistas –, voltaram-se para a figura de Vargas: em boa medida, o anti-liberalismo veio a vestir-se, então, com roupagens novamente varguistas, como no pós-1929. Afinal, as posições das personagens históricas no espectro político são relativas e

¹³⁴ Declaração que à sensibilidade do historiador soma-se à conhecida formulação de Bertold Brecht: “Pergunta sempre a cada idéia: a quem serves?”

extremamente dinâmicas: o próprio espectro é ele mesmo *histórico*.

Se na dança das avaliações históricas a figura de Vargas ultrapassa, obtendo larga vantagem comparativa, as de Washington Luís e Júlio Prestes, posicionando-se, no entanto, à direita de Luis Carlos Prestes e da Aliança Nacional Libertadora, o surgimento de Plínio Salgado e do Partido Integralista Brasileira a contém e a reencaminha para o centro, de onde parece sair ao juntar-se à de Luis Carlos Prestes em 1946 – mas onde o deixa, instável e oscilantemente, a tensão ideológica dos partidos que nasceram de sua mão esquerda (o PTB) e de sua mão direita (o PSD). A oposição implacável da União Democrática Nacional (UDN), o próprio mandato presidencial de 1951 a 1954, e a ascensão política de João Goulart e de Leonel Brizola, reposicionam Vargas à esquerda, mas o regime militar instaurado em 1964, a tradição socialista representada sobretudo pelo Partido Comunista Brasileiro, a crítica acadêmica com ênfase no conceito de *populismo*, e o surgimento de uma esquerda com nova feição, expressa pelo movimento sindical paulista da década de 1970 e pela fundação do Partido dos Trabalhadores, em 1980, jogam-no novamente para a direita. Tal movimentação relativa da figura de Vargas no espectro histórico-político brasileiro é uma prova de que cada geração e cada circunstância histórica relêem, reavaliam e resignificam o passado, e de como o próprio *dever* histórico confronta o passado. A mera inserção de Fernando Collor de Mello e de Fernando Henrique Cardoso no quadro político do Brasil rearranjou estruturalmente cada posição relativa, arremessando Vargas e seu legado para a

esquerda do espectro político brasileiro de uma maneira e com uma intensidade que nada e nem ninguém, até então, havia feito.

Assim, nesta aproximação à produção discursiva global de Vargas, devemos perguntar novamente: de que Getúlio Vargas falamos quando falamos em Getúlio Vargas? É possível que o mais razoável seja mesmo aceitarmos o plural e virtualmente inesgotável painel de leituras possíveis sobre Vargas – oferecendo, todavia, uma outra? Ouçamos o que o próprio Vargas tem a dizer, e o façamos dialogar com a historiografia¹³⁵.

3.2. Getúlio Vargas

A percepção de Getúlio Vargas quanto à história do Brasil, manifesta no discurso de posse como Chefe do Governo Provisório, em 3 de novembro de

¹³⁵ Obras que têm a análise dos discursos de Getúlio Vargas como elemento central são as de Pedro Cezar Dutra Fonseca (obra citada), Maria Emília A. T. Lima (*A construção discursiva do povo brasileiro – Os discursos de 1º de maio de Getúlio Vargas*. Campinas: Editora da Unicamp, 1990) e Claudia Wasserman. Obra citada. Fonseca considera a obra discursiva global de Vargas destacando seus aspectos econômicos, políticos e sociais e os contrastando com o contexto brasileiro a cada momento sucessivo, defendendo a idéia de que discurso e contexto se entrosam dialeticamente e apresentam um sentido – o da consolidação do capitalismo no Brasil. Lima utiliza-se tão somente dos discursos de 1º de Maio, uma vez que lhe interessa investigar a construção do discurso populista e os usos que Vargas faz da palavra “povo”, bem como da recepção popular dos discursos. Wasserman realiza estudo comparativo entre Getúlio Vargas, o argentino Hipolito Yrigoyen, e o mexicano Francisco Madero, ocupando-se portanto do “discurso antioligárquico” latino-americano. Os discursos de Vargas, aqui, são prioritariamente, mas não apenas, os discursos de campanha eleitoral pré-1930.

1930¹³⁶, encontra-se informada, em grande medida, pela Revolução e pelo que está em seu entorno imediato, bem como pelas questões fundamentais que constituíram suas razões últimas: a economia organizada em torno da exportação do café, nos termos já vistos, e a política que dava a essa realidade a sustentação para a sua preeminência sobre os demais aspectos da vida econômica nacional, e para a sua própria perpetuação no tempo – a política mesma da República Velha.

A idéia de que a crise em curso possuía razões internas e externas, e de que superá-la exigiria a consecução de um empreendimento com vistas à transformação estrutural da economia nacional e de sua forma de inserção na economia mundial, não obstante presente, põe-se lado a lado com o elogio à cultura do café – o que apenas aparentemente constitui uma contradição. A conciliação de tais termos, entretanto, deve ser buscada não pela via demasiadamente simplificada da explicação psicológica que acentua a importância da personalidade de tipo “conciliatório” de Vargas, mas na própria razão discursiva – e, no caso, econômica – que os orienta.

Em discurso sem datação precisa - mas que Bonavides e Amaral¹³⁷

¹³⁶ A obra discursiva de Getúlio Vargas encontra-se distribuída em muitos livros (ver *Referências bibliográficas documentais*), entre eles os onze volumes intitulados “A Nova Política do Brasil”, prioritariamente, mas não exclusivamente, utilizados aqui. Quando houver citações literais no corpo do texto, utilizaremos a sigla NPB acompanhada do ano e do números do volume correspondente; quando em notas de rodapé, as citações ocorrerão como de praxe.

¹³⁷ Ver endereço eletrônico do Centro Brasileiro de Estudos Latino-Americanos (Cebela) - <http://www.cebela.org.br/txtpolit/apresenta.html> -, em “Textos Políticos da História do Brasil” (organização de Paulo Bonavides e Roberto Amaral). Salientamos que os documentos, como em geral ocorre em se tratando de textos publicados na World Wide Web, não possuem número de páginas.

localizam em “fins de 1929 ou início de 1930”, portanto já um discurso de campanha para as eleições que se realizariam proximamente –, pronunciado em São Paulo, Vargas refere-se ao café como “o regulador e o expoente de toda a economia nacional, elemento visceral da nossa existência econômica”, salientando que “defendê-lo, ampará-lo, é amparar e defender o próprio Brasil”, e que, por isso, “não pode haver brasileiro que não se orgulhe desse maravilhoso esforço dos paulistas, criando, desenvolvendo e mantendo a sua cultura cafeeira”. Há, entretanto, uma crise, como há também um seu diagnóstico, o que permite o encaminhamento da idéia de que as coisas, como estão – ou *como são*, em uma perspectiva de ordem estrutural –, não podem permanecer: é feito o anúncio da “remodelação da defesa do café”, sem que, todavia, haja qualquer explicitação sobre de que modo se deverá dar essa remodelação – a qual, sabemos, envolveria políticas adotadas rapidamente e que tinham o objetivo *de fundo* de retirar aquela mercadoria da posição de centralidade absoluta que até então ocupava na economia brasileira.

Com efeito, tomar às mãos a defesa do café constituía mesmo condição fundamental para iniciar reformas econômicas mais abrangentes – estas sim a preocupação fundamental. Vê-se assim que o termo *remodelação*, longe de significar mera reorientação circunstancial dos rumos da política de proteção privilegiada à economia cafeeira, até que os efeitos da crise arrefecessem, assume ressonâncias reveladoras da intenção de um reposicionamento relativo do café na vida econômica nacional – o primeiro passo, talvez, para o rearranjo geral da vida econômica nacional em si mesma, e em relação à participação brasileira no concerto

econômico das nações; mais até que um primeiro passo, uma condição *sem a qual não* para as tarefas gigantescas que se anunciavam:

Pedro Cezar Dutra Fonseca salienta que:

Seria obstáculo de difícil superação pelo governo, caso pretendesse tornar possíveis medidas visando a amenizar e solucionar a crise, não ter o pleno controle sobre a política econômica voltada ao café. Só uma vez esta centralização em suas mãos teria sentido a adoção de medidas em outras áreas e o uso de instrumentos (cambiais, fiscais, monetários), capazes de *direcionar* a economia nacional (ou, se se quisesse, simplesmente agir com eficácia de forma anticíclica. (FONSECA, 1987, p. 151-152)

O Vargas de 1930 não está portanto, já se vê, demasiadamente afastado daquele que ainda em 1906, em discurso de recepção (extra-oficial) ao presidente Afonso Pena na Faculdade de Direito de Porto Alegre, refletiu sobre

(...) quantas causas de estagnação pesam sobre um país novo, exaurido pela capitação e fisco, sopeando o livre desenvolvimento das atividades industriais! Amarga resultante para quem se vê coato a comprar manufaturados no estrangeiro, os gêneros da própria matéria-prima que exporta.” (VARGAS *apud* SILVA, 1980, p. 30)

Considerando os elementos essenciais do que estava em jogo no período da República Velha, temos, todavia, em 1930 – diante da necessidade de legitimar o processo revolucionário¹³⁸, em um contexto já distante do de 1906 -, um substancial deslocamento no que diz respeito à lógica do discurso: agora, a

¹³⁸ Lembremos que pela primeira vez na vida republicana brasileira depunha-se um presidente eleito – e mais, impedia-se a posse de um (outro) presidente eleito. Aquilo que desde a perspectiva do início do século XXI não se afigura como algo raro na experiência histórica do Brasil, possuía em 1930 um caráter de ineditismo que em muito explica o esforço discursivo de legitimação da Revolução – e não apenas por parte de Getúlio Vargas, mas de outras lideranças políticas do movimento.

“desorganização econômica, a estagnação”, aparecem como conseqüências do painel político da primeira república brasileira, caracterizado pelo “predomínio das oligarquias”¹³⁹, as quais transformavam o país em “um infinito Saara moral, privado de sensibilidade e sem acústica”¹⁴⁰. Retenhamos, por um momento, essa interessante imagem: a construção discursiva expõe desde o início, à leitura percuciente, a imagem de contraste entre um ambiente desértico, em que quase nenhuma vida orgânica viceja, e a exuberância da natureza brasileira (em elipse), que entre outras manifestações culturais ao longo dos séculos inspirou idéias econômicas que enquadram desde o “em se plantando tudo dá” de Caminha até a alegada vocação agrária da economia brasileira.

¹³⁹ O uso da expressão “oligarquia” por Vargas parece equivaler, por extensão, ao uso genérico identificado por Vavy Pacheco Borges nos jornais de oposição ao governo de Washington Luis, onde “é oligarquia o grupo que está no governo, que maneja sozinho o poder, no plano federal ou estadual. (...) É um termo com clara conotação negativa. Usam-no como uma pecha; só o seu emprego já é considerado uma denúncia.” Obra citada, p. 26. Trata-se, assim, de um uso politicamente manejado, diverso daquele feito pela historiografia. Cláudia Wasserman, por exemplo (obra citada, p. 27), salienta que *oligarquia* diz respeito a “frações da classe dominante latino-americana tributárias do período colonial, que embora tenham realizado a tarefa de implantar o capitalismo – cercamento dos campos e modificação das relações de produção – mantiveram traços aristocráticos de grupos pré-capitalistas, que impediram, durante o período em que governaram, a extensão do modo de produção capitalista e a transição da extração da mais-valia absoluta para a mais-valia relativa, ou a completa incorporação da máquina ao processo produtivo, etc. A oligarquia, assim considerada, é tida como uma classe intermediária, entre grupos dominantes totalmente pré-capitalistas e grupos dominantes capitalistas, ou melhor a burguesia.” Segundo a autora, no Brasil – como na Argentina e no México –, os grupos centrais das oligarquias primário-exortadoras “conseguiram, através da rearticulação comercial e financeira com os centros compradores de produtos primários, subordinar os grupos oligárquicos periféricos cujos produtos não tinham grande interesse no mercado internacional. (...) No Brasil, o governo Campos Sales (1898-1902) inaugurou um período de domínio oligárquico, representando as oligarquias centrais (paulista e mineira) em aliança com os grupos oligárquicos periféricos, consagrando fenômenos conhecidos como a “política dos governadoras” e “aliança café-com-leite”. (...) O termo oligarquia refere-se, portanto, tanto às elites economicamente dominantes, como também ao sistema de governo que prevaleceu (...) no Brasil, entre 1891 e 1930.” Idem, p. 28-29. Para Wasserman, o Vargas da campanha presidencial de 1929 apresenta-se como essencialmente antioligárquico.

¹⁴⁰ “Rio Grande, de pé, pelo Brasil!” (Discurso pronunciado em Porto Alegre, no dia 4 de outubro de 1930), em *A Nova Política do Brasil I*, p. 62.

As oligarquias que dirigiam a república, assim, aparecem não apenas como inaptas, mas como elas mesmas *inadaptadas* ao máximo, uma vez que ao colocarem a política nacional *em função* dos interesses dos cafeicultores, ignorando outras possibilidades potenciais de desenvolvimento econômico, transformavam o país em um “Saara moral”; transformavam, pois, o país... em seu contrário! Sob uma lente um pouco maior, todavia, a imagem revela mais: aquele Saara moral não possui qualquer sensibilidade ou acústica. As oligarquias dirigentes *não ouvem*; literalmente, a Nação – percebida como distante da representação política e em crescente ebulição, sobretudo durante a década de 1920 -, clama no deserto. Não se trataria, no entanto, de um simples *não dispor-se a ouvir*, por parte das oligarquias dirigentes; a “ausência de acústica” implicaria mesmo em uma *impossibilidade* de comunicação, posta pelo próprio sistema (monocultor e, como se vê, monolítico) entre a Nação e aquelas oligarquias.

Com efeito, uma tal “ausência de acústica”, uma tal *surdez*, reverberando de determinada forma em certa historiografia sobre o período, pode conduzir a análise do discurso a quadrantes de significação mais profunda. A ausência de percepção quanto à profundidade e extensão dos efeitos da crise de 1929, associada ou não a uma crença maior ou menor nos pressupostos e instrumentos do liberalismo econômico e político, produziu *audição deficiente* por todos os lados do espectro político nacional, correspondendo, em determinada medida, à já mencionada negação liberal da realidade da crise, e apresentando conseqüências imediatas e de natureza muito concreta. O presidente Washington

Luís, por exemplo, instado pelos cafeicultores a adotar medidas para salvar as cotações do café, cujos preços despencaram vertiginosamente no mercado internacional logo após a crise, negou-se a fazê-lo, levando boa parte dos fazendeiros a deixar de apoiá-lo – o que veio a constituir elemento essencial do desenho conjuntural dos antecedentes da Revolução de 30.

Os cafeicultores solicitaram a Washington Luís que enfrentasse a crise por meio da concessão de novos financiamentos e de uma moratória de seus débitos. Os financiamentos seriam feitos pelo Banco do Brasil, com recurso às emissões, tendo em vista as dificuldades pelas quais passava o Banco do Estado de São Paulo. Preocupado em manter o plano de estabilidade cambial, que, aliás, acabou indo por água abaixo, o presidente recusou. Uma onda de descontentamento se levantou em São Paulo. Realizou-se um congresso de lavradores em fins de dezembro de 1929/ janeiro de 1930, no qual o governo foi violentamente atacado. (...) Não houve porém uma ruptura entre o setor cafeeiro e o governo federal, e o rendimento eleitoral da crise para a oposição foi escasso. Apesar disso, os descontentamentos resultantes da crise mundial deixaram marcas em São Paulo. (...) crescia o número daqueles que podiam até votar no governo, mas não se dispunham a jogar nele toda a sua sorte. (Fausto, 1999, p. 320-321)

A própria oligarquia do café, entretanto, havia deixado de enxergar – de ouvir - a profundidade da crise, *para além do problema dos preços*:

A crise de 1929 é apresentada, em transcrição de discursos dos líderes do Partido Republicano Paulista, como quase inexistente. Um deles, Roberto Moreira, em fins de novembro de 1929, diz que ‘o café não morreu, está triunfante, e com ele a campanha do Sr. Júlio Prestes’. O significado da crise era altamente político no momento, tanto para a situação, que queria capitalizá-la, como para a situação, que precisava minimizá-la, para efeitos de justificar a sua política de valorização, agora fortemente combatida pela oposição. Em letras garrafais, diz o Correio Paulistano, porta-voz do Partido Republicano Paulista: ‘A atmosfera é de absoluta tranqüilidade (...)’ (Borges, 1979, p. 96)

É notável observar ainda que, no limite, *a própria Aliança Liberal*, à frente da qual encontrava-se Getúlio Vargas como candidato à sucessão de Washington Luís, deixa de perceber a verticalidade da crise e a importância do momento internacional:

A Revolução de 30 é dominada, durante os primeiros anos, pelas preocupações internas e, fato curioso, mas significativo, deste estado de espírito: a Aliança Liberal não tira partido, quando da campanha presidencial de 1929, das nefastas consequências que a política dita de *revalorização do café* impõe à economia do país, quando da crise de Wall Street. Impossível sonhar com melhor oportunidade para atacar a política econômica do Governo! Entretanto, a crise econômica mundial é um dos temas menos utilizados pela Aliança Liberal. (Seitenfus, 1980, p. 151)

Com efeito, uma ligação direta, sem ambigüidade, entre tais termos, só aparece *com todas as letras*, e de modo não genérico (obviamente a percepção do problema é contemporânea aos primeiros desdobramentos da crise), em discurso feito por Vargas em Porto Alegre em novembro de 1934: “A depressão universal, iniciada em 1929, refletira-se, ameaçadoramente, sobre o café.”¹⁴¹

De todo modo, os ventos da história estão soprando, e para Vargas estava-se agora “ante uma contra-revolução para readquirir a liberdade, para restaurar a pureza do regime republicano, para a reconstrução nacional.”¹⁴² Não é –

¹⁴¹ “Voltando ao Rio Grande depois de 4 anos (Discurso pronunciado em Porto Alegre, a 23 de novembro de 1934)”, em *A Nova Política do Brasil IV – Retorno à terra natal / Confraternização sul-americana / A Revolução Comunista (Novembro de 1934 a Julho de 1937)*, p. 30-31.

¹⁴² “Rio Grande, de pé, pelo Brasil!” (Discurso pronunciado em Porto Alegre, no dia 4 de outubro de 1930), em *A Nova Política do Brasil I*, p. 63.

saliente-se - que a nação passaria a ser ouvida pela Revolução, e após; Com a Revolução, ela própria estaria *falando*¹⁴³.

Assim, de um lado, o êxito da Revolução estaria garantido pelo apoio da opinião pública, e, de outro – em uma referência velada aos tenentes¹⁴⁴ –, pelo fato de contar-se “com a simpatia das Forças Armadas e **a cooperação de sua melhor parte**.”¹⁴⁵ Além disso, havia a convicção de estar-se diante de um movimento de afirmação da Nação; não um qualquer momento, mas aquele que constitui “a afirmação mais positiva que, até hoje, tivemos de nossa existência como nacionalidade. Em toda a nossa história política, não há, sob esse aspecto,

¹⁴³ Como observa Wasserman, a Nação aparece “antropomorfizada” (obra citada, p. 162), “transformada em uma espécie de organismo vivo” (p. 160), no discurso antioligárquico: “Afirmar a existência viva da Nação significava comprovar a sua existência e, simultaneamente, apresentar o momento atual como momento fundante daquela existência.” (p. 162).

¹⁴⁴ Idem. “Revoltas Tenentistas” são a denominação genérica que comumente se dá aos movimentos de insurreição que eclodem no Rio de Janeiro, em 1922; em São Paulo, em 1924; e que continuam até 1927 com a marcha da Coluna Prestes pelo interior do Brasil. Tais movimentos expressam a insatisfação de setores militares com os governos e a República Velha, e manifestam os interesses da baixa e média oficialidade. Os tenentes, assim, tornam-se importante núcleo de oposição às oligarquias e ao sistema republicano vigente, pregando a moralização da política e a volta das liberdades públicas (suspensas durante a quase totalidade do governo de Arthur Bernardes – 1922-1926), defendendo o capital nacional e exigindo a restauração das forças militares. A própria Revolução de 1930, ao menos no que se refere aos primeiros anos do novo governo, aparece da historiografia pertinente como uma extensão do movimento tenentista, cujos agentes irão perdendo progressivamente a sua força, em função de novas acomodações de interesses. Veja-se, a esse respeito, Fausto, Boris. A revolução de 1930 – Historiografia e história. São Paulo: Editora Brasiliense, 1982, p. 107. Em 1932, a referência de Vargas aos tenentes já é explícita: “A cadeia histórica desses diversos impulsos de rebeldia teve sua expressão mais característica no puritanismo cívico dos movimentos de 22, 24, 26 e 27. Caldeada nessas tentativas, a Revolução far-se-ia, necessariamente, no momento em que se extremasse o conflito existente entre a mentalidade nacional e os interesses dos agrupamentos partidários, impossibilitando qualquer conciliação. Os partidos políticos, como intérpretes do pensamento nacional, haviam desaparecido. Os processos de representação abastardavam-se. As eleições transformaram-se, aos poucos, em verdadeira burla: os eleitores votavam sem liberdade de escolha, ou a ata falsa substituí-a, sumariamente, a vontade do eleitorado.” (A Revolução e o regime legal - Manifesto à Nação, lido, em sessão solene, no edifício da Câmara dos Deputados, a 14 de maio de 1932), em *A Nova Política do Brasil II*, p. 27.

¹⁴⁵ “Rio Grande, de pé, pelo Brasil!” (Discurso pronunciado em Porto Alegre, no dia 4 de outubro de 1930), em *A Nova Política do Brasil I*, p. 63.

acontecimento semelhante.”¹⁴⁶ O argumento essencial a fundamentar a peremptoriedade de tal manifestação é o de que

(...) a Revolução foi, efetivamente, a expressão viva e palpitante da vontade do povo brasileiro, afinal senhor de seus destinos e supremo árbitro de suas finalidades coletivas. No fundo e na forma, a Revolução escapou, por isso mesmo, ao exclusivismo de determinadas classes. Nem os elementos civis venceram as classes armadas, nem estas impuseram àqueles o fato consumado. (...) Realizamos, pois, um movimento eminentemente nacional. (VARGAS, NPB I, p. 69)

Vejamos circunstanciadamente de que maneira a realidade histórica que se está a superar encontra-se representada no discurso de Vargas; quais são os traços de envelhecimento – afinal – da República Velha, e porque ela fenece.

A crise da República Velha está intimamente associada, em Vargas, ao que é percebido como uma crise das instituições políticas liberais – e de uma forma radical: a longa extensão de sua obra discursiva apresentará não apenas uma crítica de fundo às instituições políticas liberais *tal como aplicadas no Brasil e em si mesmas*, como uma crítica à própria *política*, às instituições políticas, aos políticos e aos partidos políticos, bem como à democracia mesma. Veremos em que termos se dão tais críticas e que nexos as relacionam e sustentam; em uma palavra, qual o seu significado no que diz respeito ao complexo de idéias que compõe a visão de história de Vargas.

¹⁴⁶ Idem, *ibidem*.

Nos momentos eleitorais, segundo Vargas, as instituições políticas liberais, uma vez que promovem uma relação inautêntica com o Brasil profundo – a Nação –, só fazem frustrar as expectativas nacionais e revelar sua essência eminentemente artificial, enganosa e enganadora, irremediavelmente distanciada dos anseios populares pela *verdade*. “Vivemos num regime de insinceridade; o que se diz e apregoa não é o que se pensa e pratica.”¹⁴⁷ “É uma dolorosa verdade, sabida de todos, que o voto e, portanto, a representação política, condições elementares da existência constitucional dos povos civilizados, não passam de burla, geralmente, entre nós.”¹⁴⁸ A fórmula do que veio a se consagrar historiograficamente com a expressão “Política dos Governadores” aparece com extrema clareza:

Quarenta anos de regime republicano radicaram, com efeito, em muitas localidades e não apenas nos sertões, a fraude sistematizada, em nome da qual falam os representantes da Nação, que recebem do Centro a força e o apoio indispensáveis a sua permanência nas posições, do mesmo passo que, por sua vez, emprestam ao Centro a solidariedade absoluta de que o mesmo não pode prescindir. A troca recíproca de favores, que constitui o caciquismo, o monopólio das posições políticas; a permuta de ardilosos auxílios, que calafetam todas as frestas por onde pode passar um sopro salutar de renovação – eis o regime vigorante, frondosamente, no Brasil. (Vargas, 1930, NPB I, p. 23)

Observe-se, aqui, em analogia perfeita com a idéia do Brasil da República Velha como “um Saara moral, privado de sensibilidade e sem acústica”, já mencionada, a imagem de um espaço hermeticamente fechado, sem ar, um ambiente desprovido de aberturas e frestas, um lugar, portanto, sem qualquer

¹⁴⁷ “A Plataforma da Aliança Liberal – 2 de janeiro de 1930”; em *A Nova Política do Brasil I – Da Aliança Liberal às realizações do 1º ano do Governo – 1930-1931*, p. 19.

¹⁴⁸ Idem ibidem, p. 22.

oxigenação - e “não apenas nos sertões”! A Nação inteira, que já não é ouvida... também, ao fim e ao cabo, não respira. As aberturas e frestas inexistentes, entretanto, não se abrirão sozinhas, ou espontaneamente. É preciso que o ideário da Aliança Liberal, o “sopro salutar de renovação”, o faça, reanimando e trazendo novamente à vida o espírito e o corpo combalidos da Nação.¹⁴⁹

Antes da Revolução, portanto, uma possibilidade de renovação havia-se anunciado: a candidatura de Vargas à presidência da República. A Aliança Liberal constituiria não menos que “a mais expressiva oportunidade que já se ofereceu ao Brasil para realizar, sem abalos, sem sacrifícios, o plano de ação governamental exigido (...) não só pela maioria consciente da sua população e pelas suas tradições de cultura e patriotismo, como, também, pelo espírito do momento universal.”¹⁵⁰ Vive-se, porém, um regime de insinceridade, em que o voto e a representação política são burla; Vargas é derrotado nas urnas, e a Nação, que havia falado, mas que teria tido sua voz abafada pela fraude, terá de se fazer ouvir pela Revolução. Afinal, como simplesmente aceitar a derrota e abandonar um plano de ação governamental exigido não só pela maioria consciente da população, mas pelo próprio espírito do momento universal?!¹⁵¹ Isso significaria, à Nação, dar as costas a si mesma e à

¹⁴⁹ É interessante observar que a própria senha estabelecida para que se desse início aos eventos da Revolução de 30 fazia referência à idéia que se cultivava acerca da República Velha como um organismo doente: “No dia 3, logo após o almoço, telefonemas anônimos disparados em série encarregaram-se de anunciar o fim dos adiamentos. Vozes femininas pediam que chamassem a dona da casa e avisavam: - Olha, o doente piorou muito. O seu estado é grave e exige imediata operação. A intervenção cirúrgica está marcada para logo mais à tarde – e o telefone era desligado.” Mendes, Moisés. O Rio Grande fica de pé pelo Brasil. *Caderno de Cultura Especial – Revolução de 30 (1): Os gaúchos no obelismo. Zero Hora*, Porto Alegre, 30 de setembro de 2000.

¹⁵⁰ Idem ibidem, p. 53.

¹⁵¹ Voltar-se-á a esta idéia de “espírito do momento universal”.

história. A opção revolucionária, dispostos os termos desse modo, apresentava-se como nada menos que um *imperativo moral*.¹⁵²

Como imperativa se mostrava, deste modo – uma vez anunciada a derrota nas urnas –, a idéia de que “só pelas armas seria possível restituir a liberdade ao povo brasileiro, sanear o ambiente moral da Pátria, livrando-a da camarilha que a explorava, arrancar a máscara de legalidade com que se rotulavam os maiores atentados à lei e à justiça – abater a hipocrisia, a farsa e o embuste.”¹⁵³ É neste contexto que surge, em Vargas, a primeira menção à palavra democracia – primeira menção, ainda que pontualmente dirigida à República Velha, já eivada de negatividade. “Urgia substituir o regime de ficção democrática, em que vivíamos, por outro, de realidade e confiança.”¹⁵⁴

Vargas entende o movimento revolucionário de 1930 como “a afirmação mais positiva que, até hoje, tivemos da nossa existência como nacionalidade.”¹⁵⁵ Em 1950, a descreverá abertamente como um “inevitável histórico. Sua marcha obedecia a um determinismo inexorável. Era uma torrente, uma força da

¹⁵² Dê-se a máxima ênfase a esta formulação. no discurso de Vargas, ela é o sustentáculo de todas as justificativas para a Revolução de 30, e estará fortemente associada à sua visão da História.

¹⁵³ “Nova organização administrativa do país (Discurso de posse na chefia do Governo Provisório, perante a Junta Governativa, em 3 de novembro de 1930)”, em *A Nova Política do Brasil I – Da Aliança Liberal às realizações do 1º ano do Governo – 1930-1931*, p. 70-71.

¹⁵⁴ Idem, p. 70-71.

¹⁵⁵ “Nova organização administrativa do país (Discurso de posse na chefia do Governo Provisório, perante a Junta Governativa, em 3 de novembro de 1930)”, em *A Nova Política do Brasil I – Da Aliança Liberal às realizações do 1º ano do Governo – 1930-1931*, p. 69.

natureza, um transbordamento de águas revoltas”¹⁵⁶. Ainda em 1930, ressaltava-se, sobretudo, o ineditismo da experiência, não apenas, como se verá, para valorizar a importância do momento, mas para posicioná-lo como um elo pleno de significação histórica – um elo final, e ao mesmo tempo fundante de um novo segmento na corrente de eventos da história do Brasil. “Em toda a nossa história política, não há, sob esse aspecto, acontecimento semelhante. Ele é, efetivamente, a expressão viva e palpitante da vontade do povo brasileiro, afinal senhor de seus destinos e supremo árbitro de suas finalidades coletivas.”¹⁵⁷

No fundo e na forma, a Revolução escapou, por isso mesmo, ao exclusivismo de determinadas classes. Nem os elementos civis venceram as classes armadas, nem estas impuseram àqueles o fato consumado. Todas as categorias sociais, de alto a baixo, sem diferença de idade ou de sexo, comungaram em um idêntico pensamento fraterno e dominador: a construção de uma Pátria nova, igualmente acolhedora para grandes e pequenos, aberta à colaboração de todos os seus filhos. (...) Realizamos, pois, um movimento eminentemente nacional. Essa, a nossa maior satisfação, a nossa maior glória e a base invulnerável sobre que assenta a confiança de que estamos possuídos para a efetivação dos superiores objetivos da Revolução brasileira. (Vargas, 1930, NPB I, p. 69)

Pela Revolução, portanto, a Nação faz-se ouvir; a Nação enfim respira e, livre, pondera sobre seu futuro, sobre a construção de uma realidade que lhe seja

¹⁵⁶ “A Revolução de 1930 era um inevitável histórico. Sua marcha obedecia a um determinismo inexorável. Era uma corrente, uma força da natureza, um transbordamento de águas revoltas (Discurso pronunciado em João Pessoa, no dia 26 de agosto de 1950)”, em *A Campanha Presidencial*, 1951, p. 208.

¹⁵⁷ Idem, 69. Claudia Wasserman (obra citada, p. 168) observa que “a organização do tempo presente como ponte entre o passado ‘cheio de males e obstáculos’ e o tempo futuro ‘próspero e desenvolvido’ era apresentada como natural (...). Os discursos (...) criavam um significado fundacional para o tempo presente, através da desqualificação do passado recente e da atração exercida por uma imagem de futuro construída por eles.” Assim, “o momento atual, o ‘hoje’ (...) era convertido em momento decisivo”. (Idem, p. 173).

mais autêntica – uma “Pátria nova”. Entretanto, apesar de ser uma expressão política alegadamente livre do interesse de classes exclusivas, o momento histórico, sob o olhar de Vargas, confere preeminência às classes populares¹⁵⁸ (em uma menção a estas que antecipa, de certo modo, o espírito geral dos discursos do pós-1945): “apesar de nem sempre terem dos fatos uma visão do conjunto, são, realmente, as classes populares (...) as que sentem com mais nitidez, em toda a extensão, por instinto e pelo reflexo da situação geral do País sobre as suas condições de vida, a necessidade de modificação dos processos políticos e administrativos.”¹⁵⁹ Ainda que a Nação *em sua integralidade* tenha se tornado “senhora de seu destino”, é pintada

¹⁵⁸ Observe-se que, em Vargas, jamais haverá um uso sociológico, ou ideologicamente orientado, do termo “classe”; aliás, nesse sentido, nem mesmo existiriam classes: em 1950, temos: “A política trabalhista é contrária à luta de classes, **porque na sociedade não há classes** e sim homens com os mesmos deveres e as mesmas necessidades (Discurso pronunciado em Rio Grande, no dia 26 de setembro de 1950), em *A Campanha Presidencial* (1951, Livraria José Olympio Editora), p. 595-596; grifo nosso. Esta idéia estará fortemente associada ao papel atribuído ao Estado: “Ao Estado incumbe, precipuamente, tornar o homem feliz, pelo menos na medida em que o possam fazer instituições humanas. Dentro da coletividade, todos contribuem para a sua riqueza; empregados e patrões, classes trabalhadoras e classes produtoras se constituem, uns e outros, de elementos humanos que têm direito a expandir-se, a realizar as suas aspirações justas e eqüitativas, a ter iniciativas e empreendimentos que favoreçam o bem comum, a fazer progressos e conquistas que os beneficiem, desde que não redundem em prejuízo dos demais.” *A riqueza de cada um, a saúde, a cultura, a alegria, não são apenas bens pessoais: representam reservas de vitalidade social, que devem ser aproveitadas para fortalecer a ação do Estado* (Discurso pronunciado em Belo Horizonte, no dia 10 de setembro de 1950), em *A Campanha Presidencial* (1951, Livraria José Olympio Editora), p. 350. É ainda neste ambiente de reflexões que podem ser encontrada – uma única vez em toda a obra discursiva – menção aos célebres epítetos “Pai dos pobres” e “Mãe dos ricos” (este aparecendo como “Pai dos ricos): **“Os meus adversários, na pressa inconsiderada dos ataques, continuam a atirar-me, ao mesmo tempo, a pecha de ‘Pai dos Pobres’ e de ‘Pai dos Ricos’.** Como homem público, entretanto, nunca fui faccioso ou extremado. Antes de mais nada procurei agir com justiça e realizar o bem comum. Ricos e pobres são igualmente brasileiros. Se aos primeiros, muitos dos quais estiveram à beira da insolvência que agravaria a situação das classes desfavorecidas e dos assalariados, abri oportunidades de reerguimento e facilitei o crédito, consolidando e fortalecendo as bases da agricultura e da indústria, também não desamparei os trabalhadores. Defendi-os contra a ganância dos exploradores, e rompendo resistências que se levantaram à minha ação, iniciei, com firmeza e segurança, a legislação trabalhista no Brasil,” *Lutei e lutarei enquanto tiver alento contra os empedernidos e míopes apóstolos da involução, os apologistas da estagnação e do marasmo* (Discurso pronunciado em Recife, no dia 27 de agosto de 1950), em *A Campanha Presidencial* (1951, Livraria José Olympio Editora), p. 215; grifo nosso.

¹⁵⁹ “A Plataforma da Aliança Liberal – 2 de janeiro de 1930”, em *A Nova Política do Brasil I – Da Aliança Liberal às realizações do 1º ano do Governo – 1930-1931*, p. 19.

com tinta diferente, de modo a ser destacada do mural geral, a face das classes populares, estas que, nos termos do discurso, estão a necessitar de uma voz que transforme em livre expressão o que antes era apenas “instinto” e “reflexo”. A Revolução, assim, não apenas é a voz da Nação soando em conjunto, como organiza e dá sentido a uma parte específica do coro – aquele mais ao fundo – que de outra maneira estaria calado, ou destoaria do todo.

Em seguida às classes populares – mas não antes -, um outro grupo é abstraído da Nação, e com ele encaminham-se as primeiras vinculações históricas do movimento de 30 (campanha eleitoral e Revolução) no pensamento de Vargas:

[Percebo que] as classes armadas não se desviaram do seu nobre destino histórico, colocando-se sempre ao lado do povo, para a vitória das grandes causas nacionais. Foi assim na Independência, em 7 de abril, em 13 de maio, em 15 de novembro, e não podia deixar de ser assim agora, **quando o Brasil entrou na posse de si mesmo** por um movimento de opinião, sem rival na **nossa história**, em que a vontade da Nação imperou, soberana, impondo novos rumos à vida política e administrativa da República. (Vargas, 1930, NPB I. p. 79; *grifo nosso*)

Junto ao reconhecimento às “classes armadas” pelo papel desempenhado na Revolução¹⁶⁰, dispõe-se sobre o seu destino histórico, cuja nobreza estaria em pôr-se ao lado do povo, o que equivaleria a pôr-se ao lado das “grandes causas nacionais”; *contrario senso*, permite-se à análise inferir que

¹⁶⁰ “A Revolução não foi, todavia, nem militarista nem civilista ou regionalista: foi nacional, *brasileira*. Ninguém, portanto, ousará invocar direitos, em relação a ela, para lhe imprimir rumos exclusivistas.” (A Revolução e o regime legal - Manifesto à Nação, lido, em sessão solene, no edifício da Câmara dos Deputados, a 14 de maio de 1932), em *A Nova Política do Brasil II*, p. 48.

estariam destituídas de nobreza quaisquer ações das forças armadas que as afastassem desse *lugar* – ao lado do povo – que é o seu por “destino histórico”. No discurso de Vargas, até o fim, este será o tom que embasará todo e qualquer assunto relacionado direta ou indiretamente às “forças armadas”, o que parece constituir uma atitude geral de certo distanciamento – discursivo, está claro -, não exatamente de frieza, em relação às mesmas.¹⁶¹

Além disso, pela primeira vez a Revolução é posicionada em uma linha – e em uma *linhagem* – de eventos históricos que representariam não tentativas frustradas *em absoluto* de o Brasil “entrar na posse de si mesmo”, mas incursões progressivas – mais ou menos frustradas, para Vargas, é verdade - em direção a isto: a Independência, a conjuntura que levou à abdicação de Dom Pedro I (o “7 de abril” do excerto acima destacado), a Abolição da Escravatura e a Proclamação da República. Por hora, retenhamos a idéia de que a Revolução de 30 afirma-se no presente – naquele presente – como um momento histórico inédito, “sem rival”, que encontra filiação histórica ao apresentar-se como culminância de um processo

¹⁶¹ Ainda na Plataforma da Aliança Liberal, em 2 de janeiro de 1930; Vargas salienta que o tipo de desenvolvimento econômico que se deseja empreender possui como uma de suas premissas fundamentais a existência das Forças Armadas e a sua valorização. A Nação não descuidará das Forças Armadas *porque* não descuidará de sua economia, relação que é posta discursivamente em termos de uma *lei histórica inelutável*: “O instinto de conservação e defesa, aguça-se nos povos à medida que se intensifica o seu desenvolvimento material. A acumulação de riquezas é que, por via de regra, os torna vigilantes e cautelosos, consoante a observação de Jame Bryce a propósito dos Estados Unidos. Só as nações pobres são imprevidentes; só se despreocupam da sua segurança os países que, economicamente, pouco têm a perder. É uma lei histórica inelutável, que dispensa exemplificação. Não se explica, por isso mesmo, o nosso descaso, no tocante às forças armadas, já que incontestável, sob muitos aspectos, o progresso material do Brasil.” “A Plataforma da Aliança Liberal – 2 de janeiro de 1930”; em *A Nova Política do Brasil I – Da Aliança Liberal às realizações do 1º ano do Governo – 1930-1931*, p. 29.

secular de afirmação nacional, e ainda funda um novo instante, “impondo novos rumos” à Nação. Em Vargas, *com a Revolução a Nação faz-se a si mesma*.

A Nação faz-se a si mesma, sim, em um processo histórico de grande complexidade, mas o discurso de Vargas elide deliberadamente os sujeitos; a Revolução parece ser feita tão somente da matéria dos predicados - e a Nação faz-se verbo. Em comentário ao estilo de texto utilizado por Vargas na confecção de seus diários, Décio Freitas¹⁶² anota que “suas decisões políticas são apresentadas como o cumprimento de indeclinável e impessoal dever público. Não dá jamais a impressão de conduzir os acontecimentos; parece conduzido por eles, independente de sua vontade.” Isto é consistente com a compreensão de Vargas acerca de o que sejam as funções gerais de todo e qualquer governo: “(...) agremiar, em benefício da Nação, os esforços isolados de finalidade patriótica e construtora. A responsabilidade dessa função tem de ser, por isso, essencialmente impessoal.”¹⁶³; e é igualmente verdadeiro, também, para os discursos que têm por objeto a Revolução de 30, suas razões, ressonâncias históricas e reverberações futuras. De resto, “quiseram os fados que fosse um gaúcho o condutor da Revolução. Daqui saiu ele, vestido de simples soldado, para a refrega. Num movimento comovedor e generoso, deram-lhe

¹⁶² “*Nem ao diário confesso...*”. Zero Hora, Porto Alegre, 31 de dezembro de 1995/ 1º de janeiro de 1996.

¹⁶³ “A renovação da esquadra brasileira (Discurso pronunciado a bordo do Encouraçado São Paulo, em 11 de junho de 1932)”, em *A Nova Política do Brasil II*, p. 65.

a chefia da Revolução.”¹⁶⁴

Assim, temos que

Forte desejo de renovação animava a totalidade das consciências, fazendo renascer energias capazes de modificar as normas dominantes da hipocrisia política, do puro regime de ficção que imperava, desalentando a nacionalidade e arrastando-a, fatalmente, à ruína ou, talvez, ao desmembramento. O desespero que essa situação de incertezas infundia aos brasileiros, incitando-lhes o patriotismo, congregou-os para a revolta salvadora que se alastrou, cresceu, tomou vulto e, organizando-se em força irresistível, se despenhou em avalanche, de roldão, destruindo tudo quanto se opunha a seu destino. O programa da Revolução reflete o espírito que a inspirou e traça o caminho, para o ressurgimento do Brasil. (Vargas, NPB I, p. 80)

Há um espírito, pairando sobre a vida brasileira, que inspira a Revolução e lhe traça o caminho; e a Revolução – seu programa – apresenta-se como um oportuno espelho que *reflete* aquele espírito. Essa é a fórmula da Revolução, para Vargas; é o que a torna possível e é, também, o que confere a ela um cunho de verdade, autenticidade e *redenção*¹⁶⁵ nacional inelutáveis.

¹⁶⁴ Voltando ao Rio Grande depois de 4 anos (Discurso pronunciado em Porto Alegre, a 23 de novembro de 1934), em *A Nova Política do Brasil IV – Retorno à terra natal / Confraternização sul-americana / A Revolução Comunista* (Novembro de 1934 a Julho de 1937), p. 20.

¹⁶⁵ O qualificativo “redentora” para a palavra Revolução, consagrado na história do Brasil com referência ao golpe de Estado que institui o Regime Militar em 1964, aparece também em Vargas, em alusão à Revolução de 30: “Explosão da consciência coletiva do país, a Revolução não foi feita para beneficiar uma classe, um grupo ou um partido; tendo adquirido a sua **energia redentora** pelo concurso de todas as forças vivas da Nação, venceu, ao contrário, para arrancar o país do domínio das facções que o exploravam, restituindo-o à direção de todos os brasileiros dignos de colaborar nessa abençoada tarefa.” A Revolução, as suas origens e o seu programa (Discurso pronunciado no banquete oferecido pelas classes armadas, em 2 de janeiro de 1931), em *A Nova Política do Brasil I – Da Aliança Liberal às realizações do 1º ano do Governo – 1930-1931*, p. 83-84.

Aqui, deparamo-nos com um jogo delicado de espelhos e reflexos que é preciso esmiuçar. Havíamos visto que no discurso de Vargas a Revolução organiza, ao interpretá-lo e ao dar-lhe significação histórica, o sentimento da Nação, e, mais que isso, o sentimento das classes populares, as quais, incapazes de expressar um conhecimento sobre sua realidade mais elaborado, ou mais complexo, que o simples “instinto” e o saber por “reflexo”, fazem ouvir-se *na* e *pela* Revolução. Em boa medida por instinto, portanto – ao menos no que diz respeito às classes populares –, e por reflexo, a Nação manifesta (vem manifestando, ao longo da história) o desejo de “entrar na posse de si mesma”; a consciência da necessidade de apossar-se de si mesma emerge, vez por outra – Independência, Abdicação de Dom Pedro I, Abolição da Escravatura, Proclamação da República (mais tarde, o Tenentismo será acrescentado) –, de um subterrâneo onde jaz adormecida e para onde retorna ao ver malfadadas, em seus desenvolvimentos posteriores, as oportunidades que se apresentam.

A Revolução de 30, com seu caráter de culminância histórica, que em Vargas a um só tempo relê o passado, limpa o terreno das circunstâncias presentes, e descortina um futuro de novas possibilidades, reflete o sentimento que a Nação... refletia. Com efeito, a Revolução, liberta dos homens e do ambiente político que a fizeram, faz-se a si mesma; ela é a Nação fazendo-se a si mesma.

Onde se encontram, então, os sujeitos históricos no pensamento de Vargas? Eles tendem a aparecer – isto não é um absoluto – no outro lado do

espectro político: são os oligarcas da República Velha; em oposição a eles, temos não um partido, mas a união de diversos “agrupamentos partidários”, cada um com programas políticos diferentes, que formam a Aliança Liberal. Perceba-se que está-se lidando, ainda e sempre, com sujeitos coletivos.

O estado de anarquia política e administrativa em que se debatia o país, decaído pela falsidade partidária dos oligarcas, pela mentira financeira, pelo artificialismo econômico e pela desonestidade no emprego dos dinheiros públicos, impunha, para salvá-lo, resoluções extremas. Cabe, aqui, expor o meu pensamento¹⁶⁶ sobre as origens da Revolução, sem o fito de suscitar polêmicas, mas, apenas, animado do intuito de relembrar puras verdades que vão sendo olvidadas. O *processus* revolucionário foi moroso, porém teve sempre o seu desenvolvimento intensificado pelas forças vivas da nacionalidade. A chamada Aliança Liberal não foi um partido político, no conceito comum da expressão. Nela entraram vários agrupamentos partidários de programas diferentes e, sobretudo, avolumou-se a corrente da opinião pública brasileira, fora dos partidos e acima deles, em cujo espírito se arraigara o ideal renovador dos velhos moldes da política nacional. (Vargas, 1931, NPB I, p. 80)

Partidos políticos são um problema, para Vargas – e não apenas em 37, como faz crer boa parte da bibliografia. As oligarquias que perderão o poder em 30 trazem consigo uma “falsidade partidária” que em si mesma explica boa parte do “estado de anarquia” que se deseja superar. A Aliança Liberal mesma não constituiu um partido político, “no conceito comum da expressão”; e mesmo que o tivesse constituído o que de fato contou, para Vargas, foi “a corrente da opinião pública brasileira, fora dos partidos e acima deles” – fora e *acima* -, a emular as mudanças. O agrupamento político confederado a que se denominou Aliança Liberal apenas

¹⁶⁶ “Expor o meu pensamento...”. Este é um dos raríssimos momentos em que Vargas utiliza a primeira pessoa em sua obra discursiva.

forneceu a oportunidade para que se “avolumasse” aquela corrente; foi, no rigor da palavra, um elemento *catalisador* – sem ele, a insatisfação da Nação continuaria a diluir-se, a derreter-se no ambiente de ar rarefeito do “Saara moral” em que as oligarquias haviam transformado o Brasil; com ele, a História se movimenta, e se movimenta para a frente.

Observe-se que, para Vargas, o próprio processo revolucionário foi *moroso*; porém, como afirmava-se como um canal criado para que a Nação manifestasse a sua verdade – a Revolução está do lado da “pura verdade” –, as “forças vivas da nacionalidade” deram-lhe o ritmo adequado; de fato, apressaram-lhe os passos, porque a tarefa afigurava-se urgente: se nada fosse feito – era necessário “evitar o suicídio moral da Nação”¹⁶⁷ –, avizinhavam-se inexoravelmente os “funerais da República”.

Agravados esses males (fraudes eleitorais) com a anarquia administrativa, a desorganização financeira e a depressão econômica, (...) a reação impunha-se, pois conformar-se o povo brasileiro com a anulação dos seus mais sagrados direitos equivalia a assistir, impassível, com imperdoável franqueza, aos **funerais da República**. (...) Vitoriosa a Revolução, o Brasil retoma o caminho que o fará ascender ao destino que lhe compete. O gigante despertou de longa modorra, distendeu os membros entorpecidos, experimentou a rijeza dos músculos e, com desassombro, se pôs em marcha, afastando todos os obstáculos que se opunham ou retardavam o seu progresso. (Vargas, 1931, NPB I, p. 83-84)

¹⁶⁷ “Os saldos ouro e o problema siderúrgico (Discurso pronunciado em Belo Horizonte, no banquete oferecido pelo governo do Estado, a 23 de fevereiro de 1931)”, em *A Nova Política do Brasil I – Da Aliança Liberal às realizações do 1º ano do Governo – 1930-1931*, p. 83-84, p. 95.

Os caminhos estão, portanto, desobstruídos, abertos, desimpedidos, e iniciar a percorrê-lo significa “o reajustamento social e econômico de todos os rumos até aqui seguidos”¹⁶⁸. A antevisão do futuro e os primeiros passos em sua direção, contudo, não desobrigam a Nação de preocupar-se e tomar os cuidados necessários diante da delicadeza do momento vivido. Afinal, esse “movimento eminentemente nacional”, essa “marcha incoercível e complexa da nacionalidade”, essa “torrente impetuosa da vontade popular, quebrando todas as resistências, arrastando todos os obstáculos, à procura de um rumo novo, na encruzilhada dos erros do passado”¹⁶⁹, não podia pensar-se absolutamente consolidado.

Ainda em inícios de 1931¹⁷⁰, Vargas salienta que a Revolução não está terminada, e que o ocorrido entre os dias 3 e 24 de outubro – o início do movimento revolucionário propriamente dito, e a queda de Washington Luís, respectivamente (Vargas assumiria de fato a presidência do Governo Provisório somente em 4 de novembro) – constituiriam tão somente o episódio militar pontualmente necessário para alcançar-se a finalidade de “derrubar as barreiras opostas à ação

¹⁶⁸ “Nova organização administrativa do país (Discurso de posse na chefia do Governo Provisório, perante a Junta Governativa, em 3 de novembro de 1930)”, em *A Nova Política do Brasil I – Da Aliança Liberal às realizações do 1º ano do Governo – 1930-1931*, p. 71-72.

¹⁶⁹ “Nova organização administrativa do país (Discurso de posse na chefia do Governo Provisório, perante a Junta Governativa, em 3 de novembro de 1930)”, em *A Nova Política do Brasil I – Da Aliança Liberal às realizações do 1º ano do Governo – 1930-1931*, p. 74.

¹⁷⁰ “Revolução, as suas origens e o seu programa (Discurso pronunciado no banquete oferecido pelas classes armadas, em 2 de janeiro de 1931)”, em *A Nova Política do Brasil I – Da Aliança Liberal às realizações do 1º ano do Governo – 1930-1931*, p. 84-85.

transformadora”. Ao “ciclo do movimento regenerador” não era permitido dar-se por finalizado desde a “simples mudança de nomes nas altas esferas governamentais”; haveria um lento processo de transformação¹⁷¹ no qual deveria ter preeminência o espírito revolucionário – espírito este que deveria ser responsável pela criação de uma nova mentalidade política. Para Vargas, a Revolução transcendia o universo da política, e não poderia de modo nenhum ser considerada tão somente um movimento político; havia sido gestada, é certo, no ambiente político, mas – lembremos -, a própria Aliança Liberal não era compreendida exatamente como um partido – agremiação de partidos que era.. É como se, no pensamento de Vargas, a Revolução de 30 tivesse se dado, de um certo modo, *contra a política* – e não somente a da República Velha (contra “o trôpego liberalismo, apenas de fachada, que nos manietava”¹⁷²).

Sendo eminentemente obra do povo, a Revolução é interpretada como constituindo prova cabal da vitalidade do país e como erigindo demonstração

¹⁷¹ No mesmo discurso, todavia – algumas linhas adiante -, o que era para ser lento apresenta potencialmente uma disposição oposta. Com efeito, a “confiança” e a “fé” teriam o condão de acelerar o processo histórico: “Do esforço coletivo dos brasileiros e da vigilância patriótica de todos os revolucionários, ressurgirá o Brasil novo. Sente-se que esse ressurgimento se executará com rapidez, pois um sopro de esperança areja o ambiente, inspirando à Nação confiança no futuro, pela fé que lhe inspira o presente.” “Revolução, as suas origens e o seu programa (Discurso pronunciado no banquete oferecido pelas classes armadas, em 2 de janeiro de 1931”, em *A Nova Política do Brasil I – Da Aliança Liberal às realizações do 1º ano do Governo – 1930-1931*, p. 84-85. Também nesse sentido: “A obra de reconstrução que se nos depara é de extensos horizontes. Na sua amplitude e profundidade, ela reclama o esforço inteligente e continuado de várias gerações.” O primeiro ano do Governo Provisório e as suas diretrizes (Manifesto à Nação, lido, em sessão solene, no Teatro Municipal, a 3 de outubro de 1931), em *A Nova Política do Brasil I – Da Aliança Liberal às realizações do 1º ano do Governo – 1930-1931*, p. 160

¹⁷² “Os saldos ouro e o problema siderúrgico (Discurso pronunciado em Belo Horizonte, no banquete oferecido pelo governo do Estado, a 23 de fevereiro de 1931)”, em *A Nova Política do Brasil I – Da Aliança Liberal às realizações do 1º ano do Governo – 1930-1931*, p. 95.

indiscutível do “valor das forças nutrizas da nacionalidade. Esforço popular e coletivo, as suas conquistas não podiam circunscrever-se à órbita dos partidos ou das facções políticas, que exerciam o monopólio das funções públicas, detendo a seu favor a posse exclusiva das posições.”¹⁷³

De todo modo, há interpretações outras, *restritivas*, a serem evitadas pelos contemporâneos, e Vargas as ressalta em tom de advertência: (1) a Revolução não acabou; ao contrário, seu longo percurso antevisto tão somente se inicia; (2) para que seja entendida na integralidade de seu caráter de genuíno ponto culminante das manifestações históricas da nacionalidade, ela não pode ser vista como apenas mais um evento político entre tantos que marcaram a vida republicana brasileira; sua inscrição na história do Brasil como um *lugar teleológico de convergência* para onde necessariamente se encaminham as linhas históricas identificadas como *momentos de desejo de emancipação*, por parte da “nacionalidade” garantem-lhe o caráter aludido – o caráter de ponto de culminância. Para Vargas, a Revolução de 30 está profundamente ligada a momentos especialmente dinâmicos da História do Brasil – momentos em que a Nação, momentânea e oportunamente desobstruída, pôde avançar, até ser novamente sufocada; já na República, um desses momentos é o

¹⁷³ Idem, *ibidem*. P. 95

Governo Provisório de 1889¹⁷⁴. Além disso, a Revolução de 30 confere mesmo um significado renovado àqueles eventos seminais; os pontos não estavam ainda todos devidamente ligados, de modo que não era possível enxergar, em sua completude, o desenho do rosto da Nação. Ademais, como vimos, a Revolução – a Nação em movimento – ultrapassa aquilo que seria o *meramente* político, quer dizer, algo que estaria associado a interesses espúrios *porque* expressão de intenções vitalmente exclusivistas¹⁷⁵. Em meio a tais considerações, encontramos – caso único nas mais de dez mil páginas que compõem a obra de Getúlio Vargas – um conceito estruturado de *revolução*, o qual é consistente com as idéias esgrimidas com respeito à revolução específica de 1930 (em especial aquele cunho *para além da política*): “Revolução não é revolta, quase sempre acompanhada do indefectível surto de atitudes pessoais, visando unicamente satisfazer interesses ou apetites próprios. Revolução é, antes de tudo, transformação, esforço para tornar latentes novas energias sociais, que fortaleçam o regime depauperado, impondo moralidade

¹⁷⁴ Vargas busca uma identificação do Governo Provisório instituído em 1930 com o Governo Provisório instituído em 1889, com a Proclamação da República, e estabelece os paralelos que lhe parecem convenientes. “Em nossa evolução jurídica, houve momento histórico semelhante, marcado por extraordinário surto legislativo. Referimo-nos ao Governo Provisório instituído em 1889. Esse curto período, um ano e alguns meses, assinala incontestável apogeu na organização jurídica da nacionalidade. Dele provêm inúmeras leis ainda vigorantes. A intensidade do esforço desenvolvido nos primórdios da República, delineando, por meio de acertadas reformas, as instituições nascentes, contrasta, cabendo-lhe por isso grande honra, com a quase esterilidade dos 40 anos de poder legislativo exercido pelo Congresso. No breve tempo em que o Governo Provisório desempenhou função legisladora, foram compostas as nossas melhores leis, abrangendo os múltiplos problemas jurídicos intimamente ligados à mudança do regime. A própria Constituição, em grande parte, foi obra sua, pois o projeto por ele elaborado sofreu apenas, na Constituinte, modificações que lhe não afetaram a primeira contextura. (...) O rico acervo que nos transmitiu, ainda hoje provoca admiração, pela quantidade e pela excelência. É impressionante o confronto desse fecundo labor com a inatividade do Congresso republicano, no qual as leis que deviam completar a estrutura de nossa organização política alicerçada pela Constituição, jamais chegaram a termo.” “A reforma das leis vigentes e a elaboração de novos códigos (Discurso pronunciado no Palácio do Catete, instalando a Comissão Legislativa, a 4 de maio de 1931)”, em *A Nova Política do Brasil I – Da Aliança Liberal às realizações do 1º ano do Governo – 1930-1931*, p. 110-112

¹⁷⁵ Voltar-se-á ao assunto.

absoluta e justiça perfeita.”¹⁷⁶; e (3) a compreensão acerca do significado da Revolução, qualquer que seja, não deve incorrer no erro de circunscrevê-la à vida brasileira – e assim o cenário mundial emerge pela primeira vez de maneira significativa (uma vez que associada à Revolução) no discurso de Vargas: “Além dos males, propriamente nossos, que a causaram, [a Revolução] poderá sofrer o influxo da efervescente agitação da consciência universal, em época de desequilíbrio, na qual múltiplos ideais, falsamente reivindicadores, inquietam e perturbam a alma contemporânea”.¹⁷⁷

A nossa época marca na história do mundo grave momento de sérias transformações sociais: a guerra que abalou o Ocidente exigiu dos povos hercúleo esforço de ação e de trabalho e, feita a paz, legou à humanidade métodos novos de industrialização de todas as culturas, dando às indústrias, pelo império da máquina, capacidade para produzir jamais atingida. Daí, proveio a superprodução, fenômeno causador da crise atual. Hoje, intensificar e ampliar a produção é problema facilmente solúvel, dependendo, apenas, de capital, atividade e competência técnica; mas o corolário correlato, difícil de resolver, é a conquista dos mercados e, para realizá-la, degladiam-se todas as nações civilizadas. (Vargas, 1931, NPB I, p.. 97-98)

O esforço intelectual de compreensão do significado histórico da Revolução, em paralelo ao esforço de veiculação do tipo de leitura que se quer validar e difundir, apresenta, assim, uma série de conexões verticais, em direção ao

¹⁷⁶ “Revolução, as suas origens e o seu programa (Discurso pronunciado no banquete oferecido pelas classes armadas, em 2 de janeiro de 1931”, em *A Nova Política do Brasil I – Da Aliança Liberal às realizações do 1º ano do Governo – 1930-1931*, p. 86. Na verdade, em 1934 temos uma pequena definição de *revolução* pelo que ela não é: “Revolução não é desordem, não é motim de quartel nem demagogia de rua, não é simples instrumento para saciar paixões pessoais. (A Ação do Governo em prol do Exército - Discurso pronunciado em almoço, na Vila Militar – ‘Grupo Escola’, onde foi assinado o decreto de reajustamento do Exército, a 24 de maio de 1934”, em *A Nova Política do Brasil III – A realidade Nacional em 1933 / Retrospecto das realizações do Governo, 1934*, p. 166.

¹⁷⁷ “Os saldos ouro e o problema siderúrgico (Discurso pronunciado em Belo Horizonte, no banquete oferecido pelo governo do Estado, a 23 de fevereiro de 1931)”, em *A Nova Política do Brasil I – Da Aliança Liberal às realizações do 1º ano do Governo – 1930-1931*, p. 84-85.

passado, ao buscar filiação na história do Brasil, e agora passa também a horizontalizar-se, ao empreender nexos de ligação com o momento presente mundial. A referência à realidade econômica do pós-Primeira Guerra Mundial¹⁷⁸ parece se dar no sentido de salientar a tendência estrutural da economia moderna à superprodução de mercadorias – fenômeno este que seria a causa da “crise atual” (a crise de 1929 e seus desdobramentos). No excerto acima destacado, o leitor dos dias de hoje é capaz de “enxergar” as razões da natureza conturbada das últimas décadas do século XIX e das primeiras décadas do século XX, ao considerar, com Vargas, a inevitabilidade da superprodução de mercadorias; há capital, atividade e competência técnica de mais, em um contexto de “império da máquina”, e mercados de menos – equação defeituosa que, bem o sabemos, será uma das causas das radicais flutuações econômicas, sociais e políticas que culminarão na guerra de 1939-45.

É precisamente no contexto destas ponderações, e em nenhum outro lugar – estamos em 1931 –, que o primeiro laivo nacionalista surge no discurso presidencial de Getúlio Vargas, bem como a primeira menção à siderurgia (já em termos de nacionalização da indústria siderúrgica): “Não poderemos fugir ao dilema: aumentar a exportação ou diminuir a importação. O primeiro alvitre é mais difícil de ser realizado, no momento, em vista da crise generalizada da superprodução, que afeta a economia universal, (...) acrescida do ânimo defensivo de todos os países,

¹⁷⁸ Pondere-se que a denominação “Primeira Guerra Mundial” ainda não existia, naquele quadrante da História.

porfiando em se bastarem a si mesmos.”¹⁷⁹ E mais – como a arrematar a questão: “Precisamos convir que a obra da Revolução, além de ser vasta obra de transformação social, política e econômica é, também, nacionalista, no bom sentido

¹⁷⁹ “Os saldos ouro e o problema siderúrgico (Discurso pronunciado em Belo Horizonte, no banquete oferecido pelo governo do Estado, a 23 de fevereiro de 1931)”, em *A Nova Política do Brasil I – Da Aliança Liberal às realizações do 1º ano do Governo – 1930-1931*, p. 97. A defesa da idéia da siderurgia e da indústria correspondente é acompanhada de uma dissertação sobre o valor e os usos do ferro e do aço, em meio à qual é flagrada, um tanto inesperadamente, uma declaração de cunho “agrarista”. Perceba-se, no entanto, o espírito nacionalista já presente: **“O problema máximo, pode dizer-se, básico da nossa economia, é o siderúrgico.** Para o Brasil, a idade do ferro marcará o período da sua opulência econômica. No amplo emprego desse metal, sobre todos precioso, se expressa a equação do nosso progresso. (...) O ferro é fortuna, conforto, cultura e padrão, mesmo, da vida em sociedade. Por seu intermédio, abastecem-se de água as cidades e irrigam-se as lavouras. Dele se faz a máquina, e é força. Por ele se transporta a energia, florescem as indústrias, movimentam-se as usinas. Na terra, sobre fitas de aço, locomotivas potentes encurtam distâncias e aproximam regiões afastadas, que permutam, com rapidez, os seus produtos. Sobre as águas, é o navio a força propulsora que o aciona, fazendo-o singrar velozmente mares e rios. No ar, é o motor do aeroplano, mantendo-o em equilíbrio e aligeirando-lhe o vôo. É, finalmente, a trave do teto, o lume para o lar e, ao mesmo tempo, a arma para a defesa do Pátria. Creio poder, portanto, afirmar que a grandeza futura do Brasil depende, principalmente, da exploração das suas jazidas de ferro. Muito teremos feito dentro de breve tempo se conseguirmos libertar-nos da importação de artefatos de ferro, produzindo o indispensável ao abastecimento do país. Nacionalizando a indústria siderúrgica, daremos grande passo na escalada ao alto destino que nos aguarda. **O nosso engrandecimento tem que provir da terra, pelo intenso desenvolvimento da agricultura.** Mas, o esforço para esse fim se esteriliza e franqueia, ao lembrarmos-nos que todo o maquinismo, desde o arado que sulca o seio da gleba até ao veículo que transporta o produto das colheitas, deva vir do estrangeiro. Completando, finalmente, o meu pensamento, no tocante à solução do magno problema, julgo oportuno insistir, ainda, em um ponto: a necessidade de ser nacionalizada a exploração das riquezas naturais do país, sobretudo a do ferro. **Não sou exclusivista, nem cometeria o erro de aconselhar o repúdio do capital estrangeiro a empregar-se no desenvolvimento da indústria brasileira, sob a forma de empréstimos, no arrendamento de serviços, concessões provisórias ou em outras múltiplas aplicações equivalentes. Mas, quando se trata da indústria do ferro; (...) quando se trata da exploração de serviços de tal natureza, de maneira tão íntima ligados ao amplo e complexo problema da defesa nacional, não podemos aliená-los, concedendo-os a estranhos, e cumpre-nos, providentemente, manter sobre eles o direito de propriedade e de domínio.**” “Os saldos ouro e o problema siderúrgico (Discurso pronunciado em Belo Horizonte, no banquete oferecido pelo governo do Estado, a 23 de fevereiro de 1931)”, em *A Nova Política do Brasil I – Da Aliança Liberal às realizações do 1º ano do Governo – 1930-1931*, p. 100-102 (grifo nosso). Ainda em 1931, o caráter nacionalista do discurso se amplia e acentua: **“Julgo aconselhável a nacionalização de certas indústrias e a socialização progressiva de outras, resultados possíveis de serem obtidos, mediante rigoroso controle dos serviços de utilidade pública e lenta penetração na gerência das empresas privadas cujo desenvolvimento esteja na dependência de favores oficiais.**” (A reforma das leis vigentes e a elaboração de novos códigos - Discurso pronunciado no Palácio do Catete, instalando a Comissão Legislativa, a 4 de maio de 1931)”, em *A Nova Política do Brasil I – Da Aliança Liberal às realizações do 1º ano do Governo – 1930-1931*, p. 122 (grifo nosso).

do termo.”¹⁸⁰ Com efeito, o cunho eminentemente nacionalista da Revolução é enfatizado em toda a obra discursiva presidencial de Vargas, claramente para que seja sempre e novamente ratificado, lembrado, mas também para dar a chave do discurso e encaminhar de uma *certa maneira* o assunto específico do mesmo – condicionando, ou buscando condicionar, sua recepção. “Sempre pensei e atuei para que a Revolução tivesse o cunho e a extensão de um movimento nacional.”¹⁸¹ E, sugerindo que esta leitura da Revolução já se encontra suficientemente assentada: “Creio não enunciar conceito novo afirmando que o movimento revolucionário de outubro tem caráter profundamente nacionalista, no sentido de promover a valorização de todas as forças vivas da nacionalidade.”¹⁸²

Delineiam-se assim, no *andante* do discurso presidencial, os contornos ideais da Revolução de 30 *tal como Vargas os enuncia* – colhidos no interesse desta tese em apanhar-lhe a visão histórica, a convocação à memória, sua interpretação do Brasil.

Assim como à Revolução não interessa pensar-se consolidada, acabada, o discurso de Vargas sublinha que ela não instituiu, por si só, uma nova realidade. Ao contrário, tinha diante de si inúmeros obstáculos, os quais eram reconhecidos como possuindo um caráter fundamentalmente econômico – a *coisa*

¹⁸⁰ Idem, ibidem, p. 102.

¹⁸¹ “A Revolução e o regime legal (Manifesto à Nação, lido, em sessão solene, no edifício da Câmara dos Deputados, a 14 de maio de 1932)”, em *A Nova Política do Brasil II*, p. 47.

¹⁸² “A renovação da esquadra brasileira (Discurso pronunciado a bordo do Encouraçado São Paulo, em 11 de junho de 1932)”, em *A Nova Política do Brasil II*, p. 65.

política, transcendida pelo próprio espírito de fundo da Revolução, parecia superada. Assim, a reconstrução nacional a que se deu início – posto que o trabalho de estabelecimento de novas bases para o desenvolvimento da nação implicava, desde uma perspectiva histórica, em algo que deveria ser retomado, reencaminhado, *reconstruído* – envolvia sobretudo, como vimos,

(...) o reajustamento econômico de todos os rumos até aqui seguidos.
 (...) No terreno financeiro e econômico há toda uma ordem de providências essenciais a executar, desde a restauração do crédito público¹⁸³ ao fortalecimento das fontes produtoras, abandonadas às suas dificuldades e asfixiadas sob o peso de tributações de exclusiva finalidade fiscal.” (Vargas,

Observe-se a relativa despreocupação para com a natureza estritamente fiscal da tributação, em sugestão à necessidade de reinversão produtiva de parte da arrecadação do Estado – reinversão esta que viria a ser uma marca do Estado keynesiano em geral, e, em termos de Brasil e América Latina, do Estado nacional-desenvolvimentista. Com efeito, o item de número 14 do programa de governo veiculado quando da posse do Governo Provisório, em 04 de novembro de 1930, trazia a necessidade de “rever o sistema tributário, de modo a amparar a produção nacional.” Claramente, a estabilidade financeira buscada pelo governo

¹⁸³ Parte do “keynesianismo espontâneo” a que se refere Celso Furtado em seu “Formação História do Brasil”. Obra citada. Em Vargas, desde perspectiva do final do ano de 1936, a tendência se generaliza: “Persistimos na prática de **levar a ação propulsora do poder público a todos os empreendimentos de interesse coletivo**, sem coarctar ou absorver a iniciativa privada, antes, amparando-a, e favorecendo o surto de novas culturas e indústrias. Num permanente cuidado pela melhoria da situação financeira do país, **procurou-se estimular o crescimento das rendas**, de acordo com a capacidade dos contribuintes, distribuindo-as proveitosamente, segundo as necessidades reais de cada região.” (A situação do Brasil em 31 de dezembro de 1936 - Saudação ao País, na primeira hora de 1937), em *A Nova Política do Brasil IV – Retorno à terra natal / Confraternização sul-americana / A Revolução Comunista (Novembro de 1934 a Julho de 1937)*, p. 210, grifo nosso.

Washington Luís dá lugar, em termos da composição das prioridades da política econômica, à atividade produtiva considerada em seu conjunto e em suas potencialidades: a produção *nacional*.

Assim, é a natureza econômica dos principais obstáculos diagnosticados – largamente pensados durante a República Velha – que fornece, desde uma nova angulação, o tom das medidas a serem tomadas, as quais devem preparar o país para independizar-se das amarras que entendia-se inerentes à forma da economia nacional imprimida pelas oligarquias ligadas ao café. O “reencontro com a soberania” possuía, portanto, uma face política, a qual veio a ser superada – e mesmo transcendida – com a Revolução. Sua face econômica, todavia, exigia a semeadura de um novo estado – um novo *Estado* – de coisas. Afinal, “como se não bastasse o natural tumulto cívico provocado pela vitória revolucionária, permitindo a expansão de forças sociais resultantes de velhas aspirações coletivas, recalcadas por abusos do poder, ainda mais se avolumavam as dificuldades do momento com a repercussão dos abalos econômicos provenientes da perigosa desarticulação da vida universal.”¹⁸⁴

Vargas recupera os termos essenciais do já mencionado discurso de 1906 com o objetivo de compor elaboração discursiva de espírito eminentemente industrializante.

¹⁸⁴ “Mensagem lida perante a Assembléia Nacional Constituinte, no ato de sua instalação, em 15 de novembro de 1933”, em *A Nova Política do Brasil III – A realidade Nacional em 1933 / Retrospecto das realizações do Governo, 1934*, p. 157.

Nenhuma política financeira poderá vingar sem a coexistência paralela da política do desenvolvimento econômico. Para a determinação do rumo a seguir, é mister o acurado exame do ambiente geral da nossa atividade, mediante o balanço das possibilidades nacionais e o cálculo dos obstáculos a transpor. O problema econômico pode-se resumir numa palavra – produzir, produzir muito e produzir barato, o maior número aconselhável de artigos, para abastecer os mercados internos e exportar o excedente das nossas necessidades. Só assim poderemos dar sólida base econômica ao nosso equilíbrio monetário, **libertando-nos**, não só **dos perigos da monocultura**, sujeita a crises espasmódicas, como também das valorizações artificiais, que sobrecarregam o lavrador em benefícios dos intermediários. (Vargas, 1930, NPB I, p. 37-38)

Cumpriria à Nação, assim, “palmilhar novas estradas”. Afinal, o mundo também o fazia. Vargas reconhece que se atravessa momento internacional de profundas e radicais mudanças – reconhecimento este motivado pela crise de 1929, é certo -, e leva a reflexão nesse sentido para além dos termos essencialmente econômicos com que comumente a emoldura, acrescentando mesmo uma inusitada menção indireta a Albert Einstein e às transformações científico-culturais da época: se “a grande força dominadora e renovadora da vida social contemporânea é, principalmente, de caráter econômico”, faz-se, no entanto, também, “indispensável investigar e compreender as modificações sociais do mundo moderno, visto como vivemos o tempo em que se consegue, até, demonstrar a relatividade das leis físicas, secularmente julgadas absolutas.”¹⁸⁵

¹⁸⁵ “A reforma das leis vigentes e a elaboração de novos códigos (Discurso pronunciado no Palácio do Catete, instalando a Comissão Legislativa, a 4 de maio de 1931)”, em *A Nova Política do Brasil I – Da Aliança Liberal às realizações do 1º ano do Governo – 1930-1931*, p. 113.

A atenção especial à economia, sempre lembrada, jamais ocorre em abstrato, em Vargas; é o mundo, e suas transformações, que a impõem, e não uma simples escolha do governante, feita entre outras escolhas possíveis. Há mesmo um método para que a sensibilidade diante das exigências do mundo moderno se transforme em uma forma de conhecimento eminentemente racional: é preciso não deixar que prevaleçam “as paixões, ainda efervescentes, da hora atual”, e buscar localizar o instante vivido em sua dimensão histórica. “Cumpe auscultar e entender o passado, procurando prever as complexidades do futuro” para atender, à altura das responsabilidades *delegadas* à Revolução, as demandas de uma realidade que já não é uma realidade de *absolutos*, mas que acolhe a relatividade e a incerteza como jamais teria acolhido antes.

“Cumpe auscultar e entender o passado”. Vargas, para alcançar o significado histórico profundo da Revolução de 30, bem como para eventualmente fazer valer uma sua determinada leitura, cerca o evento de História, como a desejar dotar-lhe de maior densidade – bem como à sua interpretação. A convocar (quase diríamos, aqui, *conjurar*) a História para compor os termos de seu discurso, Vargas o faz, é claro de uma determinada maneira e armado de certos critérios e intenções; o faz desde um ponto de vista que não está, todavia, inteiramente livre de uma série de condicionantes impostos pela *sua própria* posição na História. Nem é, por um lado, um Maquiavel desejoso de aconselhar o príncipe com conhecimento histórico instrumentalizado, e nem é, por outro, um Montaigne em retiro em meio a livros, interessado em virtualmente todos os assuntos humanos. Em Vargas, a História é

mobilizada para conferir sustentação – também ela histórica – ao presente, à Revolução de 30 e a seus significados em construção.

Assim, o que é colhido da história universal? Tal como ocorre em relação à história do Brasil, privilegiam-se os “movimentos emancipadores”, com foco especial dirigido para a constituição e o sentido do Estado moderno. É notável a coincidência de suas formulações com a idéia de que a Revolução de 30 é, em última análise, a própria Nação; afirmações como essa, que de modo apressado poderia ser tidas como palavras vazias e casuísticas encontram, em Vargas, ressonâncias *de fundo* com sua visão da História – inclusive no que diz respeito ao que seriam limitações do Estado mínimo liberal.

No discurso de Vargas, as raízes do Estado moderno devem ser encontradas nos “movimentos emancipadores” ocorridos na passagem do século XVIII para o século XIX. Tais movimentos, “abatendo os privilégios de casta, desenfeudando a propriedade e tornando triunfantes os direitos do homem, asseguraram, pela livre concorrência, o acesso dos indivíduos a todas as posições, conforme a capacidade de cada um”¹⁸⁶, e teriam originado o “constitucionalismo clássico”, o qual deu forma política a todo o século XIX ocidental. Entretanto, a “reação natural ao absolutismo” conduziu as consciências para o outro extremo do espectro político, de tal modo que o constitucionalismo clássico “derivou para o

¹⁸⁶ “A reforma das leis vigentes e a elaboração de novos códigos (Discurso pronunciado no Palácio do Catete, instalando a Comissão Legislativa, a 4 de maio de 1931)”, em *A Nova Política do Brasil I – Da Aliança Liberal às realizações do 1º ano do Governo – 1930-1931*, p. 114.

cerceamento das funções do Estado ao mínimo possível, reduzindo-as, quase exclusivamente, à manutenção da ordem e à distribuição da justiça”¹⁸⁷ - quer dizer, sobrevieram injunções liberais. Esse Estado cerceado – ressalte-se a expressão – deixou, porém, de ser um Estado adequado diante do “progresso vertiginoso dos tempos presentes”, passando suas premissas fundamentais a figurar mais como um dado do “romantismo político do regime parlamentar”, ultrapassadas que teriam sido pela “complexidade da vida moderna”, a qual teria alargado *naturalmente* o poder de ação do Estado.¹⁸⁸ Livre de romantismos, o Estado passa a ter seu poder de intervenção¹⁸⁹ ditado única e exclusivamente pelo interesse público, uma vez que ele nada mais é que a sociedade organizada¹⁹⁰ (e as leis, “expressões dos fenômenos sociais”). Sendo assim, advém a noção de que a ausência, em qualquer nível, do Estado, não pode jamais ser entendida como uma sua virtude – mas necessariamente como uma omissão diante das exigências do tempo.

No quadro dos interesses sociais, o poder de política do Estado chega a atingir e absorver os interesses privados. **Esse poder de vigilância**, que, na órbita constitucional, se traduz nas grandes medidas de exceção, concernentes à ordem pública, na esfera administrativa, **desdobra-se em polícia econômica**, sanitária, de costumes, educativa, tudo envolvendo e controlando, e intervindo

¹⁸⁷ Idem, p. 114-115.

¹⁸⁸ Idem, ibidem, p. 115.

¹⁸⁹ Observe-se que de “ação” passou-se a “intervenção”. O léxico contemporâneo modifica sutilmente a leitura da história. Ainda em 1933, temos que “A complexidade dos problemas morais e materiais inerentes à vida moderna alargou o poder de ação do Estado, obrigando-o a intervir mais diretamente, como órgão de coordenação e direção, nos diversos setores da atividade econômica e social. Quanto à maior ou menor amplitude dessa intervenção, podem divergir as doutrinas; na realidade, porém, ela se apresenta como imposição iniludível diante da crescente preponderância dos interesses da coletividade sobre os interesses individuais. (Mensagem lida perante a Assembléia Nacional Constituinte, no ato de sua instalação, em 15 de novembro de 1933), em *A Nova Política do Brasil III – A realidade Nacional em 1933 / Retrospecto das realizações do Governo*, 1934, p. 135-136

¹⁹⁰ “A reforma das leis vigentes e a elaboração de novos códigos (Discurso pronunciado no Palácio do Catete, instalando a Comissão Legislativa, a 4 de maio de 1931)”, em *A Nova Política do Brasil I – Da Aliança Liberal às realizações do 1º ano do Governo – 1930-1931*, p. 115.

soberanamente na regulamentação do trabalho, na fiscalização das indústrias, nas relações do comércio. (Vargas, 1931, NPB I, p. 115; *grifo nosso*)

Ora, as exigências do tempo estavam, com a crise de 1929, a manifestar-se de modo dramático¹⁹¹, e, no intuito de controlar os graus de incerteza próprios do pós-crise, conferir ao Estado “a força e o poder capazes de dominar os imprevistos do novo período de transformação humana que se inicia” aparece em Vargas como nada menos que um “imperativo da época”.¹⁹², sobretudo porque a maior usina de produção de incertezas do período é identificada como sendo a “falta de organização do capital e do trabalho, elementos dinâmicos preponderantes no fenômeno da produção, cuja atividade cumpre, antes de tudo, regular e disciplinar.” Com efeito, Vargas afirma que “a causa principal de falharem todos os sistemas econômicos, experimentados para estabelecer o equilíbrio das forças produtoras, se encontra na livre atividade permitida à atuação das energias naturais”¹⁹³ – manifestação que sem dúvida constitui, ainda em 1931, a primeira crítica direta a um dos pilares filosóficos do liberalismo econômico em sua obra discursiva presidencial (fortemente associada, como se vê, à crítica ao “constitucionalismo clássico” do século XIX - o liberalismo em sua face política -, e altamente consistente com os desdobramentos discursivos posteriores sobre o mesmo assunto e elementos

¹⁹¹ “Até 1929, o Brasil, em matéria de organização política, era o domínio da ficção eleitoral; na economia, o “laissez-faire”, a não intervenção do Estado, contrastava com o ambiente mundial de controle e planejamento (...). (A obra de dez anos de governo - Discurso pronunciado no grande banquete do Aeroporto Santos Dumont, oferecido pelas classes conservadoras e trabalhistas, a 11 de novembro de 1940), em *A Nova Política do Brasil VIII – Ferro, Carvão, Petróleo (7 de agosto de 1940 a 9 de julho de 1941)*, p. 164.

¹⁹² Idem, p. 116.

¹⁹³ Idem, ibidem, p. 116.

correlatos – até o fim, em 1954).

A visão crítica agudiza-se na forma e no conteúdo, em trecho imensamente ilustrativo das idéias que se passam a desenvolver:

A racionalização, o taylorismo, a cartelização, os *dumpings* e outras soluções rotuladas com palavras mágicas, são, apenas, paliativos incapazes de resolver o problema econômico. Quando muito, possuem a virtude de provocar o advento de novo sistema, definitivo ou mais perfeito. Uma verdade ressalta incontestada de tudo isso: o aumento da capacidade produtora, cada vez mais ampliada por esses processos, trouxe a desigualdade entre a produção e o consumo e, conseqüentemente, a superprodução generalizada, causa precipia da crise atual. Com esclarecido acerto, pondera notável pensador: **“Abandonar a economia universal ao livre jogo das forças produtoras equivale a caminhar de olhos abertos para uma convulsão futura, pela agravação de seu desequilíbrio evidente.”** Daí se induz não devermos apoiar incondicionalmente o imperialismo econômico, que, de longa data, demonstrou as falhas da sua organização, nem fornecer amparo irrestrito ao proletariado, o que acarretaria o predomínio de outra tirania, talvez funesta à marcha da civilização. (Vargas, 1931, NPB I, p. 117; *grifo nosso*)

Em um tom muito associado, na historiografia de uma maneira geral, ao Vargas da campanha presidencial de 1950 e do mandato que se seguiu à eleição, o Vargas da Revolução de 30 reprovava enfaticamente um sistema econômico que se baseia no lucro individual e que concede “ampla liberdade na escolha dos meios para a sua consecução”. Em um exemplo bastante específico, mas claro, do “keynesianismo avant-la-létre” sugerido por Celso Furtado, Vargas aborda conceitualmente as causas da crise econômica e acrescenta a questão, tão fundamental para Keynes, da preservação da renda do trabalhador assalariado tanto para a superação da crise como para o desenvolvimento econômico *fora dela*:

No sistema capitalista, observa-se o preceito perigoso de ser o poder aquisitivo sempre inferior à capacidade das indústrias, quando a produção devia limitar-se à capacidade aquisitiva das massas. Essa diferença, causa do desequilíbrio existente, tende a aumentar, porque, enquanto o capital estimula a produção, para ampliar-se, levando a indústria ao máximo de produtividade, o consumidor, defensivamente ou por hábito natural de poupança, procura restringir o consumo ao indispensável às suas necessidades. (Vargas, 1931, NPB I, p. 117)

Assim, em Vargas, a busca pelas razões da crise mundial e pela compreensão vertical da significação profunda do momento histórico vivido, levam mesmo a que a própria “regra de ouro” do liberalismo clássico – a regra smitheana que estabelece o conceito de racionalidade econômica, no qual cada indivíduo deve buscar satisfazer suas necessidades da melhor forma possível sem se preocupar com o bem-estar da coletividade (o qual estaria de qualquer forma assegurado, uma vez que constituiria a soma do bem-estar de cada indivíduo que compõe a coletividade) – seja radicalmente contestada. Não seria possível, no melhor interesse do equilíbrio econômico das nações, a inexistência de uma “organização providente” do sistema que evite que “os detentores das forças que impulsionam” a economia o façam ao sabor de seus interesses particulares.¹⁹⁴

O liberalismo surge em Vargas, então, como um “pseudo dogma infalível”¹⁹⁵... que encontra-se em falência; e que, com a superprodução de

¹⁹⁴ Idem, ibidem, p. 117.

¹⁹⁵ A imprensa e a convocação da Constituinte (Discurso pronunciado no almoço da Associação Brasileira de Imprensa, em 20 de setembro de 1931), em *A Nova Política do Brasil I – Da Aliança Liberal às realizações do 1º ano do Governo – 1930-1931*, p. 147.

mercadorias “proveniente do taylorismo”, gestou a crise que está a “ameaçar a civilização” – nada menos que isso. Para Vargas, portanto, há um defeito estrutural no liberalismo inclusive *como filosofia*, defeito estrutural este que se comunica a suas expressões políticas e a sua dimensão econômica. Aplicada a primeira à realidade brasileira, quase pôs a perder o esforço de construção da República; a Revolução, entretanto, vem, a tempo, estabelecer a correção dos rumos; já a economia mundial, orientada pelos supostos e premissas liberais, não apenas conduziu o sistema a uma crise de proporções inéditas – atingindo o Brasil na raiz de seu modo de inserção econômica internacional -, como veio a fazer com que se tornasse necessária a elaboração de *novos* supostos e premissas segundo os quais a *reconstrução* nacional se daria. É preciso enfatizar: estamos a 4 de maio de 1931, e o discurso que merece a elaboração de todas essas considerações ocorre na oportunidade da instalação da Comissão Legislativa que irá redesenhar institucionalmente o país. Esperar-se-ia, em tal situação particular, a ocorrência de um discurso de renovação dos argumentos depreciativos em relação a tudo o que diz respeito à República Velha, e de reafirmação de tudo o que de positivo teria representado a Revolução de 30? Pois é exatamente ali, naquela situação, que, ao contrário – e não sem uma certa surpresa para o estudioso -, Vargas afasta-se da realidade imediata e estabelece as conexões simbólicas, históricas e conjunturais, que darão os contornos julgados adequados ao entendimento e leitura correta dos acontecimentos que envolvem a Revolução.

Não será razoável empreender o esforço de renovação nacional sem revisar a “estrutura íntima” dos valores sociais e econômicos modernos: como o seria, se a “rotura” do equilíbrio econômico pode se dar a qualquer momento, “constituindo perigo iminente para a própria civilização”¹⁹⁶? Essa revisão teria de se dar, primeiramente, com a “congregação de todas as classes, em uma colaboração efetiva e inteligente”, único modo de evitar a “derrocada final” Entretanto, o sistema, tal como montado, afasta as classes, antagonizando-as vitalmente. Ao Estado – que é a “sociedade civil organizada”, lembremos – caberá harmonizar os interesses opostos¹⁹⁷. “Tão alevantado propósito será atingido quando encontrarmos, reunidos numa mesma assembléia, plutocratas e proletários, patrões e sindicalistas, todos os representantes das corporações de classe, integrados, assim, no organismo político do Estado.”¹⁹⁸ Deste modo, em consonância com as exigências do momento – ou, mais exatamente, com a leitura específica que Vargas realiza acerca das exigências do momento –, “assinala-se a função do Estado, antes e acima de tudo, como

¹⁹⁶ “No panorama geral da civilização, [está] subvertido o mundo nas bases da sua economia e esgotado nas fontes de sua anterior opulência.” (O primeiro ano do Governo Provisório e as suas diretrizes - Manifesto à Nação, lido, em sessão solene, no Teatro Municipal, a 3 de outubro de 1931), em *A Nova Política do Brasil I – Da Aliança Liberal às realizações do 1º ano do Governo – 1930-1931*, p. 254.

¹⁹⁷ “A propósito, é oportuno observar, ultimamente, exterioriza-se injustificável desconfiança na colaboração das organizações sindicais, surgidas sob o estímulo da necessidade comum e dos interesses de classe. As leis, há pouco decretadas, reconhecendo essas organizações, tiveram em vista, principalmente, seu aspecto jurídico, para que, em vez de atuarem como força negativa, hostis ao poder público, se tornassem, na vida social, elemento proveitoso de cooperação no mecanismo dirigente do Estado. Explica-se, assim, a conveniência de fazê-las compartilhar da organização política, com personalidade própria, semelhante à dos partidos, que se representam de acordo com o coeficiente das suas forças eleitorais.” A reforma das leis vigentes e a elaboração de novos códigos (Discurso pronunciado no Palácio do Catete, instalando a Comissão Legislativa, a 4 de maio de 1931), em *A Nova Política do Brasil I – Da Aliança Liberal às realizações do 1º ano do Governo – 1930-1931*, p. 120.

¹⁹⁸ Idem, *ibidem*, p. 118.

elemento coordenador desses múltiplos esforços, devendo sofrer, por isso, modificações decisivas.”¹⁹⁹

A desconfiança de Vargas quanto à política, que já anotamos em mais de uma situação, reaparece ao abordar o Estado – visto desde já como um problema –, em associação à contraposição entre liberalismo e comunismo (na primeira vez que o termo “comunismo” surge em seu discurso presidencial²⁰⁰):

O Estado puramente político, no sentido antigo do termo, podemos considerá-lo, atualmente, entidade amorfa, que, aos poucos, vai perdendo o valor e a significação. Creio azado o ensejo para o cancelamento de antigos códigos e elaboração de novos. A velha fórmula política, patrocinadora dos direitos do homem, parece estar decadente. Em vez do individualismo, sinônimo de excesso de liberdade, e do comunismo, nova modalidade de escravidão, deve prevalecer a coordenação perfeita de todas as iniciativas, circunscritas à órbita do Estado, e o reconhecimento das organizações de classe, como colaboradores da administração pública. (Vargas, 1931, NPB I, p. 120; *grifo nosso*)

À parte a excentricidade da expressão “Estado puramente político” – atenuada, porém, pelo complemento “sentido antigo do termo”, o qual o liga à idéia anteriormente exposta sobre o “constitucionalismo clássico do século XIX” –, Vargas prossegue em sua crítica ao liberalismo, identificando no mesmo um “excesso de liberdade” (sim, pode haver excesso de liberdade quando indivíduos transcendem a condição de indivíduos e configuram um corpo social, uma coletividade), e procede

¹⁹⁹ Idem, ibidem, p. 119.

²⁰⁰ Mais tarde, em Vargas, o assunto *comunismo* irá migrar para o ambiente das considerações sobre a índole da “consciência nacional brasileira”. De um modo muito mais rarefeito do que se poderia apressadamente pensar, o comunismo aparecerá, em Vargas, vinculado ao tema da religião. Pode-se afirmar que se trata, entretanto, de um discurso eminentemente laico.

do pensamento geral ao particular ao introduzir a condição brasileira – como na condição brasileira, de início, havia sido introduzida a situação mundial. Com efeito, a crise apresenta-se de modo a oferecer uma oportunidade de mudança e renovação, e não somente material: “Os acontecimentos da atualidade permitem, no Brasil, salutar transfusão de valores, facultando, ao lado de reconstruções de interesse prático, notável aperfeiçoamento moral, imposto pela seleção espontânea, decorrente das grandes crises, sob cujo influxo se renovam as classes dirigentes.”²⁰¹

Para Vargas, os esforço de reconstrução nacional deverá ser o resultado da habilidade do Governo em “equilibrar as lições da História e as soluções da época”²⁰². Reconhecia-se, assim, que o problema era extremamente profundo e

²⁰¹ “A reforma das leis vigentes e a elaboração de novos códigos (Discurso pronunciado no Palácio do Catete, instalando a Comissão Legislativa, a 4 de maio de 1931)”, em *A Nova Política do Brasil I – Da Aliança Liberal às realizações do 1º ano do Governo – 1930-1931*, p. 120-121.

²⁰² “A Revolução e o regime legal (Manifesto à Nação, lido, em sessão solene, no edifício da Câmara dos Deputados, a 14 de maio de 1932)”, em *A Nova Política do Brasil II*, p. 57-58. Nesse sentido, Vargas olha para o mundo e colhe seus exemplos (observe-se que os exemplos não correspondem a nações do espectro nazi-fascista): “Primavam, sobre todos, ao inaugurar-se a Nova República, os problemas atinentes à economia e às finanças do país, que deveriam ser resolvidos antes de qualquer acomodação entre as influências divergentes na esfera partidária. Em período de restauração financeira, a exigir, sem protelações, o emprego de medidas extremas, de efeito rápido, fazia-se necessário um governo armado de poderes especiais, para realizá-la. Em **França**, assim ocorreu, quando foi da queda vertiginosa do franco, salvando-se esse país da derrocada iminente, com a ditadura financeira do Governo Poincaré, em que as leis de emergência eram formuladas pelo Gabinete, sem passarem pelo Parlamento. Na tradicionalista **Inglaterra**, ainda recentemente, para fins semelhantes, operou-se uma revolução pacífica, estabelecendo-se novos rumos para satisfazer às exigências do momento de crise e abandonando-se a velha política dos partidos. Quanto aos **Estados Unidos**, no momento difícil que atravessam, a colaboração do Congresso apresenta-se pouco expressiva com referência à aplicação das medidas julgadas indispensáveis ao restabelecimento do seu equilíbrio econômico, tomadas, diretamente, pelo Chefe do Governo. E isso ocorre em países considerados como padrões em matéria de constitucionalismo. A ditadura instalou-se, hoje, como forma providencial de Governo, impondo-se a nações de intensa cultura social e sólido aparelhamento democrático. Embora surgido da Revolução, o Governo Provisório nunca a considerou regime aplicável ao Brasil, nem procurou organizar-se visando semelhante *desideratum*. O próprio qualificativo de *provisório*, que adotou, é disso demonstração insofismável. Em todas as ocasiões – e foram múltiplas – em que o seu Chefe teve de manifestar-se em público a respeito, timbrou, invariavelmente, em apresentar-se como detentor transitório de uma magistratura que a Revolução lhe outorgara para desempenho de determinada missão e prática de determinado número de atos.” (A Revolução e o regime legal - Manifesto à Nação, lido, em sessão solene, no edifício da Câmara dos Deputados, a 14 de maio de 1932), em *A Nova Política do Brasil II*, p. 49-50.

amplo: “Fracassava o regime e não apenas os homens e os partidos.”²⁰³

Diante de tão complexas tarefas, justifica-se assim, em Vargas, o próprio Governo Provisório. É preciso, com vistas à “perfeição da obra futura”, delineá-la “com vagar e sabedoria, sob pena de a construirmos precariamente.” Toda pressa, todo “açodamento”, ao colocar em risco os “sacrifícios da Revolução”, pode fazer a Nação “recair na amarga experiência do regime anterior”; assim, só pode expressar o “saudosismo dos políticos decaídos, procurando precipitar a marcha dos acontecimentos, traduz, somente, a esperança do retorno às delícias fáceis do poder. (...) Tudo virá a seu tempo.”²⁰⁴

²⁰³ “A Revolução e o regime legal (Manifesto à Nação, lido, em sessão solene, no edifício da Câmara dos Deputados, a 14 de maio de 1932)”, em *A Nova Política do Brasil II*, p. 31.

²⁰⁴ Idem, ibidem, p. 123-124. A própria reação de Vargas, tal como pode ser observada em seus discursos, ao ambiente de proximidade da *Revolução Paulista*, a Revolução Constitucionalista de 1932, se dá nos termos expostos neste parágrafo. Sem dúvida, pode-se concluir que, para Vargas, a Revolução Constitucionalista não passou de uma expressão do “saudosismo de políticos decaídos”, de um *açodamento* radical a colocar em risco os “sacrifícios da Revolução”: “A volta do país ao regime constitucional virá, terá de vir, está na lógica dos acontecimentos. Essa volta processar-se-á, porém, orientada pelo Governo revolucionário, com a colaboração direta do povo e não em obediência à vontade exclusiva dos partidos (...) O regresso ao regime constitucional não pode ser, nem será, contudo, uma volta ao passado, sob a batuta das carpideiras da situação deposta (...). (...) O Governo somente se integrará num regime novo quanto este for o reflexo da Nação organizada. Não deverá tornar-se, por isso, prisioneiro de qualquer partido, classe ou facção, porque unicamente ao povo brasileiro, juiz definitivo de seus atos, lhe cumpre prestar contas.” (A volta do país ao regime constitucional (Discurso aos representantes do Clube 3 de Outubro, no dia 4 de março de 1932, em Petrópolis, em *A Nova Política do Brasil II*, p. 17-19. Note-se que a denominação “Revolução Paulista”, usada preferencialmente por Vargas, e não “Revolução Constitucionalista”, acentua o caráter particular do movimento, em antítese com as aspirações gerais, nacionais. Assim, Vargas não usa o termo “contra-revolução”, mas é como se usasse; usa “reação” e “revanche”. O termo “constitucionalista” remete a algo pontual, não a uma revanche total. A denominação preferencial chega a constituir o título mesmo de um discurso: “A Revolução Paulista (Manifesto à Nação, em 12 de julho de 1932)”, em *A Nova Política do Brasil II*. Um pouco mais tarde, a avaliação de Vargas sobre as razões do movimento constitucionalista ganha cores definitivas: “(...) **Como se explica a revolta de São Paulo? Só uma explicação é possível: a ambição do poder, caracterizada por um movimento de revanche contra o de 1930, visando restaurar o passado, recuperar posições e reaver prerrogativas** (...). “Reacionários, não perceberam que despeitos e ambições passarão e o Brasil continuará a ascender aos seus destinos, impelidos pela energia renovadora da Revolução triunfante em 1930. (...) **No Brasil renascente, esta revolta constitui a derradeira investida para a restauração da velha mentalidade oligárquica**, sustentáculo dos clãs familiares, cujos reprováveis processos políticos se traduziam em conchavos e acordos clandestinos, feitos ao sabor dos apetites e

Afirmando que o Governo Provisório, “embora ditatorial”, procura governar legalmente²⁰⁵, Vargas amplia a crítica à política, aos partidos políticos, aos políticos. Se a Revolução não opera à margem da lei, o faz, entretanto, “à margem dos partidos, alheios a seus interesses.” A Revolução “aceita-lhes a cooperação”, desde que não façam “política partidária”²⁰⁶ (tenhamos em mente que, para Vargas, os “interesses exclusivistas” dos partidos diluem e dispersam o esforço revolucionário); o Governo, “prestigiado pela solidariedade do povo brasileiro e pelo apoio das forças armadas”, solicita aos partidos que “não lhe perturbem com incidentes meramente políticos, o tempo indispensável ao estudo e à solução dos problemas administrativos, primaciais, num país de economia e finanças desordenadas.”²⁰⁷ Poder-se-ia afirmar mesmo que, além de operar à margem dos partidos políticos, e de se dar contra a política, como já salientamos, a Revolução *prescinde* da própria política. De fato, para Vargas, “o Governo Provisório não fez política no sentido de submeter-se aos postulados e às solicitações dos interesses de partidos, de classes ou facções. Todo seu esforço consistiu em firmar a ordem

segundo a conveniência dos poderosos do momento – processos que inutilizaram os esforços construtores de várias gerações de brasileiros.” (Manifesto ao povo de São Paulo, em 20 de setembro de 1932), em *A Nova Política do Brasil II*, p. 83-84; *grifo nosso*. Estudo específico sobre as relações entre Getúlio Vargas e a forças que lhe iriam opor resistência em 1932 é a obra – já citada – de Vavy Pacheco Borges, “Getúlio Vargas e a oligarquia paulista” (São Paulo: Brasiliense, 1979). É curioso observar, no interesse desta tese, que Fernando Henrique Cardoso considera que “Ele [Getúlio] não entendeu São Paulo, e São Paulo não entendeu Getúlio. Não podia, era um confronto de situações no mundo e de visões.” Toledo, Roberto Pompeu de. O presidente segundo o sociólogo – Entrevista de Fernando Henrique Cardoso a Roberto Pompeu de Toledo. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 337.

²⁰⁵ Idem, *ibidem*, p. 124.

²⁰⁶ Em fórmula sintética: “Os partidos para a Nação e, jamais, a Nação para os partidos.” (A Marinha Nacional - Discurso pronunciado na Escola Naval, em 11 de junho de 1933), em *A Nova Política do Brasil II*, p. 106.

²⁰⁷ Idem, *ibidem*, p. 126

material, para tornar possível a realização dos melhoramentos e reformas exigidas pela nova situação do país.”²⁰⁸ De todo modo, reconhece-se que “sob o aspecto político, teve o Governo Provisório sempre uma finalidade única: a de congregar, nas mesmas aspirações de ordem e trabalho pelo progresso do Brasil, todos os cidadãos capazes de colaborar no desenvolvimento da sua civilização.”²⁰⁹ Além disso, a Revolução teria sincronizado o Brasil com a história mundial:

A Revolução integrou o país nas concepções do Estado moderno, onde as preocupações partidárias ocupam lugar subalterno. Não é com o jogo sibilino das fórmulas e das combinações políticas que se conseguirá dirigir a coletividade brasileira. Não é agitando os espíritos, exaltando as ambições ou acenando com a aplicação impossível de métodos alheios que auxiliaremos o progresso da nossa pátria. (Vargas, 1933, NPB III, p. 246)

Enfatizemos a expressão, anteriormente destacada, “incidentes meramente políticos”. Em Vargas, a política parece constituir francamente um empecilho à realização da Nação, ao “fazer-se a si mesma” da Nação. É claro: a Revolução é a expressão e o veículo desse fazer-se em progresso, há tanto tempo reprimido. Assim, a política representa pedregulhos em meio a uma estrada que, todavia, está por ser construída – e que, por pequenos que sejam em comparação com a Nação, podem fazer tropeçar e cair (é importante repetir a citação, aqui) “o gigante [que] despertou de longa modorra, distendeu os membros entorpecidos,

²⁰⁸ A Revolução e o regime legal (Manifesto à Nação, lido, em sessão solene, no edifício da Câmara dos Deputados, a 14 de maio de 1932), em *A Nova Política do Brasil II*, p. 33.

²⁰⁹ “Mensagem lida perante a Assembléia Nacional Constituinte, no ato de sua instalação, em 15 de novembro de 1933”, em *A Nova Política do Brasil III – A realidade Nacional em 1933 / Retrospecto das realizações do Governo, 1934*, p. 242.

experimentou a rijeza dos músculos e, com desassombro, se pôs em marcha, afastando todos os obstáculos que se opunham ou retardavam o seu progresso.”

Quer dizer: se “o Governo é provisório, mas a Revolução é definitiva”²¹⁰, e os interesses político-partidários estão a atrapalhar os passos do Governo – que é “provisório” e que *só existe* em função da Revolução, que é “definitiva” -, o que é a política? Não há nos discursos uma definição explícita de o que a política é; certamente, entretanto, será algo que é menos que provisório, e muito menos que definitivo. Temos, ainda assim, uma menção ao que a política *não* é, ou *do que* ela se compõe, feita de maneira em parte indireta, em discurso de saudação ao presidente uruguaio Gabriel Terra, no dia 18 de agosto de 1934:

Chefe de Estado modelar, não só pela visão perfeita dos teoremas políticos, mas, também, pelo senso geométrico das realidades sociais e das questões administrativas, conseguiu Vossa Excelência imprimir feição prática e dar fundamento sólido às leis orgânicas do país que dirige, adaptando-o às necessidades econômicas da era contemporânea. Cumpriu, assim, Vossa Excelência, aquele axioma invocado, no seu discurso proferido em Tacuarembó, no ano de 1931: **‘La política no se compone de los problemas que el político encuentra planteados, sino que es ante todo un sistema de problemas que el plantea al país, por creer que fermentan en el seno de la conciencia nacional y constituyen el secreto de los acontecimientos futuros’**. Esse dom de prever é, em verdade, a base mesma da arte de governar. E prever é dominar as circunstâncias que poderão apresentar-se; é removê-las, pela observação dos fatos e pela experiência dos acontecimentos passados. (Vargas, 1933, NPB III, p. 276; *grifo nosso*)

As palavras de Gabriel Terra não poderiam adequar-se melhor ao

²¹⁰ Idem, ibidem, p. 126.

discurso de Vargas. O político deve realizar uma leitura da vida nacional, reconhecer seus problemas (sem necessariamente abraçar aqueles que já se encontram colocados) e apresentá-los, ele mesmo, ao país, uma vez que eles residem – precisando ser extraídos – no “seio da consciência nacional”, constituindo, além disso, o “segredo dos acontecimentos futuros”. É como se a política, a boa política, fosse a consciência nacional tomando... *consciência* de si mesma.

De todo modo, com efeito, é preciso evitar as distorções interpostas pela má política:

“O momento é propício à execução de vasta reforma na ordem jurídica e, portanto, social, dados os poderes extraordinários do Governo e a liberdade de ação que ele vos outorga. A ocasião que se apresenta é excepcional, permitindo a um selecionado conselho de juriconsultos, sociólogos e pensadores resolver e legislar, sem os obstáculos protelatórios dos períodos constitucionais, sem as longas alterações dos Congressos, sem as exigências da política e o facciosismo dos partidos. Libertos de todos esses empecilhos, que demoram e perturbam a feitura das leis, apenas sujeitos à crítica direta da Nação, pelo povo (...).” (Vargas, 1931, NPB I, p. 110)

Os períodos constitucionais *obstaculizam protelatoriamente*; os Congressos *altercam longamente*; a política e os partidos, facciosistas, *exigem*. E tudo *demora, perturba*. “Infelizmente, a vida do Congresso republicano consumiu-se, durante quatro décadas, em debates estéreis e na votação de orçamentos, faturados segundo os moldes do regime decaído – inexpressivos, de simples estimativa e de verdade duvidosa, nos quais os saldos aparentes e a hermenêutica confusa eram

apenas acessíveis a meia dúzia de iniciados.”²¹¹ Trata-se de um universo que se encontra no registro do que é menor, do que é possível colocar-se de lado, ignorar-se; a pavimentação do caminho futuro, afinal, está “sujeita à crítica direta da Nação, pelo povo”. ‘Para Vargas, o país libertou-se “pela força consciente de si mesmo” do “mandarinato” que o dominava²¹²; é muito, mas “o alcance do movimento não podia restringir-se ao programa político da Aliança Liberal²¹³, de simples reformas dentro do regime constitucional.”²¹⁴ Tendo a Revolução sido “orgânica”, muito mais a expressão de uma “força de ação social do que simples pronunciamento de caráter partidário”, deve passar-se, agora, à reconstrução profunda do Brasil que ela exige –

²¹¹ “A reforma das leis vigentes e a elaboração de novos códigos (Discurso pronunciado no Palácio do Catete, instalando a Comissão Legislativa, a 4 de maio de 1931)”, em *A Nova Política do Brasil I – Da Aliança Liberal às realizações do 1º ano do Governo – 1930-1931*, p. 113.

²¹² “À sombra de tal regime, que alheava o Estado dos problemas básicos da sociedade, a política perdeu toda significação ideológica e, em pouco, se tornou simples atividade eleitoral, sujeita a fases cíclicas e circunscrita, exclusiva e incondicionalmente, à conquista e manutenção do poder. Na mentalidade partidária, desaparecera o espírito público, substituído pelas propensões egoístas.” (A Revolução e o regime legal - Manifesto à Nação, lido, em sessão solene, no edifício da Câmara dos Deputados, a 14 de maio de 1932), em *A Nova política do Brasil II*, p. 25-26.

²¹³ A relativização do programa da Aliança Liberal é acrescentada uma crítica essencial a programa políticos em geral: “A exagerada importância que se pretende conferir aos programas é outra herança do formalismo oficial, caracterizador da primeira República. Durante quatro décadas de sua existência, multiplicaram-se as plataformas de governo, que assumiam, em cada sucessão presidencial, aspecto de maior importância e gravidade, envolvendo, na sua extensão, os problemas de ordem administrativa, financeira, econômica e política. Apesar disso, sempre se governou sem programa e sem orientação definida, inteiramente à margem das necessidades e aspirações do país. Não há-de concluir-se daí a inutilidade dos programas. Eles têm real valor se cumpridos integralmente. Também não são essenciais quando os depositários do poder público traduzem suas intenções em atos concretos, reveladores de espírito construtivo firmemente orientado. É o caso do Governo revolucionário.” (A Revolução e o regime legal - Manifesto à Nação, lido, em sessão solene, no edifício da Câmara dos Deputados, a 14 de maio de 1932), em *A Nova Política do Brasil II*, 35-36. Vargas deixa claro o modo como quer que a Aliança Liberal inscreva-se na história do Brasil: “Os futuros historiadores, ao retraçarem este período agitado da vida brasileira, distribuirão, certamente, à Aliança Liberal seu verdadeiro papel: dar forma transitória às aspirações populares (...). (A Revolução e o regime legal - Manifesto à Nação, lido, em sessão solene, no edifício da Câmara dos Deputados, a 14 de maio de 1932), em *A Nova Política do Brasil II*, p. 31.

²¹⁴ “O primeiro ano do Governo Provisório e as suas diretrizes (Manifesto à Nação, lido, em sessão solene, no Teatro Municipal, a 3 de outubro de 1931)”, em *A Nova Política do Brasil I – Da Aliança Liberal às realizações do 1º ano do Governo – 1930-1931*, p. 156.

sob pena de incorrer-se em traição aos princípios nobres (visto que concernentes aos sentimentos da Nação) que a inspiraram²¹⁵.

O elemento de ineditismo, de novidade absoluta que a Revolução representa para Vargas é de tal magnitude que quem pretender “ressurgir da poeira dos esboroamentos de 1930 para restaurar o passado não será entendido. Falará uma língua estranha e será como aparição de espécime raro de uma fauna extinta. Constituirá uma curiosidade, no campo da paleontologia política.”²¹⁶ Retenhamos o termo “paleontologia”. Em discurso enunciado em 1947, portanto treze anos após o acima sublinhado, expressões de mesmo espírito semântico são convocadas para realçar o caráter de *revolução permanente* de 30. Para Vargas, é *sempre* 30: “A Revolução de 30 não foi detida. Nem será detida pelos megatérios que ressurgem de um mundo antediluviano, perpassando sinistramente no anseio de reconstruir o que ruiu pela podridão dos alicerces, fincados no lodaçal da exploração do povo.”²¹⁷

Perceba-se, porém, que a palavra “novo” - usada à exaustão, com suas

²¹⁵ Idem, ibidem, p. 156.

²¹⁶ “Voltando ao Rio Grande depois de 4 anos (Discurso pronunciado em Porto Alegre, a 23 de novembro de 1934)”, em *A Nova Política do Brasil IV – Retorno à terra natal / Confraternização sul-americana / A Revolução Comunista* (Novembro de 1934 a Julho de 1937), p. 37. Dois anos antes, entretanto, ainda era cedo para compreender historicamente a Revolução: “Ainda não chegou o momento dos juízos definitivos sobre a Revolução, no seu determinismo, no seu desdobramento, no seu impressionante desfecho. A História aguardará do tempo, para o seu *veredictum*, que seja encerrado o vasto e completo inquérito desta fase da vida nacional, agitada tanto pelos ideais quanto pelas paixões.” “A Revolução e o regime legal - Manifesto à Nação, lido, em sessão solene, no edifício da Câmara dos Deputados, a 14 de maio de 1932), em *A Nova Política do Brasil II*, p. 47.

²¹⁷ “Nego a subserviência do Brasil. Nego as imposições dos exploradores do trabalho. Nego o predomínio dos que a Revolução de 30 ferreteou para sempre. Nego o ocaso dos nossos ideais (Discurso pronunciado no Comício do PTB em João Pessoa, no dia 11 de janeiro e 1947)”, em *A Política Trabalhista no Brasil* (1950), p. 138.

variantes -, (1) não está relacionada apenas ao episódio da Revolução de 30 – mas estende-se ao próprio Brasil: “Somos uma componente nova entre as forças cansadas da humanidade. Nem mesmo a noção de Pátria possuímos no estreito sentido das hegemonias imperialistas, em que preponderam as tradições das lutas de conquista, dos atritos seculares, dos antagonismos de raças e de crenças.”²¹⁸; e (2) não está em contradição, no discurso de Vargas, com os termos *reconstrução*, *reencontro* ou *renovação*. A Revolução de 1930, não obstante inaugurar em muitos, claros e sólidos sentidos uma nova fase na história do Brasil, nem é entendida como um evento completamente diferenciado no curso do desenvolvimento político nacional, e nem é percebida como um corte absolutamente vertical em uma paisagem sócio-político-econômica linear, livre de acidentes. Há o discurso do novo, da ruptura, é verdade, mas também há o reconhecimento (não casual) de continuidades – relevantes mas *cuidadosamente selecionadas* continuidades.

Em uma operação de reflexão histórica rara no discurso presidencial brasileiro e repleta de ressonâncias e significados, Vargas filia explicitamente a

²¹⁸ “Pela prosperidade e grandeza do Brasil (Discurso pronunciado por ocasião de comemorar-se o ‘Dia do Brasil’, na Esplanada do Castelo, 17 de setembro de 1935)”, em *A Nova Política do Brasil IV – Retorno à terra natal / Confraternização sul-americana / A Revolução Comunista (Novembro de 1934 a Julho de 1937)*, p. 125. Em 1941 há uma retomada do assunto: “É corrente dizer-se que só os países velhos têm história. O conceito aplica-se, sem dúvida, às civilizações milenárias, cujas raízes afundam no terreno dos mitos e das lendas; mas a verdade psicológica é outra: a História mostra-se tanto mais palpitante e sugestiva quanto mais próxima da nossa geração. O passado do Brasil, dentro da perspectiva histórica, é de ontem, e, por isso mesmo, vive em nós com maior e mais afetiva realidade. Os povos jovens encontram exemplos de reconfortador heroísmo nas lutas pela conquista da terra, nos primeiros embates ganhos para ocupá-la e defendê-la. Sob este aspecto, o nosso patrimônio apresenta-se opulento e oferece fatos relevantes e vultos inesquecíveis, que só nos podem encher de justo orgulho.” Mato Grosso e o intercâmbio do Brasil com a Bolívia e o Paraguai (Discurso agradecendo o banquete oferecido em Cuiabá, no Palácio do Governo de Mato Grosso, a 7 de agosto de 1941), em *A Nova Política do Brasil IX – O Brasil na Guerra (14 de julho de 1941 a 1º de janeiro de 1943)*, p. 101.

Revolução de 1930, bem como a si próprio e ao que denomina “aspirações vitais da nacionalidade” às forças derrotadas por D. Pedro I, quando do fechamento da Assembléia Constituinte de 1823; às revoltas regenciais, de uma maneira geral; e à campanha abolicionista. Especificamente – e arriscando crítica historiográfica – quanto ao Segundo Império (1840-1889), declara:

“O progresso da Nação, nesses cinqüenta anos de tranqüilidade, não foi fruto exclusivo do regime, como procuraram fazer crer alguns historiadores do tempo. Avançamos no terreno das realizações materiais, porque as forças criadoras da Nação nos impeliam para a frente, e por ser condição de vitalidade inerente aos povos jovens, ricos em recursos naturais inexplorados, progredir, ainda quando mal governados ou dirigidos. Enquanto a vida política do País se ajustava, desajeitadamente, a um modelo copiado, marchando e contramarchando ao ritmo do rotativismo fictício dos partidos desavindos em torno da coroa, continuaram a agitar-se subterraneamente as aspirações recalcadas da nacionalidade. A ação pessoal do Imperador, temperamento patriarcal e comedido no uso do poder, influiu, sobremaneira, no prolongamento do regime, subtraindo-o aos choques violentes com a opinião e condicionando-lhe a duração à da existência do Imperante. A decadência das instituições monárquicas era tão evidente, nos últimos anos, que generalizara a convicção de que não sobreviveriam à pessoa do monarca, impossibilitando, natural e fatalmente, o advento do terceiro reinado. **Em 1930, temos que renovara-se, afinal, o dissídio clássico entre as aspirações vitais da nacionalidade e a organização do Estado, aberto desde a Independência, e que poderia ter encontrado solução no advento da República. A reação tinha de vir, inevitavelmente. Foram-lhe primeiras manifestações as revoltas de 22 e 24.** (Vargas, 1933; NPB III; grifo nosso)

A convocação a Clio justapõe camadas de sentido à história, em uma pirâmide discursiva que culmina em 1930, e cada momento nesta teia de eventos tem sua significação histórica particular mobilizada e progressivamente

potencializada. A história apresenta os retalhos com que comporá sua colcha, e Vargas interpõe sua maneira própria de dobrá-la e desdobrá-la, de modo a que somente determinadas geometrias e cores apareçam. “O passado ainda vive em nós. Sentimo-lo arrastar-se com os nossos passos tateantes, entorpecendo-nos a marcha para a frente.”²¹⁹

No século XIX, o Brasil teria avançado em termos de suas “realizações materiais” apenas pela qualidade *natural* de sua juventude e *contra* uma ordem política cheia de artificialidade, “copiada de fora”. Mesmo assim, só o fez precariamente, em uma “agitação subterrânea”; as “aspirações da nacionalidade” são “aspirações vitais” e encontravam-se recalçadas. A organização do Estado as relega a essa condição, em uma realidade que constitui um “dissídio clássico”; quando da proclamação da República, a oportunidade de solucioná-lo é perdida, e o tenentismo – “as revoltas de 22 e 24” – reedita a questão: a agitação subterrânea das aspirações da nacionalidade mostram-se à superfície, e, na leitura de Vargas, já não era sem tempo; trata-se de “reação inevitável”. A resolução do dissídio, o desrecalque final, virá com a Revolução de 30. A Nação forçará o Estado a reorganizar-se, de modo a criar as condições necessárias para a liberação de suas potencialidades. Trata-se de uma forma de renascimento, sem dúvida. No entanto, o discurso de Vargas, longe de desejar conferir à Revolução de 30 um caráter de

²¹⁹ “Pela prosperidade e grandeza do Brasil (Discurso pronunciado por ocasião de comemorar-se o ‘Dia do Brasil’, na Esplanada do Castelo, 17 de setembro de 1935)”, em *A Nova Política do Brasil IV – Retorno à terra natal / Confraternização sul-americana / A Revolução Comunista (Novembro de 1934 a Julho de 1937)*, p. 124.

marco zero da nacionalidade, busca inscrevê-la no curso complexo da história do Brasil, inclusive com um olhar atento para a longa duração. “O exame do nosso passado político, feito com serena imparcialidade, oferece ensinamentos preciosos que não devemos desprezar.”²²⁰

Há uma linearidade natural na História, em Vargas. Comunidades e indivíduos, ao verem frustrada a tentativa de realização integral de suas aspirações e desejos – realização que, todavia, jamais cessam de perseguir -, “consagram-se a experiências em que o ideal só é alcançado aproximativamente, através de lutas repetidas e ingentes.”²²¹ Na história do Brasil, essa expedição em busca do ideal (as “pugnas emancipadoras”²²²), teria, desde tempos coloniais, assumido substância a

²²⁰ Mensagem lida perante a Assembléia Nacional Constituinte, no ato de sua instalação, em 15 de Novembro de 1933, em *A Nova Política do Brasil III – A realidade Nacional em 1933 / Retrospecto das realizações do Governo, 1934*, p. 15

²²¹ Idem, p. 15.

²²² O sentido último de toda remissão à história do Brasil por Vargas é salientar os momentos em que a “consciência nacional” move-se em demanda da emancipação – movimento este que é sempre aproximativo, como estamos vendo. Mesmo sua eleição à Academia Brasileira de Letras, em 1943, é aproveitada para ressaltar essa interpretação. **Eleito para a Cadeira 37, venho sentar-me entre vós, sob o patronato de Tomás Antônio Gonzaga, na sucessão de Silva Ramos e Alcântara Machado. Não me poderia sentir melhor em qualquer outra. O poeta da Inconfidência Mineira alcançou essa consagração mais pelo seu destino político que pela expressão da sua arte poética, aliás formosa. P. 224** (Na Academia Brasileira de Letras - Discurso pronunciado na Academia Brasileira de Letras, empossando-se como substituto do acadêmico Alcântara Machado, a 29 de dezembro de 1943), em *A Nova Política do Brasil X – O Brasil na Guerra (1º de maio de 1943 a 24 de maio de 1944)*, p. 224. Segue-se a isso uma reflexão sobre as relações entre política e literatura, ou entre política e atividade intelectual, em um discurso jamais lembrado pela historiografia: “A atividade intelectual é para mim uma imposição da vida política, que exige de quem a ela se consagra a obrigação de comunicar-se com o público com precisão e clareza, explicando idéias e problemas de governo, esforçando-se por fazer-se ouvir e compreender. P. 221 Não sou e nunca pretendi ser um escritor de ofício, um cultor das belas-letras, embora tenha me habituado, desde moço, à amável convivência de poetas e romancistas, como leitor e admirador comovido das suas obras. Porque não hei de reconhecer também, numa confissão escusável nestas circunstâncias, a atração que sempre exerceram sobre mim os homens de pensamento, as inteligências cultas e desinteressadas, os espíritos de alto quilate moral, possuidores do divino dom de transmitir aos seus semelhantes as conquistas culturais, os anseios piedosos, os arrebatamentos da paixão e da fé? Mas, tudo isso de que vos falo está longe de definir os méritos de um escritor, de legitimar pretensões à partilha dos louros e das glórias a que têm direitos os príncipes da poesia e os mágicos exploradores

partir de duas tendências: a federação e o governo representativo. Comunidades povoadoras espalhadas pelo vasto território do litoral brasileiro, o mais das vezes sem comunicação regular entre si, teriam desenvolvido uma “autonomia espontânea”, ou um desejo de autonomia, o que poderia ser observado na natureza das câmaras municipais do Brasil colonial, “as quais administravam, ditavam leis, proviam a justiça e chegaram, com o tempo, a entender-se umas com as outras e, às vezes, diretamente com a metrópole, sobre assuntos de interesse público local ou da colônia.”²²³ O desenvolvimento histórico dessa “autonomia espontânea” iria – não

dos reinos da ficção. A “Casa de Machado de Assis” parecia reservada, nas minhas reflexões, aos homens votados à criação artística e ao estudo desinteressado dos problemas culturais. Não a considerava gleba apropriada ao rude amanho dos agricultores, mas terreno escolhido e tratado, onde os jardineiros operam milagres de beleza e colorido. (...) Sem dúvida, as circunstâncias da vossa função delatavam o divórcio então existente entre a pura análise espiritual, a seriação e o estudo da realidade através das artes e as atividades chamadas práticas. Naquele remanso do fim do século, passadas e esquecidas as agitações que auspiciaram o advento da República, políticos e administradores caminhavam de um lado e intelectuais do outro, ocupando margens opostas na torrente da vida social. Por uma deformação lógica sentiam-se quase incompatíveis. (...) Em ambiente assim, era inevitável, as energias sociais dispersaram-se esterilmente e o desdém do *espírito* pela *matéria* tomava formas quase extravagantes. Para o homem de letras, as palavras político, industrial, administrador, tinham igualmente um sentido alterado: significavam estreiteza de vistas, incapacidade imaginativa, grosseiro tato com as coisas belas da vida e os seus valores supremos. Para ser um exemplar dessa fauna tornava-se necessário ignorar as roas, os poentes, as sutilezas da linguagem, o aguçamento de um sarcasmo e a finura de uma ironia. Explicavam uns e outros, através de conceitos voluntariamente truncados, o desdém recíproco e a mútua desconfiança. Os literatos reclamava o isolamento, a torre de marfim, a impassibilidade marmórea, e essa atitude se refletia na própria preferência pelas imagens do reino mineral, tão do gosto dos poetas mais celebrados do tempo. Os homens de ação, dedicados às tarefas práticas, desacreditavam, por seu turno, as possibilidades reais do que sabiam pensar e dizer. Não há novidade em declarar, por conseguinte, que a primeira fase da vossa ilustre instituição decorreu à margem das atividades gerais, enquanto o Estado, a administração, a sociedade civil envolveram e se transformavam. Só no terceiro decênio deste século operou-se a simbiose necessária entre homens de pensamento e de ação. Hoje vemos em vosso meio, compartilhando a imortalidade com poetas e romancistas, representantes das profissões liberais, juristas, historiadores, políticos e até industriais. É admirável que isso aconteça. Os valores da inteligência são multiformes, resultam de múltiplas e fecundas aplicações. Os modernos processos de integração social não podem malbaratá-los e a todos disciplinam, num sentido útil, para maior bem da coletividade. (...) Foi com essa visão global das responsabilidades acadêmicas que aceitei um lugar na vossa Ilustre Companhia, honrado com a escolha, que considero homenagem excepcional, e disposto a trabalhar convosco pela afirmação da nossa cultura, interessando-a na solução dos grandes problemas da nacionalidade.” Idem, *ibidem*, p. 221-224.

²²³ Mensagem lida perante a Assembléia Nacional Constituinte, no ato de sua instalação, em 15 de Novembro de 1933, em *A Nova Política do Brasil III – A realidade Nacional em 1933 / Retrospecto das realizações do Governo, 1934*, p. 16.

podia ser diferente – desaguar na Constituinte de 1823, conhecendo então efetiva expressão política. Tais aspirações, essencialmente “nativistas”, teriam sua realização reprimida, no entanto, pela “fatalidade histórica” de os destinos do Brasil independente estarem nas mãos de um “príncipe estrangeiro”, que não demorou a dissolver “intempestiva e violentamente” a Constituinte.

Esta não era, entretanto, a primeira realidade adversa a que as forças subterrâneas da nacionalidade opunham sua resistência. Ainda no auge do período do ciclo do ouro, “enquanto, à luz do sol, um rio de ouro escorria para a Metrópole, num total de mais de 10.000.000:000\$, só no século XVIII, outro rio ia fluindo, silenciosa e obscuramente, nas entranhas da Nação: o manancial em que se abeberou o ideal da Independência”²²⁴. Assim, o próprio “direito de autonomia e independência” resguardava-se, intacto em sua essência, posto que residindo nas entranhas da Nação, “tacitamente imposto pelo nosso trabalho fecundo e pelo sangue generoso dos nossos mártires.”²²⁵

De todo modo, A “vitalidade da consciência nacional”, as “agitações em prol do ideal federativo”, voltariam a manifestar-se plenamente no período da

²²⁴ “A secular amizade uruguaio-brasileira (Saudação ao Presidente Gabriel Terra, em banquete a sua excelência oferecido no Itamarati, a 18 de agosto de 1934)”, em *A Nova Política do Brasil III – A realidade Nacional em 1933 / Retrospecto das realizações do Governo, 1934*, p. 284.

²²⁵ Pela prosperidade e grandeza do Brasil (Discurso pronunciado por ocasião de comemorar-se o ‘Dia do Brasil’, na Esplanada do Castelo, em 7 de setembro de 1935), em *A Nova Política do Brasil IV – Retorno à terra natal / Confraternização sul-americana / A Revolução Comunista (Novembro de 1934 a Julho de 1937)*, p. 123.

Regência. Para Vargas, o Ato Adicional de 1834²²⁶ teria representado não mais que uma compensação insuficiente ao que potencialmente se perdera com a dissolução da Constituinte: a oportunidade de ter-se a República *ab initio*. Ainda assim, apesar da “mediania de suas realizações”, Vargas reconhece na Regência – um “governo de molde mais republicano que propriamente monárquico”, com “sua formação eletiva e temporária” – o mérito de sustentar ao longo de uma década inteira uma certa tensão entre “as correntes extremistas em rebelião” e os “interesses da dinastia incipiente”, com suas intenções restauradoras do estado de coisas de 1824. Com efeito, há um paralelismo interessante, em Vargas, entre esta ordem de argumentos, mobilizada com o intuito de valorizar positivamente – assim “vista à distância” - a Regência, e a ordem de argumentos construída em torno de diversos momentos de sua própria vida política.

A Revolução de 30, por exemplo – e será preciso, como veremos, entender 37 como uma afirmação radical de 30 -, enfrentará as suas próprias “correntes extremistas em rebelião” (a Intentona Comunista de 35 e o *putch* integralista de 38), assim como uma “contra-revolução” inspirada por motivações identificadas como tendo um espírito de restauração (a Revolução Constitucionalista de 32). O elemento novo, ausente no período regencial, seria o estabelecimento deliberado de novos rumos econômicos *estruturais* para a Nação, em seu caso – o que não estava em jogo na década de 1830, ainda que o café, em fins daquele

²²⁶ Que criou as Assembléias e aumentou as atribuições dos presidentes das províncias, extinguindo o Conselho de Estado e retirando da Regência a faculdade de dissolver a Câmara.

período, já iniciasse a galgar posições em demanda do topo da pauta de exportações da economia brasileira, apresentando-se como o novo “sujeito” da gramática da economia primário-exportadora. Como Vargas opera discursivamente a idéia de haver uma outorga constitucional à qual confere sinal positivo aqui, e uma outorga constitucional à qual confere sinal negativo lá, nos primórdios do momento que examina? O problema não estaria no instituto da *outorga* em si mesmo, mas em seu sentido histórico – no espaço oportuno, voltaremos ao assunto.

As revoltas regenciais, componente da tensão com a qual lidava a Regência e “um dos vértices mais agudos da história pátria”²²⁷, por sua vez, “não tiveram o caráter generalizado de simples motins; contrariamente, além de revelarem espírito cívico vigilante e combativo, traduziram, quase todas, o impulso de um movimento de idéias, expressando aspirações populares, que não haviam conseguido enquadrar-se na organização política dada ao país.”²²⁸; constituíam, assim, sinais, ou sintomas, da “vitalidade da consciência nacional”. Uma vez vencidas, no entanto, e com o advento da Maioridade, sobrevem uma realidade política em que a falta de uma “opinião pública organizada e preponderante, capaz de exercer a representação com consciência e vontade livre”²²⁹ é suprida de maneira artificial pela interferência do Poder Moderador, estabelecendo-se uma situação de

²²⁷ Voltando ao Rio Grande depois de 4 anos (Discurso pronunciado em Porto Alegre, a 23 de novembro de 1934), em *A Nova Política do Brasil IV – Retorno à terra natal / Confraternização sul-americana / A Revolução Comunista (Novembro de 1934 a Julho de 1937)*, p. 17.

²²⁸ Mensagem lida perante a Assembléia Nacional Constituinte, no ato de sua instalação, em 15 de Novembro de 1933, em *A Nova Política do Brasil III – A realidade Nacional em 1933 / Retrospecto das realizações do Governo, 1934*, p. 17-18.

²²⁹ Idem, p. 18.

“marcha” e de “contramarcha” ao ritmo do “rotativismo fictício dos partidos desavindos em torno da coroa”²³⁰. Mesmo assim, a quem soubesse auscultar o coração da história, “continuaram a agitar-se subterraneamente as aspirações recalçadas da nacionalidade”²³¹ – é o caso do movimento abolicionista, por exemplo. Em boa medida, em Vargas, as “expressões da consciência nacional” resgatam coisas irresolvidas, coisas passadas; a Revolução de 30, sua culminância, será um momento em que elas voltarão seus olhos para um horizonte amplo de possibilidades futuras – horizonte, no entanto, cuja linha se desenha *ao ser contemplada*, já que “tudo estará por ser feito”.

Contra um subterrâneo orgânico e autêntico, cuja voz é sistematicamente sufocada, mas que jamais cessa de soar – uma vez que é a voz mesma da Nação, e nações, ao contrário de governos e estruturas políticas correlatas, não morrem -, ergue-se uma arquitetura de superfície toda inorgânica, posto que artificial, e toda inautêntica, posto que cópia. Essa arquitetura de superfície deixa a economia desenvolver-se à margem da influência do Estado, o que para Vargas é, sempre, o pecado de todos os pecados; socialmente, nem sequer se

²³⁰ Idem, ibidem, p. 19.

²³¹ Idem, ibidem, p. 19. Mesmo em discursos os mais ligados a circunstâncias específicas, vinculadas ao exercício cotidiano das tarefas presidenciais, Vargas não mostrava-se disposto a perder a oportunidade de “auscultar o coração da história” – colhendo exemplo remoto, mas que lido de certa maneira constitui elo da corrente das “pugnas emancipadoras” que redundarão em 30: “Ainda colônia, Pernambuco escreveu a página mais impressionante da nossa história: a resistência épica contra os holandeses – luta que foi a nossa primeira manifestação de brasilidade. (...) Para defender a Pátria que surgia, amalgamou, com o sangue vertido em comum, o branco, o índio e o negro, libertando-nos, para sempre, do preconceito da cor e fundindo as três raças que deveriam formar o cerne da nacionalidade. Erguia, assim, o pedestal dos seus primeiros heróis, cuja estirpe se perpetuou no sacrifício dos precursores da Independência e da República, nos movimentos insurrecionais de 1837, 1824 e 1848.” “O açúcar e a industrialização do álcool - Discurso pronunciado em Recife, a 5 de setembro de 1933), em *A Nova Política do Brasil II*, p. 129-130.

cogitava de valorizar o homem “como entidade política” e como “fator econômico”. O Império oferecia o “espetáculo de uma minoria embebida de cultura humanista, fazendo política à européia, vivendo reflexamente a vida dos grandes centros de civilização, em contraste com a massa ignorante das populações rurais e urbanas.”²³² Somava-se a tudo isso o problema da escravatura, que, além do constrangimento moral e ético que encerrava, agravava a questão social e obstaculizava uma melhor e mais afinada com os tempos modernos organização do trabalho. Solucionado de maneira “defeituosa e tardia”, o problema restará como herança para a República nascente, redesenhado agora na forma do trabalho livre, também ele necessitado de organização.²³³

E os desejos de federação e de governo representativo, os desejos de autonomia, recalcados desde a dissolução da Constituinte de 1823? Afloraram novamente no ambiente de “inquietação generalizada” dos últimos tempos do Império, sobretudo no movimento republicano, tal como idealizador de uma certa realidade, mas não na República, tal como levada a efeito.

A proclamação da República, apreciada rigorosamente como fato histórico, foi, entretanto, uma antecipação dos acontecimentos, precipitada pelas questões militares. Tais circunstâncias não lhe tiram, contudo, o caráter de ato nitidamente revolucionário. Como tal, deveria importar numa mutação obrigatória de valores e influir também no sentido de profundidade na vida política do país, para não se transformar em mera substituição de normas teóricas de governo. (...) Precipitada pelos acontecimentos ou obra de uma minoria resoluta, como quer que seja, a revolução se fizera. A falta de uma corrente de opinião, fortemente organizada e dirigida por um núcleo

²³² Idem, ibidem, p. 20.

²³³ Idem, ibidem, p. 21.

de homens ideologicamente identificados, viria, porém, desvirtuar-lhe a finalidade. (Vargas, 1933, NPB III, p. 22)

A República não teria logrado “predominar na direção da vida pública do país”, havendo-lhe faltado (diagnóstico interessante, se considerarmos as lentes de 30 com que Vargas examina a história do Brasil) “a atuação de um mentor providencial, com visão de estadista e espírito agremiador”. Tais qualidades, que Vargas parece desejar ele mesmo inspirar e possuir – não obstante dizer-se da Revolução de 30 um mero “delegado” do povo -, “não possuía o depositário legal do poder, grande figura histórica, pelo caráter e energia inflexível, mas que, acima de tudo, soldado e chefe militar, somente desejava ser, consolidando as instituições, garantia da ordem e do prestígio da autoridade.”²³⁴

“Constituído sobre ruínas precoces, esboços abandonados e interrompidos do passado”²³⁵, desvirtuava-se o regime:

Muitos problemas pertinentes à organização nacional, que se impunham pela mudança radical da forma de governo, ficaram intactos ou foram resolvidos de modo incompleto. Administrativa e financeiramente, reatamos a tradição do Império. A nova distribuição de rendas, resultante da descentralização, foi péssima, refletindo-se desastrosamente na vida dos Estados, para deixar uns na opulência e outros na miséria. Proveio daí, em parte, o estabelecimento das oligarquias locais, tornadas endêmicas e voltadas para o centro, como no tempo da monarquia, e a ele pedindo ordens e mendigando favores. Criou-se, mercê desse estado de coisas, uma espécie de casta governamental, instalada no poder, com o privilégio de aproveitar e distribuir os seus proventos. (...) Com a absorvente predominância do Executivo sobre os demais poderes, falseou-se o equilíbrio inerente à estrutura do regime. O Congresso era produto de um processo eleitoral profundamente viciado, e os seus membros,

²³⁴ Idem, ibidem, p. 23.

²³⁵ Idem, ibidem, p. 23.

com raras exceções, não representavam a opinião nacional, mas a vontade dos oligarcas, todos criados pela mesma máquina de puro artifício, montada pela fraude, e coligados na defesa de uma política de favoritismos pessoais, que se exercia, às vezes, escusamente e sempre à revelia dos interesses nacionais. (Vargas, 1933, NPB III, p. 23-24)

Reaparecem neste contexto, em Vargas, as críticas ao universo da política. O poder público, em vício costumeiro, passou a fechar-se num “círculo de vantagens restritas que se confundiam com as da pequena minoria instalada nas posições governamentais”, tornando-se “alheio e impermeável às exigências sociais e econômicas da Nação” – em uma situação que formal e substancialmente separava a política profissional das “forças vivas do país”²³⁶.

De todo modo, temos que “renovara-se, afinal, o dissídio clássico entre as aspirações vitais da nacionalidade e a organização do Estado, aberto desde a Independência e que poderia ter encontrado solução no advento da República.”²³⁷ Aqui, então, acelera-se a história em direção a 30, e a linearidade natural, mas sutil, compreendendo avanços (poucos) e recuos (muitos), de uma história ressignificada e lida desde parâmetros que, adequados historiograficamente ou não, apresentam sólida consistência interna com os demais aspectos do pensamento de Vargas, dá o passo que a inscreve na corrente dos tempos, a (re)encaminha e redime:

A reação tinha de vir, inevitavelmente. Foram-lhe primeiras manifestações as revoltas de 22 e 24. Daí por diante, o mal-estar e a hostilidade do país a semelhante estado de coisas revelaram-se

²³⁶ Idem, ibidem, p. 24-25. Aqui, é a primeira vez que Vargas junta o qualificativo “profissional” à palavra “política”, certamente sugerindo que em um espaço “não profissional” a política poderia ver salvaguardadas certas virtudes; as “forças vivas do país” manifestar-se-iam, então, nesse espaço.

²³⁷ Idem, ibidem, p. 28.

crescentes e indisfarçáveis. A última sucessão presidencial, trazendo o desentendimento entre as classes governamentais, já foi reflexo desse descontentamento generalizado. A luta eleitoral, ao deturpar mais uma vez a vontade soberana do povo, deu-lhe pretexto para reagir pelas armas, porque, nas consciências e nos ânimos, a revolução estava feita. Explica-se, assim, que o movimento de outubro de 1930 perdesse o caráter de simples pronunciamento partidário para desencadear-se como força de ação social, assumindo o aspecto de verdadeira insurreição nacional e impondo, conseqüentemente, conquistas amplas e profundas no terreno econômico e político. (Vargas, 1933, NPB III, p 25)

A Revolução em marcha é um ideal em marcha, ideal que tem no Ministério do Trabalho uma sua primeiríssima manifestação²³⁸. Com efeito, deseja-se que essa criação da Revolução, bem como as realizações a ele associadas, sejam percebidos como possuindo desde um “sentido construtor e predeterminado, que encontra estímulo e finalidade no plano renovador, imposto pela Nação vitoriosa em 1930”, até um conteúdo cuja observância constitui a realização de “velhas aspirações proletárias de solução inevitável.”²³⁹ O problema representado pelo “individualismo

²³⁸ “No terreno da organização do trabalho, estava tudo por fazer. A Revolução teve de começar pela providência inicial: a criação do órgão governamental incumbido da importante tarefa – o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.” (Mensagem lida perante a Assembléia Nacional Constituinte, no ato de sua instalação, em 15 de Novembro de 1933), em *A Nova Política do Brasil III – A realidade Nacional em 1933 / Retrospecto das realizações do Governo, 1934*, p. 139.

²³⁹ As classes trabalhadoras e o Governo da Revolução (Discurso pronunciado em 29 de outubro de 1932), em *Nova Política do Brasil II*, p. 97-98. A célebre inversão da “questão social”, vista como “caso de polícia no governo de Washington Luis, aparece deste modo no discurso de Vargas (saliente-se que as medidas de proteção aos trabalhadores pretendem constituir uma contrapartida das medidas de proteção aos industriais): “Não exageramos, recordando que, para a mentalidade predominante no regime passado, o problema operário, no Brasil, era simples questão de polícia. Em círculo de concepção tão estreita, não cabiam as justas reivindicações proletárias, conquistas correntes que se haviam incorporado à legislação social da maioria dos países civilizados. Garantias mínimas, quase universalmente outorgadas às classes trabalhadoras, aqui, ainda consistiam em vagas aspirações, algumas displicentemente consubstanciadas em leis sem aplicação, outras, em maior número, de que o poder público, absolutamente, não cogitava. Sempre pensei de forma diferente, e já na minha plataforma de candidato afirmava: ‘Não se pode negar a existência da questão social, no Brasil, como um dos problemas que terão de ser encarados com seriedade pelos poderes públicos. **Se o nosso protecionismo favorece os industriais, em proveito da fortuna privada, corre-nos, também, o dever de acudir ao proletário,** com medidas que lhe assegurem relativo conforto e estabilidade e o amparem nas doenças, como na velhice.” (O primeiro ano do Governo Provisório e as suas diretrizes - Manifesto à Nação, lido, em sessão solene, no Teatro Municipal, a 3 de outubro de 1931), em *A Nova Política do Brasil I – Da Aliança Liberal às realizações do 1º ano do Governo – 1930-1931*, p. 233-234.

excessivo”, parte das razões da crise que ora “ameaçava a própria civilização” – segundo diagnóstico já mencionado -, encontra agora um primeiro encaminhamento de solução: “na preocupação predominante do interesse social”, corrige-se-o e limita-se-o²⁴⁰.

Por um lado, Vargas entende, assim, estar a Revolução atendendo a “velhas aspirações proletárias”; por outro, deseja proteger os trabalhadores -, e, assim, a Nação – da influência da “ação dissolvente de elementos perturbadores, destituídos dos sentimentos de Pátria e Família”²⁴¹; comunistas, anarquistas e anarco-sindicalistas, aqui elididos. Realizações como as realizadas ou encaminhadas pelo Ministério do Trabalho, deste modo, não apenas não representariam qualquer “indício de hostilidade ao capital”, o qual “precisa ser atraído, amparado e garantido pelo poder público”, como seriam a própria garantia de adequadas condições econômicas à sua atuação, uma vez que teriam “transformado o proletariado numa força orgânica de cooperação com o Estado”²⁴².

As condições consideradas adequadas à atuação do capital, todavia, seriam bem diferentes daquelas do pré-1929:

“Representa fato incontroverso (...) a decadência da democracia liberal e individualista e a preponderância dos governos de autoridade, em consequência do natural alargamento do poder de intervenção do Estado, imposto pela necessidade de atender a maior soma de interesses coletivos e de garantir estavelmente, com o

²⁴⁰ Idem, p. 97-98.

²⁴¹ Idem, ibidem, p. 97-98.

²⁴² Idem, ibidem, p. 97-98.

recurso das compressões violentas, a manutenção da ordem pública, condição essencial para o equilíbrio de todos os fatores preponderantes no desenvolvimento do progresso social. A chave de toda organização política moderna é a segurança e eficiência desse equilíbrio. Onde ele falta, há perturbação, entrecosques e dispersão de energias. Se é verdade, como se afirma, que o princípio de coexistência social evoluiu, deslocando-se do indivíduo para a coletividade, o máximo que se deve aspirar, nos momentos conturbados e incertos do mundo atual, é a ordem para o trabalho e o respeito para o cidadão, visando conciliar, no interesse de todos, a liberdade com a responsabilidade.” (Vargas, 1933, NPB II, p. 149-150; *grifo nosso*)

Haverá liberdade, portanto, mas “com responsabilidade”; afinal, o “excesso de liberdade” leva à dissolução, ao desequilíbrio, à “dispersão de energias”; levará, numa palavra, o mundo à crise. Ainda que a União, “*mater providens*, deva atender, de preferência, àqueles de seus filhos mais urgidos de amparo”²⁴³, existe uma “soma de interesses coletivos” que deve ser atendida, e a presença vigilante do Estado deverá garantir que isso aconteça, preservando a Revolução e pondo-a em marcha, e mantendo-a em posição equidistante seja de um liberalismo desagregador e agora envelhecido, seja de um comunismo que, pelo outro extremo, apresenta-se como igualmente desagregador, em que pese a força sedutora de seus argumentos, principalmente para a “nossa mocidade”.

Deste ponto de vista, cabe salientar a importância simbólica e de *ponto de partida institucional* da qual se reveste o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (criado ainda em novembro de 1930) no discurso de Vargas – para além do que há de pragmático em suas realizações e intenções, no que se refere aos

²⁴³ “Os problemas do Nordeste e a ação do Governo Provisório (Discurso pronunciado em Fortaleza, a 18 de setembro de 1933)”, em *A Nova Política do Brasil II*, p. 165.

encaminhamentos econômico-institucionais da vida nacional. Uma vez que significa a presença do Estado conferindo alguma simetria a uma relação essencialmente assimétrica – a de capitalistas e trabalhadores assalariados -, os termos segundo os quais sua existência e papel são enunciados surgem como reveladores do caminho pelo qual a Revolução e a Nação deverão enveredar: um caminho que, sendo de natureza eminentemente *nacional*, evitará os abismos à sua direita e à sua esquerda, ecos da realidade mundial sobre terras brasileiras. Observe-se que tais formulações constituem um prenúncio, em forma de idéias, da realidade política (ainda futura) que irá posicionar Vargas em um lugar político cada vez mais pronunciadamente afastado do liberalismo, e que ao mesmo tempo será um lugar *entre* a Aliança Nacional Libertadora e a Intentona Comunista, e o *putch* integralista.

No *corpus* discursivo de Vargas, esse *lugar* vinha sendo construído ainda nos primeiros três anos. Seus corredores, nem tão labirínticos assim, levarão diretamente ao Estado Novo. Primeiramente, vejamos em que termos se dá sua *crítica do tempo presente*.

A necessidade de intervenção do Estado nos campos social e econômico observa um itinerário lógico nítido, em Vargas: “Todas as atividades humanas são forças sociais agindo negativa ou positivamente”; deixadas livres, sem *direção*, ao sabor das circunstâncias e do cumprimento de suas conveniências particulares, é quase impossível que sua interação venha a promover um resultado aceitável para o conjunto da sociedade, como querem os liberais. Assim, uma outra

força, atuando *por sobre* as forças sociais, deve harmonizá-las: a força da sociedade organizada como poder – em uma palavra, o Estado. Como poderia a sociedade organizada como poder ser indiferente às atividades humanas, as “forças sociais agindo negativa ou positivamente”? Estaria falhando em sua própria razão de ser. No mundo moderno, o cumprimento dessa razão de ser implica “a sua intervenção (...) regulamentando as relações entre o trabalho e o capital, fiscalizando as indústrias e o comércio, ordenando a produção, a circulação e o consumo e, finalmente, desenvolvendo providências de diversa natureza para prover o bem comum.”²⁴⁴

Parte da desconfiança – por vezes, genuína aversão – de Vargas em relação aos partidos políticos pode ser explicada, nos termos de seu discurso presidencial, seguindo-se esta mesma ordem de raciocínio – afinal, os partidos políticos, especialmente no Brasil, representariam precisamente aquelas conveniências particulares que buscam cumprir-se *em assalto ao poder*. A construção discursiva deste tópico só pode ter o seu desenho de fundo revelado quando considerados os discursos em seu conjunto, pois ele os atravessa – acentuando progressivamente suas linhas – em demanda do 10 de novembro de 1937.

A verdadeira função dos partidos políticos, que consiste em dar expressão e reduzir a princípios de governo as aspirações e necessidades coletivas, orientando e disciplinando as correntes de opinião, essa, de há muito, não a exercem os nossos agrupamentos partidários tradicionais. O fato é sobremodo

²⁴⁴ “Mensagem lida perante a Assembléia Nacional Constituinte, no ato de sua instalação, em 15 de Novembro de 1933”, em *A Nova Política do Brasil III – A realidade Nacional em 1933 / Retrospecto das realizações do Governo, 1934*, p. 136.

sintomático se lembrarmos que da sua atividade depende o bom funcionamento de todo sistema baseado na livre concorrência de opiniões e interesses. Para comprovar a pobreza e desorganização da nossa vida política, nos moldes em que se vem processando, aí está o problema da sucessão presidencial, transformando em irrisória competição de grupos, obrigados a operar pelo suborno e pelas promessas demagógicas, diante do completo desinteresse e total indiferença das forças vivas da Nação. Chefes de governos locais, capitaneando desasossegos e oportunismos, transformaram-se, de um dia para outro, à revelia da vontade popular, em centros de decisão política, cada qual decretando uma candidatura, como se a vida do país, na sua significação coletiva, fosse simples convencionalismo, destinando a legitimar as ambições do caudilhismo provinciano. **Nos períodos de crise, como que atravessamos, a democracia dos partidos, em lugar de oferecer segura oportunidade de crescimento e de progresso, dentro das garantias essenciais à vida e à condição humana, subverte a hierarquia, ameaça a unidade pátria e põe em perigo a existência da Nação, extremando as competições e acendendo o facho da discórdia civil.** (Vargas, 1937, NPB V, p. 20-21; grifo nosso)²⁴⁵

A conjuntura que antecedeu a criação do Estado Novo, dominada pela *pequena política*, ameaça a Revolução de 30 e suas conquistas; põe em perigo a própria existência da Nação. Então, 30 deve radicalizar-se – e se torna 37. Para Vargas, o Estado Novo significa a culminância... da culminância que havia sido a Revolução de 30 – não um seu desenvolvimento *natural*, mas um seu desenvolvimento *necessário* em vista das ameaças que representava o movimentação eleitoral da segunda metade do ano de 1937²⁴⁶. De um lado, a

²⁴⁵ “Proclamação do povo brasileiro (Lida no Palácio Guanabara e irradiada para todo o país, na noite de 10 de novembro de 1937”, em *A Nova Política do Brasil V – O Estado Novo (10 de novembro de 1937 a 25 de julho de 1938)*.

²⁴⁶ Mais que isso: 37 é uma correção *geométrica* de 30 “Sob o Império e sob a primeira República, crescemos longitudinalmente, à orla das águas atlânticas. O Brasil vivia voltado para fora, e o sentido da sua cultura era o da evasão, o retorno ao Continente dos descobridores. **Com a Revolução de 1930** – movimento de revigoração nacionalista, **e o advento do Estado Novo**, que veio dar forma política às tendências profundas da nacionalidade, modificaram-se esses rumos incertos e dispersivos **e a civilização brasileira tomou o caminho dos paralelos**, restaurada nas suas raízes históricas.” (Atualidade e futuro de Goiás - Discurso pronunciado no Palácio do Governo, em Goiânia, agradecendo o banquete oferecido pelo interventor do Estado, a 7 de agosto de 1940), em *A Nova Política do Brasil VIII – Ferro, Carvão, Petróleo (7 de agosto de 1940 a 9 de julho de 1941)*, p. 23; grifo nosso.

Revolução e suas conquistas eram ameaçadas pelo reerguimento (após 32, tenhamos em mente) de um “liberalismo anacrônico e demagógico” – o “demo-liberalismo” -, caldo de cultura onde se desenvolviam o regionalismo, o caciquismo, o caudilhismo²⁴⁷ – forças sociais *negativas*, vencidas em 30 e agora redivivas. De outro, pelos “extremismos da esquerda²⁴⁸ e da direita²⁴⁹, cujas atividades subversivas foram, há pouco, surpreendidas, evidenciando a persistente intromissão

²⁴⁷ Problemas e realizações do Estado Novo (Entrevistas à imprensa do País, dadas, em Petrópolis, a 19 de fevereiro e, em São Lourenço, a 22 de abril de 1938), em *A Nova Política do Brasil V – O Estado Novo (10 de novembro de 1937 a 25 de julho de 1938)*, p. 187.

²⁴⁸ Um dos mais exemplares trechos concernentes ao comunismo é este, de 1º de janeiro de 1936. Não obstante diga respeito especificamente à Intentona Comunista, este discurso pode perfeitamente ser entendido como uma súplica do pensamento de Vargas acerca do comunismo. Somente a referência à “civilização cristã” não é tão comum aos demais discursos. “Forças do mal e do ódio campearam sobre a nacionalidade, ensombrando o espírito amorável da nossa terra e da nossa gente. (...) Alicerçado no conceito materialista da vida, o comunismo constitui-se o inimigo mais perigoso da civilização cristã. À luz da nossa formação espiritual, só podemos concebê-lo como o aniquilamento absoluto de todas as conquistas da cultura ocidental, sob o império dos baixos apetites e das ínfimas paixões da humanidade – espécie de regresso ao primitivismo, às formas elementares da organização social, caracterizadas pelo predomínio do instinto gregário e cujos exemplos típicos são as antigas tribos do interior da Ásia. Nas promessas abundantes e falazes, os nossos comunistas imitam os apóstolos do bolchevismo russo, evitando, porém, lembrar como conseguiram sovieterizar a Rússia. Também eles se diziam protetores do proletário, e suprimiram a sua liberdade, instituindo o trabalho escravo; prometiam a terra, e despojaram os camponeses das suas lavouras, forçando-os a trabalhar por conta do Estado, sob o jugo de uma ditadura feroz, reduzidos a ainda maior miséria. “O programa apregoado pelos sectários do comunismo no Brasil, ignorantes do que vai pelo país e vazios de idéias válidas, incluía, como aspiração do proletariado nacional, reformas já executadas e em pleno vigor. O nosso operário nada teria a lucrar com o regime soviético. Perderia, pelo contrário, as conquistas obtidas como concessão espontânea dos poderes instituídos, em troca da submissão ao trabalho forçado e coletivo.” (O levante comunista de 27 de novembro de 1935 - Discurso ao Povo Brasileiro, nos primeiros minutos de 1936), em *A Nova Política do Brasil IV – Retorno à terra natal / Confraternização sul-americana / A Revolução Comunista (Novembro de 1934 a Julho de 1937)*, p. 139-143.

²⁴⁹ Em 1950, a questão seria equacionada desta forma: “Aos meus acusadores insensatos e insinceros, que se alinham ora entre os totalitários da direita, ora entre os revolucionários da esquerda, eu pergunto por que fui vítima dos extremistas de ambos os credos, que se levantaram em armas contra o meu Governo, ameaçando a sua estabilidade, a minha própria vida e a vida de minha família? Ensaíram a violência porque sabiam não haver forças capazes de me afastar da posição equidistante que adotei, traçando uma linha independente de ação, em que os interesses do Brasil e as tradições do seu povo eram únicas diretrizes. *Se vencer, governarei sem ódios, prevenções ou reservas, sentimentos que nunca influíram em minhas decisões, promovendo sinceramente a conciliação entre os nossos compatriotas e estimulando a cooperação entre todas as forças da opinião pública* (Discurso irradiado de São Borja par a Convenção do Partido Trabalhista Brasileiro, na Capital da República, no dia 16 de junho de 1950), em *A Campanha Presidencial* (1951, Livraria José Olympio Editora), p. 30.

de elementos estranhos, empenhados em fomentar a desordem no país, com o sacrifício do sangue da tranqüilidade da família brasileira.”²⁵⁰

“Colocada entre as ameaças caudilhescas²⁵¹ e o perigo das formações partidárias sistematicamente agressivas”, a Nação fala novamente, como o havia feito em 30 – e o Estado Novo apresenta-se como constituindo, a um só tempo, o canal pelo qual ela comunica a sua vontade... e essa vontade ela mesma. Deveria a “vitalidade da consciência nacional” ser novamente – como tantas e tantas vezes o fora – derrotada, roubada mais uma vez de si mesma, uma vez que a Revolução representara “a Nação tomando posse de si mesma”? E exatamente em meio a uma caminhada de conquistas sociais e econômicas? Não havia a Revolução “assegurado a interferência assegurado a interferência conciliadora do poder público na solução dos conflitos de interesses privados, na assistência social, no amparo e propulsão da vida econômica”? Não havia a Revolução cuidado para que “já não [fôssemos] um país exclusivamente agrário, jungido à luta pelos mercados consumidores de matérias-primas e esmagado pelo peso das aquisições de produtos industriais”?²⁵² Para Vargas, o Estado Novo é um novo imperativo moral – 30, lembremos, já o havia sido: “O movimento de 10 de novembro foi, sem dúvida, um

²⁵⁰ Idem, ibidem, p. 187.

²⁵¹ “O caudilhismo regional, dissimulado sob aparências de organização partidária, armava-se para impor à Nação as suas decisões, constituindo-se, assim, em ameaça ostensiva à unidade nacional.” (Proclamação do povo brasileiro - Lida no Palácio Guanabara e irradiada para todo o país, na noite de 10 de novembro de 1937), em *A Nova Política do Brasil V – O Estado Novo (10 de novembro de 1937 a 25 de julho de 1938)*, p. 22.

²⁵² “Apelo ao patriotismo dos brasileiros no “Dia da Pátria” (Discurso pronunciado na Esplanada do Castelo, por ocasião de celebrar-se a “Hora de Independência”, a 7 de setembro de 1936”, em *A Nova Política do Brasil IV – Retorno à terra natal / Confraternização sul-americana / A Revolução Comunista (Novembro de 1934 a Julho de 1937)*, p. 182.

imperativo da vontade nacional. Tínhamos necessidade de ordem e segurança para trabalhar, e contra isso conspirava o estado crítico de decomposição política a que chegáramos.”²⁵³

O arcabouço discursivo-explicativo usado para justificar a Revolução de 30 é mobilizado para justificar o Estado Novo; com efeito, todos os instrumentos lógicos já estavam lá²⁵⁴. Até mesmo as razões em última instância alinhavadas para explicar a necessidade de implementação deste último – adiantemos que, em Vargas, não tem-se um “Estado Novo”, mas o *Estado Nacional* – são econômicas²⁵⁵:

Quando os partidos tinham objetivos de caráter meramente político, com a extensão de franquias constitucionais e reivindicações semelhantes, as suas agitações ainda podiam processar-se à superfície da vida social, sem perturbar as atividades do trabalho e da produção. **Hoje, porém, quando a influência e o controle do Estado sobre a economia tendem a crescer, a competição política tem por objetivo o domínio das forças econômicas, e a perspectiva da luta civil, que espia, a todo momento, os regimes**

²⁵³ “Problemas e realizações do Estado Novo (Entrevistas à imprensa do País, dadas, em Petrópolis, a 19 de fevereiro e, em São Lourenço, a 22 de abril de 1938)”, em *A Nova Política do Brasil V – O Estado Novo (10 de novembro de 1937 a 25 de julho de 1938)*, p. 188.

²⁵⁴ Inclusive a convocação à História: se em 30 há uma crítica à Constituição de 1891, em 37 encontramos outra à Constituição de 1934. “A organização constitucional e 1934, vazada nos moldes clássicos do liberalismo e do sistema representativo, evidenciara falhas lamentáveis, sob esse e outros aspectos. A Constituição estava, evidentemente, antedatada em relação ao espírito do tempo. Destinava-se a uma realidade que deixara de existir. Conformada em princípios cuja validade não resistira ao abalo da crise mundial, expunha as instituições por ela mesma criadas à investida dos seus inimigos, com a agravante de enfraquecer e anemizar o poder público.” (Proclamação do povo brasileiro - Lida no Palácio Guanabara e irradiada para todo o país, na noite de 10 de novembro de 1937), em *A Nova Política do Brasil V – O Estado Novo (10 de novembro de 1937 a 25 de julho de 1938)*, p. 23-24.

²⁵⁵ Em uma única ocasião, em 1946, encontraremos razão diferente para a manutenção da *ditadura* do Estado Novo (expressão usada pelo próprio Vargas). Referindo-se à Segunda Guerra Mundial, o agora ex-presidente afirma: “Não estávamos fazendo política internacional. Fortaleceríamos a ação genial de Roosevelt, que precisava da união da América para salvar a Europa. Cobrimos o flanco dos Estados Unidos política e militarmente. **Esta a razão, esta a ação da Ditadura.**” (A poucos homens é dada a suprema ventura de um julgamento da opinião pública contemporânea - Discurso pronunciado no Senado em 13 de dezembro de 1946), em *A Política Trabalhista no Brasil (1950, Livraria José Olympio Editora)*, p. 82.

dependentes das flutuações partidárias, é substituída pela perspectiva incomparavelmente mais sombria da luta de classes.
(Vargas, 1937, NPB V, p. 22; *grifo nosso*)

A competição política, manifestação de “forças dissolventes”, “tem por objetivo o domínio das forças econômicas”; é, portanto, a elas que se deve preservar²⁵⁶ – elas são a garantia das conquistas da Nação, e da continuidade e ampliação no tempo dessas conquistas. Obstrua-se, assim, o caminho eleitoral²⁵⁷, pelo qual os partidos, expressão das “forças dissolventes”, poderão *assaltar* a Nação. Melhor: dissolva-se a própria expressão das “forças dissolventes”; torne-se ilegal a simples possibilidade de existência dos partidos políticos²⁵⁸, e elimine-se a própria arena em que os leões entredevoram-se para que o vencedor devore a

²⁵⁶ O que se dá desde uma vista eminentemente pragmático: “A concepção econômica do Estado Novo não é uma questão de doutrina ou de ponto de vista: é uma imposição da realidade contemporânea”. (A colaboração da classe comercial com o Governo - Improviso, na Associação Comercial de Minas Gerais, agradecendo o título de sócio honorário e a colocação de uma placa comemorativa, em 18 de julho de 1938), em *A Nova Política do Brasil V – O Estado Novo (10 de novembro de 1937 a 25 de julho de 1938)*, p. 281.

²⁵⁷ O termos do discurso de Vargas são claros: **O sufrágio universal** passa, assim, a ser instrumento dos mais audazes e máscara que mal dissimula o conluio dos apetites pessoais e de corrilhos. Resulta daí não ser a economia nacional organizada que influi ou prepondera nas decisões governamentais, mas as forças econômicas de caráter privado, insinuadas no poder e dele se servindo em prejuízo dos legítimos interesses da comunidade. (Proclamação do povo brasileiro - Lida no Palácio Guanabara e irradiada para todo o país, na noite de 10 de novembro de 1937), em *A Nova Política do Brasil V – O Estado Novo (10 de novembro de 1937 a 25 de julho de 1938)*, p. 21-22.

²⁵⁸ **“Quando os partidos políticos se dissolveram, não foi apenas por um decreto que determinava a sua dissolução, porque, quando foi ele baixado, as agremiações partidárias já não existiam. Os partidos haviam perdido sua razão de ser**, ou porque não tinham programa ou porque os seus programas não correspondiam às realidades palpitantes da vida nacional. Eram forma sem substância. Eram bronzes partidos que haviam perdido a sua sonoridade. Hoje, o Governo não tem mais intermediários entre ele e o povo. Não mais mandatários e partidos. Não há mais representantes de grupos e não há mais representantes de interesses partidários. Há sim o povo no seu conjunto e o governante dirigindo-se diretamente a ele, a fim de que, auscultando os interesses coletivos, possa ampará-los e realizá-los, de modo que o povo, sentindo-se amparado nas suas aspirações e nas suas conveniências, não tenha necessidade de recorrer a intermediários para chegar ao Chefe do Estado.” (A solidariedade dos rio-grandenses e a libertação do Rio Grande - Discurso pronunciado no Palácio do Governo do Rio Grande, em Porto Alegre, respondendo e agradecendo a manifestação popular de 7 de janeiro de 1938), em *A Nova Política do Brasil V – O Estado Novo (10 de novembro de 1937 a 25 de julho de 1938)* P. 134.

Nação: o Congresso Nacional. Assim, segundo Vargas, temos – além de assegurado e revigorado o espírito de 30 – assegurada e revigorada a democracia.

Só à primeira vista a estrutura do Estado Nacional pode parecer obstáculo à defesa dos princípios democráticos de formação americana. O Brasil nunca deixou de ser, sob o novo regime, uma democracia, mesmo porque, mais que nas palavras e nas convenções legais das democracias parlamentares, esse regime atende aos interesses do povo e consulta as suas tendências, através das organizações sindicais e associações produtoras. É mais uma democracia econômica que política. (...) Na realidade, o que parece divergência ideológica ou doutrinária, no regime brasileiro, em relação aos demais Estados da América, é, somente, a afirmação de nossas peculiaridades históricas. Tínhamos numerosos problemas a resolver internamente, e os estamos resolvendo com rapidez, graças à concentração do poder público. (Vargas, 1941, NPB VIII, p. 285; *grifo nosso*)

Agora, a “vitalidade da consciência nacional” não correrá nenhum perigo, como no passado. A Nação havia-se feito Revolução e agora faz-se Estado – *Estado Nacional*. “O Estado, segundo a nova ordem, é a Nação, e deve prescindir, por isso, dos intermediários políticos, para manter contato com o povo e melhor consultar as suas aspirações e necessidades.”²⁵⁹ É preciso deixar que a Nação possa “construir livremente a sua história e o seu destino.”²⁶⁰ Com efeito, o Estado Novo encontra também seu lugar no tecido do tempo:

Veio o 10 de novembro, movimento orgânico, completo e integral, que, dando estrutura política às reivindicações de 1930, restaurou o Brasil nas suas tradições históricas e nas glórias do seu passado, integrando-o nas realizações do seu presente e nas aspirações do

²⁵⁹ “No limiar do ano de 1938 (Saudação aos brasileiros, pronunciada no Palácio Guanabara e irradiada para todo o país, à meia-noite de 31 de dezembro de 1937)”, em *A Nova Política do Brasil V – O Estado Novo (10 de novembro de 1937 a 25 de julho de 1938)*, p. 123.

²⁶⁰ Idem, p.32

seu futuro. A Revolução continuava e entrava, afinal, no seu período construtor. (Vargas, 1940, NPB VIII, p. 145)

O bom encaminhamento da tarefa de construção de um Brasil industrial constituiria, para Vargas, a melhor garantia de um adequado posicionamento do país *junto* às nações modernas – a melhor garantia, por sua vez, do estabelecimento de condições de autonomia e soberania em relação às mesmas. Internamente, a legislação social e trabalhista, ao disciplinar *desde o Estado* a produção, e ao harmonizar os interesses de capitalistas e trabalhadores assalariados, fundindo-os aos interesses do Estado²⁶¹ – que são, afinal, os interesses da Nação –, cria um movimento inercial virtuoso, *com direção* (em no mínimo dois sentidos: *com direção* em função da presença *diretiva* do Estado, e *com direção* posto que relegada ao passado a “aleatoriedade” da economia de *laissez-faire*²⁶²). Ocioso seria dizer que

²⁶¹ “O Estado Novo não reconhece direitos de indivíduos contra a coletividade. Os indivíduos não têm direitos, têm deveres! Os direitos pertencem à coletividade! O Estado, sobrepondo-se à luta de interesses, garante os direitos da coletividade e faz cumprir os deveres para com ela. O Estado não quer, não reconhece luta de classes. As leis trabalhistas são leis de harmonia social.” (Os trabalhadores de São Paulo e o Governo (Improviso, em agradecimento pela grande manifestação trabalhista da tarde de 23 de julho de 1938, na avenida S. João), em *A Nova Política do Brasil V – O Estado Novo (10 de novembro de 1937 a 25 de julho de 1938)*, p. 311. Além disso, “Não basta a tranquilidade e a harmonia entre empregados e empregadores. É preciso a colaboração de uns e outros no esforço espontâneo e no trabalho comum em bem dessa harmonia, da cooperação e do conagraamento de todas as classes sociais. (...) O Governo não deseja, em nenhuma hipótese, o dissídio das classes nem a predominância d umas sobre outras.” (O Estado Novo e as classes trabalhadoras (Discurso pronunciado por ocasião da assinatura de decretos-leis referentes às classes trabalhadoras do país, no Palácio Guanabara, a 1º de maio de 1938), em *A Nova Política do Brasil V – O Estado Novo (10 de novembro de 1937 a 25 de julho de 1938)*, p. 205.

²⁶² Reafirma-se o papel do Estado: “**Ao Estado cabe** função aglutinadora das forças e das energias nacionais, a fim de ampará-las para que obtenham o desenvolvimento normal que outros recursos não lhes permitiram.” (O Governo e a Imprensa - Improviso pronunciado na Associação Brasileira de Imprensa, agradecendo o almoço oferecido pelos jornalistas, a 17 de janeiro de 1942), em *A Nova Política do Brasil IX – O Brasil na Guerra (14 de julho de 1941 a 1º de janeiro de 1943)*, p. 203. O jovem Vargas, em dissertação acadêmica para o curso de Direito datada de 10 de novembro de 1907, intitulada “Propriedade”, já fazia crítica de fundo, associando-se à tradição positivista, à economia de *laissez-faire*: “As profundas agitações em que se debate a sociedade atual, o evidente desequilíbrio econômico, o deplorável estado em que se acham as classes são bastantes para demonstrar que o socialismo tem a sua razão, é a miséria humana espalhando-se como uma nódoa no fausto das sociedades modernas. Estas questões não podem ser resolvidas a priori, para julgá-las temos o

essa direção, em Vargas, é sempre uma direção *para a frente*, em demanda do livre desenvolvimento das “forças vitais da nacionalidade” – “livre” porque desobstruído de todos os entraves da pequena política, dedicada ao atendimento de interesses exclusivistas, as quais havia sido destituídas dos instrumentos institucionais que as possibilitariam controlar o Estado e eventualmente abrir-lhe as veias, (re)apossando-se da economia e (re)direcionando-lhe privadamente as energias, e, ao fim e ao cabo, *desapossando* a Nação de si mesma – para usar os termos do entorno da Revolução de 30. Além disso, acentuam-se as referências de ordem justificadora às realizações econômicas estruturais e estruturantes levadas a efeito durante a década de 1930, como a querer gravar-lhes fundo a importância na memória brasileira:

O Estado Nacional surgiu da Constituição de 1937, consagrando os princípios básicos da Revolução de 1930 (...). Sentimos que não era possível reorganizar a Nação, elevar-lhe a consciência política, criar um senso de responsabilidade perante os vindouros, sem disciplinar as forças de produção. A partir de 1930, retomamos o ritmo de crescimento da primeira guerra mundial, passamos a compreender o verdadeiro objetivo da nossa expansão, repudiando o errôneo conceito econômico do primeiro período republicano, que nos impunha o agrarismo como fatalidade geográfica e nos levou aos males da monoprodução. Os revolucionários de outubro convenceram-se de que o lugar-comum de país *essencialmente agrícola* era uma expressão falsa, convindo, apenas, aos interesses da usura internacional, à política dos grupos domésticos e aos industriais sustentados pelos favores aduaneiros. À monocultura

quanto possível de nos desfazermos dos nossos preconceitos burgueses, de nossa má-fé inconsciente pelo que julgamos um esbulho aos nossos direitos. Tal é o individualismo puramente doutrinário que nada resolve como dizia Conte e quando lhe apresentam um problema a resolver contenta-se como esta negação sistemática, própria das escolas puramente revolucionárias. Continua o mesmo autor que esta fórmula do *laissez-faire* é uma confissão tácita de impotência por parte desta pseudociência que se chama economia política.” Freitas, Décio, e Lorangeira, Álvaro (Org.) *A serpente e o dragão* – Dissertações acadêmicas de Getúlio Vargas. Porto Alegre: Editora Sulina, 2003, p. 27-28. Observe-se que a mesma dissertação apresenta também forte crítica ao socialismo/comunismo no que diz respeito a sua filosofia e a seus métodos, não obstante reconhecer o acerto de seu diagnóstico acerca das causas da “miséria humana”. Esta seria uma primeira manifestação da equidistância propugnada por Vargas em relação aos extremos liberal e socialista/comunista.

agrária, que significava o domínio dos latifundiários, devia substituir-se a industrialização organizada, capaz de sobreviver independente das barreiras alfandegárias, e a policultura que oferecesse maior possibilidade de intercâmbio interno e maior resistência às flutuações dos mercados exteriores. Já em várias oportunidades sublinhei a verdade bem conhecida a respeito da dependência em que ficam os países produtores de matérias primas em relação às potências industriais, mostrando como, em época de violentas perturbações sociais, é precário o destino dos povos impossibilitados de armar-se e defender-se. Aplicamos, por isso, as melhores atenções do Governo à correção das graves deficiências que afetavam as bases da nossa economia. Para fazê-lo, necessitávamos, porém, disciplinar as relações do trabalho e do capital, amparar lavouras que decaíam ou estavam sujeitas a crises periódicas, fomentar riquezas em estado potencial e coordenar a produção geral. (Vargas, 1941, NPB VIII, p. 167-169)

Assim, Vargas contava com a certeza de estar, fundamentalmente, operando desde um diagnóstico *primacial* correto – elaborado em 30 e desenvolvimento a partir de então – da realidade nacional e mundial:

Todos os problemas em equação na vida brasileira tendem ao objetivo supremo de coordenar os valores humanos e os valores econômicos, a fim de tornar a Nação cada vez mais forte e mais próspera. Cabe-nos uma missão na América e no mundo. Donos de meio Continente, tendo de mobilizar riquezas e criar uma civilização própria, já não podemos permanecer em atitude passiva, deixando indefeso o patrimônio histórico que nos foi legado. (Vargas, 1938, NPB V, p. 127)

Só após a deposição de Vargas em fins de 1945 encontram-se discursos cujo teor representaria uma certa descontinuidade lógico-conceitual em relação ao *corpus* discursivo presidencial global; mesmo os muitos discursos realizados durante a Segunda Guerra Mundial, e que a têm como assunto principal, constituem ocasião para salientar os feitos econômicos e sociais – razão última da (assim considerada) exitosa participação das Forças armadas brasileiras no conflito.

Tal descontinuidade – leve, entretanto -, pode ser atribuída ao ponto de vista enunciativo agora localizado *fora do poder*, é claro, mas sobretudo a uma crescente assimilação das críticas em diversos níveis feitas a seu governo. Antes elididas, ou apenas ocasional e tangencialmente abordadas, elas agora tornam-se bastante presentes, relacionando-se quase sempre ao tema da democracia – tema que *cria* a descontinuidade discursiva que aqui aludimos, ao estabelecer um tom de *reflexão justificativa desculposa* que jamais existiu antes, e que não voltará a aparecer depois.

Durante o Estado Novo, é verdade, o tema já aparecera. Vargas referia-se, no entanto, a uma “democracia *no sentido que lhe emprestamos*”, e não, portanto, uma democracia qualquer; a uma democracia que “não pode estratificar-se em fórmulas rígidas e imutáveis, fechadas à ação renovadora do tempo e à influência das realidades ambientes”; a uma democracia, enfim, que deveria “revestir-se de plasticidade capaz de refletir o progresso social, aperfeiçoando-se, e de resistência combativa para defender-se quando ameaçada nos seus legítimos fundamentos.”²⁶³

²⁶³ “Apelo ao patriotismo dos brasileiros no “Dia da Pátria” (Discurso pronunciado na Esplanada do Castelo, por ocasião de celebrar-se a “Hora de Independência”, a 7 de setembro de 1936)”, em *A Nova Política do Brasil IV – Retorno à terra natal / Confraternização sul-americana / A Revolução Comunista (Novembro de 1934 a Julho de 1937)*, p. 183. Em referência direta ao Estado Novo, temos: **“Afirma-se que o novo regime não é democrático**. Outra impostura de origem derrotista, que mais parece simplicidade. O regime instituído a 10 de novembro é democrático, mantendo os elementos essenciais ao sistema: permanecem a forma republicana presidencialista e o caráter representativo. O reforço de autoridade do Chefe da Nação é tendência normal das organizações políticas modernas. Essa forma de concentração do poder corresponde a imperativos de ordem prática, tanto social como econômica. E, note-se, mesmo os países de regime parlamentar recorrem, frequentemente, a essas medidas sempre que têm de fazer face a situações excepcionais ou de crise e desequilíbrio das forças internas. Atendendo diretamente aos interesses do povo, sem necessidade de intermediários, mais democrático ainda se revela. O contrário se dá com os **regimes demo-liberais**, em que a intervenção do povo não passa de **ficção eleitoral**, quando não se deturpa e falseia, através de uma ação formalística estéril e da influência de representantes constituídos em assembleias, onde se trata de

Com efeito, trata-se de uma democracia que, acima de tudo, “afasta-se dos modelos do liberalismo e prescinde das grandes assembléias e das discussões estéreis, para concentrar seu esforço na ação construtiva e rápida²⁶⁴. Um predicado pragmático, assim, preside sua consecução *mesmo no Estado Novo* – consecução que encontra, também, paralelos na história nacional e mundial (mantendo, entretanto, as raízes essencialmente nacionais do Estado Novo):

[Ao instituir o Estado Novo] não tivemos em vista copiar este ou aquele modelo mas, apenas, dar forma política às tendências sociais e econômicas da vida brasileira. Qualquer pessoa culta, ou um observador avisado, que examine sem prevenções a nova estrutura política do Brasil reconhecerá, desde logo, que ela assenta em princípios legitimamente democráticos. Dentro de nossas realidades e diretrizes históricas, **instituímos uma democracia realista e funcional.** Certamente, por suas características, difere de muitas organizações americanas, mas é a forma necessária de concentração da autoridade, que permite a uma nação de vasto território, com um passado de regionalismos estreitos e particularismos de formação, adquirir estrutura capaz de resistir às crises do seu próprio crescimento e às graves perturbações que atravessa o mundo. (...)“Tomemos dois exemplos típicos para o Brasil. Como é sabido, no Império, o trabalho nacional baseava-se no braço escravo. Abolida a escravatura nas vésperas da proclamação da República, transcorreu quase meio século sem que se conseguisse dar ao trabalhador brasileiro o seu estatuto de organização e de garantias econômicas. Pois bem: o que não foi possível em tão largo espaço de tempo realizou-se no decênio 1930-1940. Hoje, no Brasil, o trabalho pertence aos brasileiros. (...) Evitamos os antagonismos de classes e combatemos as infiltrações

tudo e a propósito de tudo se discute, menos dos verdadeiros interesses públicos, onde a irresponsabilidade das decisões disfarça o predomínio de grupos ou de indivíduos associados para a exploração do poder.” (No limiar do ano de 1938 - Saudação aos brasileiros, pronunciada no Palácio Guanabara e irradiada para todo ao país, à meia-noite de 31 de dezembro de 1937), em *A Nova Política do Brasil V – O Estado Novo (10 de novembro de 1937 a 25 de julho de 1938)*, p. 187-188; *grifo nosso*.

²⁶⁴ “O Brasil e a Argentina (Entrevista concedida ao enviado especial de *La Prensa* ao Rio de Janeiro, Sr. Ricardo Saenz Tayes, publicada, em Buenos Aires, a 26 de junho de 1941 e transcrita na imprensa brasileira, a 27 do mesmo mês)”, em *A Nova Política do Brasil VIII – Ferro, Carvão, Petróleo (7 de agosto de 1940 a 9 de julho de 1941)*, p. 297-298.

extremistas, que constituem meios de luta e não de paz, e só servem para dissolver, na sociedade moderna, os vínculos da verdadeira solidariedade cristã. Agora, falemos do segundo ponto. Durante vinte anos, debateu-se o problema siderúrgico, isto é, como poderíamos explorar as nossas abundantíssimas reservas de ferro e transformá-las em riqueza efetiva, criando, em uma palavra, a chamada indústria do aço. Os debates parlamentares, a interferência dos grupos de interesses financeiros e as contingências partidárias impediram qualquer solução prática. Só com o advento do Estado Nacional foi possível tamanha realização, que consulta os mais altos interesses nacionais. Este é um dos aspectos lamentáveis na forma comum da democracia parlamentar: perde-se tempo, agravam-se as divergências da opinião, levantando-se novos obstáculos às iniciativas úteis e de interesse geral. É fácil verificar, neste momento, nos países em guerra, mesmo nos que se proclamaram democráticos à maneira clássica, como todos necessitam de eliminar as discussões formalísticas, para passar à ação direta.” (Vargas, 1941, NPB XVIII, p. 298-299)

Para Vargas, não há qualquer contradição, portanto, entre a realidade do Estado Novo (a Revolução de 30 elevada à última potência e adicionada de salvaguardas políticas consideradas necessárias para o desenvolvimento econômico) e o período democrático que a sucede – o do governo Dutra. O momento histórico não só justificava como *exigia* o Estado Novo; agora, passado aquele momento, o discurso e o universo de idéias e conceitos com o qual opera apresentará matizes e ressonâncias novos, concernentes à também nova conjuntura do pós-guerra – a qual encontra Vargas fora do lugar de *poder*, o lugar da presidência, que até então ocupava. Esperar-se-ia, desde um expectativa lógica um tanto linear, que o assunto *democracia* passasse a ser estrategicamente evitado; ao contrário: passa, isto sim, a orientar a própria organização temática do discurso. Enquadrado, no entanto, pela moldura do *trabalhismo*²⁶⁵ - este sim constituindo

²⁶⁵ “O termo *trabalhismo* aparece pela primeira vez no discurso de Vargas em 1º de Maio de 1942: “A política trabalhista do meu Governo tem sido invariável no sentido de estabelecer a harmonia entre os fatores da produção, base do equilíbrio social e fundamento do progresso humano. A nossa

ampla novidade -, o conceito de democracia, antes apresentado e qualificado *defensivamente*, agora ganha novas tintas e radicaliza-se (mantendo porém, em essência, suas linhas gerais) – e Vargas chega, então, a sua idéia de socialismo.

Claramente, o universo temático do trabalhismo estabelece efeitos em no mínimo três dimensões no discurso de Vargas: (1) mantém a coerência interna mínima de sua idéia de democracia tal como defendida nos últimos anos do Estado Novo, uma vez que se mantém também a distância ideológica assumida – desde sempre – em relação ao liberalismo; (2) *atualiza* elementos existentes potencialmente no discurso desde 1930, como que oferecendo novas possibilidades de uso a uma mobília relativamente esquecida mas nunca abandonada – e ampliando a impressão de consistência discursiva na longa duração; e (3) conduz os enunciados discursivos praticamente sem obstáculos lógicos demasiados à defesa do socialismo – de um *certo socialismo*, como veremos -, o que representa operação *de pensamento* de não pouca monta, haja vista a crítica essencial feita ao comunismo, mantida mesmo neste novo contexto.

organização peculiar afasta-se, igualmente, do erro dos regimes do liberalismo individualista, que legalizam a greve como elemento solucionador de conflitos, e dos estatutos de natureza totalitária, que instituíram o trabalho escravo.” (Dia do Trabalho – Dia do Operário - Discurso lido, no Estádio do Vasco da Gama, pelo Ministro do Trabalho, Sr. Marcondes Filho, por ocasião das comemorações de 1º de Maio de 1942), em *A Nova Política do Brasil IX – O Brasil na Guerra (14 de julho de 1941 a 1º de janeiro de 1943)*, p. 219. Para uma discussão ampla sobre a problemática do trabalhismo, ver especialmente o subcapítulo “O trabalhismo e a crise do populismo”, em Fonseca (obra citada, p. 428-454). Para Fonseca, a fórmula da conciliação entre capital e trabalho traria consigo uma contradição fundamental: a máxima acumulação para o capital e máxima distribuição possível para o trabalho (obra citada, p. 456). Para uma visão abrangente do tema, ver Gomes, Ângela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. 2. Ed. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

Assim, a realidade política brasileira do pós-1945 é vista com inúmeras e substantivas reservas. Para Vargas, trabalha-se “apenas numa democracia política, quando os trabalhadores a têm que completar com a democracia econômica.”²⁶⁶ A democracia que se está construindo é percebida como “vestígios do velho liberalismo burguês”²⁶⁷: está errada. A democracia econômica que deve ser alcançada, a verdadeira democracia, “não se pode organizar sem o prévio planejamento”; será necessariamente uma “democracia planificada” – do contrário será “desfrutada por meia dúzia de privilegiados”, não erigindo-se em uma “economia da coletividade” que “constitua a defesa dos trabalhadores”²⁶⁸.

Impera no Brasil essa democracia capitalista, comodamente instalada na vida, que não sente a desgraça dos que sofrem e não percebem, às vezes, nem mesmo o indispensável para viver. Essa democracia facilita o ambiente propício para a criação dos trustes e monopólios, das negociatas e do câmbio negro, que exploram a miséria do povo. **Tira o que foi cedido ao Estado para entregar ao monopólio de empresas particulares.** (Vargas, 1950, p. 53; *grifo nosso*)

Vargas afirma compreender que sua “força dentro do povo estava

²⁶⁶ “A Democracia econômica não se pode organizar sem o prévio planejamento” (Discurso pronunciado de improviso na visita à sede do PTB em Porto Alegre em 2 de setembro de 1946), em *A Política Trabalhista no Brasil (1950, Livraria José Olympio Editora)*, p. 38.

²⁶⁷ Idem, p. 39.

²⁶⁸ Idem, ibidem, p. 39. Além disso, temos, em 1950, que “A democracia é o governo do povo, pelo povo e para o povo. Parece fácil enunciá-lo: não há palavra mais repetida, mais explorada como bandeira de reivindicações de toda ordem, mais decantada em programas de doutrinas e de partidos. Mas só os que galgaram os mais altos postos da administração pública sabem como é difícil praticá-la e como é árdua a resistência que, para isso, precisamos opor a toda sorte de obstáculos e de inimigos. Não basta proclamar a democracia: é preciso realizá-la de olhos fitos no bem-estar do povo. **Não bastam que sejam democráticas as instituições: é preciso que do seu mecanismo saia alguma coisa útil à felicidade e à riqueza de cada um.**” *A riqueza de cada um, a saúde, a cultura, a alegria, não são apenas bens pessoais: representam reservas de vitalidade social, que devem ser aproveitadas para fortalecer a ação do Estado* (Discurso pronunciado em Belo Horizonte, no dia 10 de setembro de 1950), em *A Campanha Presidencial (1951, Livraria José Olympio Editora)*, p. 350; *grifo nosso*.

numa idéia muito simples. É que o povo, no seu presidente, via-se a si mesmo colocado no governo.”²⁶⁹ A palavra *povo* agora é mais utilizada que *Nação*, mais ou menos na razão inversa do que ocorrera no discurso de 1930 e após; de todo modo, a campanha popular que veio a denominar-se *Queremismo*²⁷⁰, em favor da possibilidade de que Vargas fosse candidato à presidência da República nas eleições de 1946 (campanha ao fim frustrada), bem como a expressiva votação que o levou ao Senado, representam um reforço, agora um pouco modificado, à idéia de que há, desde 30, uma identidade essencial – rompida em 1945 – entre a Nação e a Revolução; a Nação, a Revolução e o Estado (após 1937); e, por fim, entre o povo e o ex-Presidente, em uma ligação mais tênue, é verdade, mas, para Vargas, ainda poderosa – posto que uma expressão imorredoura da *verdade* de 30²⁷¹. Não haveria, nos termos do discurso, qualquer indício de personalismo, aí; Vargas já entende a si mesmo como um símbolo. Em última análise, o povo agarrava-se à Revolução de 30 e a suas conquistas.²⁷²

²⁶⁹ Idem, *ibidem*, p. 39.

²⁷⁰ O próprio Vargas refere-se deste modo ao Queremismo: “A violenta campanha de ataques dirigidos à minha pessoa despertou a reação popular a que se denominou ‘Queremismo’. De reação transformou-se em vibrante campanha de entusiasmo cívico, inédita na vida do País, em torno de um homem que chegava ao fim do seu governo, que não era candidato e que nada poderia prometer.” (A poucos homens é dada a suprema ventura de um julgamento da opinião pública contemporânea - Discurso pronunciado no Senado em 13 de dezembro de 1946), em *A Política Trabalhista no Brasil (1950, Livraria José Olympio Editora)*, p. 113.

²⁷¹ “Muitos imaginaram que minha autoridade advinha da força e do poder. Que eu necessitava da máquina governamental. Mas a verdade é que, em toda a minha vida pública, sempre tive o sentimento do povo como orientação básica. E se encontrei forças para lutar contra os poderosos, foi precisamente nesse sentimento popular.” (A poucos homens é dada a suprema ventura de um julgamento da opinião pública contemporânea - Discurso pronunciado no Senado em 13 de dezembro de 1946), em *A Política Trabalhista no Brasil (1950, Livraria José Olympio Editora)*, p. 114.

²⁷² A Revolução de 30 será sempre evocada, até o fim. “Uma Nação que é arrastada pelo turbilhão de acontecimentos internacionais, como os destes últimos anos, sofre, naturalmente, profundos abalos em sua estrutura econômica e financeira. O Brasil, em 1930, sofrera o mais pavoroso de todos os traumatismos em suas forças econômicas e em seu potencial financeiro.” P. 84 (...) “Quase toda nossa vida econômica e financeira girava em torno do café.” P. 85 (...) “Não desejo (...) fazer crítica aos que me precederam no Governo. Mas os fatos mostram as grandes dificuldades de administração

É em meio a este tipo de reflexão e de movimentação discursiva que aparece o tema do socialismo; primeiramente – está-se em novembro de 1946 -, sem qualquer palavra adjunta que auxilie sua qualificação: apenas *socialismo*. Um socialismo sem revolução (Vargas insiste expressamente em uma “evolução”²⁷³), mas ainda assim socialismo. Seguindo a estruturação lógica dos discursos de Vargas, temos que o socialismo terá de constituir uma alternativa à reemergência do liberalismo, do capitalismo liberal. Não há qualquer ambigüidade na construção do raciocínio: “ou a democracia capitalista “abre mão de suas vantagens e privilégios, facilitando a evolução para o socialismo, ou a luta se travará com os espoliados, que constituem a grande maioria, numa conturbação de resultados imprevisíveis para o futuro.”²⁷⁴

que encontrei. Em 1930, no aceso da campanha política, nos deixávamos empolgar por críticas e combates a homens, imaginando que a modificação dos homens poderia solucionar os problemas do povo. No entanto, não é a modificação dos quadros humanos e, sim, a de pensamentos e orientação. O Brasil, até o esgotamento total de seu crédito e ruína dos mercados financeiros internacionais, abalados pelo ‘crack’ de Wall Street e 1929, cujas conseqüências culminaram no pânico de 1932, viveu do que importava – mercadorias e dinheiro – em troca de café: 76% de sua exportação.” (A poucos homens é dada a suprema ventura de um julgamento da opinião pública contemporânea - Discurso pronunciado no Senado em 13 de dezembro de 1946), em *A Política Trabalhista no Brasil (1950, Livraria José Olympio Editora)*, p. 84-100.

²⁷³ Por exemplo, no discurso “Nunca me senti tão grande no coração do povo - Discurso pronunciado no Comício do PTB, em Porto Alegre, no dia 29 de novembro de 1946), em *A Política Trabalhista no Brasil (1950, Livraria José Olympio Editora)*, p. 53. Também, mais circunstanciadamente, em 1946: “Um dos mais notáveis espíritos liberais, o eminente Antônio Carlos, disse: ‘Façamos a revolução antes que o povo a faça’. E hoje eu vos exorto a fazer a evolução antes que o povo faça a revolução. Não será possível uma evolução profunda se todos não estiverem sinceramente convencidos de sua necessidade. É indispensável que em todos os espíritos o conceito e moral da caridade seja transformado no da justiça social e do direito do próximo. A encíclica de Leão XIII traçou os rumos da nova era. Esculpir com sinceridade na alma essas palavras é construir um sistema jurídico e social novo, digno da nossa tradição e do sentimento e cultura dos mineiros. E o povo abençoará os que o libertarem do desespero da revolução.” (Das Alterosas envio a primeira mensagem ao povo brasileiro, pela evolução social de nossa Pátria - Discurso pronunciado no Comício do PTB em Belo Horizonte no dia 6 de janeiro de 1947), em *A Política Trabalhista no Brasil (1950, Livraria José Olympio Editora)*, p. 120.

Essa espécie de democracia é como uma velha árvore coberta de musgos e folhas secas. O povo um dia pode sacudi-la com o vendaval de sua cólera, para fazê-la reverdecer em nova primavera, cheia de flores e de frutos. Na afirmação de um grande filósofo inglês²⁷⁵, o melhor país é aquele em que ninguém é pobre, ninguém sente a necessidade de ser rico e nem se vê perturbado pelo temor de que outros venham apoderar-se do que é seu. (Vargas, 1950, p. 54; *grifo nosso*)

Uma vez que possui “fundamento na desigualdade”, a democracia liberal e capitalista estaria “em franco declínio” - seu defeito estrutural não permite que subsista no tempo. Os partidos políticos agora são vários; apresentam, porém, “rótulo diferente e a mesma substância.” Não é possível esperar-se nada deles – exceção feita ao Partido Trabalhista, que para Vargas encarna a alternativa representada pela democracia dos trabalhadores, a democracia socialista: “A esta eu me filio. Por ela combaterei em benefício da coletividade.”²⁷⁶ Já com o fato de que “as nossas atividades na vida pública, por imposição legal, devem orientar-se na órbita dos partidos”, é preciso conformar-se, e aconselhar o povo a que “se integre na ação do Partido Trabalhista. Ele é o melhor indicado para realizar a felicidade de todos os brasileiros.”²⁷⁷ Com efeito, “o Partido Trabalhista Brasileiro (...) é o único partido de trabalhadores que coloca os interesses dos operários acima das disputas pelo poder político.”²⁷⁸ Como havia ocorrido por ocasião da Revolução de 30, e

²⁷⁴ Idem, p. 53.

²⁷⁵ Não pudemos identificar, no decorrer da pesquisa que resulta nesta tese, a que filósofo se refere Vargas; sugerimos, entretanto, para futura investigação – pelo teor da citação e pela época -, que se trate do inglês Bertrand Russel.

²⁷⁶ “Nunca me senti tão grande no coração do povo - Discurso pronunciado no Comício do PTB, em Porto Alegre, no dia 29 de novembro de 1946”, em *A Política Trabalhista no Brasil (1950, Livraria José Olympio Editora)*, p.58.

²⁷⁷ Idem, p. 58.

²⁷⁸ “Das Alterosas envio a primeira mensagem ao povo brasileiro, pela evolução social de nossa Pátria - Discurso pronunciado no Comício do PTB em Belo Horizonte no dia 6 de janeiro de 1947”, em *A Política Trabalhista no Brasil (1950, Livraria José Olympio Editora)*, p. 122.

especialmente por ocasião do Estado Novo, em 37, Vargas, em uma operação reflexiva em tudo e por tudo semelhante à de dezesseis anos antes, oferecia um modo de os trabalhadores representarem-se e estarem representados *fora e acima* das meras disputas partidárias exclusivistas.

A “democracia liberal e capitalista” – “antes, uma plutocracia”²⁷⁹ - significava, assim, um inconveniente; afinal já havia passado “a época das posições políticas em benefício de grupos. O desvio de uma parte da elite na disputa estéril de cargos e posições governamentais retarda a evolução econômica, prejudica o ritmo de trabalho e sacrifica o povo.”²⁸⁰ Fazia-se necessário, entretanto, jogar o jogo das eleições. Sendo assim, ao povo, então, restava resguardar a “vitalidade de sua consciência” no seio do Partido Trabalhista Brasileiro²⁸¹, até que, com ele, retornasse ao poder²⁸². Não se tratava, agora, das velhas frustrações históricas do pré-1930,

²⁷⁹ “A vida encareceu sem medida, trazendo a fome, a penúria, o desespero. As próprias classes médias estão com os seus orçamentos desorganizados pela exploração (Discurso pronunciado no Comício do PTB, em São Paulo, a 16 de janeiro de 1947), em *A Política Trabalhista no Brasil* (1950, Livraria José Olympio Editora), p. 165.

²⁸⁰ (A poucos homens é dada a suprema ventura de um julgamento da opinião pública contemporânea - Discurso pronunciado no Senado em 13 de dezembro de 1946), em *A Política Trabalhista no Brasil* (1950, Livraria José Olympio Editora), p. 114.

²⁸¹ “O Partido Trabalhista Brasileiro é a voz do povo, uma voz brasileira que tem o sentido das nossas tradições e representa a vontade da transformação do Brasil na grande Nação, que o seu território exige e o seu povo quer que seja.” (A vida encareceu sem medida, trazendo a fome, a penúria, o desespero. As próprias classes médias estão com os seus orçamentos desorganizados pela exploração - Discurso pronunciado no Comício do PTB, em São Paulo, a 16 de janeiro de 1947), em *A Política Trabalhista no Brasil* (1950, Livraria José Olympio Editora), p. 158.

²⁸² Além disso, o Partido Trabalhista teria o condão de preservar os trabalhadores da influência comunista: “Só o Partido Trabalhista define sua posição, como elemento de equilíbrio entre o comunismo, organização gregária destituída de idealismo construtor, e os outros Partidos, que, por injustificadas prevenções personalistas, deixam penetrar em suas muralhas o ‘cavalo de Tróia’ do credo vermelho.” (Precisamos respeitar a sabedoria das nossas tradições e evoluir de acordo com as nossas possibilidades reais. O Partido Trabalhista Brasileiro é essencialmente democrático. E, por ser democrático, compreende a necessidade da existência dos outros partidos, praticando a norma básica da democracia, que é o respeito à vontade e à opinião alheia - Discurso, pronunciado na Convenção do PTB, no Rio de Janeiro, em 10 de março de 1947), em *A Política Trabalhista no Brasil* (1950, Livraria José Olympio Editora), p. 182.

mas de um recuo estratégico e apenas momentâneo, o qual permitia, além de tudo, um olhar de expectativa otimista para o futuro:

“Olhemos para o futuro confiantes no Brasil, na reflexão e inteligência de suas elites, no patriotismo de suas forças armadas, na capacidade de trabalho do nosso povo. (...) **Temos uma herança preciosa de tradições a defender.** Temos um glorioso destino a cumprir. E para o povo, que trabalha nos campos, nas fábricas e nos escritórios, das cidades e das vilas, volto meu pensamento agradecido pelo conforto que me deu, pela energia que renovou, e ao seu sofrimento, mais uma vez, solenemente me consagro.” (Vargas, 1950, p. 115; *grifo nosso*)

A menção às elites e às forças armadas não retirava ao povo a preeminência que já havíamos notado nos discurso do imediato pós-1930: “Vós não sois o meu instrumento para conquista do poder. Porque não penso no poder e, sim, no vosso bem-estar. Vós sois a força que construirá a grandeza do Brasil.”²⁸³

Os termos dos discursos atenuar-se-ão, em parte, durante o mandato de 1951-54 – sobretudo no que diz respeito a seus *desdobramentos socialistas* -, voltando a radicalizar-se na Carta-Testamento. Ainda assim, havendo retornado à Presidência da República em 1951, Vargas salienta que o valor histórico do momento não será encontrado no “aspecto formal” representado pelas eleições democraticamente levadas a efeito, mas em seu “significado profundo”: “A eleição não veio aprovar um estado de coisas, nem consagrar os grupos dominantes. Veio

²⁸³ Trabalhadores do Brasil - Consagrei minha vida à vossa defesa (Discurso pronunciado no Comício do PTB, na Praia do Russel – Distrito Federal – no dia 8 de janeiro de 1947), em *A Política Trabalhista no Brasil* (1950, Livraria José Olympio Editora), p. 129.

antes fazer desaparecer o afastamento entre as forças sociais e o Estado.”²⁸⁴ Mais: “Reivindico para a Revolução de 30, como uma de suas conquistas, a instauração da verdade eleitoral no Brasil, graças à qual só o povo é a fonte do poder e só a ele cabe decidir dos destinos da Pátria.”²⁸⁵ Não há palavras para enfatizar suficientemente o quanto essa passagem é reveladora do pensamento do “segundo” Vargas; em um contexto inteiramente outro, voltam a encontrar-se Nação e Estado. 1950, como 37, também é 30²⁸⁶.

Temos, assim, uma configuração discursiva que apresenta o seguinte percurso:

- (1) Onde se enuncia sobre 30 e a Revolução; sobre a refundação da Nação;
- (2) Onde se empreende crítica essencial à República Velha;

²⁸⁴ “Mensagem ao Congresso Nacional por ocasião da Abertura da Sessão Legislativa de 1951”, em *O pensamento Político de Getúlio Vargas* (Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul e Museu Júlio de Castilhos, realizadores. Porto Alegre: Corag, 2004, p. 167.

²⁸⁵ “Discurso de Ano Novo transmitida pela ‘Voz do Brasil’ na noite de 31 de dezembro de 1953”. Idem, p. 218.

²⁸⁶ Inclusive, observe-se, quanto à concepção de Estado: “A primeira diretriz das urnas é a do Estado-serviço, com o qual o Governo do povo se exerce também como o Governo para o povo.” Idem, p. 169.

- (3) Onde se adianta a filiação histórica *positiva* de 30: as “pugnas emancipadoras” da Nação;
- (4) Onde se move panorâmica e horizontalmente o olhar pelo o tempo presente, examinando-se-lhe as circunstâncias – entendidas como fundamentalmente negativas (é a situação de pós-crise de 1929);
- (5) Onde se recorre, em operação verticalizada, à História Universal, e chega-se à crítica ao liberalismo, retornando-se ao momento da Revolução - o de um Brasil refundado - e afirmando-a na corrente dos tempos;
- (6) Onde se inscreve o Estado Novo no itinerário discursivo realizado;
- (7) Onde se aprofundam-se e se alargam as razões da filiação histórica *positiva* que se quer dar a 30, juntando-lhe o Estado Novo;
- (8) Onde é chegado o momento de examinar de maneira mais detalhada as circunstâncias do presente, de modo a poder-se divisar o futuro que está por ser construído – é a idéia da Revolução em sua marcha;
- (9) Onde se radicaliza o discurso, desde o emolduramento do *trabalhismo*, e se assimila, de uma maneira no entanto peculiar (correspondente àquele emolduramento), o termo *socialismo*;
- (10) Onde se atenuam os discursos no que diz respeito a determinadas palavras e conceitos, ainda que não no que diz respeito às idéias fundamentais expressas desde 1930; onde, aliás, se filia o segundo mandato presidencial à Revolução de 30.

Voltaremos a essa configuração e a suas conseqüências para esta Tese – bem como ao discurso de Getúlio Vargas - no capítulo final.

Terceira parte

**História, Memória e Interpretação do Brasil no
discurso presidencial de Fernando Henrique
Cardoso**

1. Quadro teórico geral de referência

Como já visto, o que aqui estamos denominando *quadro teórico geral de referência* são as teorias estruturalistas e cepalinas, envolvendo prioritariamente, nesta parte, as teorias da dependência, as quais, ainda que em baixa no *mainstream* acadêmico em função da hegemonia alcançada pelo liberalismo redivivo, nos pareceu não apenas o ambiente *de ponto de vista inicial privilegiado* mais adequado para refletir sobre os assuntos envolvidos no trabalho, os quais dele partem, com ele envolvem-se de alguma maneira, ou a ele explicitamente se referem, como a própria freqüentação de livros, autores e idéias constantes da bibliografia geral demonstrou que este é um universo perpassado pelo estruturalismo e por *teorias* da dependência – além de ser o *ambiente de origem* do intelectual (não o presidente) Fernando Henrique Cardoso. Além disso, e não menos importante, deve-se destacar que tais teorias são parte fundamental do conjunto de valores descartados na década de 1990.

Com efeito, em se tratando da bibliografia relativa à história econômica, essa linha predomina. A literatura à sua esquerda, de orientação marxista, por exemplo, parece tão somente tangenciar a *especificidade* do esforço de

industrialização do Brasil – o que é ainda mais verdadeiro, por outro lado, para o que diz respeito à abertura econômica da década de 1990. A literatura à sua direita, em geral de cunho liberal... bem, esta foi encarada quase que como um *objeto*, ou como parte do objeto, na medida em que constitui, o mais das vezes, um suporte filosófico para a negação do espírito do pós-1929 e para a composição das justificativas econômico-políticas que embasaram a inflexão liberal do Consenso de Washington.

A Teoria da Dependência, em particular, pode ser entendida como um conjunto de obras que, sem constituir um sistema, é fruto do trabalho intelectual de diversos pensadores que da década de 1940 até meados da de 1970 trataram o tema de forma também diversa²⁸⁷.

O conceito de dependência (...) define uma relação de subordinação entre partes do sistema capitalista. Quer dizer: entre economias 'centrais' (países da Europa Ocidental, Estados Unidos e Japão) e 'periféricas' (América Latina, parte da Ásia e África). Os países de economia dependente foram, em geral, colônias e tiveram um desenvolvimento industrial tardio. 'Dependem', para sua manutenção ou desenvolvimento industrial, de capitais e tecnologia comprados no exterior, no 'centro'. Tal financiamento e importação de máquinas e indústrias não é (não tem sido), em geral, bastante para gerar um desenvolvimento autônomo (que se autofinancie e desenvolva tecnologia) nem para criar uma economia exportadora suficientemente forte para pagar aquelas importações e empréstimos. Este vínculo de subordinação impediria o controle das decisões sobre a produção e o consumo nos países periféricos. (Freire e Silva, 1995).

De fato, observou-se que a idéia de subordinação, conceito mais abrangente que o de *dependência*, ocupa posição fundamental ou tem mesmo o

²⁸⁷ É consenso, entretanto, que a principal síntese acerca do problema da dependência foi formulada por Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto em seu "Dependência e Desenvolvimento na América Latina", cuja primeira edição é de 1967.

caráter de premissa, entre outras, em *qualquer* análise econômica à esquerda do esquema explicativo liberal – daí haveremos tomado a perspectiva das teorias da dependência com um quadro teórico geral de referência, flexível o bastante para que a interpretação e a análise do texto/contexto do pós-1929/pós-1989 não restem demasiadamente presas a um esquema teórico, e, de outro lado, suficientemente delimitadas para que não venhamos a incorrer em um ecletismo estéril. A idéia de *subordinação* econômica, para a realidade do pós-1929, é particularmente importante para a argumentação do trabalho, uma vez que será precisamente a *insubordinação* (ainda que limitada) à ordem internacional, implícita nas políticas econômicas de Vargas e possibilitadas pela “vacilação” das economias centrais do sistema – ocupadas em vencer a situação de crise – que marcará a realidade brasileira no primeiro momento histórico a ser considerado.

A teoria do subdesenvolvimento de Celso Furtado, exposta – entre outros lugares – em *Subdesenvolvimento e Estagnação na América Latina* (1968) implica em uma impossibilidade estrutural da repetição, por parte dos países latino-americanos de um modo geral, da experiência dos países desenvolvidos, uma vez que teriam buscado o seu próprio desenvolvimento quando as economias centrais já estavam de todo estabelecidas. Para Furtado, “o modelo de substituição de importações (e a proteção à indústria local para desenvolvê-la) teria transformado parte das economias de origem colonial, mas estas não seriam capazes de criar

sistemas que gerassem crescimento autônomo. A dependência continuada levaria necessariamente à estagnação.”²⁸⁸

O diagnóstico, todavia, que na década de 1990 apresentou-se com maior expressão e aceitação é dado precisamente pelo esquema liberal de leitura do mundo. Reforçado ainda nos anos 1970 pela contribuição teórica de W. W. Rostow (1975), tal esquema sugere que as teorias de dependência, tomadas genericamente, teriam sido motivadas por um sentimento de “coitadismo” e de “vitimismo” que, atribuindo as causas do atraso e da pobreza ao colonialismo ou ao neocolonialismo, impediria a América Latina de compreender que sua situação de não desenvolvimento teria de ser explicada em termos de causas “internas” – raiz de uma ineficácia econômica intrínseca que de um lado paralisaria o continente e de outro atribuiria essa paralisia ao mundo desenvolvido. Assim, “a raiz do subdesenvolvimento estaria na incapacidade de assumir a consciência e a responsabilidade dos próprios males.”²⁸⁹

Tais formulações interessam-nos muito estreitamente, uma vez que são a correspondência exata, em termos teóricos, da rejeição, pelos presidentes da década de 1990 – tanto Fernando Henrique Cardoso quanto Fernando Collor de Mello -, de seus antecessores históricos. O ataque do liberalismo às Teorias da

²⁸⁸ Freire e Silva (1995).

²⁸⁹ Dois casos exemplares e paradigmáticos desse tipo de pensamento são as obras “Lanterna na Popa”, de Roberto Campos (1996), e “Manual do Idiota Latino-americano”, de Plínio Apuyelo Mendoza, Carlos Alberto Montaner e Álvaro Vargas Llosa” (1997).

Dependência parece constituir expressão, ao nível das idéias, do ataque político e econômico à orientação dada às nações em questão após a crise de 1929.

É evidente que as transformações ocorridas no curso da história, após a queda do Muro de Berlim, refletiram-se na história do pensamento, e a Teoria da Dependência não esteve livre de necessárias releituras e reformulações. Miguel Augusto Guggiana²⁹⁰, considerando as origens cepalinas da teoria, e investigando seus desenvolvimentos inclusive nos anos 1990, quando muitos de seus formuladores a repensaram – é o caso de Celso Furtado e do próprio Fernando Henrique Cardoso –, argumenta que a mesma conserva um instrumental conceitual ainda válido, uma vez que o contexto de não desenvolvimento²⁹¹ e de desigualdades econômicas e sociais que gerou não apenas persistem como se agrava. No entanto, as mudanças de ordem estrutural observadas na economia mundial nos últimos trintas anos, e sobretudo a partir de 1989, fazem com que seja necessário um recalibramento de seus conceitos essenciais, de modo a fazer frente a fenômenos postos em realce pelo fenômeno da globalização e pela integração crescente de mercados físicos e financeiros.

²⁹⁰ “Interdependência: Uma visão contemporânea da teoria da dependência”. *Teoria Econômica*, Passo Fundo, v. 7, nº 13, p. 121-140, novembro de 1999.

²⁹¹ Evitou-se a expressão subdesenvolvimento, por considerar-se aceitável a argumentação de Charles Bettelheim (citado por Paulo Sandroni em seu *Novo Dicionário de Economia*, obra citada, p. 339) de que “o termo está revestido de mascaramento ideológico na medida em que parece indicar um estágio necessário a ser percorrido por esses países para que atinjam o desenvolvimento.” Para o autor, tratar-se-ia não de uma questão de tempo, mas de rompimento das relações internas e externas que vinculariam os países subdesenvolvidos aos centros hegemônicos internacionais.

A exemplo do que ocorreu anteriormente, este quadro teórico geral de referência emoldura o trabalho de contextualização feito a seguir, apanhando, ainda, os termos iniciais daquele que envolve o ambiente do pós-1929.

2. O Brasil diante da inflexão de 1989 – o contexto e o texto

“Não se pode ensinar novos truques a um velho dogma.”

Dorothy Parker

A queda do Muro de Berlim, aliada à dissolução da União Soviética e ao fim do que se convencionou chamar “socialismo real”, e conseqüentemente ao fim da Guerra Fria, assumiu muito rapidamente o *status* de símbolo de uma inflexão histórica de imensa envergadura e importância, assentando-se no imaginário cultural erudito do fim do século XX como um acontecimento comparável às revoluções burguesas do século XVIII, às guerras mundiais, ou à própria crise de 1929 – quer dizer: como um destes momentos que trazem consigo forças poderosas que realinham o curso da história, dando-lhe nova configuração e sentido. Eric Hobsbawm, ainda em 1992, tomou a queda do Muro de Berlim como um marco final do que chamou “o breve século XX”, em uma das formulações mais citadas da década de 1990, em todos os quadrantes das ciências sociais.

No entanto, para além da força retórica do argumento, e independentemente da confirmação de sua validade efetiva em termos de conhecimento histórico no futuro, enquanto marco realmente representativo – afinal, passaram-se pouco mais de quinze anos -, o certo é que o realinhamento histórico observado na passagem da década de 1980 para a de 1990 encontrou no ressurgimento do liberalismo a orientação filosófica necessária para (1) libertar os fundamentos do capitalismo das amarras que lhe haviam sido impostas no pós-1929, (2) dar um rosto à nova ordem mundial que emergia e (3) encaminhar o fenómeno da globalização de uma certa maneira, e não de outra: a maneira de melhor atender aos interesses de um sistema que se pensou tão euforicamente vitorioso que pôde levar suas características económico-políticas à condição de vértice final para onde a própria história confluiria, esgotando-se a democracia liberal capitalista²⁹². Um liberalismo temperado, é verdade, pela ocorrência, na década de 1930 e após, da consistente crítica keynesiana, e ainda décadas de Guerra Fria e pela existência de economias centralmente planificadas inquietantemente desenvolvidas. Em uma palavra, um novo – *neo* – liberalismo. Porém, de todo modo e *no essencial*, o mesmo liberalismo formulado pelos “pais fundadores” clássicos e neoclássicos, mais

²⁹² Nesse sentido, a obra de Francis Fukuyama – “O fim da história e o último homem” (Rio de Janeiro: Rocco, 1992) -, baseada em artigo do mesmo autor escrito ainda em 1989, antes da queda do Muro de Berlim, intitulado “O fim da história?” e publicado em uma revista norte-americana sintomaticamente denominada “The National Interest”, tem hoje o carácter de um genuíno documento de época, muito mais que o de mera bibliografia. É de se notar que o título do artigo é interrogativo – interrogação que se perde, todavia, na peremptoriedade da afirmação ostentada na capa do livro de 1992.

estruturante e configurador das idéias-força que subjazem às realidades econômica, social e política que nunca²⁹³. Novamente hegemônica no mundo – os casos de exceção ainda socialistas são isto mesmo: casos de exceção –, a economia de mercado capitalista conciliava-se novamente com sua doutrina original e secular.

Em uma formulação original e especialmente pertinente para os termos desta tese – “*Keynes versus Haiek*”²⁹⁴ –, Voltaire Schilling apanha os dois nomes fundamentais da história do pensamento econômico do século XX e representa simbolicamente, situando-os em pólos antagônicos, o grande arco das idéias econômicas desde o final da década de 1920, incluindo o *turnover* (em favor de Hayek) ocorrido a partir de 1979. O nome de Keynes, como vimos, está associado a forte crítica ao liberalismo e à resposta “social democrata” à crise de 1929, resposta esta que assenta raízes no *New Deal* norte-americano e que alcança vigência mais ou menos segura – não obstante desdobramentos pouco ortodoxos e ataques frontais por parte do redivivo pensamento liberal – até o final da década de 1970. Dado o aporte keynesiano, o sistema capitalista havia passado a contar com um relativo grau de planificação que, passados cinquenta anos, e após intensa aplicação no mundo ocidental do pós-2ª Guerra, inicia um período de questionamento acirrado e levado a um grau máximo com o fim da União Soviética e dos regimes socialistas do leste europeu. Se após sua maior crise – a de 1929 – o

²⁹³ Para uma abordagem do tema que não apenas relaciona com a nova ordem mundial e com a globalização, mas que o historia e ainda assimila as importantes críticas de Perry Anderson e E.D. Peters, ver Paulani, Leda Maria. Neoliberalismo e individualismo. *Economia e Sociedade*, Campinas (13): 93-114, dez. 1999.

²⁹⁴ Artigo publicado no jornal Zero Hora (Porto Alegre), 28 de junho de 1995.

capitalismo havia “cedido os anéis para não perder os dedos”, após 1979, e sobretudo na década de 1990, passa a ambicionar a “retomada dos anéis”. Afinal, desaparecido o nazi-fascismo e o comunismo, resta evanescido também, em termos de sistema, o sentido da alternativa social-democrata e o conjunto de concessões ao universo do trabalho que configuram o Estado do Bem-Estar Social e os regimes que dele se aproximam ou se aproximaram. Friedrich Hayek, que também desenvolveu sua teoria tendo como referência importante a crise de 1929 e a depressão que a ela se seguiu, formulou um pensamento antagônico ao de Keynes, e que está na base do novo liberalismo – sobretudo no que diz respeito à problemática do papel do Estado. Perry Anderson informa que em 1947 (reitere-se a precocidade da data)

Haiek convocou aqueles que compartilhavam de sua orientação ideológica para uma reunião na pequena estação de Mont Pelérin, na Suíça. Entre os célebres participantes, estavam não somente adversários firmes do Estado do Bem-Estar europeu, mas também inimigos férreos do New Deal norte-americano. Na seleta assistência encontravam-se Milton Friedman, Karl Popper, Lionel Robbins, Ludwig von Mises, Walter Eupken, Walter Lipman, Michael Polanyi, Salvador de Mandariaga, entre outros. Aí se fundou a Sociedade de Mont Pelérin, uma espécie de franco-maçonaria neoliberal, altamente dedicada e organizada, com reuniões internacionais a cada dois anos. **Seu propósito era combater o keynesianismo e o solidarismo reinante e preparar as bases de um outro tipo de capitalismo, duro e livre de regras, para o futuro.** (Anderson, 1996, p. 9-10; *grifo nosso*)²⁹⁵

²⁹⁵ Também no Brasil a discussão se manifesta. Alzira Alves de Abreu pondera que “ainda na década de 40, aparecem claramente duas posições que, posteriormente, nos anos 60, seriam identificadas com os rótulos de neoliberal e desenvolvimentista”. A primeira era liderada pelo engenheiro/economista Eugênio Gudin, um dos representantes brasileiros na Conferência de Bretton Woods (1944), professor de Finanças da Faculdade de Ciências Econômicas do Rio de Janeiro, membro da Comissão de Planejamento Econômico, criada em setembro de 1944 pelo presidente Getúlio Vargas, e executivo de empresas estrangeiras concessionárias de serviços públicos. A segunda posição era capitaneada pelo industrial Roberto Simonsen, então presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) e membro do Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial. Abreu, Alzira Alves de. O nacionalismo de Vargas ontem e hoje. In: D'Araújo, Maria Celina. As instituições da Era Vargas. Rio de Janeiro: Editora da Uerj, 1999, p. 119-136.

A conjuntura internacional da virada de década em questão, todavia, trazendo as idéias de Hayek para o centro do debate econômico mundial, teve início, em termos de referência geral, pelo menos dez anos antes, com os governos liberais, declaradamente anti-keynesianos e anti-Welfare State de Margareth Thatcher, na Inglaterra, e de Ronald Reagan²⁹⁶, nos Estados Unidos – não por acaso, os esteios do mundo anglo-saxônico onde um liberalismo mais próximo da ortodoxia doutrinária havia se refugiado no pós 2ª Guerra Mundial -, cujos valores e elementos essenciais são reunidos e sistematizados em *novembro de 1989*, no que veio a ser conhecido como *Consenso de Washington*. Expressão cunhada pelo economista norte-americano John Williamson, e que se refere a um decálogo de medidas liberalizantes e de ajustes sugeridos para reformas nos países em desenvolvimento²⁹⁷, concebido no âmbito de organizações sediadas ou vinculadas a Washington, como o FMI (Fundo Monetário Internacional) e o Banco Mundial, o *Consenso* apoiava-se em três grandes linhas, todas elas desdobramentos de uma raiz liberal e recebidas como verdadeiros dogmas na América Latina, a saber: (1) a adoção de uma política macroeconômica direcionada prioritariamente para a obtenção de baixos níveis de inflação, para a contenção ao máximo dos déficits orçamentários dos Estados, e para o equilíbrio das contas externas; (2) a abertura comercial e financeira, sobretudo das nações em desenvolvimento; e (3) a privatização e desregulamentação das economias nacionais, criando um ambiente

²⁹⁶ Que declarou, no discurso de posse de seu primeiro mandato, que com sua chegada à presidência “a Era Roosevelt estava acabada”.

²⁹⁷ O título do encontro promovido pelo Institute for International Economics que deu origem ao Consenso de Washington refere-se diretamente à América Latina, e não obstante ser em tudo propositivo para o futuro, dizia respeito a uma espécie de balanço do já ocorrido: “Latin American Adjustment: How Much Has Happened”.

geral de promoção das leis do mercado e de redução do papel e do tamanho do Estado. Durante a longa década de 1990, em muitos e em não banais sentidos, foi como se retomássemos – e os vivêssemos como um tempo presente altamente concentrado e aparentemente infinito – aos anos anteriores à crise de 1929. E, acrescente-se, sem o contraponto representado pela existência da União Soviética, o que em termos de geopolítica mundial faz larga diferença.

O segundo surgimento do *laissez-faire* tem múltiplas causas. Em parte, reflete o tropeço do crescimento econômico na década de 1970, na observação keynesiana. Reflete, também, uma relativa fraqueza das forças políticas que apoiam uma economia mista (...), **assim como a reversão da economia formal a verdades pré-keynesianas.** (KUTTNER, 1997; *grifo nosso*)

Mesmo possuindo um caráter informal e acadêmico, de modo nenhum deliberativo, o fato de suscitar – às portas de um novo mundo altamente favorável ao avanço capitalista –, uma oportunidade para coordenar e reunir, em um conjunto coerente, elementos de um caminho que vinha sendo claramente traçado (e já aberto, na América Latina²⁹⁸) desde os mencionados governos Thatcher e Reagan, o *Consenso* assume não somente uma significação simbólica, mas a de uma criação concreta de condições efetivas para uma ampliação agora estrutural dos ajustes recomendados, posto que havia muito o que *desconstruir*, dados os novos objetivos, no continente.

Assim, na trilha dos ataques intensos e sem trégua ao keynesianismo e

²⁹⁸ São os casos das políticas econômicas das ditaduras militares no Chile, a partir de 1973, e na Argentina, a partir de 1976.

a tudo o que em torno dessa orientação econômica gravitou, partiu-se, no que se refere ao Brasil e à América Latina de um modo geral, para uma campanha de desmoralização teórica do modelo de desenvolvimento inspirado nas reflexões levadas à efeito no âmbito da Cepal, o qual “se havia montado (...) sobre a base de capitais privados nacionais e estrangeiros e de uma participação ativa do Estado, como regulador e até empresário.”²⁹⁹ Em concomitância, portanto, com a desconstrução do Estado desenvolvimentista e do tipo de economia que a ele corresponde, houve um embate, ao nível das idéias e certamente não desinteressado, e nem meramente acadêmico – e também nem sempre honesto³⁰⁰ – contra o conjunto de idéias, genuinamente latino-americano e dotado de originalidade incontestada, que o pensou. Isso, em geral, se deu muito menos por um debate direto do que pela própria afirmação histórica do liberalismo do pós-1989.

É uma empresa extremamente difícil, se não impossível, aferir, diante da extensa bibliografia disponível, o quanto as teses estruturalistas e cepalinas, incluindo o modelo de industrialização por substituição de importações e as teorias da dependência, esgotaram-se *em si mesmas* como teoria – e como formulação político-econômica passível de ser resgatada, eventualmente -, e/ou o quanto foram simplesmente derrotadas *politicamente*, ou seja, por um dado externo às mesmas.

²⁹⁹ Batista, Paulo Nogueira. O Consenso de Washington – A visão neoliberal dos problemas latino-americanos. São Paulo: PEDEX, 1994.

³⁰⁰ Veja-se a vulgaridade aberta – reconhecida mesmo em rodas liberais – do debate proposto por obras como o “Manual do Perfeito Idiota Latino-americano”, de Plinio Apuyelo Mendoza, Carlos Alberto Montaner e Álvaro Vargas Llosa (Rio de Janeiro: Bertrand, 1997), ao apresentar formulações no sentido de que “o fracasso histórico da América Latina provém de uma ingênua idiotice coletiva, geração após geração.”

Quer dizer: o quanto de razão possui o argumento liberal de que o Estado keynesiano conduziu inapelavelmente à crise fiscal e a falência... do Estado, e o quanto há de pura ideologia nesta assertiva.

Por outro lado, também não é simples a verificação de, assumindo-se o esgotamento do modelo de industrialização por substituição de importações como havendo realmente existido, o quanto isto se deu *desde dentro*, por *insuficiências intrínsecas*, ou por injunções exógenas. Maria da Conceição Tavares, uma autora integrante daquela tradição e mesmo central em seus desenvolvimentos a partir da segunda metade da década de 1960, escreveu, em espírito de balanço³⁰¹, que as bases do pensamento estruturalista e cepalino permanecem válidas, mas que, frente ao fenômeno da financeirização do sistema capitalista – realidade radicalmente nova - novos encaminhamentos em termos de reflexão teórica devem ser realizados.

Temos tentado retomar a tradição de análise histórico-estrutural de nossos mestres com apoio nas lições monetárias de Keynes (e não nos neo-estruturalistas e neokeynesianos bastardos), (...) [levando em conta] o caráter neomercantil dos desenvolvimentos recentes do capitalismo mundial, no qual é central o papel do Dinheiro como instrumento tanto de acumulação da Riqueza Financeira quanto de Dominação Imperial. (TAVARES, 1999)³⁰²

³⁰¹ “50 anos do ‘Manifesto Latino-americano’”. Folha de São Paulo, Caderno Dinheiro, 26 de setembro de 1999, p. 2. ‘Manifesto Latino-americano’ é a designação pela qual ficou conhecido o ensaio clássico de Raúl Prebisch “O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns dos seus principais problemas”, de 1949.

³⁰² Esta temática está desenvolvida por José Luis Fiori e Maria da Conceição Tavares em “Poder e Dinheiro – uma Economia Política da Globalização”. Rio de Janeiro: Vozes, 1997. Trata-se, portanto, de uma retomada teórica da tradição estruturalista em face da globalização financeira – de um sopro de vitalidade em uma teoria que era apontada como apresentando um certo grau de estagnação em sua evolução desde, no mínimo, fins da década de 1970. Artigo de Renato Baumann, diretor do escritório brasileiro da Cepal, intitulado “A Cepal e as crises externas” (Folha de São Paulo, 25 de

A meio caminho entre essa reflexão e o liberal-monetarismo hegemônico – posto que para o liberalismo ortodoxo as teorias em questão constituíram desde sempre um equívoco³⁰³ –, a década de 1990 produziu obras como “Crise Econômica e Reforma do Estado no Brasil”, de Luis Carlos Bresser Pereira³⁰⁴, que, analisando os casos de Brasil, Argentina e México nos anos 1980, apresenta como uma das causas da alegada (verdadeira *premissa*) “crise do Estado” o modo de intervenção deste na economia, que teria levado ao esgotamento das formas protecionistas de industrialização, tornando inevitáveis medidas tais como reformas orientadas para o mercado, liberalização comercial e financeira e privatizações. Ou seja, o Estado de tipo desenvolvimentista teria não apenas levado o Estado à crise – crise fiscal, sobretudo –, como seria a própria *causa* das reformas liberais.

É em relação a este ponto, o da crise do Estado keynesiano³⁰⁵ em paralelo com a reemergência do liberalismo, que interessa, nos termos deste trabalho, o tema correlato da Globalização. Tomando o conceito de Fonseca³⁰⁶, o

outubro de 1998, p. 3), é demonstrativo de o quanto as preocupações do organismo estavam voltadas para a problemática da dívida externa – assim como a própria economia brasileira.

³⁰³ Economistas como Gustavo Franco, por exemplo, atribuem o próprio problema da concentração de renda no Brasil e na América Latina à industrialização por substituição de importações. Ver, a esse respeito, “O Plano Real e outros ensaios”. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995.

³⁰⁴ São Paulo: Editora 34, 1996.

³⁰⁵ Para um balanço das diversas teses acerca da crise do Welfare State, ver Draibe, Sônia, e Henrique, Wilnês. “Welfare State”, crise e gestão da crise: um balanço da literatura internacional. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo: Vértice, 1988, nº 6, vol. 3, fevereiro de 1988. No sentido de uma argumentação de que esta crise tem uma natureza não somente econômico, mas “político cultural”, ver Cittadino, Gisele. Ressocialização da política e repolitização do social – Algumas considerações sobre o Brasil. *Ciências Sociais Hoje*, 1987. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, ANPOCS, 1987. Para o tema da crise do Welfare State especificamente na década de 1990, ver Esping-Andersen, Gosta. O futuro do *Welfare State* na Nova Ordem Mundial. *Lua Nova*, Revista de Cultura e Política, nº 35, 1995.

³⁰⁶ Obra citada, 1997.

qual, considerando o contexto mais amplo de reestruturação do sistema capitalista desde a orientação de fundo dada pelo liberalismo, compreende que a Globalização seja um fenômeno que, sem prejuízo de injunções imperialistas, resulta da conjugação de três forças poderosas – transformações científico-tecnológicas estruturais, sobretudo em termos de telecomunicações e informática (a “Terceira Revolução Industrial”); a formação de grandes blocos econômicos; e a crescente interligação dos mercados físicos e financeiros –, temos que as economias da América Latina foram apanhadas por um choque tecnológico que as distanciou em muito das economias desenvolvidas. Note-se que, no pós-1929 as mudanças que ocorreram – também profundas, igualmente estruturais –, deram-se em um quadro tecnológico relativamente estável (aquele da Segunda Revolução Industrial³⁰⁷), o que favoreceu a substituição de importações e tornou factível, em médio e longo prazos, pensar-se em completá-la em termos de bens de capital. Não havendo isto sido possível, e dada a nova realidade que a década de 1980 apresentava, entendeu-se que, esgotado o modelo de substituição de importações, a abertura econômica em geral, e a erradicação das legislações de proteção às economias nacionais em especial, fariam com que, de um lado, o acesso livre de capitais internacionais aos mercados latino-americanos trariam consigo as novas tecnologias, catapultando os países do continente a uma condição de *modernidade* que os equipararia às nações desenvolvidas – este o *sentido estrito* da ocorrência da palavra “modernização” nos

³⁰⁷ “Nos anos 1970, o padrão de industrialização era liderado pelos complexos metal-mecânico e químico. Na década de 1980, passou a ser condicionado pelas novas tecnologias da microeletrônica, informática, telecomunicações, pela automação, pela busca de novos materiais e de energias renováveis e pela biotecnologia.” Lacerda, obra citada, p. 186.

discursos presidenciais do pós-1989; e, de outro lado, teríamos que as empresas nacionais, postas frente-à-frente com a realidade da ocorrência, obrigaram-se a elevar sua condição econômica para que pudessem competir com as empresas estrangeiras e multinacionais. Vemos, assim, o nexo direto entre os termos *esgotamento do modelo de substituição de importações/ crise fiscal do Estado*; e os termos *Globalização/ Terceira Revolução Tecnológica/ liberalismo/ abertura econômica*.

Quanto ao aspecto fundamental do padrão de financiamento da nova economia, no marco anti-keynesiano em vigência, procurou-se assentá-lo sobre a liberalização para a entrada de capitais estrangeiros - medida, aliás, consistente com o abandono deliberado da idéia de promoção do desenvolvimento *desde dentro*, implicada no modelo nacional-desenvolvimentista em suas diversas versões; sobre a situação de crise fiscal do Estado; e, por fim, sobre a histórica insuficiência ou mesmo inexistência de poupança interna na América Latina.

Assim, o Brasil e a América Latina, em paralelo à mudança de um paradigma de matriz keynesiana para outro liberal, anti-keynesiano, no mundo, passaram da chamada “década perdida” – os anos 1980³⁰⁸ –, de estagnação econômica e inflação, à já conhecida como “década das reformas estruturais” – a de

³⁰⁸ Sobre a visão liberal acerca da realidade econômica da América Latina na década de 1980, ver Petras, James. “Mitos e realidades: os mercados livres na América Latina”, capítulo de *Ensaio contra a ordem* (São Paulo: Scritta, 1995). Sobre a política do continente nestda mesma década, ver Altmann, Werner. “A América Latina na década de 80: uma avaliação histórica”. São Paulo em Perspectiva, 4 (1): 81-91, jan/mar, 1990.

1990 -, realizadas com base na orientação geral do Consenso de Washington³⁰⁹.

O Brasil inicia a década de 1990 na condição de uma democracia que, capitalista, buscou dar-lhe o segundo e complementar adjetivo exigido pelo “espírito da época”: o adjetivo *liberal*. Os planos econômicos elaborados naquela década, tanto os de Collor I e II³¹⁰ como o Plano Real³¹¹, deve ser entendidos menos como elementos de uma linha de continuidade que envolve os muitos planos econômicos

³⁰⁹ No Brasil, Fernando Collor de Mello deu início ao processo, que se estendeu sob os dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso. Na Argentina, toda a década de Carlos Saúl Menem foi de amplas reformas. No México, o prazo é semelhante: foram de reformas intensas as gestões de Carlos Salinas de Gortari e de Ernesto Zedillo, em um contexto econômico e político que ganhou força de dogma a idéia de que as reformas apresentavam-se como a única alternativa depois da “década perdida”, em função do esgotamento do modelo anterior, o de substituição de importações. Para uma abordagem de largo alcance sobre o impacto da abertura econômica na América Latina, ver o capítulo “Desempenho e políticas no novo paradigma”, de Thorp, Rosemary. Progresso, pobreza e exclusão – Uma história econômica da América Latina no século XX. Banco Interamericano de Desenvolvimento, 2000. A obra conta com um apêndice estatístico que apresenta gráficos e tabelas raramente encontradas em um único trabalho.

³¹⁰ Oficialmente, *Plano Brasil Novo* (1990) e uma sua segunda versão (1991). Fernando Collor de Mello, empossado em 15 de março de 1990, decreta imediatamente a troca do nome da moeda de cruzado novo (NCz\$) para cruzeiro (Cr\$) e confisca as contas correntes e poupanças valores superiores a Cr\$ 50 mil (cerca de US\$ 1.200 no câmbio oficial, à época). No ano seguinte é lançado o Plano Collor 2, que aplica uma política de juros altos para conter a inflação – sem o conseguir -, além de congelar preços e salários.

³¹¹ 1994. Concebido durante o governo de Itamar Franco (1992-1994), o plano cria, em 1993, o cruzeiro real (CR\$), em substituição ao cruzeiro (Cr\$). Em março de 1994, é estabelecida a URV (Unidade Real de Valor), indexador que serviria de base para a criação de uma nova moeda, o real (R\$), implantada em 1º de julho do mesmo ano, em paridade com o dólar. A inflação começa a cair, e Fernando Henrique Cardoso, ministro da Fazenda que coordenou a criação do plano, é eleito presidente. Sobre o Plano Real e a sua relação com a ideologia geral do primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso (a idéia da inflação como uma doença, e a “salvação nacional” advinda com uma “cura” eminentemente técnica, ou econômico-tecnocrática), ver Julian, Borba. O Plano Real e as eleições de 1994. Porto Alegre: Editora da Universidade, 2006.

anti-inflação formulados na década de 1980, e mais como uma primeira providência de alinhamento com o que estabelecia o Consenso de Washington: de fato, o controle da inflação (alcançado com o Plano Real) constituía uma premissa sem a qual as demais medidas reformistas deixariam de surtir efeito – afinal, a estabilidade dos preços cria condições para que sejam realizados cálculos econômicos de longo prazo, estimulando e mesmo viabilizando o investimento privado; investimento privado que no novo paradigma apresentava-se como genuíno motor da história.

Com efeito, a idéia de *linha de continuidade* acima aludida pode ser perfeitamente aplicada aos governos Fernando Collor de Mello, Itamar Franco (breve interregno proporcionado pelo acidente institucional representado pelo *impeachment* de Collor, mas que foi responsável pela estabilidade política necessária para a preservação e aprofundamento das reformas) e Fernando Henrique Cardoso. Mesmo não havendo mostrado eficácia no que se refere ao controle da inflação, o governo Collor deu início à abertura comercial e financeira e às privatizações. A abertura comercial – à qual mais tarde, com o Plano Real, foi agregado o mecanismo da valorização cambial, “amplificando extraordinariamente os efeitos da abertura”³¹² –, ao implicar em um aumento das importações, imporia *disciplina competitiva* ao empresariado nacional, forçando-o a realizar ganhos substanciais de produtividade; forçando-o, em uma palavra, a *modernizar* sua estrutura produtiva a partir de sua própria capacidade empresarial, uma vez que passaria a contar menos e menos com

³¹² Tavares, Maria da Conceição. A economia política do Real. In: Mercadante, Aloizio (org.). O Brasil pós-Real – A política econômica em debate. Campinas, São Paulo: Unicamp, Instituto de Economia, 1998, p. 111.

a proteção do Estado. Os investimentos estrangeiros e as privatizações, por sua vez, atuariam no sentido de superar insuficiências históricas observadas na oferta industrial e na infra-estrutura, além de refletirem-se em redução de custos e melhoria na eficiência – já que passadas, as empresas, ao controle da iniciativa privada, intrinsecamente mais apta, em relação ao Estado, segundo a doutrina liberal, para gerenciar a economia e orientar o desenvolvimento.

O processo de privatizações, que na década de 1980 havia se caracterizado pela reprivatização de empresas absorvidas pelo Estado em momentos anteriores, devido a dificuldades financeiras, teve início de fato, no que diz respeito à constituição de uma política econômica deliberada e integrada aos valores do novo paradigma, com a criação do Programa Nacional de Desestatização (PND), em 1990, o qual assumiu um caráter de prioridade e importante intensificação a partir de 1995, quando praticamente concluiu-se a privatização das estatais que atuavam em atividades estruturais³¹³.

Na década de 1990, e até junho de 1999, o Brasil privatizou 119 empresas estatais, com a geração de US\$ 70,3 bilhões em receitas e a transferência para o setor privado de dívidas públicas no montante de US\$ 16,6 bilhões. Esses valores fazem da privatização brasileira uma das maiores em todo o mundo (...). Mas não é apenas a magnitude das empresas envolvidas que torna o programa digno de nota. Igualmente importante é o fato de que em apenas cinco anos o Estado vai ter se retirado quase inteiramente de setores que gerenciou com exclusividade por várias décadas. Até 1996, o setor privado estava quase ausente dos setores de infraestrutura no Brasil, com exceção dos serviços de transporte rodoviário. Ao final de 1998, os investidores privados controlavam todo o setor de telecomunicações e ferrovias, os maiores portos do país, algumas de suas principais rodovias, dois terços da distribuição e uma grande

³¹³ Lacerda, obra citada, p. 196.

parte da geração de eletricidade e uma parcela pequena mas crescente do setor de água e saneamento. A maior parte do que permaneceu no setor estatal deve ser privatizada em 1999-2000. **Há apenas dez anos, nem o mais otimista dos liberais poderia prever um resultado tão favorável.** (Pinheiro, 1999, p. 178; *grifo nosso*).

A temática das privatizações não é representativa apenas da mudança ideológica em curso, mas de o quanto uma reorientação desta natureza em termos de pensamento econômico é capaz de produzir efeitos *reais* na economia, desconstituindo o que havia sido erguido no contexto do pós-1929: um contexto de evolução política que apresentou os mais diversos matizes, do governo provisório de Vargas ao regime militar de 1964-1985, e que, dando ao processo de industrialização um novo rosto a cada momento (crescente participação de capitais estrangeiros a partir do governo Juscelino Kubitschek, por exemplo), manteve não obstante uma linha claramente reconhecível; a de um desenvolvimento conduzido pela industrialização e pelo crescimento de um mercado interno, nos marcos do Estado-nação clássico, vestisse ele uma roupagem nacionalista e desenvolvimentista, ou autoritária e estatista. Lembremos, com o objetivo de marcar a radicalidade das alterações ocorridas – aqui em termos ideológicos –, que, para as teorias estruturalistas e cepalinas, as economias latino-americanas, periféricas em relação ao centro desenvolvido, não superariam sua condição de não desenvolvimento sem contar com um Estado forte e interventor³¹⁴.

³¹⁴ Sobre essa relação específica – CEPAL e Estado forte e interventor –, ver Tolfo, Rogério Vianna. O desenvolvimentismo e a teoria da CEPAL: auge e crise na economia brasileira (1951-1964). *Análise*, Porto Alegre, v. 6, nº 1, p. 41-63, 1995.

O financiamento geral – e sentido último, dada a crise fiscal do Estado e o alegado esgotamento do modelo de substituição de importações – deste ambiente econômico reformado seria dado pela atração de capitais internacionais (de poupança externa, portanto), os quais teriam a função de complementar o esforço, insuficiente, de investimento interno, e de financiar os déficits em conta corrente. O eixo do desenvolvimento, portanto, passa inteiramente para a iniciativa privada (nacional ou não), em um padrão de acumulação que tem origem nos centros desenvolvidos.

Ao que parece – posto que nenhuma formulação de tipo acadêmico para além do jargão liberal é feita na literatura (eficiência, competitividade externa, etc.) -, assistia-se à emergência de uma economia independente, cujo eixo central, agrário ou industrial (e se industrial, em que termos), *será definido por decisões de tipo microeconômico tomadas fora do país* e cujo sucesso está ligado a políticas macroeconômicas favoráveis – *não por acaso, aquelas preconizadas pelo Consenso de Washington*. Este é, sem dúvida, o significado maior da inflexão de 1989, posto que consistente em profundidade com o liberalismo econômico – aquele mesmo liberalismo cuja crise havia proporcionado uma história que agora é julgada e, mais que corrigida, erradicada³¹⁵.

³¹⁵ Além do fenômeno da desnacionalização da indústria nacional, consequência direta dos termos em que se reorganizou a economia brasileira e latino-americana, alguns autores mencionam mesmo uma situação de *desindustrialização*: a esse respeito, ver Cano, Wilson, obra citada, p. 175-278.

Números e séries estatísticas foram e são esgrimidos de todos os lados, para defender, para reencaminhar ou para criticar em toda a linha o processo. Estudiosos vinculados à tradição estruturalista e cepalina dão-lhe a denominação de *período de contra-reformas*³¹⁶, em uma alusão evidente à Era Vargas; outros, alinhados ideologicamente com o liberalismo, chamam à época que compreende 1930 a 1980... *ancién-regime*³¹⁷.

Trata-se com efeito de um outro paradigma, dentro do qual observa-se uma nova estratégia de desenvolvimento cuja coerência interna parece encontrar-se na conjugação dos elementos *abertura comercial e financeira* e *absorção de recursos externos*, os quais constituíram a base das reformas. Não era desconhecida, ainda na década de 1970, a direção a ser seguida uma vez que se desejasse superar o esgotamento do modelo de substituição de importações, e encaminhar um padrão de desenvolvimento que não significasse um seu abandono: a formulação de uma política econômica que (1) criasse elementos e instituições de mobilização da poupança doméstica, particularmente para suportar o financiamento de longo prazo; (2) reestruturasse e modernizasse a grande empresa de capital nacional e suas relação com o Estado; e (3) constituísse um núcleo endógeno de inovação tecnológica³¹⁸. Optou-se, entretanto, diante da significação e do peso

³¹⁶ Ver Tavares, Maria da Conceição. Estado, economia e sociedade. Folha de São Paulo, Caderno Dinheiro, seção "Lições Contemporâneas", 30 de julho de 1995, p. 2.

³¹⁷ Ver Moreira, Maurício Mesquita. Estrangeiros em uma economia aberta: impactos recentes sobre a produtividade, a concentração e o comércio exterior. In: Giambiagi, Fabio, e Moreira, Maurício Mesquita. A economia brasileira nos anos 90. Rio de Janeiro: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, 1999.

³¹⁸ Belluzzo, Luiz Gonzaga. Indústria e finança. Folha de São Paulo, São Paulo, 04 de abril de 1999. Caderno Dinheiro, p. 2.

histórico da inflexão de 1989, por um caminho construído a partir do traçado do que propugnava o Consenso de Washington, sendo que as diferenças, de país para país, no que se refere ao ritmo e ao alcance das reformas, devem-se muito mais a injunções internas e à própria maior ou menor segurança dos fundamentos do nacional-desenvolvimentismo da etapa anterior.

A própria linguagem utilizada em cada paradigma permite poucas zonas de intersecção: aquilo que as tradições estruturalista ou cepalina, e mesmo a tradição marxista, denunciavam como abjeta subordinação – a aplicação em toda a linha das reformas preconizadas pelo Consenso de Washington –, o liberalismo hegemônico entende como simples bom senso.

Assim, o Brasil estaria, neste início do século XXI, confrontado com questões realmente de fundo, as quais não apenas constituem óbice para a recuperação de uma política econômica estruturada *desde dentro*, como aparentemente trazem em si – fruto de uma dialética às avessas – a própria *impossibilidade* de sua superação. Wilson Cano³¹⁹ sublinha os principais problemas e suas características.

- *A sustentabilidade do modelo*, uma vez que este encontra-se calcado nos fluxos de capital internacional – o que é fator de não autonomia e de perpetuação da situação de dependência, é uma incerteza. Nada está a garantir a continuidade

³¹⁹ Obra citada, p. 64-75

da existência desses fluxos, ou um seu eventual crescimento. Ao contrário: qualquer ocorrência financeira negativa, em qualquer lugar de um mundo em vias de completa integração financeira, pode sustar o processo... sobre o qual as economias nacionais estão assentadas. Os dados colhidos permitem ao autor a conclusão de que, mesmo quando os referidos capitais apresentam menos volatilidade, a retomada do crescimento econômico, seqüência “natural” da fase de estabilização monetária e saneamento fiscal, segundo o receituário liberal, exige um aporte cada vez maior dos mesmos, o que aumenta o endividamento externo e agrava o estado das demais variáveis econômicas a ele vinculadas. De outro lado, a fuga de capitais deixa atrás de si um rastro de desequilíbrio cambial, desaceleração ou recessão da economia e a conseqüente possibilidade de falência de empresas e bancos. Resta evidente o pouco espaço para uma atuação autônoma em termos de política econômica;

- Quando há crescimento econômico, este mostra-se débil e hesitante, descontínuo;
- As políticas de estabilização, rápida mas apenas temporariamente exitosas, teriam criado inúmeros problemas, entre os quais estaria o de que, para estimular a entrada de fluxos cada vez maiores de capital estrangeiro, os juros foram desmedidamente elevados, causando (novamente) aumento da dívida externa, dos juros sobre o balanço de pagamentos e sobre as contas públicas, e ampliação crescente da dívida externa. Tais efeito, aos quais deve-se acrescentar as privatizações e a especulação, teriam acelerado o aumento e a concentração

da riqueza de tipo financeiro, desencadeando pressões crescentes por outros e maiores mecanismos de valorização do capital.

Advertindo para o fato de que a continuidade das reformas postas em marcha no pós-1989, ou uma sua eventual não revisão, em termos propriamente políticos e de política econômica, conduzirão os Estados reformados a níveis ainda menores de capacidade de intervenção da economia, o autor afirma entender que somente a restauração da soberania nacional, hoje entregue ao imperialismo³²⁰, poderá oferecer um horizonte futuro menos enuviado para o Brasil.

³²⁰ Obra citada, p. 75.

3. A produção discursiva global de Fernando Henrique Cardoso diante de sua circunstância histórica – o texto e o contexto

3.1. Uma pré-análise necessária para a compreensão da experiência brasileira do pós-1989: o caso de Fernando Collor de Mello

Uma vez que a presente tese, ainda que priorizando o discurso presidencial de Fernando Henrique Cardoso, possui como um de seus marcos temporais o ano de 1989 e a inflexão histórica simbolizada por ele – esteja tal inflexão representada pela queda do Muro de Berlim ou pelo Consenso de Washington, em termos mundiais, seja pela chegada ao poder, no Brasil e na América Latina³²¹, de lideranças políticas identificadas com as reformas estruturais neoliberais e com o universo de idéias a ela associado -, pareceu-nos apropriado proceder a um exame do discurso presidencial de posse de Fernando Collor de Mello, uma vez que o breve governo deste deu início ao processo de reformas

³²¹ São os casos, por exemplo, de Carlos Menem, na Argentina, e de Carlos Salinas de Gortari e de Ernesto Zedillo, no México.

brasileiro, possuindo o mesmo espírito liberal de fundo do governo de Fernando Henrique Cardoso – sendo referido amplamente, por isso mesmo, no capítulo dedicado à contextualização do que aqui denominamos “pós-1989”.

Além disso, ampliam-se, assim, as possibilidades de exame comparativa do discurso de Fernando Henrique Cardoso, enriquecendo o exame geral da década de 1990, e evita-se, ainda, a existência de uma lacuna entre o ano de 1989 e o de 1995, ano em que Fernando Henrique Cardoso chega ao poder.

O passado recente que informa o discurso presidencial no pós-1989 possui, no Brasil, um elemento econômico com *status* absolutamente balizador, autêntica premissa – como o havia sido, no pós-1929, o da necessidade de superação da economia primário exportadora: é o tema da inflação, acompanhado de muito perto pelo da consolidação de uma institucionalidade democrática após o fim do regime militar (1964-1985). Isto é o que permite a Fernando Collor de Mello dar a seu discurso de posse de mandato o título de *Projeto de Reconstrução Nacional*³²². E também o que explica o tom elogioso para com a Constituição e os *outros poderes da República* com que dá início ao mesmo, e que permeará todo o texto. Verdadeira elegia à democracia, as primeiras palavras do discurso visam, certamente, a atender às expectativas nacionais relacionadas ao primeiro presidente eleito por voto direto desde 1961.

³²² Veremos que a palavra “reconstrução”, no discurso presidencial do pós-1989, possui um sentido muito especial.

O que justifica o termo *reconstrução*, entretanto, diz respeito à *inflação*, à *reforma do Estado* e à *modernização econômica*, bem como à *posição do Brasil no mundo contemporâneo*³²³. A ordenação argumentativa imprimida ao discurso autoriza que venhamos a concluir estarem o problema da inflação, a reforma do Estado e a modernização econômica *subordinados* à “posição do Brasil no mundo contemporâneo”, quer dizer: aqueles movimentos – eliminação da inflação, reforma e modernização – são condição fundamental para que o Brasil esteja melhor posicionado no concerto das nações, em um mundo reconhecido como em plena mudança. O nexos buscado por Collor de Mello entre o elogio feito à democracia e as novas questões introduzidas, é o de que haveria uma coincidência curiosa, surpreendente e carregada de bons auspícios, no fato de o Brasil estar “reatando sua melhor tradição de direito, liberdade e justiça” no exato instante – virada da década de 1980 para a de 1990³²⁴ – em que o mundo inicia uma

(...) era de democratização, um tempo em que um a um vão ruindo os autoritarismos; em que por toda parte vão assomando as liberdades. O Brasil, uma das maiores democracias do mundo, não pode senão figurar à frente desse movimento universal de libertação da humanidade e de generalização da inestimável prática do autogoverno, do estado de direito e da estrita observância dos direitos humanos. (...) Assistimos ao triunfo da idéia republicana em pleno ocaso da política do tipo messiânico. Não se pretende mais salvar o homem pela política, nem alcançar a miragem de paraísos

³²³ Estes são os pontos verdadeiramente essenciais do discurso de Collor, uma vez que os demais – *democracia e cidadania*; *preocupação ecológica* e o *desafio da dívida social* – aparecem como por demais vagos, prestando-se a francas generalizações, assemelhando-se assim a expediente bastante encontrado em discursos políticos de natureza e responsabilidade diversas. É verdade que tal característica, não fosse a preocupação central com os termos escolhidos, poderia com certeza constituir ela mesma objeto de análise e interpretação.

³²⁴ Referência velada mas óbvia à queda do Muro de Berlim e à atmosfera que a ela se seguiu, em um ambiente de início do processo histórico que levaria à dissolução da União Soviética, consumada em 1991, e dos regimes comunistas do leste europeu.

sociais pela hipertrofia voluntarista das funções do Estado. O socialismo como visão utópica bate em retirada.³²⁵

É preciso, entretanto, eliminar a inflação da economia brasileira para fortalecer a nação³²⁶. Uma vez que a nação nada mais é que “o coletivo da cidadania, e que esta constitui o direito do indivíduo na convivência republicana”, temos que, *com inflação*, resta diminuído, enfraquecido o cidadão, e portanto e república... e portanto a nação. “A virtude republicana, o espírito de cidadania, pressupõem determinado clima moral. Requerem determinado capital de confiança e de estabilidade. Essa confiança, essa estabilidade, inexistem na atmosfera de inflação crônica em que o Brasil vive há anos.” Afirmando o propósito imediato, primeiro, inadiável, de liquidar a inflação – essa resultante histórica “de nossa velha indulgência com a fúria emissionista e o déficit público” -, Collor de Mello anuncia que a estabilização monetária e financeira será “prioridade absoluta de todos os primeiros passos deste governo. A guerra contra a inflação será uma luta incondicional, porque, justamente, se trata de um combate condicionante de tudo o mais” – e sobretudo da retomada dos investimentos -, e porque tem um significado histórico que justificaria qualquer governo e qualquer presidência.

Uma vez liquidada a inflação, passar-se-ia à próxima tarefa, qual seja,

³²⁵ Excerto apanhado – como todas as demais citações literais de Collor de Mello – de “Discurso Pronunciado por Sua Excelência o Senhor Fernando Collor de Mello, Presidente da República Federativa do Brasil, na Cerimônia de Posse no Congresso Nacional. Brasília, 15 de março de 1990”. Publicado no endereço eletrônico <http://www.collor.com/pres90htm>, “Discursos durante a presidência”. É interessante como os qualificativos endereçados ao socialismo não estariam mal colocados em relação à Era Vargas – segundo o ideário da época e no interesse da argumentação geral desta tese.

³²⁶ Vemos que a relação entre *economia* e *nação* permanece, mais explícita que nunca, no pós-1989.

a de sanear as finanças do Estado.

É imperativo equilibrar o orçamento federal, o que supõe reduzir drasticamente os gastos públicos. Para atingir o equilíbrio orçamentário, é preciso adequar o tamanho da máquina estatal à verdade da receita. Mas isso não basta. É preciso, sobretudo, acabar com a concessão de benefícios, com a definição de privilégios que, independente de seu mérito, são incompatíveis com a receita do Estado. No momento em que lograrmos esse equilíbrio – o que ocorrerá com certeza – teremos dado um passo gigantesco na luta contra a inflação, dispensando o frenesi das emissões e controlando o lançamento de títulos da dívida pública.³²⁷

Tais medidas, entretanto, não têm um fim em si mesmas, mas possuem como premissa maior uma “estratégia global de reforma do Estado, uma vez que este não somente comprometeu suas atribuições, mas perdeu também sua utilidade histórica como investidor complementar”. Além disso, o Estado, por seu comportamento “errático e perverso, passou a inibir o investimento nacional e estrangeiro”. É preciso, portanto, que seja promovida uma redefinição urgente do papel do aparelho estatal.

Meu pensamento, neste ponto, é muito simples. Creio que compete primordialmente à livre-iniciativa – não ao Estado – criar riqueza e dinamizar a economia. **Ao Estado corresponde planejar sem qualquer dirigismo o desenvolvimento (...).** Entendo assim o Estado não como produtor, mas como promotor do bem-estar coletivo. Daí a convicção de que a economia de mercado é forma comprovadamente superior de geração de riqueza, de desenvolvimento intensivo e sustentado.³²⁸

Temos então, como próximo passo lógico e conteúdo mesmo da intenção de modernização econômica, a proposição do binômio *privatização* e

³²⁷ Ver nota explicativa de número 324.

³²⁸ Ver nota explicativa de número 324.

abertura - “a esperança de completar a liberdade política, reconquistada com a transição democrática, com a mais ampla e efetiva liberdade econômica. A privatização deve ser completada por menor regramento da atividade econômica”; portanto, “abertura em um sentido amplo, o que incentiva a economia de mercado.” Para Collor de Mello, até então o Brasil havida errado socialmente porque “procurava enfrentar a pobreza com políticas distributivistas irresponsáveis, baseadas num populismo primário, incapaz de reconhecer o verdadeiro bem-estar coletivo.” Afirmando-se um “democrata moderno”, e não um “demagogo populista” (e assim, deduz-se, um autêntico conhecedor de o que seja o “verdadeiro bem-estar coletivo”), Collor de Mello declara que, para fazer desenvolver-se o país, “impõe-se primeiro a estabilização financeira para que o investimento volte a irrigar nosso aparelho produtivo.”

Havendo findado a Guerra Fria, e portanto toda uma fase na história das relações internacionais, caem no mundo inteiro as “estruturas dirigistas”.

Diante dessas transformações que aceleram o tempo histórico, é preciso buscar fórmulas novas de inserção do país no mundo. A riqueza e a complexidade do momento não são motivo para timidez e recuo; ao contrário, requerem sensibilidade nova, propostas de ação que sejam claras, que tornem a política externa sintonizada com os objetivos de reconstrução nacional.³²⁹

Em um mundo extremamente dinâmico, aumentam os riscos de cair-se em uma situação de “confinamento e marginalização” – daí a necessidade de dar ao

³²⁹ Ver nota explicativa de número 324.

projeto de reconstrução a máxima clareza possível, “abdicando do discurso estéril e irrealista do pseudo-nacionalismo que induz ao isolamento, da desconfiança, da ilusão míope de autosuficiência.”

A “disposição de abertura”, associada ao fim da inflação, deverá “garantir a quantos desejem investir no Brasil um padrão de estabilidade e confiança.” Afinal, “país de posse de um parque industrial já completo e integrado, pode o Brasil marchar tranqüilo para a experiência de abertura de sua economia.” Um tal programa deverá assegurar que os anos 1990 não apenas restaurem mas acentuem a trajetória de crescimento da economia brasileira, posto que irá “desentravar as energias econômicas do nosso país”, limpando o terreno para que o mercado possa atuar livremente, promovendo o desenvolvimento e o crescimento econômico e social, desde as bases recriadas pelo governo.

Uma vez que as causas do apequenamento da cidadania no Brasil e portanto igualmente da república e da nação, como vimos, estão estrutural e intimamente relacionadas à baixa auto-estima decorrente da inflação crônica, temos que o objetivo profundo, bem como o resultado necessário de tais reformas será o pleno resgate da cidadania, da república, e da própria nação.

3.3. Fernando Henrique Cardoso

Fernando Henrique Cardoso abre seu discurso de despedida do Senado Federal³³⁰, já eleito presidente da República, afirmando uma idéia que está ligada à de fim das ideologias – idéia, esta, que não pode deixar de ser associada à de fim da História, tal como divulgada por Francis Fukuyama em “O fim da história e o último homem”³³¹ e paradigmática do *estado de coisas* fundado em 1989.

³³⁰ O presente discurso, datado de 14 de dezembro de 1994 e publicado no endereço eletrônico https://www.presidencia.gov.br/publi_04/COLECAO/DESPED.HTM, entre outros sítios, não foi incluído nos dezesseis volumes intitulados “Palavra do Presidente”, os quais constituem a obra discursiva completa de Fernando Henrique Cardoso. Tais volumes – ver *Referências bibliográficas documentais* – constituíram nossa fonte essencial para esta parte do trabalho (não tendo sido considerada na qualidade de *fonte*, a não ser para considerações laterais, a obra sociológica de Fernando Henrique Cardoso). Quando houver citações literais no corpo do texto, utilizaremos a sigla PP (Palavra do Presidente) acompanhada do ano e dos números 1 ou 2, que correspondem ao primeiro ou ao segundo semestre do referido ano; quando em notas de rodapé, as citações ocorrerão como de praxe.

³³¹ Obra citada. Para Cardoso, com efeito, a “‘desideologização’ do pensamento [ficou clara] com a Queda do Muro de Berlim”. Aula e Solenidade de outorga do título de Doutor Honoris Causa ao Presidente Fernando Henrique, pela Universidade Central da Venezuela (Caracas, Venezuela, 5 de julho de 1995), em *Palavra do Presidente 1 (1º semestre de 1995)*. Brasília: *Presidência da República Federativa do Brasil*, 2002, p. 206. Cardoso rejeita, entretanto, qualquer ligação entre seu pensamento e o de Francis Fukuyama – o qual aparece nominalmente uma única vez em suas cerca de dez mil páginas de discursos: “Em sua, a globalização da economia é um fenômeno que veio para ficar e que – queira-se ou não – cada vez mais influencia as opções nacionais de governantes e dirigentes. Mas **a internacionalização da economia não se fará sem conflitos, com base em consensos doutrinários, à moda do “fim da história” de Fukuyama.** (...) Contradições continuarão a surgir.” Aula e cerimônia de outorga do título de Doutor Honoris Causa ao Presidente Fernando Henrique Cardoso na Universidade do Porto (Porto, Portugal, 22 de julho de 1995), em *Palavra do Presidente 2 (2º semestre de 1995)*. Brasília: *Presidência da República Federativa do Brasil*, 2002, p. 143-144; *grifo nosso*. Observe-se, contudo, que Fukuyama jamais afirmou que os desenvolvimentos da história após a queda do Muro de Berlim estariam eximidos de conflitos. De modo indireto, encontra-se mais um menção, desta forma: “(...) **Não que endosse a noção dos que, no campo político e dos valores, apregoam o fim da História.** Conferência intitulada “O cenário internacional no ano 2000: o papel do

Os exemplos de espírito público que tive a felicidade de colher [no Senado Federal] foram tantos, e de tantos lados, que só fizeram fortalecer em mim a certeza de que a devoção à busca do bem comum não é monopólio de ninguém; não conhece fronteiras de partidos, nem de ideologias, nem de interesses regionais ou de classe. Exige apenas generosidade para pensar no que é melhor para o País como um todo, e discernimento para julgar o que é melhor³³². Discernimento que provém muito mais da experiência no trato da coisa pública do que de qualquer saber teórico. (Cardoso, Discurso de Despedida do Senado Federal, 1994)

Cardoso inicia sua obra discursiva, assim, com uma formulação geradora de paradoxos, e paradoxal ela mesma. Se a finalidade última da política – a promoção do bem comum – independe de qualquer coisa que não qualidades como a generosidade e o discernimento para julgar, temos que aquela finalidade... prescinde da própria política, estando variáveis como *diferenças* (“*fronteiras*”) *partidárias*, *ideologias*, *interesses particulares em conflito*, e mesmo *classes*, relegadas a domínios outros que não o da promoção do bem comum. O paradoxo está, também, em que a vasta complexidade do fazer político contemporâneo é reduzido a algo do tipo “*tenha-se boa vontade, e o resto virá naturalmente*”³³³. De

Brasil e da China”, na Academia Chinesa de Ciências Sociais (Pequim, China, 13 de dezembro de 1995), em *Palavra do Presidente 2* (2º semestre de 1995). Brasília: Presidência da República Federativa do Brasil, 2002, p. 746; grifo nosso.

³³² No discurso de posse de seu primeiro mandato, Cardoso realiza formulação de mesmo tom, agora em incursão histórica: lembra nominalmente Joaquim Nabuco, que em sua causa abolicionista manifestava-se somente “em favor da liberdade dos escravos e em favor do Brasil. Tal como o abolicionismo, o movimento por reformas que eu represento não é contra ninguém. Não quer dividir a Nação. Quer uni-la em torno da perspectiva de um amanhã melhor para todos.” *Palavra do Presidente 1* (1º semestre de 1995). Brasília: Presidência da República Federativa do Brasil, 2002, p. ?

³³³ “**Qualquer pessoa de bom senso** que estenda seu olhar para além de nossas fronteiras apercebe-se de transformações extraordinárias que estão ocorrendo em todos os continentes, abrangendo os sistemas e regimes políticos que caracterizam o século que se encerra. Constata que não somente se extinguiu o capitalismo estatal, que indevidamente se denominava de socialismo, como também sofre reformas radicais o capitalismo liberal.” “Discurso na reunião do Conselho Coordenador das Ações Federais no Estado do Rio de Janeiro (Palácio do Planalto, Brasília, DF, 11 de abril de 1995)”, em *Palavra de Presidente 1 - 1º semestre de 1995*. Brasília: Presidência da República Federativa do Brasil, 2002, p. 321; grifo nosso. Hipótese perfeitamente defensável é a de que esteja a simplificação menos em Cardoso e mais no próprio objeto, quer dizer: será o próprio

todo modo, Cardoso lamenta que “até com algum atraso o colapso das fronteiras ideológicas no mundo repercute na política doméstica, arrefecendo os ímpetos sectários à esquerda e à direita.”³³⁴ Apenas *arrefecendo*, porque esquerda e direita continuam existindo, ainda que em um marco de convergência de idéias sensivelmente mais alargado³³⁵.

Diante desse cenário que se quer asséptico, livre de velharias como fronteiras partidárias e ideologias³³⁶, celebra-se – como o faz Collor de Mello – o fim da transição democrática, lamenta-se “*deficiências conhecidas*”³³⁷ da carta constitucional³³⁸, e anuncia-se “a retomada das reformas estruturais que o País

universo político pós-1989 não tão complexo assim (tal como percebido naquele momento)? Não estaria caracterizado, esse universo, por uma complexidade apenas aparente? É por este caminho que seguem, por exemplo, obras como as de Agustín Cueva (obra citada), ao referirem-se a uma “direitização do mundo”.

³³⁴ “Discurso de despedida do Senado Federal”, dezembro de 1994. “A derrocada do socialismo real traz problemas novos, como o de saber até que ponto a matriz clássica esquerda-direita ajuda a entender os padrões de valores de nossos dias. Esquerda é progresso e direita é reação? Que esquerdas há? Que direitas há?” Aula na Universidade de Coimbra, durante a cerimônia de outorga do título de Doutor Honoris Causa (Coimbra, Portugal, 21 de julho de 1995), em *Palavra do Presidente 2 (2º semestre de 1995)*. Brasília: Presidência da República Federativa do Brasil, 2002, p. 127.

³³⁵ “Aula na Universidade de Coimbra, durante a cerimônia de outorga do título de Doutor Honoris Causa (Coimbra, Portugal, 21 de julho de 1995)”, em *Palavra do Presidente 2 (2º semestre de 1995)*. Brasília: Presidência da República Federativa do Brasil, 2002, p. 132.

³³⁶ Observe-se que, no limite, mesmo quando ideologias faziam parte do jogo econômico e político, elas possuíam um caráter de empecilho, de algo que, ao fim e ao cabo, *não importa*: **“Em um mundo em que as confrontações ideológicas deixaram de dominar a agenda internacional, as nações podem concentrar-se naquilo que realmente importa**: mais investimentos produtivos, mais comércio, bons empreendimentos conjuntos, mais empregos, cooperação para o desenvolvimento sustentável, proteção aos direitos humanos, progresso cultural e educacional e trabalho solidário pela paz mundial.” Discurso por ocasião do almoço oferecido ao Senhor Primeiro-Ministro do Canadá, Jean Chrétien (Brasília, DF, 27 de janeiro de 1995), em *Palavra do Presidente 1 (1º semestre de 1995)*. Brasília: Presidência da República Federativa do Brasil, 2002, p. 62.

³³⁷ “Discurso de despedida do Senado Federal”, dezembro de 1994.

³³⁸ Contumazes críticos da Constituição de 1988 sempre foram os liberais ortodoxos, como Roberto Campos. Não é razoável afirmar, somente a partir das mencionadas “conhecidas deficiências”, que o pensamento de Cardoso aproxime-se do de Campos neste particular. Entretanto, a contextualização feita por Cardoso, pondo lado a lado Constituição e reformas estruturais, aproxima-os, sim. “As ‘reformas’ que o Congresso está votando não são mais que o desfazimento da ‘contra-reforma’ utópica e social da Carta Magna de 1988, intervencionista no econômico e híbrida no político.” Campos, Roberto. *A Constituição liberticida*. Revista Veja, 02 de dezembro de 1988, p. 26.

demanda.”³³⁹ Antes dessa retomada, entretanto, é preciso fazer algo que em Collor está apenas subentendido: anunciar também, com todas as letras, o fim da Era Vargas.

Acontece que o caminho para o futuro desejado ainda passa, a meu ver, por um acerto de contas com o passado. (...) Resta um pedaço do nosso passado político que ainda atravanca o presente e retarda o avanço da sociedade³⁴⁰. **Refiro-me ao legado da Era Vargas – ao seu modelo de desenvolvimento autárquico e ao seu Estado intervencionista.** (Cardoso, Discurso de Despedida do Senado Federal, 1994; *grifo nosso*)

Cardoso, apresentando uma primeira ordem de argumentos – que em momentos posteriores será desdobrada, ampliada e não raro matizada –, entende necessário superar o modelo varguista de Estado em razão de que, sobretudo desde a década de 1980, “a manutenção dos padrões de protecionismo e intervencionismo estatal [observados naquele modelo] sufocava a concorrência necessária à eficiência econômica e distanciava cada vez mais o Brasil do fluxo das inovações tecnológicas e gerenciais que revolucionavam a economia mundial.”³⁴¹

³³⁹ A passagem é interessante, pois liga Cardoso a Collor de Mello. O presidente refere-se ao fato de Itamar Franco (vice-presidente de Collor que assumiu o governo após o afastamento daquele e antecedeu a Cardoso) haver *estendido uma ponte* para a retomada das reformas estruturais. Ora, uma ponte é a ligação entre dois pontos, dado um intervalo de espaço (aqui, em termos metafóricos, um *intervalo de tempo*). Os pontos são... Collor de Mello e Cardoso.

³⁴⁰ Com sentido em tudo semelhante, o presidente norte-americano Ronald Reagan, em seu discurso de posse em 1980, declarou *estar encerrada a Era Roosevelt*.

³⁴¹ “Discurso de despedida do Senado Federal”, dezembro de 1994. De resto, temos que “(...) os brasileiros estão hoje convencidos de que não é mais possível alimentar projetos de desenvolvimento de caráter autárquico. A globalização da economia é uma realidade incontestável, e ficar à sua margem é um erro de graves consequências. Uma inserção eficiente na economia mundial tornou-se imprescindível a todas as nações. Não há, hoje, segundas ou terceiras vias.” Discurso perante a Assembléia da República Portuguesa (Lisboa, Portugal, 20 de julho de 1995), em *Palavra do Presidente 2 (2º semestre de 1995)*. Brasília: Presidência da República Federativa do Brasil, 2002, p. 114.

Ao contrário de Collor de Mello, para quem os valores associados ao Estado que deseja reformar são ruins *em si mesmos* – o que o aproxima sobremaneira da ortodoxia liberal, que parece preferir sempre reportar-se a teses, em prejuízo das realidades econômicas e políticas³⁴² –, Cardoso põe a Era Vargas sob perspectiva histórica, reconhecendo o papel que desempenhou, havendo *à sua época* assegurado o progresso e a industrialização brasileira³⁴³. O que para Collor é intrinsecamente mau, para Cardoso somente perdeu relevância histórica³⁴⁴.

A multiplicação de políticas de Governo, inspiradas no pensamento desenvolvimentista, especialmente a de substituição de importações, é dado histórico. O pensamento dava corpo, direção e conteúdo modernos a um ator que historicamente tinha sido decisivo na definição dos rumos da vida dos países do continente: o Estado. A teoria justificou ações que promoveram processos de industrialização ao mesmo tempo em que examinava limites e condições desse processo. Em suma, o substrato é a perspectiva de transformação, suas possibilidades e limites. (Cardoso, 1995, PP 2, p. 61-62)

³⁴² Ao contrário, Cardoso expressa em diversas ocasiões o desejo de reportar-se o máximo possível somente à realidade, inclusive como método de convencimento do acerto das políticas de seu governo: “A oposição a uma política de estabilização desaparece se o processo não é feito apenas com os olhos postos em certas teorias abstratas que não têm muito a ver com a realidade cotidiana das pessoas. É preciso ter coragem para não se entregar à teoria e não tentar impor uma visão que, por mais bonita que seja do ponto de vista intelectual, não tenha muito a ver com o senso comum. Isso exige coragem da equipe econômica, de quem se esperam todas as decisões, e capacidade de dizer o que se vai fazer, e de cumprir a promessa.” Conferência na Sede da Comissão das Nações Unidas para a América Latina e o Caribe (Cepal) Santiago, Chile, 3 de março de 1995, em *Palavra do Presidente 1 (1º semestre de 1995)*. Brasília: Presidência da República Federativa do Brasil, 2002, p. 186.

³⁴³ Sendo também verdade que, feito isso, passa a referir-se ao “velho modelo” em termos tão genéricos quanto os de Collor de Melo, e quase sempre depreciativos. Assim, “Era Vargas” passa a ser sinônimo de clientelismo, corporativismo, corrupção e termos do mesmo jaez. Haverá todavia uma diferença, como veremos, entre menções à Era Vargas de um modo geral, e à figura de Getúlio Vargas em particular.

³⁴⁴ “Tínhamos que tomar as medidas que tomamos, no momento adequado, nos anos 30, nos anos 40, para que pudéssemos chegar ao ponto a que chegamos. Mas seria um retrocesso, depois de chegarmos a esse ponto, continuarmos a atuar como se estivéssemos, ainda, numa situação de inferioridade.” Discurso na audiência para anúncio de resultados da produção petrolífera (Palácio do Planalto, Brasília, DF, 13 de novembro de 1996, em *Palavra do Presidente 2 (2º semestre de 1995)*. Brasília: Presidência da República Federativa do Brasil, 2002, p. 479.

As inovações tecnológicas e gerenciais anteriormente citadas, associadas a um *novo ciclo de desenvolvimento* desencadeado ainda na década de 1970, tornariam inevitável, entretanto, a formulação de uma agenda de reformas. A realidade do pós-1989 teria apenas acentuado o processo.

No discurso de posse de seu primeiro mandato, entretanto, Cardoso empreende um breve e pontual balanço da história do Brasil desde a Independência, mencionando, em uma cronologia rigorosa, o Abolicionismo, o Tenentismo, o governo Kubitschek, os “anos sombrios” do regime militar, e a década de 1980. Vê-se aí (vale o oxímoro) a presença tremenda da ausência do período que compreende os anos de 1930 a 1954...³⁴⁵

³⁴⁵ A única referência à Era Vargas feita no discurso de posse do primeiro mandato é bastante indireta e de natureza familiar, quase privada: “Essa chama [de um Brasil que fosse ao mesmo tempo democrático, desenvolvido, livre e justo] eu vi brilhar nos olhos do meu pai, Leônidas Cardoso, um dos generais da campanha ‘O petróleo é nosso’, como já brilhara no fim do Império nos olhos do meu avô, abolicionista e republicano.” Discurso de posse no Congresso Nacional (Brasília, DF, 1º de janeiro de 1995), em *Palavra do Presidente 1 (1º semestre de 1995). Brasília: Presidência da República Federativa do Brasil, 2002*, p. 24. Mais tarde, o procedimento de elidir a Era Vargas em operações de revisão histórica irá repetir-se: em *Discurso na cerimônia de assinatura do decreto que cria o Conselho Deliberativo da Política do Café* (Palácio do Planalto, Brasília, DF, 29 de outubro de 1996), Cardoso realiza uma síntese da história do Brasil e da economia do café... mas só até a abolição da escravidão e a proclamação da República. A síntese é interrompida bruscamente, quando – sendo o assunto a economia do café – naturalmente esperar-se-ia uma sua extensão pela República Velha (Palavra do Presidente 4 - 2º semestre de 1996. Brasília: Presidência da República Federativa do Brasil, 2002). É importante observar – voltaremos ao assunto - que as referências a Vargas, em particular, ou à Era Vargas, em geral, têm um cunho essencialmente pendular, tanto no que se refere a sua ocorrência, como no que diz respeito ao jogo de desvalorização/relativa desvalorização/valorização *em termos* aplicado nos discursos. Sintomático do que se quer demonstrar é o seguinte trecho: “Não me lembro se foi quando me despedi do Senado ou quando tomei posse que eu disse que imaginava que nós íamos colocar ponto final numa certa era, que eu chamei de Era Vargas. Não em desatenção a Vargas, pelo contrário: ele fez o que tinha que fazer, na sua época. Mas são 50 anos ou mais.” Discurso na apresentação do Conselho Consultivo da Anatel (Palácio do Planalto, Brasília, DF, 10 de março de 1998), em *Palavra do Presidente 7 - 1º semestre de 1998. Brasília: Presidência da República Federativa do Brasil, 2002*, p. 200.

As dessemelhanças em relação ao discurso de posse de Collor de Mello, em um primeiro momento, porém, cessam aí. O mundo mudou, e “não podemos, por mero saudosismo, dar as costas à história”³⁴⁶. Dizendo ser ele mesmo “não o messias que se imagina portador de alguma missão inédita”³⁴⁷, mas instrumento de uma agenda de reformas”³⁴⁸, Cardoso inicia a exposição dos motivos justificadores dessa agenda pelo tema da inflação.

(...) esse mal que exauria a sociedade, minava a confiança nas instituições e bloqueava a retomada do desenvolvimento. (...) Portanto, o primeiro ponto é a continuidade e aprofundamento do processo de estabilização econômica – não como um fim em si mesmo, mas como condição para o crescimento sustentado da economia e para o resgate da dívida social. (Cardoso, Discurso de Despedida do Senado Federal, 1994)

Ainda a exemplo do que ocorre em Collor de Mello, passa-se do tema da inflação e da estabilidade da moeda ao da disciplina fiscal, uma vez que

(...) a agenda da modernização nada tem em comum com um desenvolvimentismo à moda antiga, baseado na pesada intervenção estatal, seja através da despesa, seja através dos regulamentos cartoriais, e que a retomada dos investimentos tem como seus pilares a confiança na estabilidade econômica do país. (Cardoso, Discurso de Despedida do Senado Federal, 1994)

A lógica, bem como a semelhança entre os discursos, é cristalina: “neste ponto a política de estabilização cruza com outro item da agenda para um novo modelo de desenvolvimento. Trata-se de levar adiante a abertura da economia

³⁴⁶ “Discurso de despedida do Senado Federal”, dezembro de 1994.

³⁴⁷ Vale anotar que estamos em 1995; mesmo que “messias”, não haveria de fato qualquer “ineditismo”...

³⁴⁸ “Discurso de despedida do Senado Federal”, dezembro de 1994.

brasileira – incluindo, no que couber, os setores financeiro e de serviços – e sua integração ao mercado mundial.”³⁴⁹

O ambiente das reformas redonda no reconhecimento da pertinência do estabelecimento de uma nova relação do Estado com o mercado.

No ciclo de desenvolvimento que se inaugura, **o eixo dinâmico da atividade produtiva passa decididamente do setor estatal para o setor privado.** (...) O Estado produtor direto para segundo plano. Entra o Estado regulador, (...) no sentido de criar o marco institucional que assegure plena eficácia ao sistema de preços relativos, incentivando assim os investimentos privados na atividade produtiva. (Cardoso, Discurso de Despedida do Senado Federal, 1994; *grifo nosso*)

Essa idéia, por sua vez, leva a que se proceda a uma

(...) revisão nas regras relativas aos mercados de trabalho e de capitais, posto que a abertura da economia implica a eliminação de restrições anacrônicas ao investimento estrangeiro, e requer regras claras sobre a movimentação de capitais do exterior e para o exterior. (...) **A remoção destes entulhos do velho modelo aumentará enormemente a eficiência global da economia brasileira.** Introduz-se, então, a questão das privatizações, as quais devem ser aceleradas e ampliadas. (...) O Brasil tem pressa, e nós, seus mandatários, temos prazo. (...) Mesmo reconhecendo as dificuldades, penso que não deveríamos restringir de antemão a pauta das discussões. É preferível ser ambicioso no ponto de partida. (Cardoso, Discurso de Despedida do Senado Federal, 1994; *grifo nosso*)

Em termos de uma análise global da obra discursiva de Fernando Henrique Cardoso, o discurso de despedida do Senado Federal representa uma

³⁴⁹ “Discurso de despedida do Senado Federal”, dezembro de 1994. “Exportar para importar: esta é a regra que deve presidir ao novo ciclo de rescimento. **Importar equipamentos e insumos (...)** **Importar bens de consumo, sim.**” Grifo nosso.

espécie de sùmula, em *essencial-mínimo*, das principais idéias desenvolvidas ao longo de seus dois mandatos presidenciais – 1995-2002. Temos, assim, (1) a constatação de que vive-se um novo mundo, livre de ideologias que historicamente desencaminharam ou francamente obstaculizaram a busca do bem comum. Mais tarde, como veremos, essa reflexão será ampliada e desenhada em termos que apresentam o tema da Globalização como constituindo um novo Renascimento – idéia central no discurso presidencial de Cardoso; (2) o anúncio da retomada e aprofundamento das reformas estruturais de que o Brasil necessita para ingressar nesse novo mundo, que é também o de um novo homem; (3) a *filiação histórica negativa* do momento vivido – idéia com a qual trabalharemos as conexões existentes entre as reformas estruturais e o legado da Era Vargas no discurso de Cardoso; (4) as reformas em si mesmas e as políticas econômicas a elas associadas, as quais configuram condição necessária para que o Brasil – então *refundado* - junte-se virtuosamente ao momento mundial, *renascendo* também; e (5) a retomada do tema da Globalização e o elogio da democracia brasileira e suas possibilidades futuras.

O que temos, assim, com os discursos presidenciais de Fernando Henrique Cardoso³⁵⁰, é nada menos que uma genuína *refundação* do Brasil. Não há qualquer ambigüidade quanto a este ponto, nem uma sua relativização – como ocorrerá freqüentemente em relação a outros temas -, em toda a obra discursiva. O caráter de divisor de águas da década de 1990 no Brasil, reforçado em razão de

³⁵⁰ Assim como no discurso de posse de mandato de Fernando Collor de Mello.

também estar em curso, em concomitância íntima e relacional, uma grande divisão das águas profundas da História, simbolizada pela queda do Muro de Berlim e representada pelo “novo renascimento” que significa a Globalização³⁵¹, *atravessa* os discursos de ponta a ponta e em todas as direções, como o badalar sutil e de tonalidade baixa de um grave relógio de parede a lembrar ao estudioso – a horas dadas e a *qualquer pretexto* - a razão última das mudanças postas em andamento, a alegada grandeza do momento histórico vivido, o espírito mesmo da época: “Nós estamos reconstruindo o Brasil” (1994); “Nós estamos destruindo um Estado assistencialista”; “Nós estamos destruindo práticas antigas” (1995); “Nós estamos refundando a República. Nós estamos revendo conceitos difíceis de serem revistos” (1995); “ Esta situação que nós vivemos hoje no Brasil, de redefinição de rumos, (...) ocorre num momento de grandes transformações históricas, que podem, eventualmente, confundir a percepção do que realmente existe, de quais são as nossas opções e quais são os interesses nacionais” (1995); “Não é nenhuma novidade dizer que estamos numa fase de reorganização do sistema econômico e, também, do sistema político em nível mundial. Como consequência, impõe-se a reorganização dos Estados nacionais (...)” (1996); “É preciso que o Estado, o Governo, atue de modo a fazer com que o País, no seu todo, perceba os efeitos, os influxos desse novo momento que nós estamos vivendo” (1997). “Hoje é outro momento. É um momento de busca. É o momento de delinear os quais serão as idéias fundamentais, as diretrizes, as idéias-força capazes de provocar uma nova visão, para que a sociedade se organize” (1998); “O Real é o marco divisório da

³⁵¹ Voltaremos ao assunto, no momento oportuno.

nossa história” (1999); “Nos anos 90, emergiu um Brasil novo, que (...) procedeu a uma histórica correção de rumo na economia. (...) Iniciou a reforma.” (2000); “Acho que, raramente, o País entrou em um novo século como entrou desta vez, com condições efetivas de se engajar em processos que são de transformação de ordem planetária e de longo alcance. Poucas vezes na História” (2001); “Virou-se uma página da história. Está-se virando. A história é lenta nos seus movimentos porque é muito densa. Está-se virando. Mas, efetivamente, estamos virando uma página da história brasileira” (2001); “Prefiro ser mau sociólogo e acelerar o processo histórico do que ser bom sociólogo e ficar, simplesmente, vendo as coisas passarem. Estamos, realmente, fazendo com que as coisas se transformem” (2001); “Talvez nós estejamos, nesse limiar do século XXI, inaugurando práticas que nos levem a redescobrir a humanidade como um sujeito efetivo da história. Coisa nova, nunca o foi” (2001).³⁵²

³⁵² Respectivamente: “Solenidade em comemoração ao aniversário de um ano do Plano Real (Brasília, DF, 1º de julho de 1995)”, em *Palavra do Presidente 2 - 2º semestre de 1995. Brasília: Presidência da República Federativa do Brasil, 2002*, p. 36. “Anúncio das ações do Programa Comunidade Solidária do Estado de Goiás e entrega de cestas básicas a famílias de municípios do Estado de Goiás (Ginásio e Esportes do Colégio Alcides Jobé, Goiás Velho, GO, 24 de julho de 1995)”, em *Palavra do Presidente 2 - 2º semestre de 1995. Brasília: Presidência da República Federativa do Brasil, 2002*, p. 151. “Discurso na abertura do I Encontro da Cultura Brasileira (Teatro Nacional, Brasília, DF, 5 de novembro de 1995)”, em *Palavra do Presidente 2 - 2º semestre de 1995. Brasília: Presidência da República Federativa do Brasil, 2002*, p. 537. “Conferência na Escola Naval (Rio de Janeiro, RJ, 17 de novembro de 1995)”, em *Palavra do Presidente 2 - 2º semestre de 1995. Brasília: Presidência da República Federativa do Brasil, 2002*, p. 587. “Discurso na abertura do seminário “Reforma do Estado na América Latina e Caribe” (Palácio do Itamaraty, Brasília, DF, 16 de maio de 1996)”, em *Palavra do Presidente 3 - 1º semestre de 1996. Brasília: Presidência da República Federativa do Brasil, 2002*, p. 555. “Discurso na cerimônia comemorativa dos três anos do Real (Auditório da CNI, Brasília, DF, 1º de julho de 1997)”, em *Palavra do Presidente 6 - 2º semestre de 1996. Brasília: Presidência da República Federativa do Brasil, 2002*, p. 39-40. “Discurso no encontro com membros do Fórum de Líderes Empresariais – Gazeta Mercantil (Palácio do Planalto, Brasília, DF, 17 de fevereiro de 1998)”, em *Palavra do Presidente 7 - 1º semestre de 1998. Brasília: Presidência da República Federativa do Brasil, 2002*, p. 148. “Pronunciamento em cadeia nacional de rádio e televisão (Palácio do Planalto, Brasília, DF, 12 de abril de 1999)”, em *Palavra do Presidente 9 - 1º semestre de 1999. Brasília: Presidência da República Federativa do Brasil, 2002*, p. 299. “Discurso na solenidade de abertura da Exposição Universal do Ano 2000 (Hannover, Alemanha, 31 de maio de 2000)”, em *Palavra do Presidente 11 - 1º semestre de 2000. Brasília: Presidência da República*

Assim, observamos que a ênfase na importância, no grau e na profundidade das mudanças conduz o discurso – em um roteiro não linear em sua estrutura geral, é verdade, mas que obedece a uma mesma intenção argumentativa – por caminhos que vão de uma “histórica correção de rumos na economia” a uma “transformação de ordem planetária”; de uma “virada de página na história brasileira” à “aceleração do processo histórico”; do caráter de “marco divisório da nossa história” do Plano Real... à “redescoberta da humanidade”. Como se vê, para Cardoso, quem vive o pós-1989 vive tempos interessantes:

Ao receber o Prêmio Nobel de Literatura em 1957, Camus começa o seu discurso de agradecimento lembrando a antiga história de um sábio oriental que todos os dias rezava aos deuses pedindo que eles o poupassem de viver tempos interessantes. Como não tivesse sido sábio, concluíam Camus, os deuses não o haviam poupado. Refletindo sobre nosso mundo, não posso deixar de pensar que nós também estamos sob a sina de viver em tempos interessantes. Não devemos, porém, temê-los. O sábio de Camus talvez não tenha considerado que a maior aventura humana é justamente a de procurar moldar o tempo em que nos cabe viver. E, para isso, o primeiro passo é buscar compreendê-lo. (Cardoso, PP 1, p. 355)

O mundo está em movimento – e mais: movimenta-se *em uma dada*

Federativa do Brasil, p. 433. “Discurso na cerimônia de assinatura de decreto de regulamentação do Fundo de Infra-Estrutura de Pesquisa e anúncio de medidas de apoio ao setor (Palácio do Planalto, Brasília, DF, 26 de abril de 2001)”, em *Palavra do Presidente 13 - 1º semestre de 2001. Brasília: Presidência da República Federativa do Brasil*, p. 254. “Discurso na cerimônia de sanção do projeto de lei do Sistema Público do Registro de Terras (Palácio do Planalto, Brasília, DF, 28 de agosto de 2001)”, em *Palavra do Presidente 14 - 2º semestre de 2001. Brasília: Presidência da República Federativa do Brasil*, p. 287. “Discurso no almoço com participantes do encontro de representantes do cinema racional (Palácio da Alvorada, Brasília, DF, 18 de outubro de 2001)”, em *Palavra do Presidente 14 - 2º semestre de 2001. Brasília: Presidência da República Federativa do Brasil*, p. 440. “Discurso na sessão de encerramento da reunião regional preparatória do Fórum Internacional Rio + 10 (Riocentro, Rio de Janeiro, RJ, 23 de outubro de 2001)”, em *Palavra do Presidente 14 - 2º semestre de 2001. Brasília: Presidência da República Federativa do Brasil*, p. 464.

direção -, a História acelera-se, muito especialmente a partir de 1989, e o Brasil precisa ser refundado – a partir de critérios e pressupostos que o encaminhem *para aquela dada direção* -, de modo que esteja à altura do momento histórico vivido. Cardoso entende que o homem da passagem do século XX para o século XXI “está numa posição equivalente àquela do homem do Renascimento, que pensava ser a medida de todas as coisas”³⁵³, havendo, porém, uma diferença essencial: no Renascimento, havia-se buscado inspiração em padrões de referência do mundo clássico. O homem do Renascimento lia a história, fazia-se a si mesmo herdeiro de um certo arcabouço cultural, e passava o compor o seu tempo presente com base nos elementos fundamentais dessa herança. Entretanto, “nos dias de hoje, não é mais possível espelhar-se em padrões do passado: temos de ousar; temos de inventar novas formas de convivência, sem buscar apoio na experiência anterior da

³⁵³ “Discurso na sessão solene de abertura da 8ª Reunião do Conselho do Mercosul (Assunção, Paraguai, 5 de agosto de 1995)”, em *Palavra do Presidente 2 - 2º semestre de 1995. Brasília: Presidência da República Federativa do Brasil, 2002*, p.189. Em discurso de julho de 1997, Cardoso revela (já o havia feito antes, mas não de forma tão circunstanciada) a origem da idéia de identificar o mundo pós-Queda do Muro de Berlim com um “novo Renascimento” – idéia extremamente recorrente em toda sua produção discursiva. É curioso notar que a idéia inspirou-se na leitura de “Perestroika”, de Mikhail Gorbachev, obra bastante representativa das transformações em curso na década de 1980. “Eu dizia, e por isso fui criticado: por que não olhar para esse novo processo em termos de um novo renascimento? Acho adequada a expressão. Costumo repetir, e vou repetir mais uma vez, aqui: essa idéia me veio lendo Gorbachev, o famoso livro do Gorbachev, com o qual começou a nova época na União Soviética. Ele fez uma consideração que me pareceu, na época, uma observação digna do Renascimento. Qual foi a observação? Ele disse: “Olha, nós estamos, aqui, dentro do terror atômico. Não mais adianta guerra. A guerra não resolve mais os conflitos, porque destrói todos e destrói a humanidade. Se vier a guerra para valer mesmo, será guerra entre dois grupos, será atômica. Então, a guerra deixa de ser um instrumento de forçar a negociação. Ela liquida, extingue a vida sobre o planeta. Então, há alguns processos em que nós não podemos mais pensar em termos do bloco” – no caso, no tempo, era bloco. “Nós temos que pensar em termos” – ele usou a expressão – “da humanidade.” Ora, **isso é termo renascentista**, é a descoberta do homem como ser geral, que depois foi criticado. É termo renascentista. Ou se recoloca o homem como ser universal, ou não há como pensar a política, porque a política, aí, vira hobbesiana: a guerra de todos contra todos. Só que a guerra não terá vencedores, porque a capacidade tecnológica de destruição é tão grande que uns matam os outros e acaba tudo.” (Aula Magna na V Cúpula Regional para o Desenvolvimento Político e os Princípios Democráticos - Auditório do Memorial JK, Brasília, DF, 3 de julho de 1997), em *Palavra do Presidente 6 - 2º semestre de 1995. Brasília: Presidência da República Federativa do Brasil, 2002*, p. 72-73; grifo nosso.

humanidade.”³⁵⁴ Ou seja, o mundo do pós-1989 apresenta-se como algo jamais vivido anteriormente; como algo, portanto, absolutamente inédito – o que acentua a responsabilidade do governante, que deve compreender o significado profundo de sua época, verificar a direção em que sopram os novos ventos, e alinhar adequadamente as velas de sua embarcação, o Brasil³⁵⁵. Não será fácil empresa, no entanto: o Brasil é uma embarcação pesada demais, que não apenas possui defeitos estruturais como se encontra estagnada *em razão* desses defeitos e *a despeito* das fortes correntes subterrâneas que se movimentam e que, estando ela em outras condições – condições *reformadas* -, a conduziram sem maiores problemas ao futuro, ao porto do desenvolvimento econômico e social; em uma palavra, ao próprio porto da *felicidade*³⁵⁶.

Assim, “queira-se ou não, vivemos uma época nova, a qual já é uma realidade concreta para nossos países. Sabemos, hoje, que temos de fazer um

³⁵⁴ Idem, p. 189

³⁵⁵ Esta ordem de imagens e metáforas é usada pelo próprio Fernando Henrique Cardoso. Observe-se o alto grau de confiança em que os novos meios de comunicação irão potencializar a racionalidade do sistema – argumento de fundo eminentemente liberal: “Então, nós estamos neste momento, que é de um novo renascimento – na verdade, é um novo renascimento -, em que temos que nos lançar à aventura de mares desconhecidos, como foi feito no século XVI. Nós estamos nos lançando à aventura de mares desconhecidos, só que, agora, temos mais do que a bússola, temos realmente uma capacidade previsora muito maior, um sistema de informações muito grande, *on-line*, com que, se tivermos a capacidade de analisar todas as informações de que dispomos, se consegue, realmente, fazer grande modificações e dar um rumo muito mais decidido, definido, não só às empresas, mas ao País.” Discurso na abertura do Conselho Consultivo Empresarial de Competitividade (Palácio do Planalto, Brasília, DF, 10 de fevereiro de 1995), em *Palavra do Presidente 1 - 1º semestre de 1995. Brasília: Presidência da República Federativa do Brasil, 2002*, p. 84-85.

³⁵⁶ “Quando forem ler Aristóteles ou os clássicos gregos que falavam em política, verão que, no conceito clássico, incluía-se na definição da política a felicidade.” Discurso na cerimônia de assinatura de contratos de concessão de exploração de serviço móvel celular, Banda B, nas áreas I, Estado de São Paulo, e 9, Estados de Sergipe e Bahia (Palácio do Planalto, Brasília, DF, 6 de agosto de 1997), em *Palavra do Presidente 6 - 2º semestre de 1997. Brasília: Presidência da República Federativa do Brasil, 2002*, p. 174-175.

esforço muito grande para harmonizar nossas políticas macroeconômicas, porque elas são fundamentais para a continuidade da integração.”³⁵⁷ Integração, bem entendido, com a parte saudável do mundo. Sim, porque há um mundo que está morrendo, irremediavelmente: o mundo que “tinha na ideologia uma paixão que freava e cegava”, que foi ultrapassado pela História por não haver compreendido que “sem liberdade, não há ciência, e que, sem democracia, não há nada que assegure a continuidade de um processo econômico.”³⁵⁸ Um mundo, enfim, que não pôde

³⁵⁷ Idem, ibidem, p. 190.

³⁵⁸ Idem, ibidem, p. 192. Cardoso vê a integração entre as economias do mundo como a condição primeira para que a humanidade venha a colher todos os frutos do que entende como um *novo renascimento*; são comuns, em seus discursos, análises de conjuntura que revelam a percepção de o quão absolutamente necessária é a progressiva integração mundial. Colhemos, como exemplo paradigmático disto, uma passagem que, envolvendo reflexão sobre o Terceiro Mundo e o problema da integração, apresenta a visão de Cardoso a respeito das razões últimas da necessidade de levar a efeito integração do Brasil ao mundo globalizado. Observe-se, no desenvolvimento da argumentação, a crítica velada às opções político-econômicas de tipo nacionalista, e ainda o esforço para afastar-se de esquemas de pensamento como aqueles comumente associados à obra de Francis Fukuyama e à idéia de “fim da História”; percebe-se também a idéia de que a História tenderá a beneficiar nações que venham a integrar-se, uma vez que tenderá a “ser cruel” com os países que (pela visão da qual se declara não partidário) permaneçam à margem: “Os NICs asiáticos desfrutam hoje padrões de renda que os deixam mais próximos do mundo desenvolvido do que do mundo em desenvolvimento. A América Latina, com uma ou outra exceção, como o Chile, tardou a embarcar no processo de integração na economia global. Foi ali que a estratégia de substituição de importações, de industrialização protegida, fincou raízes mais profundas. Nos últimos anos, os países da região tentam recuperar o atraso, dentro de uma perspectiva geral de maior abertura e de crescimento, mas com instrumentos distintos e graus diferenciados de êxito para cada um. Para os países continentais, como Índia, Paquistão, China, Indonésia e Brasil, se não se integrarem de modo satisfatório às correntes econômica internacionais, restará sempre a opção do mercado interno, de um suposto e talvez inatingível “caminho próprio” de desenvolvimento. **Mas para a maior parte restante do antigo Terceiro Mundo, duas visões se opõem. Uma delas tende a ver os países dessa parte do mundo como de difícil integração aos espaços econômicos regionais ou à economia global. Estariam fadados ao esquecimento, pela irrelevância, do ponto de vista econômico. (...) A História tenderia a ser cruel para os que se situam à margem do *mainstream*. A outra visão, da qual sou partidário, sem negar as dificuldades enormes da maior parte do Terceiro Mundo, acredita nas possibilidades de longo prazo de sua integração à economia mundial e recusa-se ao imobilismo e ao fatalismo.** Para os que assim pensam, em vez da indiferença, a situação desses países suscita a indignação, sentimento capaz de produzir a mobilização necessária à ação. Porque a disparidade entre nações ricas e pobres continua a incomodar, a machucar, a perverter a boa consciência do mundo. Em suma, a globalização da economia é um fenômeno que veio para ficar e que – queira-se ou não – cada vez mais influencia as opções nacionais de governantes e dirigentes. Mas a internacionalização da economia não se fará sem conflitos, com base em consensos doutrinários, à moda do “fim da história” de Fukuyama. “Aula e cerimônia de outorga do título de Doutor Honoris Causa ao Presidente Fernando Henrique Cardoso na Universidade do Porto (Porto,

entender que “o Estado é impotente, no seu esplêndido isolamento, para garantir aquilo que é necessário aos povos”.³⁵⁹

Para além das reformas de natureza econômica e política – e uma vez ultrapassada a era das ideologias –, deve-se entender que uma revolução de tipo *cultural* é toda a revolução de que o mundo precisa, nesta fase de um novo Renascimento. A “nova humanidade”, resultante da “mutação cultural profunda” em curso, irá atravessar o século XXI com capacidade criadora desde que não tenha como ambição “ser a mesma em toda parte”; embora os valores centrais de justiça, de igualdade, possam ser; o filtro cultural vai ser cada vez mais importante.³⁶⁰ O Brasil deve abrir-se – e não fechar-se, como no passado, por vezes, se pretendeu – às possibilidades e desafios desse novo mundo “não pensando que a ideologia em si é que vai gerar o princípio de coesão, senão que pensando que é através da multiplicidade de visões, da participação, da tolerância, da capacidade, portanto, de integração do desigual, mas respeitando a desigualdade é que nós podemos avançar.”³⁶¹ Essa disposição para a abertura, para uma adaptação virtuosa aos novos tempos, para a integração que requer um espírito essencial de respeito às

Portugal, 22 de julho de 1995)”, em *Palavra do Presidente 2 - 2º semestre de 1995. Brasília: Presidência da República Federativa do Brasil, 2002*, p. 142-143; grifo nosso.

³⁵⁹ Idem, ibidem, p. 192.

³⁶⁰ “Aula Magna na V Cúpula Regional para o Desenvolvimento Político e os Princípios Democráticos (Auditório do Memorial JK, Brasília, DF, 3 de julho de 1997)”, em *Palavra do Presidente 6 - 2º semestre de 1997. Brasília: Presidência da República Federativa do Brasil, 2002*, p. 79-80. Já no discurso de posse de mandato, em janeiro de 1995 – em referência ao caso específico do Brasil –, fazia-se alusão à necessidade de uma *revolução de mentalidade*: “O apoio mais importante, na verdade, não é ao Governo nem à pessoa do Presidente. É o apoio que formos capazes de dar uns aos outros, como brasileiros, e o apoio de todos ao Brasil. Essa verdadeira revolução social e de mentalidade só irá acontecer com o concurso da sociedade.” *Palavra do Presidente 1 - 1º semestre de 1995. Brasília: Presidência da República Federativa do Brasil, 2002*, p. 31

³⁶¹ Idem, p. 80.

diferenças (impossível em um ambiente ideologizado), pode constituir, ela mesma, o desenho de um novo projeto nacional³⁶², o qual “não pode mais ser pensado como um projeto *contra*. Contra quem? Contra os nossos amigos, que todos são, nas nossas vizinhanças? Não: a favor. Mas pensando na nossa diferenciação.”³⁶³

Vê-se que projetos nacionais cultivados em momentos históricos nos quais as ideologias possuíam papel relevante, e muitas vezes mesmo *determinante*, não podiam ser bons, ou conduzir o mundo a algo de minimamente positivo – posto que eram projetos *contra*. Esta é a razão mais abrangente apresentada por Cardoso contra projetos nacionais tal como elaborados e levados a efeito até 1989, projetos estes que tendiam a ser mais *nacionalistas* (fechados, ensimesmados, projetos *contra*) que propriamente *nacionais* (abertos, dispostos à integração e à aceitação das diferenças, projetos *a favor*). Ela comporá um plano de fundo contra o qual serão projetadas todas as críticas, veladas ou explícitas, à Era Vargas ou a ambientes e contextos políticos de alguma forma assemelhados.

A idéia de fim das ideologias, portanto, não significa *fim das utopias*; o novo Renascimento que se apresenta configura uma nova utopia, de cuja construção

³⁶² Cardoso acredita representar não apenas um projeto nacional, como um projeto nacional e uma cidadania soberanos: “[O que assegura a cidadania] não são algumas visões atrasadas, fixadas em processos históricos, o querer projetar para a frente uma história que já não pode caminhar. O que assegura a soberania (...) é a moeda forte.” Solenidade em comemoração ao aniversário de um ano do Plano Real (Brasília, DF, 1º de julho de 1995), em *Palavra do Presidente 1 - 1º semestre de 1995. Brasília: Presidência da República Federativa do Brasil, 2002*, p. 33.

³⁶³ Idem, p. 81.

o Brasil faz parte.³⁶⁴ A confiança extremada no presente e nas possibilidades do futuro é justificada pela crença nesta nova utopia, a qual envolve, em seu cerne “uma visão que tem, naturalmente, como sujeito, se é possível dizer isso outra vez na História, a humanidade.”³⁶⁵

Por isso que, há tanto tempo, eu venho falando que nós estamos vivendo um novo Renascimento, um novo Humanismo. Muita gente pensa que são palavras. No meu modo de ver não são só palavras. É verdade, nós estamos assistindo a um Renascimento. Em vez da idéia do homem e do indivíduo, mais tarde do indivíduo situado nacionalmente, ou mais tarde ainda, situado na classe, hoje, pela primeira vez, é possível, por causa da globalização, mas contraposta a essas idéias e a essas visões que são visões embasadas numa utopia, também numa ética, nós podemos pensar nessa nova fase da convivência humana. Nós podemos generalizar o cidadão, quer dizer, é a humanidade mesma que pela primeira vez na **História** se torna – eu vou parar por aqui para não fazer muito pedantismo – uma espécie de uma nova [sic], de um novo universal concreto à la Hegel. (Cardoso, 1997, PP 6, p. 724)

Há muitas razões, assim, para uma visão otimista acerca do momento histórico vivido. O indivíduo, liberto da situação nacional que o ensimesmava, bem como da situação de classe que o aprisionava³⁶⁶, *renasce - por causa da*

³⁶⁴ “Nós estamos criando uma nova utopia”. Discurso na audiência com os membros do Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (Palácio do Planalto, Brasília, DF, 17 de dezembro de 1997), em *Palavra do Presidente 6 - 2º semestre de 1997. Brasília: Presidência da República Federativa do Brasil, 2002*, p. 724.

³⁶⁵ Idem, p. 724.

³⁶⁶ “Não temos mais a ilusão de classes sociais que pudessem liderar unilateralmente o processo de desenvolvimento. Hoje, o desenvolvimento é problema que obriga a uma mobilização social mais ampla.” Conferência sob o título de “O desenvolvimento: o mais político dos temas econômicos”, no Center for Strategic and International Studies (Washington, DC, EUA, 21 de abril de 1995), em *Palavra do Presidente 1 - 1º semestre de 1995. Brasília: Presidência da República Federativa do Brasil, 2002*, p. 400. Observe-se que, para Cardoso, ao homem do *novo renascimento* nem são necessárias, mais, as ideologias tradicionais: “Se Marx fez do proletário a classe universal e da luta de classes fenômeno que não conhecia fronteiras, os temas globais hoje nos fazem lembrar que existe algo de universal que transcende as ideologias tradicionais.” Aula e cerimônia de outorga do título de Doutor Honoris Causa ao Presidente Fernando Henrique Cardoso na Universidade do Porto (Porto, Portugal, 22 de julho de 1995), em *Palavra do Presidente 2 - 2º semestre de 1995. Brasília: Presidência da República Federativa do Brasil, 2002*, p. 146.

globalização e pela primeira vez na História – e emerge como cidadão universal em uma nova fase da convivência humana: a humanidade tornada, enfim, um “universal concreto”.³⁶⁷ Para Cardoso, apenas aqueles que “vivem à luz das antigas utopias é que se sentem desamparados”³⁶⁸; lhes falta visão e lhes falta sensibilidade intelectual para compreender a profundidade e o alcance das mudanças por que passa o mundo, “tanto os que pensam que o *laissez-faire* é o que prevalece, como os que pensam que um Estado coletivista é o que deva prevalecer. Essas duas posições, hoje, são velhas.”³⁶⁹

Evitando tais posições passadistas – cujo espectro, do *laissez-faire* ao Estado coletivista, abrange praticamente tudo, observe-se -, devem as nações do mundo proceder à junção do século XVI com o século XVIII, o Renascimento com o “Século das luzes, da razão. (...) Da descoberta do outro, da descoberta de um mundo mais amplo, das grandes navegações, hoje nós fazemos navegações para outros planetas, para outros lados do Universo, temos novas tecnologias, uma invenção tecnológica extraordinária e a tentativa de colocar o homem como o centro

³⁶⁷ Dificilmente Francis Fukuyama (obra citada) expressaria em melhores termos sua idéia a respeito do “último homem”, intimamente ligada à de fim da História.

³⁶⁸ Discurso na audiência com os membros do Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (Palácio do Planalto, Brasília, DF, 17 de dezembro de 1997), em *Palavra do Presidente 6 - 2º semestre de 1997. Brasília: Presidência da República Federativa do Brasil, 2002*, p. 724.

³⁶⁹ Idem, p. 724

das coisas.”³⁷⁰

Há um rumo, portanto, um caminho tracejado essencialmente virtuoso, dotado de alto grau de positividade³⁷¹ – uma vez que livre de entraves históricos

³⁷⁰ Discurso no encerramento da III Reunião Plenária do Círculo de Montevidéu (Granja do Torto, Brasília, DF, 24 de março de 1998), em *Palavra do Presidente 7 - 1º semestre de 1998. Brasília: Presidência da República Federativa do Brasil, 2002*, p. 254. Ainda em 2002, último ano de seu segundo mandato presidencial, Cardoso reafirmará a idéia, como a dizer que jamais se tratou de uma imagem de algum modo ingênua ou inapropriada. “Eu dizia, no começo do governo, há 7 anos, que vivíamos um momento de Renascimento, como se fosse um novo Renascimento. Naturalmente, fui muito criticado. Presidente é para isso mesmo, para ser criticado, não é? Disseram: “Novo Renascimento, com tanta pobreza...” Esqueceram como era o Renascimento, lá atrás: com muita pobreza. O que não justifica a pobreza, naturalmente. Esse é um assunto de outra índole. Mas eu dizia que era um momento de Renascimento, porque o homem estava voltando a ser a medida de todas as coisas. E o que caracterizou o Renascimento foi o humanismo, foi a idéia de que o homem era o ponto de referência de todas as coisas.

Como a sociedade passa a ser uma sociedade do conhecimento, ela requer um novo humanismo. (Discurso na cerimônia de apresentação do Projeto “Portal Universia” - Palácio do Planalto, Brasília, DF, 5 de março de 2002), em *Palavra do Presidente 15 - 1º semestre de 1998. Brasília: Presidência da República Federativa do Brasil, 2002*, p. 222.

³⁷¹ Esse aspecto é livre de qualquer ambigüidade no discurso presidencial de Fernando Henrique Cardoso: “O fim da Guerra Fria, os avanços sem precedentes na ciência e na tecnologia, o processo irreversível de integração, aproximando nações que há séculos se confrontavam de forma estéril, são indícios claros de que **podemos caminhar para um terceiro milênio de prosperidade, harmonia e paz. Nunca antes, na História, essa possibilidade foi tão concreta e plausível.**” Discurso por ocasião do jantar em homenagem à Presidenta da Irlanda, Mary Robinson (Palácio do Itamaraty, Brasília, DF, 29 de março de 1995), em *Palavra do Presidente 15 - 1º semestre de 1998. Brasília: Presidência da República Federativa do Brasil, 2002*, p. 262; grifo nosso. “Ao tratar dos dilemas trazidos pelo fim da Guerra Fria, pretendo, desde já, deixar clara uma primeira convicção: **existem condições claras para que o período histórico inaugurado em 1989/1992 seja essencialmente melhor do que o mundo do conflito bipolar.**” Conferência sob o título “O mundo do pós-Guerra Fria: dilemas e perspectivas”, proferida no Council on Foreign Relations (Nova York, EUA, 19 de abril de 1995, em *Palavra do Presidente 15 - 1º semestre de 1998. Brasília: Presidência da República Federativa do Brasil, 2002*, p. 356; grifo nosso. “**Desde a queda do Muro de Berlim** – para manifestar um símbolo do que aconteceu –, **nós temos, hoje, em todas as latitudes, uma homogeneização maior quanto a certos valores fundamentais:** valores de liberdade, valores de predominância da racionalidade não só econômica, mas, eu insisto, social também, como componente fundamental desse novo mundo (...). p. 587 Conferência na Escola Naval (Rio de Janeiro, RJ, 17 de novembro de 1995), em *Palavra do Presidente 2 - 2º semestre de 1995. Brasília: Presidência da República Federativa do Brasil, 2002*, p. 587; grifo nosso. Para Cardoso, entretanto, o trabalho de reflexão deve funcionar como um remédio contra a euforia em relação às possibilidades que se apresentam, a qual constituiria um equívoco: “No plano das ideologias, a queda do Muro de Berlim leva a, pelo menos, duas atitudes. De um lado, uma euforia, fácil e enganosa, a de que teríamos chegado ao fim da “era das ideologias”, como se tivesse sido criado consenso universal sobre o que é melhor para as nações. Os problemas não teriam mais a ver com “idéias”, mas com “práticas”. De outro, a compreensão de que, apesar de crescentes convergências, estas não se transformam em unanimidades, Há dilemas e contradições no campo da política.” Aula na Universidade de Coimbra, durante a cerimônia de outorga do título de Doutor Honoris Causa (Coimbra, Portugal, 21 de julho de 1995), em *Palavra do Presidente*

eminentemente negativos, “velhos”, “passadistas”, “derrotistas” – e preenche das mais recompensadoras promessas. A última década do século XX é um mundo ainda cheio de problemas e vícios, é verdade, oriundos de desigualdades históricas de todo tipo – mas um “marco de harmonia”³⁷² encontra-se estabelecido, um novo horizonte foi descortinado, a História encaminha-se em sua direção, e o Brasil precisa começar a mover-se também, aproveitando os bons ventos. Perceba-se, no seguinte excerto, a presença de virtualmente todos os agentes sociais nacionais – “forças vivas da Nação”.

Hoje não há especialista sério que preveja para o **Brasil** outra coisa que não um longo período de crescimento. As condições internacionais são favoráveis. O peso da dívida externa já não nos sufoca. Aqui dentro, nossa economia é como uma planta sadia depois da longa estiagem. As raízes – **as pessoas e as empresas** que produzem riqueza – resistiram aos rigores da estagnação e da inflação. Sobreviveram. Saíram fortes da provação. Nossos empresários souberam inovar, souberam refazer suas fábricas e escritórios, souberam vencer as dificuldades. **Os trabalhadores** brasileiros souberam enfrentar as agruras do arbítrio e da recessão e os desafios das novas tecnologias. Reorganizaram seus **sindicatos** para serem capazes, como hoje são, de reivindicar seus direitos e sua parte no bolo do crescimento econômico. Chegou o tempo de florescer e crescer. Mais importante: hoje nós sabemos o que o **Governo** tem que fazer para sustentar o crescimento da economia. E

2 - 2º semestre de 1995. *Brasília: Presidência da República Federativa do Brasil, 2002*, p. 127. No mesmo sentido: “O que sabemos é que aumentaram as fontes de incertezas. Para alguns, gera-se uma espécie de desconforto analítico devido à ausência de paradigmas claros. Problemas novos sugerem que o trabalho político é mais complexo. (...) somos tentados pelo otimismo fácil, pelo triunfalismo, pela visão de que, em si mesmo, o fim do confronto ideológico seria capaz de produzir, automaticamente, transformações para melhor no cenário mundial. Haveria uma espécie de ‘contaminação positiva’ em cada um de todos os aspectos da vida internacional. (...) O maior desafio no mundo do pós-Guerra Fria é, assim, entre elementos e sensações aparentemente contraditórios, reter os positivos (...) É preciso fazer com que os aspectos positivos contaminem o amplo espectro da agenda internacional, ao mesmo tempo em que se busca atenuar aqueles que se consideram negativos.” Conferência sob o título “O mundo do pós-Guerra Fria: dilemas e perspectivas”, proferida no Council on Foreign Relations (Nova York, EUA, 19 de abril de 1995, em *Palavra do Presidente 1 - 1º semestre de 1995. Brasília: Presidência da República Federativa do Brasil, 2002*, p. 356-358.

³⁷² “Conferência sob o título “O mundo do pós-Guerra Fria: dilemas e perspectivas”, proferida no Council on Foreign Relations (Nova York, EUA, 19 de abril de 1995”, em *Palavra do Presidente 1 - 1º semestre de 1995. Brasília: Presidência da República Federativa do Brasil, 2002*, p. 359.

vamos fazer. Aliás, já estamos fazendo. Quando muitos duvidaram se seríamos capazes de colocar nossa própria casa em ordem, nós começamos a arrumá-la nestes dois anos. Sem ceder um milímetro da nossa liberdade, sem quebrar contratos nem lesar direitos, acabamos com a superinflação. [Às reformas estruturais] me dedicarei com toda a energia, como Presidente, contando com o apoio do Congresso, dos estados e de todas as forças vivas da Nação. Temos de volta a liberdade, portanto. E teremos desenvolvimento. (...). No mundo pós-Guerra Fria, a importância de países como o Brasil não depende somente de fatores militares e estratégicos, mas sobretudo da estabilidade política interna, do nível geral de bem-estar, dos sinais vitais da economia – a capacidade de crescer e gerar empregos, a base tecnológica, a participação no comércio internacional – e, também, de propostas diplomáticas claras, objetivas e viáveis. Por isso mesmo, a realização de um projeto nacional consistente de desenvolvimento deve nos fortalecer crescentemente no cenário internacional. O momento é favorável para que o Brasil busque uma participação mais ativa nesse contexto. Numa fase de transformações radicais, marcada pela redefinição das regras de convivência política e econômica entre os países, não podemos, por mero saudosismo, dar as costas aos rumos da História. Temos, sim, que estar atentos a eles para influenciar o desenho da nova ordem. É tempo de debater às claras qual deve ser o perfil do Brasil, como Nação soberana, neste mundo em transformação (...). (Cardoso, 1995, PP 1, p. 25-28)

Há uma esforço, como se vê, empreendido no sentido de “colocar a nossa casa em ordem” (não fazê-lo, significaria “dar as costas à História). O fato de isto ser necessário, é claro, deve-se ao fato de ela estar em franca desordem – e, para Cardoso em seus discursos presidenciais, tal desordem não é circunstancial; ao contrário, possui raízes históricas bem definidas. Como já observamos, a filiação histórica essencial da década de 1990 – seu *lugar* de interlocução privilegiada -, em Cardoso, é uma filiação negativa, feita às avessas: a Era Vargas em si mesma e os assuntos que de uma forma ou de outra a ela se associam, entre os quais se sobressai o do papel do Estado – muito especialmente, o do papel do Estado na economia. Estando virada a “página do autoritarismo, que, com nomes e formas

diferentes, desvirtuou nossa República desde a sua fundação”³⁷³, é chegada a hora do acerto de contas com o legado de Getúlio Vargas – o nome que avulta como uma sombra onipresente no discurso presidencial de Cardoso; o principal nome, afinal, entre os “nomes e formas diferentes” do autoritarismo brasileiro.

É preciso inicialmente observar que o tratamento dado ao assunto nos discursos de Cardoso é claramente pendular, ora desqualificando por completo a Era Vargas em seu conjunto (seu espírito de fundo, seus caminhos e descaminhos históricos, seu legado), ora reconhecendo-lhe certo valor - desde que se tenha em mente as exigências da época. No segundo caso, há sempre alguma ambigüidade, uma vez que, se “Vargas fez o que devia ser feito”, ou o que “podia ser feito”, seu mérito histórico resta obviamente relativizado. De todo modo, é possível perceber, na longa amplitude temporal dos discursos, um padrão segundo o qual todas as referências ocorrem: em se tratando da Era Vargas em si mesma, entendida como um período entre outros da história republicana do Brasil, ainda que seja necessário lhe dar atenção especial, pelo seu peso e herança³⁷⁴, as menções são quase sempre – há exceções - profundamente críticas; tais críticas, entretanto, serão mais ou menos agudas se estiverem ou não ligadas, na lógica argumentativa do enunciado, ao elogio do tempo presente e das reformas estruturais – servindo para realçar-lhe, contrastivamente, a necessidade. Neste caso, em geral, a Era Vargas aparece em

³⁷³ Discurso de posse no Congresso Nacional (Brasília, DF, 1º de janeiro de 1995), em *Palavra do Presidente 1 - 1º semestre de 1995. Brasília: Presidência da República Federativa do Brasil, 2002*, p. 25.

³⁷⁴ Período este que pode chegar ao suicídio de Vargas, ao início do regime militar, em 1964, ou mesmo até o fim deste, em seus desdobramentos estatistas.

elipse – como a sombra onipresente acima aludida -, e as críticas parecem dirigir-se reflexamente a quem se opõe às reformas estruturais postas em andamento. Em se tratando, por outro lado, da figura histórica de Getúlio Vargas, do *presidente Vargas* em particular, o teor crítico do discurso dilui-se – por vezes, dilui-se mesmo substancialmente, dependendo do tema abordado e da situação específica do discurso. Vejamos essas diversas circunstâncias e o caráter de sua ocorrência.³⁷⁵

Primeiramente, há o diagnóstico da existência de um “País real”, orgânico e demandante de uma nova realidade e de um novo futuro, que encontra-se em contradição com o “País legal”; este representa um entrave àquele, e em grande medida as reformas estruturais destinam-se a “passá-lo a limpo”, a “pô-lo à margem”, “desatando os nós que nos prendem ao estado de inspiração fascista”³⁷⁶, e que manifestam-se mesmo em expressões políticas mais recentes como a Constituição de 1988, a qual, para Cardoso, apresenta graves defasagens em relação à realidade do fim do século XX – realidade que se *impõe*, e que mesmo assim não é

³⁷⁵ A passagem que se segue – ainda que única em seu tom confessional - é ilustrativa desta idéia: “Terá sido, talvez, pretensão demasiada nossa, no início do Governo, imaginarmos que era preciso dar um ponto final ao que então chamei de Era Vargas. E devo dizer que, quando qualifico o ponto final na Era Vargas, não estou criticando a Era Vargas. Eu até, pessoalmente, votei em Getúlio Vargas, em algum momento. Sou suficientemente velho para ter votado nele. Sei que não foi a escolha de todos. Não tenho nada contra a política desenvolvida no sentido do fortalecimento tanto do Estado nacional quanto da sociedade brasileira. As circunstâncias mudaram, e, efetivamente, temos que criar um novo espaço de definição política e de reorganização da sociedade.” Discurso no VII encontro nacional dos interlocutores do Comunidade Solidária (Palácio do Planalto, Brasília, DF, 28 de abril de 1998), em *Palavra do Presidente 7 - 1º semestre de 1998. Brasília: Presidência da República Federativa do Brasil, 2002*, p. 309.

³⁷⁶ “Discurso na solenidade do Sebrae (Palácio do Planalto, Brasília, DF, 27 de janeiro de 1995)”, em *Palavra do Presidente 1 - 1º semestre de 1995. Brasília: Presidência da República Federativa do Brasil, 2002*, p. 68.

compreendida por espíritos presos ao passado³⁷⁷, os quais, *lamentavelmente*, nem mesmo entendem a evolução histórica do capitalismo:

Hoje, a realidade se impõe. Com a globalização da economia, com a necessidade do afluxo de capitais, quem se abalançaria a defender alguns aspectos arcaicos da nossa Constituição? As pesquisas estão mostrando que a opinião pública, o povo já percebeu que os monopólios constituem entraves, e não formas de avanço. Constituíram, no passado, formas de avanço. Mas, meu Deus, quem conhece a história do capitalismo sabe que foi assim também no mundo. No mundo! Não é agora, não é aqui, não. No mercantilismo toda a visão era... Agora, aqui, muitos têm visão mercantilista ainda. Dá pena. Vai-se fazer o quê, não é? Vão ficar embalados nela. Mas a realidade vai se impor, e vamos ter que redefinir os espaços de competitividade. (Cardoso, 1995, PP 1, p.. 89)

As próprias bases do Estado brasileiro, assim, precisam ser refeitas. O legado do Estado varguista³⁷⁸, que terá, à sua época, correspondido a um grande avanço, deve ser “reformulado, para que o nosso Estado possa atender aos anseios do mundo contemporâneo.”³⁷⁹. Essa reformulação deve envolver a privatização de empresas estatais, uma vez que, de um lado, a poupança do Estado não é mais capaz de mantê-las funcionando otimamente – como o foi no passado para realizar os indispensáveis investimentos em infra-estrutura, e, mais tarde, com a criação e expansão das “famosas ‘bras’, a Petrobrás, a Eletrobrás, etc.” -, e de outro, o capital

³⁷⁷ “Às vezes, as teias de aranha na gente não permitem ver as mudanças, e nós ficamos julgando o presente e o futuro com o olhar do passado. Não dá certo. O que foi certo num momento não é certo no momento seguinte, necessariamente, porque as condições mudam.” Discurso por ocasião do almoço com lideranças sindicais (Escola Superior de Administração Fazendária, Brasília, DF, 14 de fevereiro de 1995, em *Palavra do Presidente 1 - 1º semestre de 1995. Brasília: Presidência da República Federativa do Brasil, 2002*, p. 140.

³⁷⁸ Discurso na solenidade para sanção da Lei de Concessão e Permissão da Prestação de Serviços Públicos (Palácio do Planalto, Brasília, DF, 13 de fevereiro de 1995), em *Palavra do Presidente 1 - 1º semestre de 1995. Brasília: Presidência da República Federativa do Brasil, 2002*, p. 133.

³⁷⁹ Idem, p. 133.

privado³⁸⁰ já se encontra mais fortalecido e amadurecido, podendo assumir uma responsabilidade que no passado não lhe teria sido possível assumir – responsabilidade que é, afinal, a do próprio desenvolvimento da economia do país. Observe-se, nessa formulação, a presença do suposto liberal de que o capital privado é *naturalmente* mais afeito à boa gestão empresarial; o Estado, um dia, em uma situação de resto anômala, teve de fazer as vezes de empresário *não porque uma dada concepção de seu papel o conduzisse a desempenhar papel ativo no fazer econômico*, mas tão somente porque lhe foi coube ocupar, em caráter somente provisório – até que o capital privado se fortalecesse e amadurecesse -, um espaço que segundo a ordem natural das coisas não é seu: “Nada justifica a tese de que o Estado seja melhor empresário do que a iniciativa privada. A sociedade brasileira está convecida disso. Podemos, portanto, ser ambiciosos. As privatização serão aceleradas.”³⁸¹

O Estado, entretanto – alega-se -, é imprescindível. Cardoso observa que, em princípio, “haverá sempre a ação de governo. Sem governo, as sociedades modernas, ou nenhuma sociedade complexa, funciona. O Estado é fruto das sociedades complexas em geral, não só das capitalistas, mas em geral. E as

³⁸⁰ Nacional, é possível inferir.

³⁸¹ Discurso sob o título “O Brasil que volta a ser terra das oportunidades”, por ocasião do almoço oferecido pela comunidade empresarial (Nova York, EUA, 19 de abril de 1995), em *Palavra do Presidente 1 - 1º semestre de 1995. Brasília: Presidência da República Federativa do Brasil, 2002*, p. 349.

sociedades complexas não funcionam sem o Estado.”³⁸² É preciso, entretanto, redesenhar-lhe as finalidades, sendo uma das mais essenciais a de garantir que haja condições institucionais para a competição entre as empresas privadas no mercado, o que levará ao mais eficaz resultado econômico, e portanto ao desenvolvimento. Privatizações que conduzam a monopólios privados, por exemplo, seriam más privatizações, uma vez que contrariariam o melhor interesse público - sendo papel crucial do Estado uma vigilância constante para que este seja sempre plenamente atendido.

Vive-se uma realidade democrática, e o mercado “se alinha mais facilmente numa sociedade democrática do que numa sociedade camuflada, numa sociedade distorcida por vontades autoritárias e estatais, mesmo quando elas, às vezes, tomam as aparências de não serem assim.”³⁸³ É lícito, assim, inferir que, no passado – neste passado que se deseja superar -, a fragilidade que impedia o capital privado de chamar para si a responsabilidade sobre a construção do capitalismo brasileiro devia-se não só a um processo natural, a uma espécie de infância do capital, como fundamentalmente a um *meio ambiente* hostil a um virtuoso

³⁸² Discurso na abertura do Conselho Consultivo Empresarial de Competitividade (Palácio do Planalto, Brasília, DF, 10 de fevereiro de 1995), em *Palavra do Presidente 1 - 1º semestre de 1995. Brasília: Presidência da República Federativa do Brasil, 2002*, p. 90. A passagem seguinte é bastante ilustrativa: A tarefa é grande. É outra ilusão a de pensar que o mercado substitui o Estado, é a mesma ilusão dos que não têm imaginação, dos que pensam que é branco e preto. Não é bem assim. Nas novas condições, há um novo Estado. Se nós não organizarmos o novo Estado, se ficarmos com o velho Estado, ele não terá condições de enfrentar o mundo moderno. Temos que ter um novo Estado. Esse novo Estado tem um papel decisivo, não se iludam. Nós não estamos marchando para aquilo que os anglo-saxões chamam *stateless societies*, não é assim, é o contrário.” Discurso na solenidade de abertura do Seminário sobre Concessões de Serviços Públicos (Palácio do Planalto, Brasília, DF, 12 de abril de 1995), em *Palavra do Presidente 1 - 1º semestre de 1995. Brasília: Presidência da República Federativa do Brasil, 2002*, p. 338.

³⁸³ Idem, p. 95.

“alinhamento do mercado”³⁸⁴. Enfatize-se o sensível aumento no grau de ambigüidade em relação à Era Vargas: ou bem o Estado havia feito “o que devia ser feito”, tal como o fez, ou bem teria de haver criado, *ab initio*, as condições ideais de liberdade democrática que permitiriam ao mercado – ao capital em situação de livre concorrência – conduzir o Brasil ao desenvolvimento econômico, da maneira como bem lhe aprouvesse.

De qualquer forma, as privatizações são um instrumento fundamental a operar o desate de nós que prendem o Brasil a um passado de inspiração fascista. O espírito das privatizações obedece, assim, a uma dupla intenção – ambas alegadamente livres de ideologia³⁸⁵: recuperar a confiança no equilíbrio das contas de um Estado livre do peso de ser, além de Estado, empresário, e redefinir a própria estrutura, funções e objetivos do Estado.³⁸⁶

³⁸⁴ “Recuar na compreensão de que o crescimento econômico depende de um ambiente de abertura econômica e de presença forte da iniciativa privada está fora de questão.” Conferência sob o título de “O desenvolvimento: o mais político dos temas econômicos”, no Center for Strategic and International Studies (Washington, DC, EUA, 21 de abril de 1995), p. 402.

³⁸⁵ Cardoso é coerente com a visão de um mundo desideologizado que professa em seu discurso presidencial: “Não encaramos o programa de privatização como uma questão ideológica.” Discurso na reunião do Conselho Coordenador das Ações Federais no Estado do Rio de Janeiro (Palácio do Planalto, Brasília, DF, 11 de abril de 1995), em *Palavra do Presidente 1 - 1º semestre de 1995. Brasília: Presidência da República Federativa do Brasil, 2002*, p. 323.

³⁸⁶ Discurso na abertura do Conselho Consultivo Empresarial de Competitividade (Palácio do Planalto, Brasília, DF, 10 de fevereiro de 1995), em *Palavra do Presidente 1 - 1º semestre de 1995. Brasília: Presidência da República Federativa do Brasil, 2002*, p. 90. Entre as funções do Estado, certamente não está a de “inventar dinheiro” (observe-se a crítica reflexa ao Estado intervencionista): “Nós vivemos uma economia de mercado. O Governo não inventa dinheiro. Quando o governo pensa que inventa dinheiro, quando o povo pensa que o Governo o inventa, gera inflação.” Discurso em solenidade com a Contag (Palácio do Planalto, Brasília, DF, 16 de fevereiro de 1995), em *Palavra do Presidente 1 - 1º semestre de 1995. Brasília: Presidência da República Federativa do Brasil, 2002*, p. 158.

Para Cardoso, o problema principal do Estado intervencionista não é tanto que ele tenha existido – “Vargas fez o que devia ser feito”³⁸⁷ –, mas que sua existência tenha se prolongado demais: “Anos 30, anos de grande convulsão na Europa; os Estados Unidos recém-saídos de uma depressão profunda, anos de Roosevelt para recuperar-se da depressão, e, naturalmente, aqui uma visão de autarquia, a idéia de que cada país só podia crescer com recursos próprios. E próprios não queria dizer, então, recursos postos aqui, mas recursos daqui.”³⁸⁸ A crise de 1929 e a conjuntura mundial que a ela se seguiu justificavam, de certa forma – “naturalmente” –, o papel que o Estado atribuiu a si mesmo naquele momento. Entretanto, já no pós-Segunda Guerra Mundial a realidade era bem outra, estando “redefinido, profundamente, o modo de produzir contemporâneo.”³⁸⁹ Para Cardoso – em crítica singular, mas em ponto de extrema relevância, ao próprio pensamento da Cepal –, a percepção dessa mudança deu-se de modo muito vagaroso, o que teria feito com que alterações importantes em relação ao papel do Estado no desenvolvimento das nações deixassem de ser feitas até muito tempo depois – com efeito, até a década de 1990.

³⁸⁷ “É sabido, no caso brasileiro, o enorme esforço que custou ao Governo, nos anos 30, definir linhas iniciais de uma produção siderúrgica, definir linhas iniciais de uma produção de petróleo. E tudo isso se fez nesse mesmo modelo, o Governo lançando mão dos recursos disponíveis através de impostos, apelando à iniciativa privada brasileira e estrangeira, baldados os esforços para ver se constituía uma base produtiva capaz de permitir que este país acedesse a graus de riqueza mais condizentes com a necessidade de seus povos.” Discurso na solenidade de abertura do Seminário sobre Concessões de Serviços Públicos (Palácio do Planalto, Brasília, DF, 12 de abril de 1995), em *Palavra do Presidente 1 - 1º semestre de 1995. Brasília: Presidência da República Federativa do Brasil, 2002*, p. 332.

³⁸⁸ Idem, p. 333.

³⁸⁹ Idem, ibidem, p. 345.

A idéia de que havia, “na linguagem de Prébisch”³⁹⁰, países do centro do sistema capitalista mundial – que se desenvolveram, se industrializaram, em razão da posição vantajosa que gozavam na divisão internacional do trabalho – e países de periferia – que não o fizeram, em razão de sua função precípua de exportadores de matérias-primas (situação que entendida na globalidade de suas conseqüências históricas *exigia*³⁹¹ do Estado um determinado papel, conforme a visão cepalina) -, já não fazia sentido na passagem da década de 1940 para a de

³⁹⁰ Idem, ibidem, p. 330-331.

³⁹¹ “Para muitos teóricos da dependência, a solução só viria a través da exacerbação das atribuições do Estado e, no limite, o próprio socialismo.” Conferência sob o título de “O desenvolvimento: o mais político dos temas econômicos”, no Center for Strategic and International Studies (Washington, DC, EUA, 21 de abril de 1995), em *Palavra do Presidente 1 - 1º semestre de 1995. Brasília: Presidência da República Federativa do Brasil, 2002*, p. 397-398, p. 397-398. Uma outra passagem do mesmo discurso apresentará um outro elemento das teorias da dependência referido como representando algo de substancialmente equivocado: “Subjacente à teoria da dependência, havia uma psicologia de ‘receio externo’. De um lado, porque, de modos variados, ainda prestávamos homenagens, veladas, é verdade, à teoria do imperialismo.” Idem p. 401. Tais críticas ocorrem, entretanto, em paralelo com balanços históricos mais ponderados: “Penso que a crítica ao modelo se fez por etapas. Inicialmente, (...) levantam-se as deficiências do modelo como indutor de justiça social; em seguida, quando se abre a crise da dívida, fica clara a falta de condições para que se promovesse um processo sustentável de autofinanciamento – e do momento em que se esgota a capacidade de poupança externa e a capacidade fiscal do Estado se enfraquece, não havia simplesmente poupança privada que levasse adiante o crescimento; o peso da máquina estatal, em que se multiplicam atividades empresariais e regulamentadoras, se mostra ineficiente e incapaz de acompanhar as mudanças no mundo e no Brasil; o controle das variáveis macroeconômicas se perde com a inflação, em alguns casos, hiperinflação dos anos 80; finalmente, percebe-se, sobretudo quando se compara, já no final dos anos 80, com as experiências asiáticas, que o modelo simplesmente enfraquecera a competitividade da economia como um todo. Faço um parêntese para dizer algo que se sabe mas que, ultimamente, anda esquecido. O modelo de desenvolvimento pela via da substituição das importações teve inegáveis efeitos positivos, sobretudo na criação de alicerces para o desenvolvimento futuro dos países latino-americanos. O fato de que hoje reconheçamos que se esgotou não deve excluir a compreensão de que desempenhou um papel importante. Sabemos que as exigências para lançar um desenvolvimento moderno, de base industrial, impunham que o Estado assumisse, em medida relevante, a função do empresário, suprimindo lacunas que correspondiam ao estágio de desenvolvimento das sociedades latino-americanas daquele momento. As idéias não são absolutas, expressam sempre conteúdos histórico.” Aula e Solenidade de outorga do título de Doutor Honoris Causa ao Presidente Fernando Henrique, pela Universidade Central da Venezuela (Caracas, Venezuela, 5 de julho de 1995), em *Palavra do Presidente 2 - 2º semestre de 1995. Brasília: Presidência da República Federativa do Brasil, 2002*, p. 66-67.

1950, quando “já era visível que havia investimento nos países da periferia do sistema mundial de produção.”³⁹²

Porém,

Levamos décadas, décadas, para perceber que isso havia ocorrido. Enquanto não se percebia que isso havia ocorrido, nem cá nem lá, nem no centro nem na periferia, havia muita resistência ao investimento de capital estrangeiro nos países da periferia – resistências aqui, do lado de cá, porque se imaginava que esses capitais viriam para “explorar, levar as riquezas, nem deixar nada”, modelo de enclave; e, do lado de lá, porque se imaginava que não teria sentido produzir onde não havia mercados e que mais fácil seria obter o recurso através das trocas internacionais entre produtos

³⁹² “Discurso na solenidade de abertura do Seminário sobre Concessões de Serviços Públicos (Palácio do Planalto, Brasília, DF, 12 de abril de 1995)”, em *Palavra do Presidente 1 - 1º semestre de 1995. Brasília: Presidência da República Federativa do Brasil, 2002*, p. 330-331. A crítica à atualidade, para a realidade do pós-Segunda Guerra Mundial, de uma das idéias mais fundamentais do pensamento cepalino, não se estende – ao contrário – à própria produção do *teórico da dependência* Fernando Henrique Cardoso. Para o presidente, em sua obra discursiva, o sociólogo e autor de “Dependência e Desenvolvimento na América Latina” teria acertado analiticamente inclusive no ponto aqui discutido: “Se me permitem um tom pessoal nesta apresentação (...), eu lhes diria o seguinte: nos anos 60, no Chile (...), escrevi um livro chamado “Dependência e Desenvolvimento na América Latina” e tive que inventar alguns conceitos, porque não existiam os conceitos adequados para descrever o que estava acontecendo. Toda a leitura desse processo era feita em termos de entreguismo e nacionalismo. Ou se fecha a economia e cresce com a ação do Estado, ou os capitais estrangeiros não vêm, ou, se vierem, é para explorar, como aves de rapina. Muito bem. Na verdade, os capitais já estavam vindo. E não estavam vindo como no passado, sob a forma de enclave, que nada deixava ao País, mas estavam vindo para fazerem investimentos produtivos na periferia. (...) Quando nós entramos nesse período em que já existia uma afluxo de recursos, a consciência dos nossos países não registrava isso. Não registrava isso e continuava dizendo que, se nós quiséssemos crescer, tínhamos que fechar e tínhamos que ter investimentos via Estado. (...) Referi-me ao fato de que escrevi um livro. E nesse livro tivemos que inventar um conceito – aliás, impróprio. Dizíamos: está havendo a internacionalização do mercado interno. Hoje, chama-se “globalização”. Eu escrevi isso em 66, 67. Não existia a expressão “multinacional”, ela foi inventada depois por um grupo de americanos de Harvard, de Yale. Não se usava a palavra “multinacional”, usavam-se as palavras “truste” e “cartéis”. Quer dizer, não, aqui já o que está acontecendo é um fenômeno novo, porque os mercados estão se internacionalizando. Eu vi uma meia verdade. Não eram só os mercados, era o sistema produtivo. A produção começava a se internacionalizar já no fim dos anos 60. Desse fenômeno, vinte anos depois é que a sociedade tomou conhecimento – é sempre assim –, é que a sociedade começou a perceber, os jornalistas, que são sempre rápidos, perceberam, talvez mais depressa que os outros, que tinha havido um processo de vinte anos atrás. E foram os primeiros, porque a academia custou mais tempo para reconhecer que tinha mudado o mundo. Bem, e aí por diante o mundo continuou mudando. E não vai parar de mudar. Hoje, nós temos uma economia globalizada.” Idem, ibidem, p. 334-336.

industrializados e produtos primários, do que fazer investimentos na periferia. (Cardoso, 1995, PP 1, p. 331)

Para Cardoso, em injunções discursivas que, como se vê, não estão livres das necessidades de convencimento acerca de pontos contemporâneos ao discurso, como é o caso da idéia de que há investimentos externos produtivos, portanto necessários, deve-se - em parte, é verdade - a uma avaliação histórica defasada em relação à realidade econômica, em um momento específico do século XX – o aludido pós-Segunda Guerra Mundial -, a perpetuação de um Estado cujo papel já *poderia* deixar de ser o de um Estado fortemente intervencionista e pesadamente presente na vida econômica do país.

O próprio debate brasileiro havido no momento em questão, “nacionalismo ou – chamava-se na época – ‘entreguismo’”³⁹³, teria se dado em razão da ausência de percepção acerca das mudanças que ocorriam no mundo; “ecoavam algo que não era condizente propriamente com os movimentos que se esboçavam no mundo, mas que ainda guardava muito de perto a ressonância daquilo que tinha sido uma realidade dos anos 30 e dos anos 40: a necessidade de alguma preservação dos mercados e de uma ação fortemente estatal.”³⁹⁴ Somente nos anos 60 “já começava a parecer, aqui e ali, que alguma coisa havia ocorrido no sistema produtivo mundial, que não se sabia bem o

³⁹³ Idem, ibidem, p. 333.

³⁹⁴ Idem, ibidem, p. 333-334. Podemos “ler” em elipse: se o debate já passava a não fazer sentido à época em que foi mais vivamente cultivado, imagine-se em 1995, ou em 1999...

que era.”³⁹⁵

Hoje, ao “ser global”³⁹⁶, nada pode ser mais absurdo que retomar um debate que já era velho ao nascer; cabe-lhe, isto sim, defender os interesses de seu país ingressando no processo de internacionalização em curso – defendê-los fundindo Brasil e mundo, pela competição, pelo desenvolvimento tecnológico, pela abertura de capitais, pela chamada desses capitais a participar do crescimento econômico e desenvolvimento social brasileiros.³⁹⁷

O nosso dilema é que a consciência social vem sempre atrasada, e as pessoas que pensam que estão na vanguarda, quando o mundo muda, ficam lá atrás e têm ainda a arrogância – dizem que os outros é que têm – de pensar que estão na frente. (...) Hoje, ou se está com a reforma, ou – perdoem a expressão – com a contra-reforma. Quem está contra a reforma é atrasado, quem está contra a reforma é guardião do passado, mas não da boa tradição. A boa tradição é aquela que manda servir bem ao povo; quem fica com o atraso apenas faz um pleito ao desconhecimento, não faz realmente, não tem um procedimento que ajude a abrir veredas, abrir caminhos para que o País avance. Portanto, quando eu disse que acabou uma ideologia, acabou uma, mas nasceu outra. E, hoje, a vanguarda são os que querem a reforma. Progressismo é querer a reforma.

³⁹⁵ Idem, *ibidem*, p. 334. Na verdade, em um outro momento – e em uma filiação histórica agora positiva, como a que realiza em relação a Joaquim Nabuco -, Cardoso ressaltava a clarividência de Juscelino Kubitschek em relação às percepções e “equivocos de percepção” aqui aludidos: “Na época do Juscelino, dizia-se que ele estava estragando o Brasil. Na época de Juscelino, a oposição era cerrada, porque ‘vinha capital estrangeiro que ia desnacionalizar o Brasil’. Hoje, estamos vendo que eram equivocos de percepção. Hoje, estamos celebrando a visão do grande estadista, um inspirador que foi dessa modernização, um homem que compreendeu que, naquele momento, o mundo já estava mudando e era preciso que o Brasil acompanhasse esse mundo, tornando-se não apenas um país industrializado, mas um país mais competitivo. Hoje, colhemos os frutos do que foi semeado, naquela época, com tanta incompreensão.” Discurso na cerimônia de abertura do XXII Salão Internacional do Automóvel (Pavilhão de Exposições do Parque do Anhembi, São Paulo, SP, 10 de outubro de 2002), em *Palavra do Presidente 16 - 2º semestre de 1995. Brasília: Presidência da República Federativa do Brasil, 2002*, p. 397-398, p. 558.

³⁹⁶ Conferência sob o título de “O desenvolvimento: o mais político dos temas econômicos”, no Center for Strategic and International Studies (Washington, DC, EUA, 21 de abril de 1995), em *Palavra do Presidente 1 - 1º semestre de 1995. Brasília: Presidência da República Federativa do Brasil, 2002*, p. 336-337.

³⁹⁷ Idem, *ibidem*, p. 336-337.

Neoconservadorismo é não querer a reforma, é se aferrar a velhas idéias, de boa-fé, não nego, mas há frases bíblicas que qualificam o que acontece como esse tipo de gente. De boa-fé, mas não ajuda. (...) Nós estamos nos aproximando do novo milênio, e ficar olhando para os 50 anos que passaram pode a alguns dar saudades, mas certamente aos que estão ansiosos por atender às necessidades dará angústia de ver o tempo passar, as lágrimas de crocodilo rolaem e a incapacidade de ver o novo transformar-se numa obsessão de gente muitas vezes tão generosa, mas que perde tanto tempo em gritarias inúteis, em esforços de obstrução inúteis. (Cardoso, 1995, PP 1, p. 337-343)

É preciso, assim, abandonar a crença, “ainda forte”, na capacidade que o Estado um dia teve em alçar-se à condição de promotor e estimulador do progresso econômico – além de ser uma força “potencialmente autônoma”.³⁹⁸ Na década de 1980, a “identidade positiva Estado-desenvolvimento” dilui-se de tal forma que o Estado passa mesmo a ser visto “quase como um obstáculo ao progresso”, e não em função da ideologia neoliberal (cuja hegemonia, para Cardoso, não apenas possui caráter temporário, em termos mundiais, como jamais teria tido qualquer influência mais relevante sobre a realidade brasileira³⁹⁹), mas em razão de um duplo

³⁹⁸ Conferência sob o título de “O desenvolvimento: o mais político dos temas econômicos”, no Center for Strategic and International Studies (Washington, DC, EUA, 21 de abril de 1995), em *Palavra do Presidente 1 - 1º semestre de 1995. Brasília: Presidência da República Federativa do Brasil, 2002*, p. 397-398.

³⁹⁹ São muitas as ocasiões em que Cardoso reage fortemente à acusação de que ele, ou seu governo, seguiria uma orientação neoliberal: “Toda a gente sabe que eu me irrito, quando falo em negócio de neoliberalismo.” Discurso na cerimônia de apresentação do novo modelo de financiamento das ações e serviços básicos de saúde – piso assistencial básico (Palácio do Planalto, Brasília, DF, 18 de dezembro de 1997), em *Palavra do Presidente 1 - 1º semestre de 1995. Brasília: Presidência da República Federativa do Brasil, 2002*, p. 728. “[Os de má fé] ficam repetindo: ‘Sou neoliberal, neoliberal’. Paciência. Quem nasceu bobo morre bobo, se não fizer uma boa escola. Então, vai repetir: ‘Sou neoliberal’. Está bom, pode repetir ad nauseam. Mas não é verdade.” Discurso por ocasião do almoço com lideranças sindicais (Escola Superior de Administração Fazendária, Brasília, DF, 14 de fevereiro de 1995), em *Palavra do Presidente 1 - 1º semestre de 1995. Brasília: Presidência da República Federativa do Brasil, 2002*, p. 141. Há também passagens de evidente ressentimento: “Nós temos que desprivatizar o Estado, que é o que estou fazendo, porque antigamente eram todas as estruturas privadas dentro do Estado. Um Estado burocrático, (...) um Estado atrasado que, infelizmente, parte da esquerda agora bate palmas. E, quando eu quero modernizar o Estado (...), acham que é neoliberalismo. Como é que eu vou fazer? A cabeça é pequenininha. Eu ouço, só, não digo nada. Discurso no café da manhã com representantes de organizações não-governamentais

colapso: a falência material do próprio Estado, e a falência dos modelos ideológicos, os quais possuíam o vezo de perversamente “deixar ao futuro a demonstração de que os problemas sociais podiam ser solucionados.”⁴⁰⁰

Não se está, portanto, deixando que a economia de *laissez-faire* tome as rédeas da Nação. Substituir o Estado pelo mercado parece, a Cardoso, simplificação inaceitável⁴⁰¹. Ao afirmar que o Brasil – “ao contrário do que os críticos mais vulgares imaginam” – não se encaminha para uma nova forma de *laissez-faire* em que, “ao minguar o Estado, e ao aumentar o mercado, a felicidade é produzida”⁴⁰², Cardoso realiza uma caricatura do liberalismo, reiterando, de certo modo, seu manifesto desprezo a todo um universo de críticas feitas desde esse viés.

ambientais – Projeto Mata Atlântica (Palácio Rio Negro, Petrópolis, RJ, 1º de fevereiro de 1997, em *Palavra do Presidente 5 - 1º semestre de 1995. Brasília: Presidência da República Federativa do Brasil, 2002*, p. 99. Em contraposição, Cardoso afirma ser fundamentalmente um social-democrata: “Depois do colapso do socialismo, não creio que o mundo estará condenado, como alguns parecem crer, a escolher entre as alternativas do “neoliberalismo” triunfante e de uma social-democracia esmaecida, lutando para sobreviver como ideologia moderna viável. Acredito que a idolatria ingênua e ideologizada pelos mecanismos espontâneos de regulação de preços e salários pelo “mercado” crescentemente cederá lugar à necessidade de implementação de medidas compensatórias para corrigir as distorções que o próprio mercado produz. E, por isso, acredito também que a social-democracia renova suas chances de voltar a ser caminho atraente se a ela agregarmos uma nova dimensão utópica, que fortaleça espaços públicos de participação, que institucionalize formas de democracia participativa, que concilie direitos e motivações individuais com a realidade em que os cidadãos vivem situações comuns, coletivas. Essa utopia “viável”, contradição em termos, parte do pressuposto de que justiça social continua como objetivo e valor a serem perseguidos.” Aula e cerimônia de outorga do título de Doutor Honoris Causa ao Presidente Fernando Henrique Cardoso na Universidade do Porto (Porto, Portugal, 22 de julho de 1995), em *Palavra do Presidente 2 - 2º semestre de 1995. Brasília: Presidência da República Federativa do Brasil, 2002*, p. 147-148.

⁴⁰⁰ Conferência sob o título de “O desenvolvimento: o mais político dos temas econômicos”, no Center for Strategic and International Studies (Washington, DC, EUA, 21 de abril de 1995), em *Palavra do Presidente 1 - 1º semestre de 1995. Brasília: Presidência da República Federativa do Brasil, 2002*, p. 397-398.

⁴⁰¹ Aula na Universidade de Coimbra, durante a cerimônia de outorga do título de Doutor Honoris Causa (Coimbra, Portugal, 21 de julho de 1995), em *Palavra do Presidente 1 - 1º semestre de 1995. Brasília: Presidência da República Federativa do Brasil, 2002*, p. 132.

⁴⁰² “Palavras, na reunião com líderes do governo, partidários e Ministros de Estado (Palácio do Planalto, Brasília, DF, 19 de dezembro de 1996)”, em *Palavra do Presidente 1 - 1º semestre de 1995. Brasília: Presidência da República Federativa do Brasil, 2002*, p. 678.

“Só não vê quem quer ser cego” que o Brasil, na verdade, longe de desejar a prevalência do mercado, está produzindo a passagem de um capitalismo selvagem –que sempre, por aqui, foi selvagem – para um capitalismo com consciência social. “Essa é a nova filosofia que inspira este governo. E ela será continuada porque é inspirada na necessidade do País.”⁴⁰³

Com efeito, para Cardoso, “o liberalismo econômico no sentido clássico nunca foi um traço de nosso caminho histórico para o desenvolvimento.”⁴⁰⁴ O Estado brasileiro, além de ter-se transformado em empresário – necessitando, agora que é um empresário falido, de todo um esforço reformador para que deixe de sê-lo e encontre seu papel ideal⁴⁰⁵ –, “sempre intermediou e moldou o conflito entre capital e trabalho”. Não apenas a intermediação em si mesma seria agora um erro (posto que “do ponto de vista político, [tem-se a] a atenuação das dicotomias clássicas capital-trabalho, burguesia-proletariado e, em termos ideológicos, direita-esquerda”⁴⁰⁶), como a própria dimensão de *conflito* teria de ser reequacionada e transformada em

⁴⁰³ “Discurso na cerimônia de assinatura de contratos de concessão de exploração de serviço móvel celular, Banda B, nas áreas I, Estado de São Paulo, e 9, Estados de Sergipe e Bahia (Palácio do Planalto, Brasília, DF, 6 de agosto de 1997)”, em *Palavra do Presidente 6 - 2º semestre de 1996. Brasília: Presidência da República Federativa do Brasil, 2002*, p. 175.

⁴⁰⁴ Conferência sob o título “A revitalização da arte da política” (Universidade de Stanford, Califórnia, EUA, 11 de março de 1996), em *Palavra do Presidente 3 - 1º semestre de 1996. Brasília: Presidência da República Federativa do Brasil, 2002*, p. 228.

⁴⁰⁵ As reformas estruturais no Brasil devem envolver a “recondução do Estado ao seu campo prioritário de atuação na prestação de serviços básicos, em particular em educação e saúde.” Conferência sob o título de “O desenvolvimento: o mais político dos temas econômicos”, no Center for Strategic and International Studies (Washington, DC, EUA, 21 de abril de 1995), em *Palavra do Presidente 1 - 1º semestre de 1991. Brasília: Presidência da República Federativa do Brasil, 2002*, p. 401.

⁴⁰⁶ “Conferência sob o título “A revitalização da arte da política” (Universidade de Stanford, Califórnia, EUA, 11 de março de 1996)”, em *Palavra do Presidente 3 - 1º semestre de 1996. Brasília: Presidência da República Federativa do Brasil, 2002*, p. 225.

parceria entre capital e trabalho. Dado o esgotamento do “modelo desenvolvimentista”, o alcance das reformas estruturais deve, assim, chegar também a esse ambiente (o do “arcabouço legal”), uma vez que foi erigido sobre a idéia de *conflito*: “A legislação trabalhista brasileira, concebida durante a ditadura Vargas dos anos 30 e mantida até os dias de hoje, é de cunho paternalista e criou uma Justiça do Trabalho (...), reforçando a noção de que o Estado é o árbitro por excelência dos conflitos até mesmo individuais nas relações capital-trabalho.”⁴⁰⁷

Eu disse que gostaria de fazer com que a Era Vargas fosse uma página virada da nossa história – e, sempre que me refiro a isso, faço também minha homenagem à Era Vargas, que teve o condão de, realmente, construir um Brasil melhor. Mas chegou o momento do seu esgotamento. P. 127 Pois bem, nós estamos assistindo, aqui, ao começo dessa virada de página na história da Era Vargas, em um dos seus aspectos mais significativos, que é a Consolidação das Leis do Trabalho, a CLT – a CLT, que foi fixada dentro daquele clima da época e, depois, foi transformada como se fosse um texto sagrado, esquecendo os que assim fizeram que a CLT e a visão do sindicalismo brasileiro eram uma visão fascista, uma visão que foi constituída no período em que as idéias do Mussolini tinham um papel predominante na mente dos dirigentes. Realmente, houve um controle do Estado sobre o movimento trabalhista (...). p. 127 (...) Nós estamos abrindo uma discussão importante no conjunto dessa matéria, discussão que, tenho certeza, terá eco na CUT, na Força Sindical, na CGT, enfim, em todos os órgãos sindicais responsáveis. Não vou dizer que estejam todos de acordo, *stricto sensu*, com o que se proporá. Mas, certamente, eles também sabem que a Era Vargas acabou. (Cardoso, 1998, PP 8, p 127-128)

Não o conflito, portanto, mas a *colaboração* constitui o valor que irá reger as relações humanas, em todos os níveis, neste mundo que é o de um *novo renascimento*. A História põe-se a caminho, e se um dia “o sujeito foram nações,

⁴⁰⁷ Conferência sob o título “A revitalização da arte da política” (Universidade de Stanford, Califórnia, EUA, 11 de março de 1996), em *Palavra do Presidente 3 - 1º semestre de 1996. Brasília: Presidência da República Federativa do Brasil, 2002*, p. 229.

foram Estados, foram classes”, hoje não mais o são: “custou muito tempo para que pudéssemos colocar a humanidade como sujeito da História.”⁴⁰⁸ Em referência indireta a Karl Marx, Cardoso sublinha que, no século XIX, houve quem *sonhasse* (ênfatize-se a expressão, ligada semanticamente ao universo das utopias) que uma classe social seria a portadora da essência do ser humano, e que tal classe faria a história “ser de toda a humanidade. Não foi por aí o caminho. Foi por outros caminhos.”⁴⁰⁹ Os próprios sociólogos do século XIX – Cardoso generaliza – afirmavam: “Humanidade, como? O que existe é a classe, o que existe é uma região, é o Estado, é a raça. A humanidade é uma abstração que, quem sabe, encubra os conflitos de classe. Não pode.”⁴¹⁰

Vê-se, assim, que não constitui empresa fácil separar, na obra discursiva de Fernando Henrique Cardoso, (1) o que é crítica ao legado da Era

⁴⁰⁸ “Discurso na cerimônia de entrega do Prêmio Direitos Humanos (Palácio do Planalto, Brasília, DF, 20 de dezembro de 1999)”, em *Palavra do Presidente 10 - 2º semestre de 1999. Brasília: Presidência da República Federativa do Brasil, 2002*, p. 578. No último ano de seu mandato, Cardoso volta ao assunto: “Acho que isso é um equívoco muito grande, o de pensar que existe uma espécie de determinismo histórico. E numa certa época esse determinismo era de origem um marxismo vulgar. Aí era insuportável. Quando houve a vulgarização do marxismo dos anos 60 e 70, para quem tinha uma noção da história e uma leitura do Marx mais sofisticada, era desesperador. Porque as pessoas sabiam tudo, tudo, tudo, como acontecia a reprodução do capital, a consequência da reprodução do capital e bla-bla-blá. E haja paciência.” Palestra como parte das comemorações do 38º aniversário do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) – Palácio Itamaraty, Brasília, DF, 1º de outubro de 2002, em *Palavra do Presidente 16 - 2º semestre de 2002. Brasília: Presidência da República Federativa do Brasil, 2002*, p. 535.

⁴⁰⁹ Idem, p. 578.

⁴¹⁰ “Discurso na sessão de encerramento da reunião regional preparatória do Fórum Internacional Rio + 10 (Riocentro, Rio de Janeiro, RJ, 23 de outubro de 2001)”, em *Palavra do Presidente 14 - 2º semestre de 2001. Brasília: Presidência da República Federativa do Brasil, 2002*, p. 464. Anteriormente, encontramos um certo matizamento na reflexão sobre as classes sociais na atualidade: “Hoje, a questão de **classes** está um tanto esquecida, não por ter deixado de existir, mas antes porque sua complexidade repele esquemas simples. No fundo, reconhecemos que os paradigmas clássicos precisam de profunda renovação.” Aula e outorga do título de Doutor Honoris Causa ao Presidente Fernando Henrique, pela Universidade de Berlim (Berlim, Alemanha, 20 de setembro de 1995), em *Palavra do Presidente 16 - 2º semestre de 2002. Brasília: Presidência da República Federativa do Brasil, 2002*, p. 334.

Vargas, (2) o que é crítica aos opositores políticos das reformas, e (3) o que é uma crítica generalizada a todos os sujeitos sociais que não percebem a direção para onde ruma a História, seja porque simplesmente não a enxergam, condicionados por ideologias que os forçam a voltar os olhos para trás, seja porque, comprometidos com o *status quo* ou meramente obtusos, não desejam aceitar a necessidade de mudanças. São os “ptolomaicos da nossa política”⁴¹¹.

Quanto ao primeiro caso – a crítica aos defensores do legado da Era Vargas –, temos, a par de um populismo ingênuo que “considera válida qualquer reivindicação de *los de abajo*, sem perguntar sobre os efeitos de médio prazo para as sociedades”⁴¹², um voluntarismo incorrigível, às vezes bem-intencionado, mas sempre fundamentalmente ignorante: “[O voluntarismo] é a explicação de quem não sabe nada: tudo depende da vontade política. Ah, meu Deus, haja paciência. (...) Na verdade, se desconhece a densidade, que é própria, dos fenômenos sociais.”⁴¹³

⁴¹¹ Seriam as reformas estruturais da Nação uma *revolução copernicana*, então, e o próprio Cardoso um novo Galileu?

⁴¹² “Aula na Universidade de Coimbra, durante a cerimônia de outorga do título de Doutor Honoris Causa (Coimbra, Portugal, 21 de julho de 1995)”, em *Palavra do Presidente 2 - 2º semestre de 2002. Brasília: Presidência da República Federativa do Brasil, 2002*, p. 133. Observe-se que Cardoso considera que “há desigualdades aceitáveis, quando existe uma rede mínima de proteção do cidadão.” Idem, p. 131.

⁴¹³ “Palestra como parte das comemorações do 38º aniversário do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) – Palácio Itamaraty, Brasília, DF, 1º de outubro de 2002”, em *Palavra do Presidente 16 - 2º semestre de 2002. Brasília: Presidência da República Federativa do Brasil, 2002*, p. 536-537. Além disso, “O que o Getúlio fez, na época pode ter sido bom. Mas passa o tempo, mudam as condições. Nós não temos que defender tudo o que está feito. Meu Deus! Isso é posição conservadora. A definição clássica é essa. Quem quer mudar, quem quer reforma é que está na vanguarda. Aqui, os sinais se inverteram. Então, muita gente pensa que está na vanguarda e está atrasado, porque está mantendo o que tem que ser mudado. E mudar custa. Mudar custa.” Discurso na reunião com membros do PSDB (Brasília, DF, 24 de julho de 1995), em *Palavra do Presidente 2 - 2º semestre de 2002. Brasília: Presidência da República Federativa do Brasil, 2002*, p. 160.

O segundo caso é o dos “ptolomaicos da nossa política” – a estes, a crítica é aguda:

Olha, o problema nosso é que tem muito ptolomaico na nossa política. Copérnico já escreveu o que tinha que escrever e eles continuam com Ptolomeu. (...) Quer dizer: ou se vê que o mundo hoje tem outro paradigma, a sociedade brasileira hoje é outra, mudou, mudou para melhor, é mais democrática, é mais exigente e, portanto, as instituições tiveram que se adaptar a ela, são outras instituições; ou se fica o tempo todo, ptolomaicamente, dizendo: “Ah, como era bom, como era verde o meu vale quanto o Governo mandava em tudo, quando havia uma burocracia poderosa, quando o planejamento era autoritário, quando os empresários recebiam de presente do BNDES bilhões para fazer uma indústria que nós precisávamos para o nosso desenvolvimento!” Isso é uma choradeira ptolomaica, que não dá mais para fazer (...). (Cardoso, 2002, PP 16, p. 542)

O terceiro e último caso é dos “deterministas históricos”, aqueles que “dizem que tudo está escrito nas estrelas”, que “há um caminho que é pré-traçado, as transformações da sociedade vão ser de um certo modo.”⁴¹⁴ Para Cardoso, o mais perigoso dos enganos, pela seu teor de ingenuidade política, é o voluntarismo, seja entendido em si mesmo, seja porque possui mais e maior vigência, no Brasil – certamente parte do legado da Era Vargas –, que o “determinismo histórico”.

Cardoso entende que boa parte da desinteligência política revelada pelas diversas vozes de oposição às reformas pode ser atribuído a um movimento pendular claramente discernível na história do Brasil, desde os tempos coloniais. O Brasil teria nascido “sob a égide da centralização, e depois nós vivemos um

⁴¹⁴ Idem, p. 534-535.

movimento pendular, sempre.”⁴¹⁵ Uma certa tensão entre o poder local das câmaras municipais e a Coroa marcou profundamente a história colonial brasileira, e o próprio movimento pela independência trazia consigo parte daquela força localista, que perde espaço, entretanto, diante dos desdobramentos históricos havidos. O Estado brasileiro independente, assim, também passa a apresentar a mesma oscilação: “Nos períodos de concentração de poder, sobretudo nos regimes autoritários, no nível federal, os municípios sofrem. Nos períodos de democratização, os municípios passam a ter maior vigor.”⁴¹⁶ Durante muito tempo, o pêndulo pareceu estar quebrado, e a centralização radical e o autoritarismo prevaleceram; no entanto, a República, ao aproximar-se o final do século XX, conseguiu conquistar uma situação de *estado de democratização* – uma situação permanente –, qualitativamente superior aos *períodos de democratização*, raros, que houve anteriormente, sempre sujeitos entretanto ao movimento pendular de oscilação. O pêndulo partiu-se, sim, mas agora encontra-se fixado no lado certo: “Não haverá mais esse ziguezague em termos de regime democrático e autoritário”.⁴¹⁷

Deste modo, estaria o Brasil pronto para, assumindo as suas

⁴¹⁵ “Discurso na solenidade da Associação Brasileira de Municípios (Palácio do Planalto, Brasília, DF, 29 de março de 1995)”, em *Palavra do Presidente 1 - 1º semestre de 1995. Brasília: Presidência da República Federativa do Brasil, 2002*, p. 255.

⁴¹⁶ Idem, p. 255.

⁴¹⁷ Idem, ibidem, p. 255.

peculiaridades históricas (formação católica, e não protestante)⁴¹⁸, a um só tempo afastar-se de idéias de *sociedade sem Estado*, as quais jamais tiveram ressonância em nossa sociedade, e aproximar-se do “espírito que prevalece nas grandes democracias de massa e de países grandes”, que é o de um Estado diferenciado, *central* e não centralizado, “semelhante ao que aconteceu nos Estados Unidos, onde também a força da comuna foi vital para a prosperidade econômico e para o enraizamento da democracia”.⁴¹⁹

Assim, por que não realizar as reformas estruturais que justamente irão tornar ainda mais sólidas tais qualidades; por que não fazê-lo já, aproveitando o momento em que superamos o movimento pendular que historicamente nos fez oscilar entre o autoritarismo e a democracia, e em que logramos alcançar uma condição permanente, um ponto virtuosamente sem retorno de *estado democrático* – e precisamente quando um novo renascimento se inicia, com a Globalização, na vanguarda de cujo processo temos de estar, “vencendo preconceitos isolacionistas desprovidos de qualquer sentido na atualidade”⁴²⁰? Por que recusarmos a possibilidade histórica de nos juntarmos não apenas ao “espírito que prevalece nas

⁴¹⁸ Além disso, o Brasil é uma nação especialmente dotada para entender as mudanças que ocorrem no mundo: “Nossa sociedade abriga, em convívio pacífico, uma ampla diversidade étnica, cultural e religiosa, o que nos dá especial sensibilidade para compreender alguns dos problemas centrais do nosso tempo.” Conferência sob o título “O mundo do após-Guerra Fria: dilemas e perspectivas”, proferida no Council on Foreign Relations (Nova York, EUA, 19 de abril de 1995, em *Palavra do Presidente 1 - 1º semestre de 1995. Brasília: Presidência da República Federativa do Brasil, 2002*, p. 362.

⁴¹⁹ “Discurso na solenidade da Associação Brasileira de Municípios (Palácio do Planalto, Brasília, DF, 29 de março de 1995)”, em *Palavra do Presidente 1 - 1º semestre de 1995. Brasília: Presidência da República Federativa do Brasil, 2002*, p. 255.

⁴²⁰ “Discurso na reunião do Conselho Coordenador das Ações Federais no Estado do Rio de Janeiro (Palácio do Planalto, Brasília, DF, 11 de abril de 1995)”, em *Palavra do Presidente 1 - 1º semestre de 1995. Brasília: Presidência da República Federativa do Brasil, 2002*, p. 321.

grandes democracias e nos países grandes”, mas à própria humanidade tornada pela primeira vez na história um sujeito de fato e de direito, um genuíno “universal concreto à la Hegel”? Observe-se que, para Cardoso, não há, realmente, uma escolha: “A história, queiramos ou não, não sei se ela é uma roda, mas ela atropela. E ela não vai parar. E o Brasil vai estar muito afinado, com a história. E este governo fará tudo que puder para estar ao lado da história, se não puder estar à sua frente.”⁴²¹

Tal objetivo, entretanto, exige que se tenha “uma visão que vá além do cotidiano”.⁴²² Não é sem certa surpresa que o estudioso encontra, exatamente em meio a essa lógica discursiva – na qual o elogio da democracia constitui *costura interna* importante, bem como *meio de viagem* e *porto de chegada* a um só tempo –, críticas aos partidos políticos, ou ao que genericamente é denominado “pequena política”, identificada com a “mesquinharia do cotidiano”⁴²³ – tendente a ser engolida pela história, é certo, mas que atrapalha ou mesmo abertamente obstrui os caminhos. Não se trata, aqui, do povo, é certo: “O povo, na sua compreensão direta, sabe que é preciso lutar, lutar muito para conseguir fazer o que nós fazemos.”⁴²⁴ Povo e governantes, assim, estão de um lado, e a “pequena política” de outro. O que

⁴²¹ Discurso na solenidade de abertura do Seminário sobre Concessões de Serviços Públicos (Palácio do Planalto, Brasília, DF, 12 de abril de 1995), em *Palavra de Presidente 1 - 1º semestre de 1995. Brasília: Presidência da República Federativa do Brasil, 2002*, p. 343.

⁴²² “Discurso na cerimônia de inauguração da ponte ferroviária sobre o rio Tocantins (Aguarnópolis, TO, 27 de setembro de 2002)”, em *Palavra de Presidente 16 - 2º semestre de 2002. Brasília: Presidência da República Federativa do Brasil, 2002*, p. 507.

⁴²³ Idem, p. 507.

⁴²⁴ “Discurso em solenidade na Fazenda Charneca (Município de São João do Jaguaribe, CE, 24 de março de 1995)”, em *Palavra de Presidente 1 - 1º semestre de 1995. Brasília: Presidência da República Federativa do Brasil, 2002*, p. 250.

fazer? Para Cardoso, a política não é a arte do possível, mas a arte do necessário; o que é necessário já está devidamente diagnosticado - e o diagnóstico aponta para as mudanças. “Quando é necessário, faz-se. É necessário mudar. Nós vamos mudar. Se alguns espíritos mais atrasados persistirem com a visão curta, pior para eles.”⁴²⁵

Há momentos da História em que os partidos ficam pequenos – e quem diz isso é um homem que teve a vida inteira dedicada à formação de partidos -, os partidos ficam pequenos diante da grandeza dos desafios e das oportunidades que em todos eles existem. Não é o momento de nos separarmos por firulas. Amanhã ou depois, em época de eleição, aí de novo os partidos jogam um papel fundamental. Mas o momento da construção do novo país é de união, união que não pode ser feita (...) na submissão, na imposição. Tem que ser feita no diálogo, tem que ser feita com espírito aberto, mas tem que ser feita motivada por aquilo que é fundamental, que é mudar efetivamente as condições de vida do povo brasileiro. (Cardoso, 1995, PP 1, p. 56-57; *grifo nosso*)

Vive-se um *estado de democracia*: é preciso, portanto, dialogar. No discurso presidencial de Fernando Henrique Cardoso, porém, alguns pressupostos das falas dos interlocutores parecem já estar dados de antemão: “Dizer ‘não’ à reforma, meu Deus, é ficar condenado a ser reacionário. Reagem contra tudo: isso é que é a verdadeira direita reacionária do passado. Agora, uns querem ser da vanguarda, e viraram reacionários. Mas o País não é reacionário, o País quer a reforma. Quer. Qual reforma? Vamos discutir, vamos fazer.”⁴²⁶

⁴²⁵ “Discurso na abertura do Conselho Consultivo Empresarial de Competitividade (Palácio do Planalto, Brasília, DF, 10 de fevereiro de 1995), em *Palavra de Presidente 1 - 1º semestre de 1995. Brasília: Presidência da República Federativa do Brasil, 2002*, p. 87.

⁴²⁶ “Discurso na solenidade da Associação Brasileira de Municípios (Palácio do Planalto, Brasília, DF, 29 de março de 1995)”, em *Palavra de Presidente 1 - 1º semestre de 1995. Brasília: Presidência da República Federativa do Brasil, 2002*, p. 256.

Os partidos políticos, entretanto, uma vez que deixaram de representar valores genuínos e passaram a apenas refletir interesses – interesses *fragmentados*, mas que “em geral são respeitáveis” -, criam um ambiente em que resta “enormemente dificultado o processo de decisão.”⁴²⁷ Nesse momento, para que óbices parlamentares, alicerçados em *interesses* exclusivistas, não dificultem o livre andar das mudanças necessárias e do próprio processo histórico, é preciso que o presidente “simbolize, encarne o conjunto. E ele não pode ser chefe de partido, muitas vezes nem sequer pode ser o chefe da Administração. Tem que ser algo mais. Tem que simbolizar uma idéia do País. Tem que simbolizar um rumo, uma bandeira, se fosse possível dizer assim, que fosse percebida como uma bandeira que é de todos.”⁴²⁸ É preciso, em uma palavra, transcender a política - pequena ou não. Assumindo a sua condição de Chefe de Estado⁴²⁹, o presidente já não estará representando qualquer interesse “escuso”, particular; estará, isto sim representando os desejos da Nação, e fará, então, o que deve ser feito. “O metro é o interesse coletivo (...) Desde Rousseau se sabe disso”.⁴³⁰ Assim, sob pena de também envelhecerem irremediavelmente, perdendo a oportunidade de também afinar-se com a história, deveriam os partidos políticos igualmente aprender a transcender o

⁴²⁷ Conferência na Escola Naval (Rio de Janeiro, RJ, 17 de novembro de 1995), em *Palavra de Presidente 2 - 2º semestre de 1995. Brasília: Presidência da República Federativa do Brasil, 2002*, p. 592-593.

⁴²⁸ Idem, p. 598.

⁴²⁹ Idem, ibidem, p. 598.

⁴³⁰ Discurso na abertura do Conselho Consultivo Empresarial de Competitividade (Palácio do Planalto, Brasília, DF, 10 de fevereiro de 1995), em *Palavra de Presidente 1 - 1º semestre de 1995. Brasília: Presidência da República Federativa do Brasil, 2002*, p. 87. Também: “O metro é a realidade”. Aula e Solenidade de outorga do título de Doutor Honoris Causa ao Presidente Fernando Henrique, pela Universidade Central da Venezuela (Caracas, Venezuela, 5 de julho de 1995), em *Palavra de Presidente 2 - 2º semestre de 1995. Brasília: Presidência da República Federativa do Brasil, 2002*, p. 70.

particular e “ter em vista os interesses coletivos reais”, os quais, como estamos vendo, “já não se identificam tanto com as ideologias.”⁴³¹

Cardoso jamais chega – ainda que ponha-se no limite – a deslegitimar a *existência* dos partidos políticos; é como se o fizesse, porém, ao diagnosticar que perdem (como a Era Vargas) relevância histórica, ao prenderem-se seja a ideologias, seja a interesses “setoriais”, particulares, situação em que estariam impedidos de identificar-se com “a defesa dos valores maiores da Nação e do bem-estar coletivo.”⁴³² É como se o fizesse, também, ao afirmar que “a fragmentação partidária não leva à sustentação estável de um Governo e nem de uma oposição. Leva simplesmente a um burburinho, a um grupo que se forma e a outro grupo, e depois isso não tem consistência maior.”⁴³³ Paradoxalmente – posto que jamais restam esclarecidas quaisquer diferenças entre o que é fragmentação, algo essencialmente negativo, e o que seria um natural pluralismo -, tais críticas estão associadas, no discurso de Cardoso, à defesa da democracia.

Cabe ao partido, precisamente, transformar o que parece fragmentado numa visão do mundo. Quando os partidos não são capazes disso, ou quando o poder público falece na sua capacidade de ter um conceito do movimento da sociedade, aí, sim, é que apenas essa multiplicidade de demandas pode ser, até mesmo, arriscada, do ponto de vista da democracia, porque poderá dar a impressão de que partidos, Parlamentos e poder democrático eleito não sejam

⁴³¹ Conferência sob o título “A revitalização da arte da política” (Universidade de Stanford, Califórnia, EUA, 11 de março de 1996), em *Palavra de Presidente 3 - 1º semestre de 1996. Brasília: Presidência da República Federativa do Brasil, 2002*, p. 226-227.

⁴³² Idem, p. 227.

⁴³³ “Discurso dos excelentíssimos senhores senadores Espiridião Amin e presidente da República, Fernando Henrique Cardoso (Granja do Torto, Brasília, DF, 19 de março de 1996)”, em *Palavra de Presidente 3 - 1º semestre de 1996. Brasília: Presidência da República Federativa do Brasil, 2002*, p. 265.

suficientes e, talvez – aí seria trágico – nem necessários para que as demandas se processem. (Cardoso, 1997, PP 5, p. 132)

Um pressuposto fundamental deve reger tanto a reeducação daqueles que firmam oposição às reformas estruturais, deixando de enxergar as possibilidades que a história põe à sua frente, como a dos partidos políticos que precisam abandonar a fragmentação na qual acham-se enredados, e reencontrar sua relevância social: abandonar utopias regressivas⁴³⁴, a partir do que começarão a compreender que “o mundo novo é um mundo diferente desse mundo que alguns ainda pensam que é de vanguarda, mas que não é mais; que é um mundo que hoje está – digamos – mostrando as suas debilidades, as suas fraquezas, que está puro osso ou quase o osso, não tem mais carne, não tem mais sangue, não tem mais vitalidade.”⁴³⁵

Com efeito, Cardoso entende que é preciso chamar a atenção para “a persistência de posturas ‘passadistas’”, as quais se expressam nas atitudes da esquerda e da direita e as fazem reagir à mudança, adotando argumentos conservadores porque não entendem ou não aceitam a complexidade da sociedade

⁴³⁴ “Discurso na assinatura de atos relativos à reforma agrária (Palácio do Planalto, Brasília, DF, 10 de novembro de 1995)”, em *Palavra de Presidente 3 - 1º semestre de 1996. Brasília: Presidência da República Federativa do Brasil, 2002*, p. 568.

⁴³⁵ “Solenidade de entrega do Prêmio Operário Brasil 95 (Palácio do Planalto, Brasília, DF, 26 de outubro de 1995)”, em *Palavra de Presidente 2 - 2º semestre de 1995. Brasília: Presidência da República Federativa do Brasil, 2002*, p. 500.

contemporânea em seus novos rumos – complexidade que “repele raciocínios dicotômicos”⁴³⁶.

Alcançar a “complexidade da sociedade contemporânea em seus novos rumos”, entender as “tendências e as perspectivas de como as sociedades caminham” constituem condição fundamental para que a ação humana possa *conduzir* as transformações – que de qualquer modo estão em curso -, levá-las na direção “de soluções mais justas e eqüânimes.”⁴³⁷ É verdade que a capacidade humana de antecipar o futuro foi gravemente questionada uma vez que “ninguém conseguiu antever com clareza a cadeia de eventos que levaria ao fim da Guerra Fria”; o grau de incerteza elevou-se, e, “hoje, uma das poucas certezas que podemos ter quanto ao futuro é a de que tudo vai mudar. E mudar rapidamente.”⁴³⁸ Se para Cardoso, portanto, “a grande lição do presente é a de que temos de preparar nossas nações para a “permanência da mudança”⁴³⁹, temos que a História está revelando – “não sem certa dose de ironia”⁴⁴⁰ – que o conceito de “revolução permanente” tornou-se uma realidade que já não pode ser contestada, não mais, entretanto, com os antigos contornos políticos e ideológicos, mas com uma nova dimensão, uma dimensão essencialmente tecnológica. Aqui, Cardoso volta à idéia de fim da História,

⁴³⁶ “Aula na Universidade de Coimbra, durante a cerimônia de outorga do título de Doutor Honoris Causa (Coimbra, Portugal, 21 de julho de 1995)”, em *Palavra de Presidente 2 - 2º semestre de 1995. Brasília: Presidência da República Federativa do Brasil, 2002*, p. 131.

⁴³⁷ “Conferência intitulada “O cenário internacional no ano 2000: o papel do Brasil e da China”, na Academia Chinesa de Ciências Sociais (Pequim, China, 13 de dezembro de 1995), em *Palavra de Presidente 2 - 2º semestre de 1995. Brasília: Presidência da República Federativa do Brasil, 2002*, p. 745.

⁴³⁸ Idem, p. 746.

⁴³⁹ Idem, ibidem, p. 747.

⁴⁴⁰ Idem, ibidem, p. 746.

com objetivo de reafirmar que não a endossa “*para o campo político e dos valores*” (observe-se, aqui, uma qualificação que não existia antes). “Não hesitaria, contudo, em identificar no processo científico-tecnológico o verdadeiro motor da “revolução permanente”, que tem condicionado os modos de produção e até as formas de organização social, com impacto sobre a vida política das nações e sobre a comunidade internacional.”⁴⁴¹

Uma revolução científico-tecnológica que assume o caráter de revolução permanente de novo tipo – não política, não ideológica - teve o condão de criar, assim, as bases de um novo Renascimento, impelindo a humanidade, agora tornada um universal concreto, em direção a um *novo que sempre se renova*, a um mundo, em suma, fundamentalmente diferente do que foi até o fim do século XX. É para ingressar nesse novo mundo que o Brasil deve, em última instância, ser reformado estruturalmente, não apenas em sua economia e em suas instituições políticas, mas *culturalmente*. “Ao nos tornarmos cidadãos plenos, a ‘condição de brasileiro’ se torna universal.”⁴⁴²

Voltando a Descartes e pensando em Kant, vocês que leram Kant sabem que ele tem sua atualidade, sabem que Kant era um liberal, era um individualista, e um racionalista, mas, ele tinha uma visão que talvez seja apropriada de recordar. É que ele usava uma expressão que saiu de moda. Ele falava na sociedade civil universal. No momento em que nós estamos com a economia se integrando, temos que tomar cuidado para que as sociedades não se desintegrem. E a maneira de elas não se desintegrarem é voltar essa idéia singela de

⁴⁴¹ Idem, ibidem, p. 746.

⁴⁴² “Aula e outorga do título de Doutor Honoris Causa ao Presidente Fernando Henrique, pela Universidade de Berlim (Berlim, Alemanha, 20 de setembro de 1995)”, em *Palavra de Presidente 2 - 2º semestre de 1995. Brasília: Presidência da República Federativa do Brasil, 2002*, p. 346.

sociedade civil universal. Isso não quer dizer o fim dos estados e das nações. Isso não quer dizer o desaparecimento dos nossos objetivos nacionais, dos nossos interesses nacionais. Mas isso quer dizer a capacidade de nós, ao mesmo tempo, de alguma maneira, vinculados e limitados por certas regras globais , ao mesmo tempo que somos específicos, sobretudo, através da cultura, termos a capacidade de uma vivência em nível de humanidade. (...) E essa vivência em nível de humanidade só pode dar-se apropriadamente se formos capazes de entender que a cultura, na sua diferenciação, é o que forma a humanidade. (Cardoso, 1997, PP 6, p. 488)

Tais injunções de caráter sociológico e filosófico ilustram à perfeição a idéia essencialmente positiva de Cardoso acerca da Globalização; conferem substância extra-econômica a um fenômeno, em princípio, basicamente econômico. À medida em que os anos vão passando, entretanto, e sobretudo após a virada do século, quando em grande medida se esmaece a euforia dos primeiros anos da década de 1990 – ocorrem crises sucessivas em economias nacionais diversas, consolida-se o discurso anti-Globalização em inúmeros eventos internacionais de protesto, e em especial com as primeiras edições do Fórum Social Mundial de Porto Alegre, dá-se o ataque terrorista a Nova York, alterando, em consequência, o desenho geopolítico do início do novo século -, a percepção de Cardoso quanto à Globalização busca adequar-se à realidade, migrando progressivamente do lado das oportunidades para o lado dos riscos: passa-se a reconhecer o caráter assimétrico

dos ganhos proporcionados pela nova ordem⁴⁴³ – permanecendo até o fim, entretanto, o tom fundamentalmente confiante, principalmente ao se referir ao futuro do Brasil⁴⁴⁴.

Temos, assim, uma configuração discursiva que apresenta o seguinte itinerário:

- (1) Onde se enuncia sobre as reformas estruturais brasileiras; sobre a refundação da Nação.
- (2) Onde se empreende crítica essencial ao legado da Era Vargas;
- (3) Onde se adianta a filiação histórica *negativa* dos anos 1990: a própria Era Vargas;

⁴⁴³ “A globalização, essencialmente seletiva e assimétrica, favorece principalmente os países mais desenvolvidos. Faz com que os desníveis de bem-estar se tornem cada vez mais acentuados e contribui para aumentar ainda mais a instabilidade [a que já aludi]. É preciso mais do que nunca promover a elaboração de políticas voltadas para a construção de uma globalização solidária, que propicie a inclusão social e a eliminação progressiva das assimetrias de bem-estar. “Discurso por ocasião da abertura da IX Conferência Ibero-Americana (Havana, Cuba, 15 e 16 de novembro de 1999)”, em *Palavra do Presidente 10, 2º semestre de 1999. Brasília: Presidência da República Federativa do Brasil, 2002*, p. 413. Observe-se que este é um dos primeiros discursos de Cardoso a conferir em que podem ser encontradas críticas de fundo a certos aspectos da Globalização, sendo assimilada a expressão “globalização solidária”. Devemos atribuir ao acaso o discurso ter sido pronunciado em Cuba?

⁴⁴⁴ “A globalização é assimétrica: uns ganham muito, outros não ganham nada, outros ganham mais ou menos. Nós estamos no mais ou menos. Quer dizer, a globalização não desorganizou a nossa economia. A nossa economia foi forte e a nossa sociedade, mais do que a economia, se reorganizou. Apanha aqui, ali, mas vai adiante. Coseguiu se reorganizar para entrar numa fase de manter seu horizonte, sua perspectiva.” Discurso na solenidade de apresentação dos estagiários da Escola Superior de Guerra (ESG) (Palácio do Planalto, Brasília, DF, 7 de agosto de 2002), em *Palavra do Presidente 16, 2º semestre de 2002. Brasília: Presidência da República Federativa do Brasil, 2002*, p. 224.

- (4) Onde se move panorâmica e horizontalmente o olhar pelo tempo presente, examinando-se-lhe as circunstâncias – entendidas como fundamentalmente positivas (é a Globalização);
- (5) Onde se recorre, em operação verticalizada, à História Universal e chega-se à crítica à ideologias, retornando-se ao momento presente - o de um novo Renascimento - e afirmando-o na corrente dos tempos;
- (6) Onde se inscrevem as reformas estruturais no itinerário discursivo realizado;
- (7) Onde se aprofundam e se alargam as razões da filiação histórica *negativa* que se quer dar à década de 1990, juntando ao legado da Era Vargas a tradição autoritária brasileira em geral, e o Regime Militar em particular;
- (8) Onde é chegado o momento de se examinar de maneira mais detalhada as circunstâncias do presente, de modo a poder-se divisar o futuro que está por ser construído – é a idéia da Revolução Permanente em sua marcha, acompanhada das idéias de humanidade como sujeito histórico, ou de humanidade como universal concreto “à la Hegel”;
- (9) Onde se acentuam, no discurso, desde o emolduramento da idéia de *Revolução Permanente*, as idéias (a) de um novo Renascimento, (b) de uma humanidade tornada, ineditamente, sujeito da história, um universal concreto “à la Hegel”, e (c) de uma sociedade civil universal à maneira de Kant;
- (10) Onde se atenuam os discursos no que diz respeito a determinadas palavras e conceitos, ainda que não no que se refere às idéias fundamentais expressas desde 1994; onde, aliás, se filia o segundo mandato presidencial ao primeiro.

Voltaremos a essa configuração e a suas conseqüências para esta Tese – bem como ao discurso de Fernando Henrique Cardoso - no capítulo final.

Quarta parte (conclusiva)

Clio convocada: o paralelo

*“A la realidad le gustan las simetrías
y los leves acacronismos.”*

Jorge Luis Borges

Os itinerários discursivos com os quais concluímos o trabalho de análise e interpretação dos discursos presidenciais de Getúlio Vargas e de Fernando Henrique Cardoso, em seus capítulos respectivos, são, em parte, o resultado de uma escolha, de uma operação eminentemente analítica, realizada desde a formulação de uma pergunta essencial – que idéias de História, de memória e de História do Brasil subjazem a cada *corpus* discursivo? – cuja resposta supõe o exame investigativo, a *extração* mesma, de uma determinada *trama do discurso*, cujo sentido global, além de não encontrar-se naturalmente dado, não se revela em uma linearidade simples, cronológica (a qual também, no entanto, deve ser observada e compreendida).

Tal exame investigativo, tal extração de uma dada trama do discurso, tal desvelamento de um sentido global possível de discursos presidenciais que, somando cerca de vinte mil páginas, abrigam universos temáticos imensos, só pôde desenvolver-se a partir da aplicação de chaves de leitura específicas – a “tesoura metodológica”, é mister lembrar aqui, que articula os binômios *experiência/expectativa* (relativos às idéias de passado e de futuro) e *recepção/resistência* (concernentes ao tempo presente) -, adequadas ao recorte, à recolha, à abstração de *idéias, noções, conceitos e referências* de tipo histórico, os quais, desde um

trabalho de elaboração que traz consigo hipóteses bem determinadas, podem responder às indagações encaminhadas.

Mesmo quando submetidos a uma leitura metodologicamente dirigida, entretanto, os discursos presidenciais apresentam uma dinâmica em que assuntos vêm e vão ao sabor das circunstâncias em que são enunciados – ainda que seja extremamente comum a extrapolação do assunto imediato que o justifica (em nosso caso, *contamos* com tais extrapolações, matéria-prima fundamental de nossa análise)⁴⁴⁵. Os discursos sobre os quais debruçamos nossa atenção, todavia, possuem um padrão reconhecível, perfeitamente discernível em uma primeira aproximação de leitura: reportam-se, o mais das vezes, a um tema de origem: a Revolução de 30, no caso de Getúlio Vargas, e as reformas estruturais da Nação no caso de Fernando Henrique Cardoso. Para dar conta dessa espécie de lógica de eterno retorno do começo, optamos por operar, muitas vezes – e desde que não houvesse comprometimento do sentido do discurso –, inversões cronológicas. Assim, da idéia de ordenamento cronológico emergiu, de maneira *complementar*, a idéia de um reordenamento dos tempos de retrospectão, o que nos permitiu transformar a pura linearidade seqüencial da trama discursiva em algo como uma montagem, recorte e superposição de tempos e enunciações (ver figura 1):

⁴⁴⁵ A esse respeito, faça-se um exercício de comparação das citações literais com o título dos discursos dos quais elas foram retiradas.

Figura 1: Os itinerários discursivos, em perspectiva comparada, de Getúlio Vargas e Fernando Henrique Cardoso

O itinerário discursivo de Getúlio Vargas	O itinerário discursivo de Fernando Henrique Cardoso
(1) Onde se enuncia sobre 30 e a Revolução; sobre a refundação da Nação.	(1) Onde se enuncia sobre as reformas estruturais brasileiras; sobre a refundação da Nação.
(2) Onde se empreende crítica essencial à República Velha;	(2) Onde se empreende crítica essencial ao legado da Era Vargas;
(3) Onde se adianta a filiação histórica <i>positiva</i> de 30: as “pugnas emancipadoras” da Nação;	(3) Onde se adianta a filiação histórica <i>negativa</i> dos anos 1990: a própria Era Vargas;
(4) Onde se move panorâmica e horizontalmente o olhar pelo tempo presente, examinando-se-lhe as circunstâncias – entendidas como fundamentalmente negativas (é a situação de pós-crise de 1929);	(4) Onde se move panorâmica e horizontalmente o olhar pelo tempo presente, examinando-se-lhe as circunstâncias – entendidas como fundamentalmente positivas (é a Globalização);
(5) Onde se recorre, em operação verticalizada, à História Universal, e chega-se à crítica ao liberalismo, retornando-se ao momento da Revolução - o de um Brasil refundado - e afirmando-a na corrente dos tempos;	(5) Onde se recorre, em operação verticalizada, à História Universal e chega-se à crítica à ideologias, retornando-se ao momento presente - o de um novo Renascimento - e afirmando-o na corrente dos tempos;
(6) Onde se inscreve o Estado Novo no itinerário discursivo realizado;	(6) Onde se inscrevem as reformas estruturais no itinerário discursivo

	realizado;
(7) Onde se aprofundam e se alargam as razões da filiação histórica <i>positiva</i> que se quer dar a 30, juntando-lhe o Estado Novo;	(7) Onde se aprofundam e se alargam as razões da filiação histórica <i>negativa</i> que se quer dar à década de 1990, juntando ao legado da Era Vargas a tradição autoritária brasileira em geral, e o Regime Militar em particular.
(8) Onde se examina de maneira mais detalhada as circunstâncias do presente, de modo a poder-se divisar o futuro que está por ser construído – é a idéia da Revolução em sua marcha;	(8) Onde se examina de maneira mais detalhada as circunstâncias do presente, de modo a poder-se divisar o futuro que está por ser construído – é a idéia da Revolução Permanente em sua marcha, acompanhada das idéias de humanidade como sujeito histórico, ou de humanidade como universal concreto “à la Hegel”;
(9) Onde se radicaliza o discurso, desde o emolduramento do <i>trabalhismo</i> , e se assimila, de uma maneira no entanto peculiar (correspondente àquele emolduramento), o termo <i>socialismo</i> ;	(9) Onde se acentuam, no discurso, desde o emolduramento da idéia de <i>Revolução Permanente</i> , as idéias (a) de um novo Renascimento, (b) de uma humanidade tornada, ineditamente, sujeito da história, um universal concreto “à la Hegel”, e (c) de uma sociedade civil universal à maneira de Kant;
(10) Onde se atenuam os discursos no que diz respeito a determinadas palavras e conceitos, ainda que não no que se refere às idéias fundamentais expressas desde 1930; onde, aliás, se filia o segundo mandato presidencial à Revolução de 30.	(10) Onde se atenuam os discursos no que diz respeito a determinadas palavras e conceitos, ainda que não no que se refere às idéias fundamentais expressas desde 1994; onde, aliás, se filia o segundo mandato presidencial ao primeiro.

Como se vê, o próprio desenvolvimento, agora posto em paralelo, da análise e interpretação dos discursos presidenciais de Getúlio Vargas e Fernando Henrique Cardoso traz à tona, por si só e em boa medida, um jogo de espelhos que explicita a maior parte das questões que compõem as (poucas) semelhanças e as (muitas) diferenças de fundo entre as duas épocas, entre os dois universos discursivos em questão. As diferenças, principalmente – observe-se que as semelhanças, em geral, são *semelhanças em negativo* –, não constituem *quaisquer diferenças*, como aquelas que inevitavelmente surgem quando comparam-se presidentes, discursos presidenciais, situações históricas, conjunturas econômicas, em todas as épocas, a qualquer tempo e a qualquer pretexto. Ao contrário, são, aqui, diferenças que estabelecem a sua natureza em um diálogo quase sempre direto, e que, mesmo quando um tanto oblíquo – o que ocorre freqüentemente –, mantém o eco de uma interlocução sempre tendente a repor-se, sempre insistentemente insinuante, o que faz com que, senão aqui, ali adiante as tenhamos novamente lado a lado, mais uma vez enfrentando-se, apresentando as suas razões, as suas armas.

Com efeito, os dois momentos históricos que configuram o objeto desta Tese apresentam-se, de vários modos e em muitos sentidos, em uma relação explicitamente antitética, a qual se manifesta *também* nos discursos presidenciais, de modo notavelmente claro, e com tanta ou mais eloquência que nos próprios enquadramentos contextuais. Observe-se, entretanto, que havíamos, na primeira

parte deste trabalho, ponderado que dessa relação antitética não poderíamos esperar uma simetria perfeita – mesmo porque se está tratando de história, quer dizer, de complexidades únicas e irrepetíveis. Não obstante, o que temos em um dos pólos estudados é a construção de algo – as bases do capitalismo *nacional* propriamente dito – que, no outro, será desconstruído praticamente *ponto por ponto*, segundo uma visão de mundo que em sua essência liberal, ou, no mínimo, liberalizante, gozava de absoluta hegemonia no pré-1929. Seria lícito, assim, pensar em um retrocesso histórico, em um largo passo para trás, promovido pelos ideais “não-ideológicos” que a década de 1990 pretende representar, pretextando – e acreditando – estar, ao contrário, alinhando a Nação para que acompanhe o mundo em um movimento para a frente? Estaríamos, ao entrar no século XXI, atualizando o espírito do XIX? Para autores como Wilson Cano⁴⁴⁶, por exemplo, não apenas a resposta seria positiva, como esse *retrocesso* de cinquenta, sessenta, setenta anos traria uma marca inequivocamente negativa. A ortodoxia liberal, se desejasse – nem sempre o faz – considerar a idéia desse “largo passo para trás”, certamente o entenderia como necessário para limpar o caminho de construção do futuro. Quer dizer, estaria dotando-o de plena positividade.

Ocorre, entretanto, que não há, ainda, trabalhos que demonstrem cabal e definitivamente uma real, global e *efetiva* desconstrução do Estado desenvolvimentista-industrializante no Brasil. Seria necessário perceber, nos termos *contextuais* desta Tese, não apenas um fenômeno de desnacionalização da

⁴⁴⁶ Obra citada.

economia – que houve, em boa medida, como fruto (não necessário, entretanto) do programa de privatizações -, mas de franca *desindustrialização* – que também houve, em alguma medida, sem que se tenha, todavia, a segurança de que não se trata de uma reacomodação conjuntural frente à nova ordem econômica mundial e às crises sistêmicas do capitalismo observadas sobretudo a partir de 1997.

Reconhecer isso não significa, por outro lado, que algo no sentido de uma *restauração* não tenha estado em curso, em termos mundiais, ocidentais, incluindo o Brasil e a América Latina, na década de 1990. De fato esteve, e a análise e a interpretação dos discursos presidenciais levadas a efeito nesta Tese permitem uma tal conclusão. Afinal, não se deve aguardar uma coincidência perfeita entre a *vontade* de Estados e governos e a *execução* dessa vontade. A realidade, bem o sabemos, não se deixa moldar assim tão mecânica e linearmente. Mesmo a Restauração europeia de 1815, em cuja carta constitucional constou a intenção literal de “reatar a corrente dos tempos”, restabelecendo o *status quo* anterior à Revolução Francesa⁴⁴⁷, não logrou empreender integralmente algo dessa natureza – o que não impede que tenha desejado, manifestado e mesmo encaminhado historicamente esse desejo.

De qualquer forma, sem dúvida o pós-1929 e o pós-1989 constituíram momentos em que idéias-força específicas, antagônicas e ideologicamente hegemônicas em seu tempo orientaram transformações estruturais de substancial

⁴⁴⁷ Ver Rémond, René. *O século XIX, 1815-1914*. São Paulo: Cultrix, 1974.

alcance histórico. O diálogo desde o nexo presente-passado, evidentemente, é mais claro: ao menos de modo aparente, é o pós-1989, desde sua *circunstância* essencialmente otimista e sua *pompa* eufórica, que chama o pós-1929 ao embate; Fernando Henrique Cardoso, ao dialogar com o legado da Era Vargas, para negá-lo, como que convoca simbolicamente Getúlio Vargas a uma conversação, a um “acerto de contas” que, ao fim e ao cabo, trará conseqüências reais aos próprios fundamentos da Nação – são as reformas estruturais propugnadas. A afirmação do conjunto de idéias que servem de suporte ao programa de reformas encontra na conjuntura mundial do pós-1989 um solo ideal para sua livre germinação; no Brasil, entretanto, e na América Latina de um modo geral, é preciso primeiramente empreender uma *queimada* para que o solo esteja apto a receber as sementes de uma nova cultura – *queimada* que deverá ser dar, também, ao nível das idéias, o que exigirá um esforço discursivo de proporções consideráveis, como vimos no caso de Cardoso, bem como uma certa mobilização da memória e o desenvolvimento de uma determinada interpretação do Brasil coerentes, em suas linhas gerais, com esse esforço.

Assim, Getúlio Vargas, e tudo o que seu nome representa em termos de carga histórica quando pronunciado no pós-1989 – carga histórica que veio se modificando, é claro, com a própria história -, estaria na posição de um interlocutor eminentemente passivo, metaforizado, erigido enquanto símbolo – um símbolo poderoso, mas sempre um símbolo. Fernando Henrique Cardoso, desse modo, é preciso salientar, dialogaria não com Getúlio Vargas, mas com o *legado* de Getúlio

Vargas. O próprio discurso de Cardoso, como vimos, envolve dois níveis de diálogo, ao tratar do assunto: um com o legado em questão, profunda e pesadamente crítico, e outro com a figura histórica de Vargas, mais ponderado e por vezes mesmo conciliador, ainda que mantendo, mesmo nestas ocasiões, um tom geral de crítica *de fundo* consistente com o primeiro nível. De qualquer forma, é o diálogo com o legado de Vargas, iniciado com o célebre “A Era Vargas acabou; a Revolução de 30 está terminada”, de Cardoso, que prospera, seja no discurso presidencial de Collor de Mello e no do próprio Cardoso, como vimos, seja no discurso político brasileiro da década de 1990 e de início dos anos 2000, no ambiente do jornalismo de opinião, extremamente profícuo em explorar as conseqüências sobretudo econômicas e políticas da referida frase, e nas poucas obras publicadas sobre o tema, em nível acadêmico ou não.

Produzindo reações de todos os lados do espectro político brasileiro, foi Cardoso, portanto, quem para todos os efeitos propôs e pôs à mesa os termos do debate em seu alcance mais largo: interlocutores outros, enunciando desde lugares os mais diversos, o aceitaram e o desenvolveram com base naquela proposição, a qual supõe a idéia de diálogo com *a herança* da época de Vargas. Dialoga-se, assim, não *com* Vargas, mas com a atualidade ou não do tipo de capitalismo construído no Brasil desde a década de 1930; com a relevância ou não das idéias de soberania nacional e de projeto nacional; com a oportunidade ou não de haver intervenção econômica por parte do Estado, ou mesmo planejamento econômico realizado desde o Estado, ou mesmo empresas estatais; com a importância de haver ou não uma

legislação que regulamente as relações entre capital e trabalho supondo a presença do Estado como árbitro; e assim por diante, em uma discussão de tal modo estrutural que atravessa virtualmente todos os aspectos da vida econômica, social e política brasileira na última década do século XX e além.

Todavia, nossa investigação leva a que tenhamos de considerar o diálogo com a herança da Era Vargas como constituindo apenas uma parte da questão – importante, é verdade, e mesmo substancial para o desenvolvimento desta Tese, mas apenas uma parte da questão. A escolha e o exame de nossas fontes documentais, os discursos presidenciais apanhados em sua globalidade e em perspectiva comparada, revelou-nos a outra parte: um diálogo com *o próprio* Vargas, tornado possível desde uma dada operação analítico-historiográfica - não, portanto, com uma imagem, um símbolo, uma estátua emudecida, ou de voz esmaecida, à qual só é permitido expressar-se indiretamente, através de sua obra, ou dos desdobramentos históricos de sua obra, ou ainda da leitura que se faz acerca do significado dos efeitos históricos de sua obra. Uma voz eloqüente, deve-se ponderar (no mínimo, proporcional em eloqüência à força dos ataques sofridos), mas de qualquer modo uma voz *refratada*. Em uma operação analítica que faz colidir os discursos, tanto para flagrar sua lógica interna como para estabelecer uma acareação equilibrada – e sem perder de vista, em um outro nível, os respectivos contextos e suas possibilidades comparativas específicas -, equilibram-se também os interlocutores e os *lugares* de enunciação.

Postulamos, feitas tais ponderações, que, ao contrário do que fazem crer os discursos de Fernando Henrique Cardoso, condicionando os imaginários social e político, e mesmo acadêmico, é o discurso presidencial do pós-1929, o discurso presidencial de Getúlio Vargas, que toma, sim, a iniciativa do diálogo. Vargas dialoga reflexamente com Cardoso ao empreender crítica essencial à ortodoxia liberal do momento histórico que antecedeu a 30; discute a lógica e o tecido das idéias, noções e conceitos norteadores com que aquela ortodoxia operava, os quais foram recuperados e teoricamente retrabalhados, resignificados, no pós-1989. Há um diálogo *inteiro*, portanto – uma vez restituído o equilíbrio das vozes, pela confrontação discursiva -, entre dois interlocutores, duas visões de mundo, duas épocas que afirmam sua identidade em oposição dialética⁴⁴⁸.

É preciso postular, também, a existência de um *Vargas* inteiro, que se opõe à figura classicamente posta pela(s) historiografia(s) em uma posição de eterno tensionamento entre (1) a incomensurabilidade de uma complexidade de perfil extrema, verdadeiramente camaleônica, (2) a inexpugnabilidade de uma esfinge ambígua e maquiavélica em seus propósitos, e (3) o estilhaçamento em cacos de uma personalidade histórica que enuncia diferentes coisas, tão plurais quanto as ordens de indagação que lhe são feitas. O *Vargas que emerge do exame de sua*

⁴⁴⁸ “Oposição dialética”, aqui, significa oposição – no caso oposição radical – entre dois universos de argumentos, como no significado original, grego, de *dialética*; não estamos fazendo referência, portanto, à dialética tal como em G.W.F. Hegel ou em Karl Marx, onde “oposição dialética” poderia ser confundida com o elemento de “antítese” (necessariamente “interna” à tese), cujo desenvolvimento levaria necessariamente a uma síntese. Não é o caso, de modo algum: nem mesmo os desenvolvimentos teóricos keynesianos, ou os de outras matrizes críticas ao liberalismo que se manifestam no pós-1929, podem significar uma antítese em relação à teoria liberal neoclássica no sentido *estrito* do termo “dialética”.

obra discursiva presidencial – sem prejuízo de interpretações feitas desde outros lugares teórico-metodológicos – é *um* Vargas somente: como vimos, existe coerência na articulação interna de idéias, linhas consistentes de construção discursiva que atravessam os anos, praticamente um quarto de século, em seus pronunciamentos. Trata-se de uma unidade complexa, entretanto.

A recorrência estruturante de um tema de origem, posto à prova a cada conjuntura histórica e a cada situação discursiva, é uma evidência da unidade a que fazemos referência. Ambos os momentos, o pós-1929 e o pós-1989, entendem-se como de *reconstrução*, e mesmo de *refundação* da Nação; em ambos os casos, a memória histórica é mobilizada para adensar-lhes a importância, ressaltar-lhes o ineditismo, destacar-lhes do que seria uma massa indistinta de eventos, emprestar-lhes, enfim, significação histórica. Tais temas de origem funcionam no discurso como um ponto fulcral, um norte magnético que ao mesmo tempo *dispara* a memória e atrai os ponteiros das referências históricas, tornando-as legíveis ao fixar-lhes um ponto de partida. Em Vargas, temos a afirmação de 30⁴⁴⁹, sempre renovada, ampliada e aprofundada em sua leitura inicial – seja com o Estado Novo, seja com a moldura trabalhista do segundo mandato; em Cardoso, deparamo-nos com a afirmação da necessidade das reformas estruturais da Nação e das possibilidades históricas, levadas em seu discurso ao paroxismo, da Globalização. O primeiro entende que a Revolução de 30 está revestida de marcado ineditismo na história

⁴⁴⁹ Sendo ela mesma, a Revolução de 30, uma *afirmação* – “a afirmação mais positiva que, até hoje, tivemos de nossa existência como nacionalidade”.

política do Brasil, “sincronizando-o com a história mundial”, ou seja, com os rumos que esta tomará desde uma perspectiva de reação à crise; trata-se, no entanto, de um ineditismo relativo, uma vez que mantém reconhecidos laços de continuidade com outros momentos da história nacional. O segundo, por sua vez, considera o pós-1989 uma *época* de absoluto ineditismo na história, para a humanidade inteira, tornada sujeito da história como jamais antes o fora; as reformas estruturais, aqui, é que deverão sincronizar o Brasil, para usar os termos de Vargas, com a história mundial.

Em pelo menos uma ocasião Vargas refere-se a 30 como uma *contra-revolução* – termo que se justifica pela recomposição de uma situação perdida: fala-se em *readquirir* a liberdade, *restaurar* a pureza do regime republicano, com vistas à *reconstrução* nacional. Isto estabelece uma certa tensão, no discurso, em vista da idéia, tão central e recorrente, do ineditismo de 30 – ineditismo que deve ser entendido como *relativo*, como estamos argumentando, e não contraditório. Observe-se, mais uma vez, que a Revolução de 30, tal como Vargas a lê – leitura que busca firmar-se como hegemônica, influenciando a de seus contemporâneos e mesmo a da posteridade –, é um evento histórico que se impõe como inédito, sim, mas que só pôde vir a existir porque toda uma linhagem de outros eventos, assemelhados a 30 em espírito (um espírito de *emancipação nacional*), desenhou historicamente traços de convergência que redundaram precisamente nele; e ele, reconhecendo-se parte daquela linhagem, afirma-se então como seu natural ponto de culminância, o ponto no qual a Nação “entrou na posse de si mesma”. Há o discurso do novo, sem dúvida:

porém, a convocação à história que é feita para conferir sustentação a 30 implica trazer à tona, atualizando-as, continuidades históricas seletiva e cuidadosamente evocadas.

Sobre o discurso de um, vê-se assim, insinua-se a influência de um contexto mundial de crise, entendido como hostil, essencialmente negativo – negatividade que o novo papel do Estado, supondo ampla e justificada intervenção econômica, deverá contrarrestar. Sobre o discurso de outro, incide a luz de um contexto mundial entendido como uma nova Renascença, portanto fundamentalmente positivo, - positividade que deverá ser cultivada e protegida, para que mantenha suas potencialidades, de ataques provindos de visões econômicas e políticas “passadistas”. Em um caso, temos um discurso erigido sobre a crise do liberalismo, ideologia em decadência que estabelece um vácuo diante de si; em Vargas, a construção do futuro, o horizonte de expectativa, constituirá um processo vagaroso, a exigir paciência e cuidados extremos: a história se move sobre escombros – os do sistema capitalista vigente, e os da República Velha. No outro caso, estamos frente a um discurso que se quer livre de qualquer ideologia, que se constrói anunciando mesmo o fim das ideologias, ou, no melhor dos casos, sua morte iminente – daí, para Cardoso, a aceleração da história observada após a queda do Muro de Berlim: ela passa a correr em uma pista azeitada, livre de obstáculos. O Brasil, para participar da corrida, precisa livrar-se tanto do peso do passado como das vendas ideológicas que o fazem tatear na escuridão – são,

novamente, as reformas estruturais. O mundo que “tinha na ideologia uma paixão que freava e cegava” foi *ultrapassado* pela História.

Tanto Getúlio Vargas como Fernando Henrique Cardoso alegam carregar consigo um compromisso essencial, derivado do que seria a consciência plena do significado do momento histórico vivido e que justifica o tom geral de seus discursos: realizar a Revolução de 30 e levá-la adiante desenvolvendo-a e desdobrando-a em todas as suas potencialidades, em um caso – não fazê-lo seria, textualmente, “dar as costas à História”; e, no outro caso, realizar as reformas estruturais da Nação, para que esta possa desenvolver-se em todas as suas pontecialidades – não fazê-lo seria, também textualmente, “dar as costas à História”. Para Cardoso, aliás, dar as costas à História por ignorância dos rumos que ela toma (e sabê-los seria uma obrigação do governante) já constitui um problema de extrema seriedade; muito mais grave, entretanto, seria fazê-lo (e aqui a referência é ao legado de Vargas) “por mero saudosismo”.

Se em Vargas a Revolução constitui, portanto, como tivemos oportunidade de observar, um *imperativo moral*, divisando-se à frente um caminho a ser construído, em Cardoso as reformas estruturais da Nação são um *imperativo lógico*, de ordem essencialmente pragmática - são o que há a fazer para acompanhar uma história que *já se pôs*, antes, a caminho. Em Vargas, a história movimenta-se para a frente *com* a Revolução de 30, *movida* pela Revolução de 30; em Cardoso, as reformas estruturais revestem-se do caráter de uma condição preliminar: uma vez

realizadas, habilitam o Brasil a movimentar-se para frente, *seguindo* a história; em caso contrário, permanecerá a Nação estagnada. Assim, serviria também a Cardoso a disposição de pensamento básica com que Vargas, em formulação que concede à história o seu papel clássico de *mestra da vida*, diz enfrentar os desafios de seu tempo: “É preciso equilibrar as lições da História e as soluções da época”.

Estamos lidando, muito evidentemente, com sentimentos de “missão” histórica⁴⁵⁰, e postulamos que a isto deva ser atribuído, ao menos em boa medida, o fato de que nem Vargas e nem Cardoso lidam bem com o “outro” político. Nos dois casos, como vimos, pensa-se ocupar um espaço além – acima mesmo – da política; esta, os partidos políticos, os embates parlamentares, o ambiente das eleições, tudo isso configura um universo que expressa em essência a defesa de interesses “exclusivistas”, afastados dos interesses gerais da Nação (Vargas), ou associados a um passado morto, seja porque significariam a manutenção de benefícios escusos (exclusivistas?), seja em razão de o espírito da época não haver sido compreendido em toda a sua extensão, importância e alcance (Cardoso).

As convicções e certezas irretorquíveis quanto à natureza de sua missão histórica faz com que tanto em Vargas como em Cardoso a oposição política

⁴⁵⁰ Para compor uma imagem, é como se pudéssemos perguntar: quando em sua Carta-Testamento Vargas anuncia estar saindo da vida para entrar na História, onde imagina estar entrando? De que “missão” imaginava estar saindo? Esta é outra forma de indagarmos sobre a concepção de História de Getúlio Vargas. No caso de Fernando Henrique Cardoso, temos que o discurso de posse de seu primeiro mandato é sugestivamente dedicado a sua família, “que soube compreender os desafios da História”. Discurso de posse no Congresso Nacional (Brasília, DF, 1º de janeiro de 1995), em *Palavra de Presidente 1 – 1º semestre de 1995*, p. 33.

tenda a ser considerada, sempre, *reação*⁴⁵¹. No caso de Cardoso, esse aspecto do discurso gera uma tensão toda especial, pois valoriza-se o fato de estar o Brasil vivendo uma realidade política plenamente democrática, valoriza-se mesmo, e fundamentalmente, a própria democracia – a democracia é o “metro” (expressão muito utilizada por Cardoso), é o que põe lado a lado governo e interesse coletivo. De qualquer forma, a tensão permanece como tal, uma assimetria, uma perturbação na lógica do discurso. No caso de Vargas, e marcadamente o Vargas do Estado Novo, entretanto – como é sobejamente conhecido -, essa tensão, somada em grande medida ao espírito da época, conduz a uma hipertrofia do poder executivo, à eliminação da própria possibilidade de existência não apenas de oposição política, como mesmo de *vida política* fora dos círculos oficiais, cuja concentricidade busca abranger toda a Nação. Em Vargas, o “metro” é a Revolução; esta, como vimos, não se encontra “lado a lado” com o interesse coletivo, mas constitui, *ela mesma*, o próprio interesse coletivo, uma sua encarnação.⁴⁵² Mesmo a atenção especial à economia, sempre lembrada, jamais ocorre em abstrato, em Vargas; é o mundo, e suas transformações, que a impõem, e não uma simples escolha do governante, feita entre outras escolhas possíveis. Há mesmo um método para que a sensibilidade diante das exigências do mundo moderno se transforme em uma forma de

⁴⁵¹ Vargas, lembremos, refuta a acusação de que seja um “ditador”; Cardoso, por sua vez, a de que seja um “neoliberal”.

⁴⁵² A experiência democrática brasileira das últimas décadas fez com que fosse (re)valorizada a idéia republicana do equilíbrio entre os poderes. Tanto Collor quanto Cardoso iniciam seus discursos em tom marcadamente elogioso ao Congresso Nacional. Entretanto, não podemos esquecer que o instituto da *medida provisória*, em que uma ação do Executivo ganha estatuto legal sem passar pelo crivo do poder Legislativo - sendo herdeiro, diz-se, dos decretos-leis instituídos na década de 1930, por Vargas -, está presente no próprio fundamento das reformas estruturais no Brasil: o Plano Real, até o fim do segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso, e mesmo após, manteve sua legalidade através da reedição permanente da medida provisória que lhe deu origem, em 1994. Deve ser matizada, portanto, a idéia de que a hipertrofia do executivo é um vício inerente ao “velho modelo”.

conhecimento eminentemente racional: é preciso não deixar que prevaleçam “as paixões, ainda efervescentes, da hora atual”, e buscar localizar o instante vivido em sua dimensão histórica. “Cumpra auscultar e entender o passado, procurando prever as complexidades do futuro” para atender, à altura das responsabilidades *delegadas* à Revolução, as demandas de uma realidade que já não é uma realidade de *absolutos*, mas que acolhe a relatividade e a incerteza como jamais teria acolhido antes.

A missão essencial, de qualquer forma, é a refundação da Nação, sua reconstrução. Vargas, porém, reconhece à sua frente, uma vez feita a Revolução, muito mais uma tarefa de *construção* propriamente dita: descortina-se a sua frente uma realidade em que virtualmente tudo está por ser feito, dimensão que salta aos olhos uma vez que queiramos, por exemplo, considerar o aspecto econômico sob a ótica da necessidade, em um ambiente mundial adverso e *entendido como tal*, de a um só tempo fazer frente à crise e erigir um capitalismo industrial nacional cujas bases apresentavam ainda um caráter de extrema incipiência - incipiência que deu a própria medida da envergadura do empreendimento, elaborado ao longo dos anos, a que se propôs. Em Cardoso, a *reconstrução* e a *refundação da Nação* configuram também uma dupla tarefa, uma vez que supõem, concomitantemente⁴⁵³, o encaminhamento da tarefa precípua de *desconstrução* do legado de Vargas – pedras no meio do caminho. Em 1929, a crise do liberalismo havia ela mesma significado

⁴⁵³ Não se liquidou o regime anterior, em um primeiro movimento, para depois iniciar a *reconstrução*, a *refundação*, como em 1930.

(não deixando pedra sobre pedra na estrutura já então secular do sistema em vigência) uma auto-desconstrução, uma desconstrução da ordem mundial, com efeitos na realidade nacional, iniciada *por dentro*⁴⁵⁴, erodida, em oposição ao que ocorrerá no pós-1989, quando a desconstrução será levada a efeito principalmente *desde fora*, em uma disposição de esforços muito mais ativa.⁴⁵⁵

Com efeito, e em termos abrangentes, a reafirmação do liberalismo e a crítica de fundo ao Estado de emolduramento keynesiano como que efetua, ou deseja efetuar – ampliamos aqui o assunto - uma espécie de reatamento da corrente dos tempos, (re)ligando os pontos entre 1929 e 1989, processo que no Brasil ganhará contornos dramáticos - diante da intenção declarada de apagamento, simbólico e real, da Era Vargas (a qual em termos ampliados, sobretudo no que diz respeito a uma lógica econômica estatizante, estende-se até fins da década de 1970) – e paradoxais - uma vez que não está no horizonte discursivo de Cardoso, de modo nenhum e em princípio, a reapropriação de um liberalismo em contexto político oligárquico⁴⁵⁶.

⁴⁵⁴ No Brasil, o regime oligárquico da República Velha não ofereceu resistência séria à Revolução.

⁴⁵⁵ Ainda que se possa argumentar, desde o ponto de vista liberal, que o Estado de tipo keynesiano produziu internamente as condições de sua crise, também.

⁴⁵⁶ Há uma interessante passagem em discurso de Fernando Henrique Cardoso, que envolve uma menção à Revolução Constitucionalista de 1932, a Getúlio Vargas e à oligarquia paulista. De um lado, Cardoso afirma constituir a Universidade de São Paulo – que ele mesmo freqüentou - parte da reação paulista a Vargas; de outro, busca dissociar-se desse ambiente esclarecendo “ter nascido no Rio”: “Em 1932, tinha ocorrido, em São Paulo, a chamada ‘Revolução Constitucionalista’, e São Paulo perdeu. A faculdade que eu freqüentei foi o fruto de uma decisão política do grupo oligárquico de São Paulo – ou, antes, plutocrático – que perdeu essa luta pela reconstitucionalização do país contra o Governo central, que naquele momento se encontrava sob o mando de Getúlio Vargas. A elite política paulista tomou a decisão de criar uma Universidade, com a intenção de ganhar terreno no que Gramsci chamaria de hegemonia, isto é, o esforço de fazer com que as mentes e os corações respaldassem um modo de conceber o Brasil e dessem seu apoio a um retorno dos paulistas ao poder. Esclareço que nasci no Rio.” Discurso por ocasião da cerimônia de outorga do título de Doutor

Assim, temos que o termo *reconstrução* mostrar-se-ia, em princípio, muito mais adequado ao pós-1989. O Estado nacionalista, desenvolvimentista, industrializante e intervencionista informado pelo aporte keynesiano no pós-1929 - malgrado não negligenciáveis descaminhos políticos, sobretudo os de corte autoritário - mostrou estar, economicamente, em harmonia com o *caminho do meio* seguido no século XX, até inícios da década de 1980, por um Ocidente que rejeitou a alternativa socialista e que se frustrou com a experiência liberal ao vê-la incapaz de retomar um estado de coisas que de meados do século XVIII até os anos 1920 não havia conhecido qualquer ameaça mais séria, realmente estrutural, a suas intenções, *já globalizantes*, de hegemonia mundial. Nos anos 1990, todavia, pareceu ao mundo capitalista - crescentemente seguro quanto às possibilidades de rearticular-se sem qualquer freio - já não ser necessário equilibrar-se, resignado, em um *caminho do meio*, havendo retornado, com energias renovadas, ao lado da estrada pela qual lhe apraz andar.

Há uma outra tensão permanente, entretanto, quando examinamos os discursos de Cardoso, para além do esforço constante em afirmar sua identidade política social-democrata e, assim, afastar a pecha de liberal: em uma atmosfera geral de restauração, chama-se a atenção para o caráter de ineditismo – já referido acima - que se quer dar ao tempo presente. Não um simples ineditismo, e nem

entendido apenas em termos da realidade histórica brasileira – idéia também presente, contudo -, mas um ineditismo fundamentalmente ligado ao novo renascimento que Cardoso supõe estar a humanidade conhecendo. A Era Vargas representaria a persistência de amarras estruturais que prendem a Nação a um passado que nada mais tem a oferecer. É muito mais, portanto, a restauração de uma *possibilidade*, em Cardoso, não podendo ser levada muito longe a idéia de *reatamento da corrente dos tempos*: recuperadas as idéias essenciais de livre mercado e de democracia, recolhido o Estado ao papel equidistante de mantenedor político de uma ordem social e econômica mínima, encaminhe-se a Nação em direção ao rumo que a história aponta – ao contrário do que ocorre em Vargas; afinal, a conjuntura mundial é entendida como positiva e altamente favorável ao desenvolvimento, bastando ajustar a frequência de emissão da voz do Brasil à modulação adotada pelas nações desenvolvidas do mundo.

Ainda que reconheça no pós-1929 a qualidade de haver empreendido o que empreendeu, como a época exigia - como o faz Cardoso -, a crença manifestada no discurso do pós-1989 em que o desenvolvimento, a prosperidade, a *riqueza das nações* estará tanto mais garantida quanto mais esteja o Estado afastado de um espaço que *naturalmente* pertence ao livre mercado e à livre iniciativa, é avassaladora, restando inócua, por vezes risível, qualquer tergiversação discursiva, qualquer *astúcia da razão* no sentido de afastar o discurso das idéias essenciais do liberalismo - elas continuam todas ali, mesmo que por vezes só possamos enxergar uma sua imagem ensombreada, insinuando-se, mal-disfarçada, por detrás da crítica

à Era Vargas. Em Vargas, o anti-liberalismo é um elemento evidente, claramente assumido, onipresente, possuindo mesmo um caráter central em sua visão da história. Vimos como, no discurso de Vargas, a história universal é convocada para justificar que um Estado interventor houvesse se desenvolvido na década de 1930: o “constitucionalismo clássico”, forma e substância da política no século XIX ocidental, surgido a partir de uma “reação natural ao absolutismo”, teria decaído, a partir de influências liberais, para uma situação em que as funções do Estado acabaram sendo “cerceadas”, reduzidas ao “mínimo possível”, “quase exclusivamente, à manutenção da ordem e à distribuição da justiça”. A “complexidade da vida moderna, entretanto, teria “alargado naturalmente”⁴⁵⁷ o poder de ação do Estado, que, “livre de romantismos” e passando a ter seu poder de intervenção ditado “única e exclusivamente pelo interesse público”, passou a promover o desenvolvimento econômico e social, demonstrando que a ausência, em qualquer nível, do Estado, deve ser entendida não como uma virtude essencial, mas como omissão – com um certo “dar as costas à história”, agora em outro nível. Em Cardoso, o *espírito de fundo do liberalismo* está presente, mas é fugidio, pois não ousa dizer o seu nome: diz-se “senso comum”, “bom senso”, “razoabilidade”. Desse modo, temos que o liberalismo, nada menos que a matriz de todas as ideologias modernas... anuncia o fim das ideologias e encarna em um genérico “o que toda a gente sabe, o que toda a gente acha”, tornando-se, de certo modo, invisível, *natural*.

⁴⁵⁷ Observe-se que um aspecto “natural” do desenvolvimento histórico estaria, aqui, associado a um maior grau de intervenção por parte do Estado – precisamente a característica que o liberalismo entende como fundamentalmente não natural...

Se em Vargas, no início dos anos 30, há uma ideologia em crise – precisamente o liberalismo, esta “velha árvore cheia de fungos” – e as possibilidades históricas restam em aberto (a alternativa comunista é rechaçada desde sempre, a política econômica prática intervencionista de cunho keynesiano-roosevelteano insinua-se, modalidades de autoritarismo político eminentemente européias como o nazismo e o fascismo são ainda uma realidade relativamente distante⁴⁵⁸), em Cardoso temos que as ideologias, *todas*, sucumbiram, e anuncia-se um mundo pós-ideológico, parte importante tanto do ineditismo como da positividade essencial da situação histórica do pós-1989. Com efeito, Cardoso entende a si mesmo e a seu mundo como imune a qualquer ideologia. Quando busca compreender as ações de Vargas a partir da década de 1930, o faz, como vimos, salientando que aquele *modo de fazer* era próprio da época, ou seja, não havia como fazer diferente. *Sua própria época*, no entanto - pragmática, desideologizada - não o condiciona de qualquer

⁴⁵⁸ Com efeito, é lícito sugerir que o anti-liberalismo de Vargas, mais ligado ao industrialismo de Saint-Simon e ao positivismo conteano (ver Bosi, 1994) antes de 1930 (referências momentaneamente “esquecidas” por ocasião do mandato ministerial de 1927-1928, e mesmo progressivamente abandonadas ao longo da década de 1920, como lembra Dutra Fonseca, para quem é enganoso atribuir um espírito positivista ao pós-1930 – obra citada, p. 243), encontra progressivamente, a partir de 1930, uma nova moldura na filosofia social e política derivada do keynesianismo, a qual conhece crescente hegemonia no mundo ocidental do pós-1929 e cuja atmosfera geral parece contribuir para “atualizar” idéias contrárias ao liberalismo vindas dos mais variados quadrantes do pensamento social e econômico (de qualquer modo, deve-se considerar que o ideário positivista volta-se mais para aspectos políticos e jurídicos da organização social que para aspectos propriamente econômicos). Uma tal filosofia social e política – a que deriva do keynesianismo - torna relativamente aceitável a idéia de intervenção do Estado na economia em graus variados, e é fundamentalmente anti-marxista – o que é conveniente para Vargas. Considere-se que um dos argumentos centrais de obras que aproximam a Era Vargas do ideário nazi-fascista, como as de Capelato, Diniz e Dutra (obras citadas) é justamente aquele que enfatiza o anti-liberalismo de Vargas; ora, com Keynes, sobretudo a partir de 1929, tem-se um anti-liberalismo que se justifica sem qualquer ligação com aquele ideário – ainda que, para o que diz respeito ao período do Estado Novo, outra ordem de argumentos seja levantada. De qualquer forma, devemos rejeitar a idéia um tanto linear, e simplista, de que o pensamento anti-liberal aproxima-se “naturalmente”, na década de 1930, do ambiente do nazi-fascismo. Dillard (obra citada, p. XIII e 3, respectivamente), sublinha que se deve fazer distinção entre os instrumentos keynesianos de análise e a aceitação, que conhece largo alcance na década de 1930, da política prática e da filosofia social de Keynes, reconhecendo mesmo que a política econômica prática leva a marca do pensamento de Keynes de maneira ainda mais profunda do que a teoria econômica.

modo. O essencial das idéias que desenvolve como presidente não sofre, portanto, qualquer influência, a não ser a de seu próprio pensamento autônomo ou a da simples disposição em aceitar o novo mundo, esse mundo *renascido*, que se abre com a Globalização.

A um pensamento como o de Cardoso, que se quer então livre de quaisquer condicionantes ideológicos, há palavras que aparecem como indesejadas, ou cujo uso, no mínimo, envolve algum constrangimento e muitas explicações. A própria palavra industrialização, por exemplo, tão fundamental no discurso de Vargas, ainda que por vezes apareça, perde a centralidade que até então detinha: agora, o mais das vezes, fala-se em *economia*, em *desenvolvimento econômico*, simplesmente, sem qualquer qualificação, o que é coerente com os elementos gerais da filosofia que se propugna. Se se diz *industrialização*, desde um lugar de Estado e de uma situação de planejamento econômico, está-se manifestando um desejo, desde um certo um ponto de vista, e, no limite, apontando-se um determinado caminho - já não é o livre mercado, de qualquer modo, atuando. Perderam centralidade, também e sintomaticamente, as categorias *trabalho*, *trabalhadores* e *classe trabalhadora*, tão absolutamente centrais em Vargas. Entende-se: possuem um sentido histórico demasiadamente associado ao mundo que se quer deixar para trás - tanto o do Estado keynesiano quanto o do socialismo. *Trabalho*, passou de uma categoria oposta a *capital* - e que, mesmo entendido como possuindo um caráter de complementaridade em relação a este, necessitava da presença do Estado para que não sofresse uma situação de dominância, *inevitável* em caso

contrário -, para a condição diluída de um fator de produção entre outros, como o capital e a terra, precisamente segundo a tradição liberal. Também como na tradição liberal, *trabalhadores* passou de uma categoria que identificava aquele que possuía a força de trabalho, e não os meios de produção - portanto em oposição a *capitalistas* -, a uma denominação genérica que se refere a todos os *que trabalham*, indistintamente. Os termos *operário* e *proletário*, facilmente no discurso de Vargas, desaparecem quase por completo; *classe trabalhadora*, também (que para Vargas existe, mas *não deveria*, idealmente, existir), é termo proscrito, por extensão.

Os dois momentos compreendem que a construção/reconstrução a que se deve dar início tem um ponto de partida muito bem delineado. Assim, o *fim da inflação* ocupa, no pós-1989, papel análogo ao da *superação da economia primário-exportadora via industrialização*, no pós-1929, revestindo-se de importância vital, condição absolutamente necessária, para que se dê início e bom desenvolvimento às reformas estruturais preconizadas. Em Vargas, contudo, experimenta-se; o futuro está em aberto. Cardoso, entretanto – vejam-se especialmente os discursos de despedida do Senado Federal e de posse do primeiro mandato -, a exemplo de Collor de Mello, encaminha desde o início uma exposição detalhada, e feita desde uma certa ordenação, dos passos necessários à consecução das reformas, a saber: fim da inflação; enxugamento das despesas do Estado e disciplina fiscal; abertura econômica (primeiro, comercial; depois, financeira); privatizações. Isso não pode – e muito menos a coincidência discursiva entre Collor de Mello e Cardoso - ser explicado pelo lado do objeto, uma vez que estes não são pontos que sucedem uns

aos outros por uma "ordem natural das coisas", de maneira necessária e irrevogável. Descartada a hipótese da mera coincidência, não resta alternativa de resolução do mistério que não a de voltar ao início da terceira parte deste trabalho, aos termos do Consenso de Washington. Veremos, então, que não há apenas uma mesma ordenação dos pontos encaminhadores das reformas estruturais nos discursos presidenciais de Collor de Mello e Cardoso: as próprias conferências que constituíram o posteriormente denominado - pelo economista John Williamson - *Consenso de Washington*, ao propugnar a necessidade de execução de reformas na América Latina estabeleceram aqueles pontos, naquela ordem; não outros pontos em outra ordem, e nem os mesmos pontos em outra ordem. Mas *aqueles pontos, naquela ordem*. Há uma sólida associação, portanto, entre as proposições do Consenso de Washington e a o espírito de fundo das reformas estruturais brasileiras.

Isso significa que as reformas estruturais são intrinsecamente ruins, ou que não eram necessárias? Depende do ponto de vista de quem está respondendo a essa indagação. Significa que um alinhamento total, em termos macroeconômicos, do Brasil às formulações de um capitalismo reteorizado ("neoliberalismo") e revigorado no pós-1989, é intrinsecamente ruim? Depende, também, do ponto de vista de quem responde à indagação. Significa que a crítica de fundo ao Estado de tipo keynesiano é injusta, ou que não era necessária? Depende, ainda, do ponto de vista de quem está respondendo à indagação. Significa, finalmente, que o Brasil teria abdicado de elaborar e encaminhar um projeto nacional autonomamente estabelecido, correspondente ao que seja a composição de uma identidades

nacional livre de quaisquer condicionamentos que não os seus próprios? Significa, sim. E não depende, de modo nenhum, do ponto de vista de quem esteja respondendo à indagação. O espaço do que poderia vir a ser um novo projeto de nação - uma vez que se quisesse, de fato, abrir mão do espírito nacional-desenvolvimentista - foi preenchido por uma série de normas estabelecidas por influência dos países centrais do sistema.

Houve no pós-1989 um projeto, portanto, mas não um projeto *nacional*, e a história da década de 1920 recomenda que desconfiemos de sua propriedade. Mesmo que não recomendasse, entretanto, a própria década de 1990, e a primeira década do século XX, mostra que temos de lidar com conseqüências tremendas. O capitalismo de inspiração keynesiana, dotado de mecanismos de redistribuição social, já fazia com que o equilíbrio entre eficiência econômica e justiça social - o ideal do Estado do Bem-Estar -, fosse alcançado no Brasil apenas de modo muito precário. Agora,

O capitalismo global não presta contas a ninguém. A dinâmica global está cada vez mais presente no nosso cotidiano, e o Estado moderno não tem as ferramentas de governo correspondentes. (...) Nada deixa prever, nos mecanismos da mão invisível, uma inversão de tendências. (Dowbor, 1998, p. 11)

Podemos acrescentar que a "mão invisível" nem mesmo desejaria uma inversão de tendências, uma vez que a configuração liberal da economia mundial no pós-1989 procurou varrer para a lixeira da História tudo o que as mesmas representavam. Sob a ótica liberal, eram elas - aquelas tendências - que constituíam

o principal óbice para o desenvolvimento econômico e a conseqüente promoção do bem-estar - o qual, como vimos em Fernando Henrique Cardoso, não é monopólio de nenhuma ideologia. O liberalismo surge como algo que necessariamente empurra a história para a frente, desde que a economia e a sociedade estejam *limpas* de qualquer interferência estatal *populista*.

Entre tantas, tão vastas - ainda que relativamente bem delineadas em seus contornos - questões, há uma última, mas não menos importante, que parece iluminar a todas as demais, ao menos no que se refere à intenção de a um só tempo desqualificar a oposição, como ocorre em Cardoso, e o próprio legado da Era Vargas: é precisamente aquela relativa ao tema do *populismo*.

Em texto clássico sobre o assunto⁴⁵⁹, Francisco Weffort já advertia para o fato de o liberalismo ligar o conceito "a uma espécie de 'oportunismo' essencial de alguns líderes, uma desmedida ambição de poder associada a uma quase ilimitada capacidade de manipulação das massas; (...) uma aberração da história alimentada pela emocionalidade das massas e pela falta de princípios dos líderes."⁴⁶⁰. Ressaltando que "muitos homens de esquerda", também pensaram e pensam da mesma maneira, Weffort reconhece a existência de um grau importante de manipulação, mas nega, todavia, que essa manipulação tenha sido absoluta. E

⁴⁵⁹ Weffort, Francisco. O Populismo na Política Brasileira. In: Furtado, Celso (org.). Brasil: Tempos modernos. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977, 2ª edição, p. 51.

⁴⁶⁰ Idem, p. 62.

conceitua, em texto que influenciará praticamente toda a produção posterior sobre o assunto⁴⁶¹:

Em realidade, o populismo é algo mais complicado que a mera manipulação e sua complexidade política não faz mais que ressaltar a complexidade das condições históricas em que se forma. O populismo foi um modo determinado e concreto de manipulação das classes populares mas foi também um modo de expressão de suas insatisfações. Foi, ao mesmo tempo, uma forma de estruturação do poder para os grupos dominantes e a principal forma de expressão política da emergência popular no processo de desenvolvimento industrial e urbano. Foi um dos mecanismos através dos quais os grupos dominantes exerciam seu domínio mas foi também uma das maneiras através das quais esse domínio se encontrava potencialmente ameaçado. Esse estilo de governo e de comportamento político é essencialmente ambíguo e, por certo, deve muito à ambigüidade pessoal desses políticos divididos entre o amor ao povo e o amor ao poder. Mas o populismo tem raízes sociais mais profundas e a recuperação de sua unidade como fenômeno social e político é um problema proposto a quem estude a formação histórica do País neste últimos decênios. (Weffort, idem, p. 51)

Liberais, intelectuais de esquerda e grande parte da produção acadêmica esqueceram, ou não quiseram ler, todos os "mas" que contém o texto, de modo que tanto o saber erudito quanto a compreensão popular do conceito acabaram investidos somente de sua negatividade, comprometendo a própria *natureza ambígua* do termo apontada por Weffort⁴⁶². Outra fração, minoritária, é

⁴⁶¹ Ver Gomes, Ângela de Castro. O Populismo e as Ciências Sociais no Brasil - notas sobre a trajetória de um conceito. *Tempo*. Rio de Janeiro, vol. 1, nº 2, 1966, p. 31-58.

⁴⁶² O que pode ser considerado uma ramificação dessa produção acadêmica chegou a assumir extremos quanto à negatividade do conceito, associando-o aos de autoritarismo e de totalitarismo. São casos recentes de Capelato, Maria Helena R. Multidões em cena: propaganda política no varguismo e no peronismo. São Paulo: Papirus/Fapesp, 1999; e de Dutra, Eliana. O ardil totalitário: o imaginário político no Brasil dos anos 30. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/UFGM, 1998. Anote-se que Capelato, entretanto, concede que nem o varguismo e nem o peronismo podem ser plenamente identificados com experiências de tipo totalitário, constituindo, isto sim, regimes autoritários *com traços totalitários*. Dutra, ao contrário, afirma que não apenas o governo Vargas, mas a própria sociedade civil, foi envolvida pelo "ardil totalitário". O argumento central de ambos os trabalhos, contudo,

verdade, da produção acadêmica que aborda o assunto, localizada do outro lado dos "mas" de Weffort - diríamos "à esquerda" do conceito -, migrou em geral para a idéia de *bonapartismo*⁴⁶³, apanhada de Marx e relacionada a um enfoque do Estado como assumindo uma autonomia relativa em relação à sociedade - em relação às *classes sociais* -, e dando ao populismo um caráter de transitoriedade.

[Esse estado] se caracteriza por ser uma entidade autonomizada justamente por ser uma emanção do sistema capitalista. Se opõe, deste modo - relativamente - às classes sociais. Necessita colocar-se à parte, e inclusive enfrentar os interesses particularistas do capital individual, vigiando a economia em seu conjunto. Em termos latino-americanos, na etapa populista, esta *autonomia relativa* em relação às classes sociais, em nível interno, encontra uma correspondência ampliada na esfera do *antagonismo relativo* em relação ao imperialismo. A tentativa de consolidação do mercado interno na qual a burguesia industrial está empenhada no âmbito de seu crescimento social e de sua peculiar relação com o proletariado - empenhado também em converter-se em classe para si -, determinam o alçamento do Estado à condição de organismo de choque frente à ação imperialista das grandes potências. O Estado populista centralizará, portanto, a resistência possível das classes sociais empenhadas na construção da autonomia nacional. (Altmann, 1993, p. 52)

Salientar um ou outro "lado" do conceito - ou mesmo ele próprio, com Weffort - pode representar tão somente um posicionamento político, na esfera da cidadania, ou um posicionamento teórico, no ambiente da academia (se é que podemos separar assim os dois universos). Entretanto, a análise e a interpretação dos discursos presidenciais do pós-1929 e do pós-1989 - sua acareação histórica -,

apresenta uma convergência: identificam o desejo de unidade, presente no pensamento político de então, com o espírito totalitário - eliminador de diferenças.

⁴⁶³ Exemplo disso é Altmann, Werner. Cárdenas, Vargas e Perón: uma confluência populista. Obra citada. In: El Populismo en America Latina. Cidade do México: Universidad Nacional Autónoma de México, 1983.

lança um facho de luz novo sobre a perspectiva da ênfase bonapartista, ensombreado, ao mesmo tempo, o outro pólo - senão o próprio conceito como em Weffort. Se a posição - sobretudo a posição *histórica* ligada à longa duração - de governos e governantes no espectro político é sempre uma posição relativa, que se reconfigura segundo a perspectiva em que se coloca o observador e considerados os novos elementos de que se dispõe, temos que Vargas é arremessado para a esquerda pelo que advém na década de 1990, e tem acentuados, por contraste - como vimos -, precisamente os termos de *enfrentamento de interesses particularistas do capital individual*, de *vigilância da economia em seu conjunto*, de *autonomia relativa em relação às classes sociais*, de *antagonismo relativo em relação ao imperialismo*, de *consolidação do mercado interno*, de *choque frente à ação das grandes potências*, e de *centralização da resistência possível para a construção da autonomia nacional*⁴⁶⁴.

O varguismo que os presidentes do pós-1989 *dizem*, e com o qual especialmente Cardoso dialoga, é diverso, portanto, daquele que o antagonismo absoluto do espírito de fundo de seus discursos, em relação ao pós-1929, faz aparecer. Se o *capital individual* é o motor último do desenvolvimento e da promoção da riqueza, não manifestando qualquer interesse particularista; se as leis do mercado possuem o atributo de agir por si mesmas, necessidade tão somente de uma

⁴⁶⁴ Sabe-se que "os sistemas populistas decaem quando a burguesia nacional se alia com o capital transnacional que a obra, e quando abandona o pacto com a classe trabalhadora. Roman, Eric Benvenuti. El Populismo: una aproximación teórica e estrutural. *Anales - Revista de Ciencias Sociales e Historia de la Universidad Interamericana de Puerto Rico*, vol. 1, nº 1, 1984.

vigilância *desde fora* do ambiente econômico; se as *classes sociais* sequer existem; se o *imperialismo* é uma fantasia produzida por uma mentalidade arcaica, estando os investimentos estrangeiros, na verdade, em nosso favor; e se a *autonomia nacional* perde sentido diante da abertura das fronteiras econômicas e da emergência dos blocos econômicos... então estamos diante de um antagonismo de idéias não menos que extraordinário.

Além disso, desde a perspectiva do discurso liberal dominante na década de 1990, toda e qualquer idéia (1) relacionada ao Estado construído no pós-1929 e/ou (2) que relativize a pertinência das políticas econômicas de encaminhamento das reformas estruturais, é apontada como *populista*, no sentido de manipulação maquiavélica e grosseira da vontade popular e dos destinos da nação. Submetido a uma elasticidade praticamente infinita, o conceito como que desaparece; transformando-se em conteúdo de insulto. Dessa maneira ampliado, deixa de ter operacionalidade.

O pensamento hoje hegemônico, portanto, ao associar a idéia de populismo à de *aberração histórica* salientada por Weffort, e ao apor a pecha de populista a qualquer pensamento ou ação que se lhe anteponha - venha ele de onde venha-, completa sua crítica ao Estado de inspiração keynesiana, e, ao abdicar da elaboração e sustentação de um projeto nacional em favor da aceitação passiva de um programa de reformas que visa a superá-lo, deixa de poder reivindicar qualquer representação isenta do *conjunto da nacionalidade*, visto que o programa nem

mesmo *nacional* é. Assim, a não ser que se admita uma também diluição da nacionalidade em um globalismo articulado pelo capital, deve-se aceitar a idéia de vinculação da visão de mundo desse Estado reformado à dos Estados que ocupam posição de centralidade no sistema e que estiveram à frente da conformação da nova ordem mundial.

Resta, assim, relativizado também aquele reconhecimento mínimo, manifestado por Cardoso, de que o "velho modelo" logrou industrializar a economia brasileira, a partir da ação econômica ativa do Estado - a qual incluía a adoção de políticas econômicas de cunho protecionista -, uma vez que isso constitui o reconhecimento mesmo de que o processo se deu *contra* a "ordem natural das coisas", pois, do contrário, não seriam necessárias nem ações positivas naquele sentido, e muito menos medidas protecionistas (afinal, proteger-se de que?). Ora, aquilo contra o que o Estado atuava ao promover a industrialização, na visão do populismo como *bonapartismo*, era o próprio imperialismo das potências mundiais, a quem a industrialização de modo nenhum interessava. Na ótica liberal, muito pelo contrário, era nada menos que a livre concorrência smithneana, ou a idéia ricardiana das vantagens comparativas, segundo a qual os países deveriam especializar-se em suas vocações - sendo a da América Latina, evidentemente, o *agrarismo*.

A perspectiva liberal, no entanto, sob pena de ter de aceitar a excêntrica noção de que, *em certas ocasiões*, é correto burlar a "ordem natural das coisas", e em outras ocasiões não - no que viria a constituir um curioso liberalismo

ad-hoc -, deve assumir que os últimos sessenta ou setenta anos podem, sim, ter sido um grande erro.

Observe-se ainda que, em uma inversão que não deixa de carregar consigo grande ironia, o vigor com que as idéias-força associadas ao liberalismo apresentaram-se para reconfigurar as economias mundiais na década de 1990 levou muitos autores a falarem em "totalitarismo liberal". É o caso de Robert Kurz⁴⁶⁵:

O capitalismo totalizado, no espaço social em que impera, despoja seus habitantes 'de toda ação que nasce da livre espontaneidade' (Arendt), uma vez que toda atividade nesse espaço é axiomáticamente modelada pelo imperativo econômico. Bem mais implacável do que as ditaduras dos Estados totalitários, os indivíduos economizados pelo livre mercado mundial são 'mantidos em permanente movimento como exponents do gigantesco processo sobre-humano' (*idem*) de uma cega dinâmica de crescimento marcada por falhas estruturais, dinâmica essa que (...) é proclamada pelos ideólogos neoliberais como 'processo objetivo da natureza e da história' (*idem ibidem*). (...) A sociedade como um todo foi posta em movimento acelerado em todos os níveis a fim de poder suportar a acumulação acelerada e concentrada do capital. No final do século XX, a transformação do totalitarismo capitalista (que de Estado total passou a *mercado total*) conduziu a um inusitado 'terror da economia' - a uma 'lei' que, como nos dizem ironicamente, 'não pode mais ser transgredida'.

Ora, a noção de "não transgressão" faz com que, em paralelo ao assentamento do conjunto de políticas econômicas introduzidas no Brasil e na América Latina sob a inspiração do receituário abstraído do consenso liberal - e sob o influxo do "fim das energias utópicas"⁴⁶⁶ -, a própria idéia de revolução social seja

⁴⁶⁵ Kurz, 1999.

⁴⁶⁶ Silva, 1991.

relegada ao mesmo passado de enganos que acolheu o Estado keynesiano.⁴⁶⁷

Para que seja melhor visualizado o jogo de oposições comparativas feito até aqui, elaboramos a figura de número 2. Como, em parte, tais oposições foram abstraídas dos itinerários discursivos de Getúlio Vargas e de Fernando Henrique Cardoso, haverá pontos de convergência com os termos da figura 1.

⁴⁶⁷ Assim - em termos de uma oposição possível ao Estado liberal -, tomam corpo formulações no sentido de que "revoluções não violentas" venham a ser a forma de mudança social e política na pós-modernidade; e de que a revolução de tipo moderno esgotou-se, assim como esgotaram-se as utopias. Muito provavelmente, a primeira sistematização representativa dessa linha para a América Latina tenha sido aquela realizada pelo cientista político mexicano Jorge G. Castañeda, que em 1993 publicou a obra "Utopia Desarmada: A Esquerda Latino-Americana Depois da Guerra Fria", anunciando o desaparecimento da idéia de revolução e afirmando que as oposições latino-americanas estão destinadas a ser exclusivamente reformistas. Note-se como idéias desse tipo aproximam-se da noção de Francis Fukuyama do "fim da história". Para esse filósofo e cientista político norte-americano, as democracias liberais capitalistas seriam o último estágio de ordenação institucional da sociedade a que o homem poderia chegar; a evolução da história, portanto, teria de ser dar nesse enquadramento (Fukuyama, 1992). Formulações como a de Castañeda parecem - ainda que *com sinal trocado* - também anular o conceito de história como um processo em aberto, como algo que, portanto, se supera contínua e inexoravelmente.

Figura 2: Discursos em colisão

Getúlio Vargas	Fernando Henrique Cardoso
(1) A Revolução de 30 como tema original que atravessa e articula o sentido dos discursos;	(1) As reformas estruturais da Nação como tema original que atravessa e articula o sentido dos discursos;
(2) Afirmação da Revolução de 30, em contexto mundial diagnosticado como negativo;	(2) Afirmação das reformas estruturais da Nação, em contexto mundial diagnosticado como positivo;
(3) A Revolução de 30 é um momento inédito na história do Brasil;	(3) As reformas estruturais da Nação são um momento inédito na História do Brasil;
(4) Com a Revolução de 30, o Brasil “sincroniza-se com a História Mundial”;	(4) Com as reformas estruturais, o Brasil estará apto a sincronizar-se com a Globalização;
(5) O ineditismo da Revolução de 30 é relativizado, ao reconhecer-se em uma linha de continuidades históricas;	(5) O ineditismo do momento histórico das reformas estruturais da Nação é acentuado, ao destacar-se o ineditismo do próprio momento mundial – a Globalização, um novo Renascimento;
(6) Não fazer a Revolução significa “dar as costas à História”;	(6) Não empreender as reformas estruturais da Nação significa “dar as costas à História”;
(7) “Metro”: o interesse coletivo, encarnado na Revolução;	(7) “Metro”: o interesse coletivo, manifestado em eleições sob regime democrático;
(8) Democracia é democracia econômica; refuta “ditador”;	(8) Democracia é democracia política; refuta “neoliberal”;
(9) A política parlamentar atrapalha,	(9) A política parlamentar atrapalha,

obstaculiza; oposição é reação;	obstaculiza; oposição é reação;
(10) O diálogo com o liberalismo é claro: assume-se o anti-liberalismo.	(10) O diálogo com o liberalismo não é claro; não se assume o liberalismo. Conseqüências no discurso e no próprio léxico.

Considerações finais

Vimos que, em Vargas, a Revolução de 30, tema fundamental de origem no discurso, toma a forma de um ponto de culminância para o qual convergem, em linhas progressivamente paralelas – os “movimentos emancipadores” –, a história mundial e a história do Brasil: aquela com foco especialmente dirigido para a constituição e o *sentido* do Estado moderno, *naturalmente* interventor, ou historicamente empurrado no caminho da intervenção pela “complexidade do mundo moderno”; esta para a libertação das “forças vivas da Nação”. Vimos como Vargas opera uma inscrição da Revolução de 30 na história do Brasil em que esta funciona como um *lugar teleológico* de convergência para onde necessariamente se encaminham as linhas históricas identificadas como *momentos de desejo de emancipação*, por parte da “nacionalidade”, garantindo-lhe o caráter de ponto de culminância. Para Vargas, assim, a Revolução de 30 está profundamente ligada a momentos especialmente dinâmicos da História do Brasil, momentos em que a Nação, momentânea e oportunamente desobstruída, pôde avançar, e que mesmo quando reprimidos (“as aspirações recalcadas da nacionalidade”) continuavam a “agitar-se subterraneamente” – quer dizer: eram audíveis a quem soubesse “auscultar o coração da história”. Sendo ela mesma a Nação em movimento, a

Revolução de 30 conferiria um significado renovado àqueles eventos, constituindo a pincelada que faltava para que o desenho do rosto da Nação, agora visto em *perspectiva inédita*, deixasse o fundo da tela e fosse percebido em primeiro plano. Como vimos, a convocação a Clio, em Vargas, tem o significado de justapor camadas de sentido à história, em uma pirâmide discursiva que culmina em 1930, e em que cada momento tem seu próprio sentido histórico particular mobilizado e progressivamente *potencializado*.

É preciso concluir que há uma linearidade natural na História, em Vargas. Ao verem frustrada a tentativa de realização integral de suas aspirações e desejos – realização que, todavia, jamais cessam de perseguir -, comunidades humanas, e mesmo indivíduos, “consagram-se a experiências em que o ideal só é alcançado aproximativamente, através de lutas repetidas e ingentes.” Na história do Brasil em particular, essa expedição em busca do ideal (as “pugnas emancipadoras”) teria, desde tempos coloniais, assumido substância a partir de duas tendências: a federação e o governo representativo. Comunidades povoadoras espalhadas pelo vasto território do litoral brasileiro, o mais das vezes sem comunicação regular entre si, teriam desenvolvido uma “autonomia espontânea”, ou um desejo de autonomia, o que poderia ser observado na natureza das câmaras municipais do Brasil colonial, “as quais administravam, ditavam leis, proviam a justiça e chegaram, com o tempo, a entender-se umas com as outras e, às vezes, diretamente com a metrópole, sobre assuntos de interesse público local ou da colônia.” Vimos que o desenvolvimento histórico dessa “autonomia espontânea” iria desaguar na Constituinte de 1823,

conhecendo então efetiva – a mais efetiva até então - expressão política. Tais aspirações, essencialmente “nativistas”, teriam sua realização reprimida, no entanto, pela “fatalidade histórica” de os destinos do Brasil independente estarem nas mãos de um “príncipe estrangeiro”, que não demorou a dissolver “intempestiva e violentamente” a Constituinte. A República, mais tarde e por sua vez, não teria também logrado “predominar na direção da vida pública do país”, havendo-lhe faltado, para Vargas, “a atuação de um mentor providencial, com visão de estadista e espírito agremiador”⁴⁶⁸.

A Revolução de 30 sobrevém, no entanto. Como pensar, com Vargas, o aparente paradoxo entre o seu caráter de expressão absolutamente inédita da “consciência nacional”, de ponto de culminância incontestável, e a visão de história propugnada, a qual envolve, em uma linearidade progressiva, amarrada em um flecha do tempo iluministicamente ascendente, experiências históricas em que “o ideal só é alcançado aproximativamente”? Seria a Revolução de 30 apenas mais uma aproximação? A considerar-se o conjunto da obra discursiva de Vargas, a resposta é um definitivo *sim*: uma aproximação ao ideal, mas não “apenas mais uma” aproximação. 30 é a um só tempo *parte* de uma linhagem de eventos e um evento ele mesmo divisor de águas: em relação ao passado, reconhece o acúmulo de experiência histórica dos sempre reprimidos movimentos de expressão da nacionalidade, filia-se a eles e lhes oferece uma conclusão positiva; em relação ao futuro, descortina uma história – um *horizonte de expectativas* – em aberto, pois é

⁴⁶⁸ Mais uma vez, a idéia de missão – e portanto de um *missionário*.

preciso deixar que a Nação possa “construir livremente a sua história e o seu destino”. Os caminhos da história, entretanto, devem ser mantidos desimpedidos, e isso deve ser feito desde o Estado. Para Vargas, faz-se necessário uma vigilância constante – vigilância a que a oposição dará muitos nomes, autoritarismo, ditadura, totalitarismo, populismo, e que para Vargas será a Revolução em sua marcha – para que a Nação não seja novamente relegada aos subterrâneos da história, obstruída em suas conquistas, mesmo aproximativas, em demanda do ideal.

Em Vargas, portanto, os “movimentos emancipadores” são o motor da história, os quais, uma vez plenamente conscientes de si mesmos e havendo tomado as rédeas da história, põem-se – e põem-na – em movimento. O sujeito da história são as Nações; o Estado, o principal instrumento das Nações no fazer-se a si mesma e à história.

Se em Vargas podemos perceber uma linearidade ascendente, ainda que acidentada, seja na história mundial – a constituição do Estado moderno – seja na história do Brasil – os movimentos emancipadores da Nação -, que encontra um ponto de culminância e de coincidência com a crise de 1929, a partir da qual o Estado “reencontra” sua razão de ser primordial, afastando a influência liberal, e com a Revolução de 30, em Cardoso percebemos algo diverso: especialmente na história do Brasil, temos não uma linearidade natural, *sob a qual* move-se a verdadeira voz da Nação, que até 1930 emerge apenas incidentalmente, mas um movimento de pêndulo. Vimos que, em Cardoso, parte relevante da desinteligência política revelada

pelas diversas vozes de oposição a seu governo e às reformas deve ser atribuído a um movimento pendular claramente discernível na história do Brasil desde os os primórdios de sua história. O Brasil teria nascido “sob a égide da centralização, e depois nós vivemos um movimento pendular, sempre.” Uma certa tensão entre o poder local das câmaras municipais e a Coroa marcou profundamente a história colonial brasileira⁴⁶⁹, e o próprio movimento pela independência trouxe consigo parte daquela força localista, que perde espaço, entretanto, diante dos desdobramentos históricos havidos. O Estado brasileiro independente, também e por sua vez, passará a apresentar a mesma oscilação: períodos de concentração de poder, sobretudo em regimes de corte autoritário, reprimiriam a emergência das forças locais, compreendidas como mais autênticas, orgânicas, genuína expressão da nacionalidade; em períodos de democratização, ao contrário, tais forças ganhariam em vigor. Durante muito tempo, na história do Brasil, o pêndulo esteve imobilizado, aparentemente quebrado, e a centralização radical e o autoritarismo prevaleceram. No entanto, a República, ao aproximar-se o final do século XX, logrou conquistar uma situação de *estado de democratização* – uma situação permanente -, qualitativamente superior aos *períodos de democratização*, raros, que houve anteriormente, sempre sujeitos entretanto ao movimento pendular de oscilação. O pêndulo partiu-se, sim, mas agora encontra-se fixado no lado certo: “Não haverá mais esse ziguezague em termos de regime democrático e autoritário”. Observe-se que não se trata, em Cardoso, de uma *estaticidade* pendular; o movimento é de vai-e-vem, sim, mas o próprio pêndulo se move, quando dos momentos de

⁴⁶⁹ Observe-se a semelhança com os termos de Vargas.

democratização, até o momento de definitiva redemocratização (ponto de culminância?) do último quartel do século XX.

Havendo *ineditamente* superado, portanto, o movimento pendular que conferia ao Brasil um duplo rosto, uma identidade histórica essencialmente esquizofrênica que ou paralisava a Nação ou a submetia a um caminho truncado, sujeito ao atraso e à estagnação, tanto mais graves quanto com mais clareza eram enxergadas suas potencialidades – como no governo de Juscelino Kubitschek, por exemplo – o país podia agora livrar-se do peso do legado da Era Vargas, reconciliando-se com a história, precisamente em um momento – também inédito, mas agora em termos da história universal - que deve ser entendido como o de um novo Renascimento: o momento da Globalização, em que uma revolução científico-tecnológica que assume o caráter de revolução permanente de novo tipo (não política, não ideológica) impele a humanidade, agora tornada um universal concreto, porque liberta de conceitos que a enclausuravam, como *nação*, *Estado* e *classe*, em direção a um *novo que sempre se renova*, a um mundo, em suma, fundamentalmente diferente daquele que existiu até o final do século XX, e essencialmente melhor. É para ingressar nesse novo mundo que o Brasil deve, em última instância, ser reformado estruturalmente, não apenas em sua economia e em suas instituições políticas, mas *culturalmente*. Uma vez tornado cidadão pleno, o brasileiro estaria apto a juntar-se a essa cidadania universal, a essa humanidade que, para Cardoso, tornou-se, pela primeira vez – *por causa* da Globalização -, efetivamente sujeito da história.

Em Cardoso, assim, o mesmo desenclausuramento que libertou a humanidade⁴⁷⁰ libertou a história. *Nação*, *Estado* e *classe* obstruíam-lhe o caminho, e a história agora se acelera – encontrando seu ritmo natural - porque corre em pista azeitada: seu motor, a revolução científico-tecnológica, tornada um *moto-perpétuo* a alimentar a revolução permanente. As reformas estruturais deverão desenclausurar a própria nação brasileira, ensimesmada e às voltas com um passado que envelhece também aceleradamente – esta a medida de sua urgência -, na proporção e direção inversas da aceleração da história.

A figura de número 3 possui caráter ilustrativo destas conclusões:

⁴⁷⁰ A palavra *indivíduo* também é usada.

Figura 3: Clio Convocada – História, Memória e Interpretação do Brasil

Getúlio Vargas	Fernando Henrique Cardoso
(1) Linearidade histórica de corte iluminista clássico: a história move-se acompanhando uma “flecha do tempo”, para a frente, em movimento todavia complexo;	(1) Não-linearidade histórica, em geral; a revolução científico-tecnológica que é a base da Globalização, entretanto, dispara algo como uma “flecha do tempo” para a frente;
(2) A reação à crise de 1929, em termos mundiais, e a Revolução de 30, sincronizam a história do Brasil e a história universal;	(2) A compreensão do significado do momento histórico mundial leva às reformas estruturais da Nação, para alinhá-la com os rumos da história;
(3) A Revolução de 30 é o ponto de culminância de movimentos emancipadores que permeiam toda a história do Brasil; há uma tensão <i>emancipação</i> x <i>repressão</i> da nacionalidade, resolvida em 30;	(3) O movimento de redemocratização brasileira das duas últimas décadas do século XX é a resolução final de uma estaticidade histórica <i>pendular</i> entre forças locais, orgânicas e autênticas, e forças centralizadoras, autoritárias;
(4) A memória histórica é mobilizada de modo a qualificar os movimentos de emancipação;	(4) A memória histórica é mobilizada de modo a desqualificar o legado da Era Vargas;
(5) A história apresenta-se em movimento acelerado na década de 1920 – são as revoltas tenentistas -, em direção a 30;	(5) A história apresenta-se em movimento acelerado a partir de 1989 – é a queda do Muro de Berlim – em direção à Globalização e às reformas estruturais da Nação;
(6) O momento presente descortina um horizonte futuro a ser construído passo-a-	(6) O momento presente descortina um horizonte futuro ainda acelerado e

passo, sob os escombros de um mundo liberal em colapso;	essencialmente dinâmico, sob a reedificação de um mundo liberal renascido;
(7) A Revolução de 30 torna-se <i>revolução permanente</i> ;	(7) A Revolução científico-tecnológica, livre de injunções políticas e ideológicas, torna-se <i>revolução permanente</i> ;
(8) Motor da história: movimentos emancipadores;	(8) Motor da história: a revolução científico-tecnológica;
(9) Sujeito da história: a nação;	(9) Sujeito da história: a humanidade, tornada um “universal concreto”;
(10) Instrumento da nação ao fazer-se sujeito da história: o Estado.	(10) Libertação da humanidade de conceitos enclausuradores: <i>Nação, Estado e classe</i> .

Referências bibliográficas documentais

1. Discursos, pronunciamentos e entrevistas de Getúlio Vargas

VARGAS, Getúlio. *Discursos, mensagens e manifestos (1930-1934)*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1935.

_____. *A Nova Política do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1943. 11 volumes.

_____. *A política trabalhista no Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1950.

_____. *A campanha presidencial*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1951a.

_____. *Discursos (janeiro-julho 1951)*. Rio de Janeiro: Agência Nacional, 1951b.

_____. *O governo trabalhista do Brasil*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1952, 1954, 1969. 4 volumes.

_____. *O pensamento político de Getúlio Vargas*. Porto Alegre: Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 2004.

2. Discursos, pronunciamentos e entrevistas de Fernando Henrique Cardoso

CARDOSO, Fernando Henrique, *Palavra de Presidente*. Brasília: Presidência da República, 2002, Volume 1 – 1º semestre de 1995.

_____. *Palavra de Presidente*. Brasília: Presidência da República, 2002, Volume 2 – 2º semestre de 1995.

_____. *Palavra de Presidente*. Brasília: Presidência da República, 2002, Volume 3 – 1º semestre de 1996.

_____. *Palavra de Presidente*. Brasília: Presidência da República, 2002, Volume 4 – 2º semestre de 1996.

_____. *Palavra de Presidente*. Brasília: Presidência da República, 2002, Volume 5 – 1º semestre de 1997.

_____. *Palavra de Presidente*. Brasília: Presidência da República, 2002, Volume 6 – 2º semestre de 1997.

_____. *Palavra de Presidente*. Brasília: Presidência da República, 2002, Volume 7 – 1º semestre de 1998.

_____. *Palavra de Presidente*. Brasília: Presidência da República, 2002, Volume 8 – 2º semestre de 1998.

_____. *Palavra de Presidente*. Brasília: Presidência da República, 2002,
Volume 9 – 1º semestre de 1999.

_____. *Palavra de Presidente*. Brasília: Presidência da República, 2002,
Volume 10 – 2º semestre de 1999.

_____. *Palavra de Presidente*. Brasília: Presidência da República, 2002,
Volume 11 – 1º semestre de 2000.

_____. *Palavra de Presidente*. Brasília: Presidência da República, 2002,
Volume 12 – 2º semestre de 2000.

_____. *Palavra de Presidente*. Brasília: Presidência da República, 2002,
Volume 13 – 1º semestre de 2001.

_____. *Palavra de Presidente*. Brasília: Presidência da República, 2002,
Volume 14 – 2º semestre de 2001.

_____. *Palavra de Presidente*. Brasília: Presidência da República, 2002,
Volume 15 – 1º semestre de 2002.

_____. *Palavra de Presidente*. Brasília: Presidência da República, 2002,
Volume 16 – 2º semestre de 2002.

Bibliografia e leitura adicional

ABREU, Alzira Alves de. O nacionalismo de Vargas ontem e hoje. In: D'Araújo, Maria Celina (org). *As instituições de Era Vargas*. Rio de Janeiro: Editora da Uerj, 1999, p. 119-136.

ALTMANN, Werner. *El proyecto nacional peronista (1943-1955)*. Cidade do México: Editorial Extemporaneos, 1979.

_____. Cárdenas, Vargas y Perón, una confluencia populista. In: *El Populismo en America Latina*. Cidade do México: Universidad Nacional Autónoma de México, 1983.

ANDERSON, Perry. Balanço do Neoliberalismo. In: SADER, Emir, e GENTILI, Pablo. *Pós-neoliberalismo - As políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996 - 3ª edição.

ARANTES, Otília Beatriz Fiori. A atualidade de Mário Pedrosa. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 16 de abril de 2000. Caderno Mais!, p. 7.

ARRIGHI, Giovanni. *O longo século XX - Dinheiro, poder e as origens de nosso tempo*. São Paulo: Editora Unesp, 1996.

- AYERBE, Luis Fernando. *Neoliberalismo e política externa na América Latina – Uma análise a partir da experiência argentina recente*. São Paulo: Editora da UNESP, 1998.
- BARROS de Castro, Antonio, e SOUZA, Francisco E. P. de. *A economia brasileira em marcha forçada*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- BATISTA, Paulo Nogueira. *O Consenso de Washington - A visão neoliberal dos problemas latino-americanos*. São Paulo: PEDEX, 1994.
- BAUMANN, Renato. A Cepal e as crises externas. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 25 de outubro de 1998, p. 3.
- BEAUD, Michel. *História do Capitalismo: de 1500 até nossos dias*. São Paulo: Brasiliense, 1991 - 3ª edição
- BELLUZZO, Luiz Gonzaga. Indústria e finança. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 04 de abril de 1999. Caderno Dinheiro, p. 2.
- BENJAMIN, Walter. Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura. In: *Obras escolhidas, vol. I*. 7ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1996.
- BERNARDO, Antonio Carlos. O Estado Novo e a reorientação econômica. *Anais de História*. São Paulo, nº 9, 1977, p. 25-42.
- BETHEL, Leslie (org.). *História de América Latina - Vol. 11, Economía y sociedad desde 1930*. Barcelona: Crítica, 1997.
- BIELSCHOWSKY, Ricardo (org.). *Cinquenta anos de pensamento na CEPAL*. São Paulo: Record, 2000.

- BORBA, Julian. *O Plano Real e as eleições de 1994*. Porto Alegre: Editora da Universidade/ Argos, 2006.
- BOSI, Alfredo. A arqueologia do Estado-providência. In: *Dialética da colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- BORGES, Vavy Pacheco. *Getúlio Vargas e a Oligarquia Paulista*. São Paulo: Brasiliense, 1979.
- BRAGA, Sérgio Soares. *Empresariado, sistema partidário e pensamento econômico na crise do Estado Novo e da redemocratização de 1945-1946*. <http://www.race.nuca.ie.ufrj.br/nuca-wp/autor/braga1.exe>. Curitiba, 1999
- BRANDI, Paulo. *Vargas: da vida para a história*. Rio de Janeiro: Zahar, 1985 - 2ª edição.
- BRESSER PEREIRA, Luis Carlos. *Crise Econômica e Reforma do Estado no Brasil*. São Paulo: Editora 34, 1996.
- BRUM, Argemiro. *O desenvolvimento econômico brasileiro*. Rio de Janeiro: Vozes, 1982.
- BULMER-THOMAS, Víctor. Las economías latinoamericanas, 1929,1939. In: BETHEL, Leslie (org.). *História de América Latina - Vol. 11, Economía y sociedad desde 1930*. Barcelona: Crítica, 1997, p. 3-46.
- BURKE, Peter. O Renascimento multicultural. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 19 de dezembro de 1999. Caderno Mais!, p. 20.
- CALDEIRA, Jorge. *História do Brasil*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1997.

CALVINO, Italo. *Porque ler os Clássicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

CAMARGO, Aspásia. A Revolução das elites: clivagens regionais e centralização política. In: : *Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Simpósio sobre a Revolução de 30*, out. 1980. Porto Alegre: Erus, 1983, p. 383-418.

_____. *Oswaldo Aranha – A estrela da Revolução*. São Paulo: Mandarim, 1996.

_____. Carisma e personalidade política: Vargas, da conciliação ao maquiavelismo. In: D'Araújo, Maria Celina (org.). *As instituições brasileiras da Era Vargas*. Rio de Janeiro: Editora da Uerj, 1999, p. 13-34.

CAMÍN, Héctor Aguilar, e MEYER, Lorenzo. *À sombra da Revolução Mexicana – História Mexicana Contemporânea, 1910-1989*. São Paulo: EDUSP, 2000.

CAMPOS, Raymundo. *História da América*. São Paulo: Atual Editora, 1992.

CAMPOS, Roberto. *Lanterna na popa*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1996.

_____. A Constituição liberticida. *Veja*, 02 de dezembro de 1998.

CANO, Wilson. *Soberania e Política Econômica na América Latina*. São Paulo: Editora Unesp, 1999.

CAPELATO, Maria Helena R. *Multidões em cena: propaganda política no varguismo e no peronismo*. São Paulo: Papirus/Fapesp, 1999.

_____. Propaganda política e controle dos meios de comunicação. Pandolfi, Dulce (org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1999.

- CARDOSO, Adalberto Moreira. *Sindicatos, trabalhadores e a coqueluche neoliberal - A Era Vargas acabou?* Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas Editora, 1999.
- CARDOSO, Ciro Flamarion, e BRIGNOLI, Héctor Pérez. *Os métodos da História*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983 - 3ª edição.
- CARDOSO, Ciro Flamarion, e VAINFAS, Ronaldo. História e Análise de Textos. In: CARDOSO, Ciro Flamarion (org.) *Domínios da História - Ensaios de Teoria e Metodologia*. São Paulo: Editora Campus, 1997.
- CARNEIRO, Maria Cecília Ribas. *O governo Fernando Henrique*. São Paulo: Editora Três, 1999.
- CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. O Estado Novo, o Dops e a ideologia da segurança nacional. In: Pandolfi, Dulce (org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1999.
- CARRION JR., Francisco. *O outro lado da moeda*. Porto Alegre: Foco Editorial, 1998.
- CHAVEAU, A., TÉTARD, Ph. Questões para a História do Presente. In: CHAVEAU, A., TÉTARD, Ph. *Questões para a História do Presente*. São Paulo: Edusc, 1999, p. 7-37.
- CHESNEAUX, Jean. *Modernidade-mundo*. Rio de Janeiro: Vozes, 1995.
- CHOMSKY, Noam. *Novas e velhas ordens mundiais*. São Paulo: Scritta, 1996.
- CITTADINO, Gisele. Ressocialização da política e repolitização do social - Algumas considerações sobre o Brasil. In: *Ciências Sociais Hoje*, 1987. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, ANPOCS, 1987.

- COUTINHO, Carlos Nelson. Pluralismo: dimensões teóricas e políticas. In: *Cadernos ABESS*, 1991.
- CUEVA, Agustín (org.). *Tempos conservadores - A direitização no Ocidente e na América Latina*. São Paulo: Hucitec, 1989.
- D'ARAÚJO, Maria Celina (org.). *As instituições brasileiras da Era Vargas*. Rio de Janeiro: Editora da Uerj, 1999.
- DECCA, Edgar de. *1930 – O silêncio dos vencidos: Memória, história e revolução*. São Paulo: Brasiliense, 5ª edição, 1992.
- DIAS, Reginaldo. Considerações sobre a História Imediata e o colapso do socialismo real. In: *Revista Pós-História*. São Paulo: Unesp, nº 03, 1995, p. 57-75.
- DILLARD, Dudley. *A teoria econômica de John Maynard Keynes*. São Paulo: Pioneira, 1976.
- DINIZ, Eli. Engenharia institucional e políticas públicas: dos conselhos técnicos às câmaras setoriais. In: Pandolfi, Dulce (org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1999.
- DINIZ, Ely Roque. Empresários e Estado na Década de Trinta. In: *Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Simpósio sobre a Revolução de 30*, out. 1980. Porto Alegre: Erus, 1983.
- DONGHI, Túlio Halperin. *História da América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

- DOWBOR, Ladislau. Globalização e tendências institucionais. In: DOWBOR, Ladislau, IANNI, Octavio, e RESENDE, Paulo-Edgar A. *Desafios da Globalização*. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.
- DRAIBE, Sônia, e HENRIQUE, Wilnês. "Welfare State", crise e gestão da crise: um balanço da literatura internacional. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo: Vértice, 1988 número 6, vol. 3, fevereiro de 1988.
- DUTRA, Eliana. *O ardil totalitário: o imaginário político no Brasil dos anos 30*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/UFGM, 1998.
- EAGLETON, Terry. *Ideologia - uma introdução*. São Paulo: Ed. da Unesp, 1997.
- ENDERLE, George *et al.* *Dicionário de Ética Econômica*. São Leopoldo: Editora da Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 1997
- ESPING-ANDERSEN, Gosta. O futuro do Welfare State na Nova Ordem Mundial. *Lua Nova*, Revista de Cultura e Política, nº 35, 1995.
- FAORO, Raymundo. O processo de 30 e suas consequências. In: *Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Simpósio sobre a Revolução de 30*, out. 1980. Porto Alegre: Erus, 1983.
- FAUSTO, Boris. *A Revolução de 30 - Historiografia e História*. São Paulo: Brasiliense, 1982 - 8ª edição.
- _____. *História do Brasil*. Editora da Universidade de São Paulo, 1999 – 6ª edição.

_____. O Estado Novo e o contexto internacional. In: Pandolfi, Dulce (org.) *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1999.

FIORI, José Luis, e TAVARES, Maria da Conceição. *Poder e Dinheiro - uma Economia Política da Globalização*. Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

FIORI, José Luís (org.). *Estados e moedas no desenvolvimento das nações*. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

FISHLOW, Albert. Origens e conseqüências da substituição de importações no Brasil, in Versiani, Flávio Rabelo e Barros, José Roberto Mendonça de. *Formação Econômica do Brasil – A experiência da industrialização*. São Paulo: Saraiva, 1977.

FRANCO, Gustavo. *O Plano Real e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995.

FONTOURA, João Neves da. *Memórias*. Porto Alegre, Ed. Globo, 1962.

FREIRE, Vinícius Torres, e SILVA, Fernando de Barros e. A Teoria que saiu do Freezer. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 28 de maio de 1995. Caderno Mais! Especial Teoria da Dependência, p. 5.

FREITAS, Décio. *A comédia brasileira*. Porto Alegre, Editora Sulina, 1994.

_____, Décio. “Nem ao diário confesso...”. *Zero Hora*, Porto Alegre, 31 de dezembro de 1995/ 1º de janeiro de 1996.

_____, Décio. O esvaziamento do Estado. *Zero Hora*, Porto Alegre, 23 de fevereiro de 1997, p. 19.

_____. Idiotices do manual do perfeito idiota. *Zero Hora*, Porto Alegre, 27 de abril de 1997, p. 23.

_____. Revoluções Pós-Modernas. *Zero Hora*, Porto Alegre, 23 de janeiro de 2000, p. 21.

FREITAS, Décio, e LARANGEIRA, Álvaro (Orgs.). *A serpente e o dragão – Dissertações acadêmicas de Getúlio Vargas*. Porto Alegre: Editora Sulina, 2003.

FONSECA, Eduardo Gianetti da. Entenda o que está acontecendo no mundo (entrevista a Clóvis Rossi). *Folha de São Paulo*, São Paulo, 02 de novembro de 1997. Caderno Especial Globalização, p. 2.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. *Vargas: o Capitalismo em construção, 1906-1954*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

FONTANA, Josep. *História: Análise do Passado e Projeto Social*. São Paulo: Universidade Sagrado Coração, 1998.

FORRESTER, Viviane. *O horror econômico*. São Paulo: Editora Unesp, 1997.

FRISCHAUER, Paul. *Presidente Vargas*. São Paulo: Nacional, 1944 - 2ª edição.

FURTADO, Celso. *Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

_____. *A economia latino-americana - Formação histórica e problemas contemporâneos*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1986 - 3ª edição.

_____. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1995 - 25ª edição.

_____. *O capitalismo global*. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

FUKUYAMA, Francis. *O fim da história e o último homem*. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. *Walter Benjamin*. São Paulo: Brasiliense, 1993.

GENTIL, Alcides. *As idéias do presidente Getúlio Vargas – Síntese do pensamento de “A Nova Política do Brasil”*. Rio de Janeiro: Livraria José Olumpio Editora, 1939.

GOLDMAN, Noemi. *El discurso como objeto de la historia*. Buenos Aires: Hachette, s/d.

GOMES, Ângela de Castro. O Populismo e as Ciências Sociais no Brasil - notas sobre a trajetória de um conceito. *Tempo*. Rio de Janeiro, vol. 1, nº 2, 1966, p. 31-58.

_____. *A invenção do trabalhismo*. 2. Ed. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

_____ (org.). *Vargas e a crise dos anos 50*. Rio de Janeiro. Relume-Dumará, 1994.

GORENDER, Jacob. *A burguesia brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1990 - 8ª edição.

GUGGIANA, Miguel Augusto. Interdependência: Uma visão contemporânea da teoria da dependência. *Teoria Econômica*, Passo Fundo, v. 7, nº 13, p. 121-140, novembro de 1999.

HEILBRONER, Robert. *A história do pensamento econômico*. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1996.

HICKS, John Richards. *A crise na economia keynesiana*. São Paulo: Vértice, 1987.

HILTON, Stanley. *A rebelião vermelha*. Rio de Janeiro: Record, 1986.

HOBBSBAWM, Eric J. *Era dos extremos - O breve século XX (1914-1991)*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1994.

_____. *Sobre História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

HUNT, E. K. *História do Pensamento Econômico*. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

IANNI, Octavio. *A formação do Estado Populista na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

_____. *A sociedade global*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1993.

_____. *Teorias da globalização*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

_____. *A era do globalismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

_____. *Desafios da globalização*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

IGLÉSIAS, Francisco. *A industrialização brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

_____. *Trajetória Política do Brasil – 1500-1964*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

JULLIARD, Jacques. A política. In: Le Goff, Jacques, e Nora, Pierre. *História: Novas Abordagens*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988, 3ª edição, p. 180.

KALECKI, Michal. *Teoria da dinâmica econômica*. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1996.

KEYNES, John Maynard. *A teoria geral do emprego, do juro e da moeda*. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1996.

KOCKA, Jürgen. Um Retorno à Narração? Em Defesa de uma Argumentação Histórica. *Revista História: Questões e Debates*. Curitiba, v. 13, nº 24, p. 56-77, jul/dez, 1996.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro pasado: para una semantica de los tiempos historicos*. Buenos Aires: Paidós, 1993.

KURZ, Robert. Totalitarismo econômico. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 22 de agosto de 1999. Caderno Mais!, p. 9.

KUTTNER, Robert. As causas do segundo surgimento do laissez-faire. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 14 de dezembro de 1997. Caderno D.

LACERDA, Antonio Correa de. *Economia brasileira*. São Paulo: Saraiva, 2000.

LACLAU, Ernesto. *Política e ideologia na teoria marxista - Capitalismo, Fascismo e Populismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979

LACOUTURE, Jean. A História Imediata. In: LE GOFF, Jacques. *A História Nova*. São Paulo: Martins Fontes, 1990, p. 215-240.

LAMOUNIER, Bolívar. Um governo sem discurso? *Gazeta Mercantil*, 24 de abril de 1997, p. A-3.

LAMOUNIER, Bolívar, e FIGUEIREDO, Rubens (orgs.). *A Era FHC – Um balanço*. São Paulo: Cultura Editores Associados, 2002.

LARANGEIRA, Sônia M.G. Faz sentido falar em classes sociais?. *Cadernos de Sociologia*, vol. 4, número especial (Natureza, História e Cultural: repensando o social). Porto Alegre, PPGS/UFRGS, 1993,

LEOPOLDI, Maria Antonieta P. O difícil caminho do meio: Estado, burguesia industrial e industrialização no segundo governo Vargas (1951-1954). In: Szmrecsányi, Tamás, e Suzigan, Wilson. *História Econômica do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Editora Hucitec, 1997, p. 31-77.

LESBAUPIN, Ivo (org.). *O desmonte da Nação - Balanço do Governo FHC*. Rio de Janeiro: Vozes, 1999.

LEVINE, Robert M. *Pai dos pobres? O Brasil e a Era Vargas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

LIMA, Heitor Ferreira. *História político-econômica e industrial do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976.

LUKACS, John. *O fim do século 20 e o fim da Era Moderna*. São Paulo: Editora do Círculo do Livro, 1993.

LYOTARD, Jean-François. *O pós-moderno*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1988 - 3ª edição.

MAINGUENEAU, Dominique. *Novas tendências em Análise do discurso*. São Paulo: Editora da Unicamp, 1997.

MELLO, João Manuel Cardoso de. *O Capitalismo tardio*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

MENDES, Moisés. O Rio Grande fica de pé pelo Brasil. *Caderno de Cultura Especial – Revolução de 30 (1): Os gaúchos no obelismo*. Zero Hora, Porto Alegre, 30 de setembro de 2000.

MENDES, Oswaldo. *Getúlio Vargas*. São Paulo: Moderna, 1986.

MENDOZA, Plinio Apuyelo, MONTANER, Carlos Alberto, e LLOSA, Álvaro Vargas. *Manual do Perfeito Idiota Latino-americano*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1997.

MERCADANTE, Aloizio. Armadilha neoliberal. *Teoria e Debate*. São Paulo, nº 10, maio de 1990.

MINEIRO, Adhemar dos Santos, ELIAS, Luiz Antônio, e BENJAMIN, César (org.). *Visões da crise*. Rio de Janeiro: Contraponto: 1998.

MORAIS, Fernando. **Olga**. São Paulo: Companhia das Letras, 17ª edição, 2004.

MORAIS, José Luis Bolzan de. As crises do Estado contemporâneo. *Revista Vidya*, Santa Maria, v. 14, nº 24, julho/dezembro de 1995.

MOREIRA, Maurício Mesquita. Estrangeiros em uma economia aberta: impactos recentes sobre a produtividade, a concentração e o comércio exterior. In: GIAMBIAGI, Fabio, e MOREIRA, Maurício Mesquita. *A economia brasileira nos*

anos 90. Rio de Janeiro: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, 1999, p. 293-332.

MORSE, Richard. *Formação histórica de São Paulo: de comunidade a metrópole*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1970.

OHLWEILER, Otto Alcides. *Humanidade e Lutas Sociais - Era do Imperialismo*. Porto Alegre: Editora Tchê!, 1987.

_____. *Evolução sócio-econômica do Brasil*. Porto Alegre: Ortiz, 1990 - 2ª edição.

ORTIZ, Renato. Anotações sobre a mundialização e a questão nacional. *Revista Sociedade e Estado*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, volume XI, nº 1, jan/jun 1996.

OS CLÁSSICOS da economia. São Paulo: Ática, 1997, 2 vol.

PACHECO, Cristina Carvalho. Estado-Nação, internacionalização e democracia: um ensaio acerca do impacto da internacionalização nas democracias periféricas, sob a perspectiva de uma economia-mundo capitalista. *Temáticas*, Campinas, 7 (13/14): 7-34, jan/dez 1999.

PAILLARD, B. Imediata (História). In: BURGUIÈRE, André (org.) *Dicionário das Ciências Históricas*. Rio de Janeiro: Imago Editora, s/d, p. 408-411.

PALACIOS, Guillermo. México en los años treinta. In: GONZÁLEZ CASANOVA, Pablo (org.). *América Latina en los años treinta*. México: Universidad Nacional Autónoma de México, 1977.

- PANDOLFI, Dulce (org.). *Repensando o Estado Novo*. São Paulo: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1999.
- PAULANI, Leda Maria. Neoliberalismo e individualismo. *Economia e Sociedade*, Campinas (13): 93-114, dez. 1999.
- PEIXOTO, Alzira Vargas do Amaral. *Getúlio Vargas, meu pai*. Rio de Janeiro: Globo, 1960.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. *O Brasil contemporâneo*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1991.
- PETRAS, James. *Mitos e realidades: os mercados livres na América Latina*. São Paulo: Scritta, 1995.
- PINHEIRO, Armando Castelar. Privatização no Brasil: por quê? Até onde? Até quando? In: GIAMBIAGI, Fabio, e MOREIRA, Maurício Mesquita. *A economia brasileira nos anos 90*. Rio de Janeiro: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, 1999, p. 147-182.
- PRÉBISCH, Raúl. O desenvolvimento econômico da América Latina e seus principais problemas. *Revista Brasileira de Economia*, 3 (3): 47-111, setembro de 1949.
- REIS, José Carlos. *As identidades do Brasil - De Varnhagen a FHC*. São Paulo: Editora da Fundação FGV, 2000.
- RÉMOND, René. O retorno do político. In: CHAVEAU, A., TÉTARD, Ph. *Questões para a História do Presente*. São Paulo: Edusc, 1999, p. 51-60.
- ROBIN, Régine. *Linguística e história*. São Paulo: Cultrix, 1977.

ROMAN, Eric Benvenuti. El Populismo: una aproximación teórica e estrutural. *Anales Revista de Ciencias Sociales e Historia de la Universidad Interamericana de Puerto Rico*, vol. 1, nº 1, 1984.

ROSTOW, W.W. *Origens da Economia Moderna*. São Paulo: Cultrix, 1975.

ROUANET, Paulo. O fim da história? *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 27 de junho de 1998. Caderno Idéias, p. 5.

SADER, Emir (org.). *7 Pecados do Capital*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2000.

SANDRONI, Paulo. *Novo dicionário de Economia*. São Paulo: Editora do Círculo do Livro, 1994.

SANTOS, Milton, SOUZA, Maria Adélia A. de, SCARLATO, Francisco Capuano, ARROYO, Monica (org.). *Fim de século e Globalização*. São Paulo: Hucitec-Anpur, 1998 3ª edição.

SCHILLING, Voltaire. Keynes versus Hayek. *Zero Hora*, Porto Alegre, 28 de junho de 1995.

SEITENFUS, Ricardo A. Silva. A Revolução de 1930 e as relações internacionais: da fraqueza ao realismo (1930-1938). In: *Simpósio sobre a Revolução de 30*. Porto Alegre: Editora da Universidade do Rio Grande do Sul, 1980.

SHAW, Martin. *Marxismo e Ciências Sociais*. São Paulo: Editora Vórtex, 1986.

SILVA, Hélio. *Vargas*. Porto Alegre, Editora L&PM, 1980.

- SIMÃO, Silber. Análise da política econômica e do comportamento da economia brasileira durante o período 1929/1939. In: Versiani, Flávio Rabelo, e Barros, José Roberto Mendoança. *Formação Econômica do Brasil – A experiência da Industrialização*. São Paulo: Saraiva, 173-207.
- SKIDMORE, Thomas E. *Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco, 1930-1964*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 12ª edição, 2000.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *A Intentona Comunista de 1935*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1986.
- _____, Nelson Werneck. *Evolução social do Brasil*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1988.
- SOLAL, Anne-Cohen. *Sartre - Uma Vida*. Porto Alegre: L&PM, 1985.
- SUASSUNA, Luciano, e NOVAES, Luiz Antônio. *Como Fernando Henrique foi eleito presidente*. São Paulo: Editora Contexto, 1994.
- TAVARES, Maria da Conceição. *Da substituição de importações ao capitalismo financeiro*. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.
- _____. Estado, economia e sociedade. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 30 de julho de 1995. Caderno Dinheiro, p. 2.
- _____. Globalização e o Estado nacional. *Folha de São Paulo*, 12 de outubro de 1997. Caderno Dinheiro, p. 2.
- _____. A economia política do Real. In: MERCADANTE, Aloizio (org.). *O Brasil pós-Real - a política econômica em debate*. Campinas, São Paulo: Unicamp, Instituto de Economia, 1998.

- _____. 50 anos do Manifesto Latino-americano. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 26 de setembro de 1999. Caderno Dinheiro, p. 2.
- THORP, Rosemary. *Progresso, pobreza e exclusão - Uma história econômica da América Latina no século XX*. Banco Interamericano de Desenvolvimento, 2000.
- TOLEDO, Roberto Pompeu de. *O presidente segundo o sociólogo – Entrevista de Fernando Henrique Cardoso a Roberto Pompeu de Toledo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- TOLFO, Rogério Vianna. O desenvolvimentismo e a teoria da CEPAL: auge e crise na economia brasileira (1951-1964). *Análise*, Porto Alegre, v. 6, nº 1, p. 41-63, 1995.
- TREVISAN, Leonardo. *A República Velha*. São Paulo: Global, 1982.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. *Simpósio sobre a Revolução de 30*, out. 1980. Porto Alegre: Erus, 1983.
- VASCONCELLOS, Gilberto. Bricolagem esotérica. *Folha de São Paulo*, 23 de setembro de 2001. Caderno Mais!, p. 20.
- VERISSIMO, Luis Fernando. O mistério. *Zero Hora*, Porto Alegre, 28 de julho de 1996. Caderno Revista ZH, p. 16.
- VERSIANI, Flavio Rabelo, e BARROS, José Roberto Mendonça (orgs.). *Formação Econômica do Brasil – A experiência da industrialização*. São Paulo; Editora Saraiva, 1977.

VERSIANI, Flavio Rabelo, e VERSIANI, Maria Teresa R. O. *A industrialização brasileira antes de 1930: Uma contribuição*. In: VERSIANI, Flavio Rabelo, e BARROS, José Roberto Mendonça (orgs.). *Formação Econômica do Brasil – A experiência da industrialização*. São Paulo; Editora Saraiva, 1977.

VIRILIO, Paul. *Velocidade e política*. São Paulo: Estação Liberdade, 1996.

VIZENTINI, Paulo G. Fagundes. *A nova ordem global - Relações internacionais do século XX*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1996.

_____. *Dez anos que abalaram o século XX - Política internacional de 1989 a 1999*. Porto Alegre: Novo Século, 1999.

WEFFORT, Francisco. O Populismo na Política Brasileira. In: FURTADO, Celso (org.). *Brasil: Tempos modernos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977, 2ª edição, p. 51.

_____, Francisco. *O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.

WINCKLER, Carlos Roberto. A crise do Estado desenvolvimentista. In: *Análise*, Porto Alegre, v. 4, nº 2, 1993, p. 55-60.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)